



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**PEDRA, CAL E PESSOAS: AS MEMÓRIAS E TRANSFORMAÇÕES NA RUA
DA AREIA EM JOÃO PESSOA – PB.**

NATÁLIA VIEIRA CARNEIRO

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA - PB

DEZEMBRO - 2022

**PEDRA, CAL E PESSOAS: AS MEMÓRIAS E TRANSFORMAÇÕES NA RUA
DA AREIA EM JOÃO PESSOA – PB.**

NATÁLIA VIEIRA CARNEIRO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa.
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos.

JOÃO PESSOA - PB

DEZEMBRO - 2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C289p Carneiro, Natália Vieira.

Pedra, cal e pessoas : as memórias e transformações
na rua da Areia em João Pessoa - PB. / Natália Vieira
Carneiro. - João Pessoa, 2023.
229 f. : il.

Orientação: Ângelo Emílio da Silva Pessoa.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Urbanização. 2. Memória social - Transformações.
3. Centro antigo - João Pessoa. I. Pessoa, Ângelo
Emílio da Silva. II. Título.

UFPB/BC

CDU 911.375.1(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ata nº 258 de defesa de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba de autoria da mestranda **NATÁLIA VIEIRA CARNEIRO**, área de concentração História e Cultura Histórica, linha de pesquisa em HISTÓRIA E REGIONALIDADES.

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de 2022, às 09 horas, em sessão realizada de forma híbrida na Sala Multimídia C do CCHLA/UFPB, atendendo aos princípios ordenadores dos Artigos 67 a 72 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em História do CCHLA da UFPB, foi realizada a Sessão de Defesa e Julgamento da

5 Dissertação de autoria da mestranda **NATÁLIA VIEIRA CARNEIRO**, matrícula **20201003926**, junto ao PPGH/CCHLA/UFPB, requisito final para obtenção do título de Mestre em História na área de concentração em História e Cultura Histórica, linha de pesquisa ENSINO DE HISTÓRIA E SABERES HISTÓRICOS, conforme encaminhamento da Professora **SURYA AARONOVICH POMBO DE BARROS**, Coordenadora do PPGH, e

10 cumprimento do exame de qualificação, pré-requisito para esta apresentação, segundo registrado na secretaria do Programa. O trabalho da mestranda foi avaliado pela Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as) doutores(as): **ANGELO EMILIO DA SILVA PESSOA** (UFPB – Orientador e Presidente da sessão), **ROBERTO PASTANA TEIXEIRA LIMA** (USF – Examinador Externo à instituição) e **CLAUDIA ENGLER CURY**

15 (UFPB – Examinadora Interna). A realização da sessão de Julgamento e Avaliação ocorreu na Multimídia C do CCHLA/UFPB, divulgado previamente pelo PPGH e com acesso permitido aos interessados em acompanhá-la em tempo real. Iniciada a sessão, o presidente **ANGELO EMILIO DA SILVA PESSOA** apresentou os membros da Comissão e, em seguida, indicou à

20 mestranda para que fizesse, oralmente e pelo tempo de 20 minutos, a apresentação do Trabalho Final intitulado *"PEDRA, CAL E PESSOAS: AS MEMÓRIAS E TRANSFORMAÇÕES NA RUA DA AREIA EM JOÃO PESSOA - PB."*. Concluída a apresentação, procedeu-se à arguição pelos membros da Banca. Ao final da arguição, foi solicitado ao público presente que saísse da sala a fim de que a banca pudesse deliberar sobre a apresentação da mestranda. Após discussão, a Banca emitiu o seguinte parecer: O

25 trabalho apresenta uma destacada qualificação, uma estrutura bastante adequada, uma escrita apurada e uma proposta de abordagem do tema muito significativa. Propõe-se a elaboração de um material de educação patrimonial decorrente da



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

dissertação e recomenda-se vivamente a publicação da mesma. Assim, decidiu-se pelo conceito **APROVADA**. Deve a secretaria do PPGH, após homologação desta ata pelo Colegiado deste Programa, solicitar à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba a emissão, na forma da lei, do respectivo diploma de Mestre em História. Terminada a sessão foi encerrada a reunião, da qual, eu, SURYA AARONOVICH POMBO DE BARROS, Coordenadora do PPGH, lavrei a presente ata que vai assinada pelos membros da banca e pela mestranda.

João Pessoa, 01 de dezembro de 2022.

40 Orientador

Examinador Externo

Examinadora Interna

45

Mestranda

“Abandono. Silêncio. Desordem. Ausência, sobretudo. (...)

Fechado. Largado.

O velho sobrado colonial.

De cinco sacadas,

De ferro forjado,

Cede.

Bem que podia ser conservado,

Bem que devia ser retocado,

Tão alto, tão nobre-senhorial.

O sobradão dos Vieiras

Cai aos pedaços, Abandonado.

Parede hoje. Parede amanhã.

Caliça, telhas e pedras

Se amontoando com estrondo.

Famílias alarmadas se mudando.

Assustados – passantes e vizinhos.

Aos poucos, a “fortaleza” desabando.

Quem se lembra?

Quem se esquece? (...)”

Cora Coralina

“Velho Sobrado” em “Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais” (2014)

AGRADECIMENTOS

A conclusão de uma dissertação de mestrado é um momento de transição que nos remete as lembranças de todo o processo vivido, bem como as expectativas que temos à frente. Devo ressaltar, que não foi sem grandes obstáculos que chegamos até aqui, mas, carrego comigo a sensação de dever cumprido. Assim, me faço lembrar de todas as experiências e percalços passados durante esses dois últimos anos em que esta pesquisa se desenvolveu e se concretizou. Diante de tal complexidade, nada mais justo do que agradecer a todas as pessoas que caminharam e contribuíram para isso.

Primeiramente, ao meu Pai Celeste, pelo qual devo minha existência, e por ter me dado tanta força e resiliência. Por ter renovado a minha fé em meio às dificuldades encontradas neste processo, me dando virtude, paciência e perseverança.

À minha mãe, Maria Vieira, exemplo de mulher, guerreira, cuja fé e cuidado são imensuráveis. Por todo apoio e por sempre “segurar a barra” e sempre incentivar os seus filhos a ir atrás do conhecimento, sobretudo por seu testemunho de vida. Por ter se dedicado tantos anos, exclusivamente, a nossa família. Por ter me dado todo o amor do mundo. Eu te amo.

À minha amada tia, Albanir Carneiro, que é o meu anjo da guarda. Ela, que sempre acreditou em mim e nos meus sonhos. Ela que me incentivou nos estudos, estando sempre disposta a me ajudar e me dar todo o suporte que eu pudesse necessitar. Tia, eu não teria chegado até aqui sem a sua ajuda. Sou eternamente grata por tudo.

À minha irmã, Lucilla Vieira, que sempre foi um exemplo para mim. E que quando pequena, gostava de dizer que era a minha segunda mãe. Obrigada por ser minha inspiração. Ao meu irmão, Aldeci Filho, que tem o apelido carinhoso de “Malé”. Obrigada por todo apoio. Vocês são essenciais na minha vida.

À minha sobrinha, Hellen que vivenciou todo o processo comigo, e me acompanhou nas visitas à Rua da Areia, desde a época da graduação. Por ter me escutado pacientemente (às vezes nem tanto), os meus desabafos sobre as dificuldades desse processo e, sobretudo, sobre a minha paixão por essa área. À Rebeca, que mesmo pequena, mas com todo seu carinho, renovava as minhas energias com seus abraços calorosos e a sua ingenuidade, muitas vezes, me fazendo lembrar, de como a vida pode ser leve e que os processos difíceis fazem parte da nossa trajetória.

Meu abraço mais forte e sensível ao meu amor, Matheus Catão, que esteve ao meu lado, me apoiando, sempre pronto para me dar forças nas horas difíceis e também

para celebrar comigo os bons momentos. Por ser a calma nos dias ruins. Por ser meu combustível em momentos que pensei em não ser capaz. Por sempre ter uma palavra de conforto. Por acreditar em mim como ninguém. Agradeço imensamente a ti pelas conversas, pela paciência para me escutar diariamente falar sobre o mestrado e as dificuldades. Que possamos colher juntos os frutos da nossa caminhada. Eu te amo.

Às minhas melhores amigas de longas datas, Karys Emanuelle e Rafaela Behar, que são parte fundamental da minha vida. Que estão do meu lado desde a época do ensino médio, e que juntas, crescemos e amadurecemos, seja pessoalmente quanto profissionalmente, sendo este processo carregado de muitas crises existenciais, desabafos, momentos bons e também os difíceis. Obrigada por se fazerem presentes na minha vida e no meu coração. Por sempre estarem caminhando de mãos dadas comigo, e me mostrarem que o valor de uma amizade verdadeira, vai além do que se dizem. Eu amo muito vocês.

Agradeço também, de modo especial, ao meu orientador, Prof. Ângelo, que me acolheu à despeito da minha formação em área distinta e que reforçou minha fascinação pela área. Por ter sido um interlocutor importantíssimo ao longo dessa pesquisa com enorme disposição e generosidade para me guiar pelos meandros da História. Suas inúmeras observações durante a elaboração dos textos, sempre pertinentes, me possibilitaram percorrer um caminho produtivo. Obrigada por tanto.

À prof. Mirella Braga, que depositou a sua confiança em mim. Por me acompanhar e me incentivar desde a graduação, contribuindo significativamente com seu espírito crítico, apontando questões fundamentais que mereciam ser desenvolvidas ao longo da minha caminhada acadêmica. Por ter se tornado uma amiga-madrinha. Você é um ser humano incrível, e eu agradeço a Deus por ter te colocado no meu caminho. Você também faz parte disso. Te agradeço imensamente por tudo. Te amo.

Aos Professores Roberto Pastana e Cláudia Cury, por terem aceitado o convite em contribuir com esta pesquisa. Agradeço demais pelas valiosas contribuições. Vocês foram essenciais nos seus apontamentos, me fazendo amadurecer o olhar e as perspectivas sobre o rumo da pesquisa. Sobre tudo, um agradecimento especial ao Prof. Roberto, que vem me acompanhando desde a disciplina de Seminário de Dissertação, e que teve todo cuidado em me enviar um exemplar do seu livro durante o processo para ampliar os meus conhecimentos.

Não posso esquecer também de agradecer a todo o Programa de Pós Graduação em História, a todos os professores que se fizeram presentes durante essa caminhada, e

contribuíram com cada palavra, cada discussão, e que me fizeram enxergar o outro lado do conhecimento. Porém, gostaria de agradecer especialmente ao Prof. Tiago Bernardon, que foi o coordenador durante o momento mais difícil do processo. Tivemos que enfrentar uma pandemia, enfrentar um novo sistema de aulas remotas, e nos reinventar em *prol* do conhecimento. Agradeço a ele, por ter conduzido esse momento com tanta maestria, e ter se disponibilizado a nos dar todo o apoio. Muito obrigada.

Preciso também fazer um agradecimento, à Maria Larisse, que mesmo na solidão das aulas remotas, construímos um vínculo de amizade, e que foi imprescindível para tornar a caminhada mais leve. As dificuldades eram muitas, mas tudo se tornava pequeno quando compartilhávamos os medos, as incertezas e os nossos anseios. Obrigada por ter sido essencial nessa etapa.

Agradeço também as todas as pessoas que se propuseram a contribuir com a pesquisa por meio dos formulários além das pessoas que cruzaram com o meu caminho durante esse tempo, mas que deixaram uma leve contribuição.

Foram dias difíceis e cansativos, mas também foram momentos marcados por aprendizado, superação, amizade e companheirismo. E foram esses momentos que tornaram à travessia para outras margens, e uma experiência que guardarei em minhas memórias.

RESUMO

A presente pesquisa visa o debate a respeito da Rua da Areia, antiga artéria urbana, localizada na área central da Cidade de João Pessoa, entre os bairros do Centro e Varadouro, discutindo as suas relações com a cidade em torno das dinâmicas existentes e experimentadas da antiga malha urbana. Com isso, o objetivo da pesquisa foi abranger a real e contemporânea situação da Rua da Areia, entendendo-a no conjunto do processo de urbanização da cidade de João Pessoa e o seu processo de (des) patrimonialização trazendo a ideia de preservação de uma paisagem proveniente com uma arquitetura singular e de grande valor para a comunidade, bem como das vivências a elas vinculadas. Outrossim, justifica-se a temática a fim de propor a valorização da história local, através do seu processo de identidade e memória social presentes no cotidiano dos diversos grupos sociais da área, compreendendo como se sustentam e se modificam, por meio de relações de poder e sociabilidades presentes na Rua. O trabalho ainda perpassa diante da importância de abordar a educação patrimonial como uma prática dos exercícios do olhar a partir da vivência e visitas *in campo* atrelados ao patrimônio cultural e as suas experiências afetivas. É imprescindível abordar que a dissertação está inserida na área de concentração “História e Cultura Histórica” do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal da Paraíba, na linha de pesquisa “Ensino de História e Saberes Históricos”, incluindo as suas transformações formais, um estudo que leva em conta a circulação das formas protagonizadas pela população e as suas memórias atreladas ao contexto da pesquisa. Destarte, foi possível observar que o desvelamento e a complexidade do processo de (des) patrimonialização da Rua da Areia, atrelado às disputas territoriais e dissenso, apresentou uma multiplicidade de agentes e sentidos, ou seja, esta antiga artéria da cidade de João Pessoa nos mostrou uma dinâmica urbana e uma diversidade de atores sociais interligados ao patrimônio edificado, que se encontram em estado de degradação, tendo as suas próteses como forma de resistência às transformações vividas. Sendo assim, foi proposto um estudo do meio, a fim de contribuir para o fortalecimento e disseminação do patrimônio cultural pessoense através dos sentimentos de pertencimento e memória coletiva.

Palavras-chave: Urbanização. História Local. Memória Social. Sociabilidades. Centro Antigo (João Pessoa). Transformações Urbanas.

ABSTRACT

This research aims at the debate about Rua da Areia, former urban artery, located in the central area of the City of João Pessoa, between the neighborhoods of Centro and Varadouro, discussing its relations with the city around the existing and experienced dynamics of the old urban network. Thus, the objective of the research was to cover the real and contemporary situation of Rua da Areia, understanding it in the whole process of urbanization of the city of João Pessoa and its process of (des) patrimonialization bringing the idea of preservation of a landscape coming with a singular architecture and great value for the community, as well as the experiences linked to them. Moreover, the theme is justified in order to propose the valorization of local history, through its process of identity and social memory present in the daily life of the various social groups of the area, understanding how they sustain and change, through power relations and sociability present in the Street. The work also permeates the importance of approaching heritage education as a practice of the exercises of the look from the experience and visits in the field linked to cultural heritage and its affective experiences. It is essential to approach that the dissertation is inserted in the concentration area "History and Historical Culture" of the Postgraduate Program in History at the Federal University of Paraíba, in the research line "Teaching History and Historical Knowledge", including its formal transformations, a study that takes into account the circulation of the forms led by the population and their memories tied to the context of the research. Thus, it was possible to observe that the unveiling and complexity of the process of (des) patrimonialization of Rua da Areia, linked to territorial disputes and dissent, presented a multiplicity of agents and senses, that is, this ancient artery of the city of João Pessoa showed us the urban dynamics and a diversity of social actors interconnected to the built heritage, who are in a state of degradation, having their prostheses as a form of resistance to the transformations experienced. Thus, a study of the environment was proposed, in order to contribute to the strengthening and dissemination of Paraíba's cultural heritage through feelings of belonging and collective memory.

Keywords: Urbanization. Local History. Social Memory. Sociability. Old Center (João Pessoa). Urban Transformations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Expansão Urbana de João Pessoa (1647-1946).....	23
Figura 2: Perspectiva da Rua da Areia com destaque para o papel de aclave entre a região portuária e a parte alta da cidade de João Pessoa (1905).....	28
Figura 3: Metropolis - George Grosz, 1916/17 [Thyssen-BornemiszaMuseum. Madrid].....	42
Figura 4: Planta de distribuição das edificações em 1889	60
Figura 5: Planta da Cidade da Parahyba como zonas de ocupação – 1889.....	61
Figura 6: Zoneamento da cidade da Parahyba, representando parcialmente a sua expansão radial.	91
Figura 7: Travessa dos Milagres, que fica em área contígua à Rua da Areia. Marcas de uma arquitetura modesta, que mostra a vida que existe e existiu “à sombra” dos grandes sobrados.	92
Figura 8: Avenida Cruz das Armas em processo de urbanização em 1936.	97
Figura 9: Obras em torno da abertura da Avenida Epitácio Pessoa	99
Figura 10: Obra concluída da Avenida Epitácio Pessoa	100
Figura 11: João Pessoa em 1944	103
Figura 12: Planos de expansões da cidade de João Pessoa (1913 a 1953).....	104
Figura 13: Vista área do Viaduto Dorgival Terceiro Neto passando pela Rua da Areia	107
Figura 14: Vista de baixo da Rua da Areia com a interferência visual do Viaduto Dorgival Terceiro Neto.....	107
Figura 15: Rua Barão da Passagem, atual Rua da Areia em 1906	109
Figura 16: Rua da Areia com uma vista de baixo para cima em meados de 1910.....	110
Figura 17: Praça Aristides Lobo confluindo com a Rua da Areia e Guedes Pereira (1920)	112
Figura 18: Vista aérea da confluência da Guedes Pereira e Rua da Areia. A visualização da Rua da Areia está escondida pelos prédios em sua margem.....	113
Figura 19: Demolição do antigo Beco do Londres (1920).....	114
Figura 20: O primeiro percurso do bonde a burro em 1896 (a esquerda) e a direita, as três primeiras linhas, com a alteração na Linha do Comércio.....	116
Figura 21: Rua da Areia e a sua dinâmica cotidiana (1908)	118

Figura 22: Rua da Areia (1910)	119
Figura 23: Fábrica Guaraná Dore na Rua da Areia (2022 e 1911).	120
Figura 24: Fábrica de Vinhos Tito e Silva com elementos modernizadores na fachada (2019 e 1985).....	121
Figura 25: Panfleto de divulgação dos vinhos	121
Figura 26: Divulgação no Jornal O Norte (1952).	122
Figura 27: Local onde os adventistas reuniam-se na Rua da Areia	123
Figura 28: Casa do estudante em 2022	123
Figura 29: Localização do Beco dos Milagres	125
Figura 30: Edificação 712	138
Figura 31: Conjunto homogêneo.....	139
Figura 32: Coberta da edificação	140
Figura 33: Mapa de danos na fachada.....	141
Figura 34: Exemplar de conjunto arquitetônico presente na Rua da Areia com a predominância de patologias na fachada	142
Figura 35: Casa abandonada na Rua da Areia.....	142
Figura 36: Fachada em estado de degradação	143
Figura 37: Sobrado nº 366 em 1922	152
Figura 38: Sobrado nº 366 em 2001	153
Figura 39: Sobrado nº 366 em 2022	154
Figura 40: Imóvel nº 265.....	155
Figura 41: Imóvel nº 155 em 1986 e em 2022.....	156
Figura 42: Praça Antenor Navarro	185
Figura 43: Fábrica de Vinhos Tito e Silva	186
Figura 44: Casarão nº 155.....	187
Figura 45: Antiga sede da Guaraná Dore na Rua da Areia	188
Figura 46: Casa nº 225 (2019 e meados do séc. XIX)	189
Figura 47: Relação de contraste das edificações em comparação com a casa nº 225. À esquerda da fotografia os fundos da antiga Prefeitura Municipal.	189
Figura 48: Vista da Rua da Areia em meados do século XX.....	190
Figura 49: Maçonaria nº 265.....	191
Figura 50: Vista da Rua da Areia no trecho que engloba a Maçonaria.....	192
Figura 51: Edificação nº 297.....	193
Figura 52: Casa Noturna Dubai.....	194

Figura 53: Jornal O NORTE (1952) ed. 00568.....	195
Figura 54: Edificação n° 342 que atualmente funciona como oficina mecânica	195
Figura 55: Sobrado n° 366	196
Figura 56: Assembléia de Deus na Rua da Areia.....	197
Figura 57: Casa Noturna Ousadia	197
Figura 58: Edificação "mal assombrada", segundo os moradores, na Rua da Areia ..	198
Figura 59: Rua Antonio Sá e Ladeira da Borborema.	198
Figura 60: Casa do Estudante.....	199
Figura 61: Bares em frente à Casa do Estudante na Rua da Areia.....	200
Figura 62: Ladeira Feliciano Coelho.....	200
Figura 63: Vista do Viaduto passando pela Rua da Areia.....	201
Figura 64: Grupo Escola Thomaz Mindello. Do lado direito, temos a estátua de Manuel Caixa d'Água e aos fundos, o prédio dos 18 andares.....	202
Figura 65: Vista da Rua da Areia a partir da Praça Aristides Lobo	203
Figura 66: Vista da Praça Pedro Américo mostrando o Theatro Santa Rosa ao fundo	204

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa de João Pessoa com destaque para os bairros Centro e Varadouro, situando a Rua da Areia.....	20
Mapa 2: Planta executada pelo Capitão Manuel Francisco Grangeiro, em 1692.....	29
Mapa 3: Planta da Cidade da Parahyba, pelo Engenheiro Alfredo de Barros e Vasconcelos (1858) com destaque em vermelho para a Rua da Areia.....	54
Mapa 4: Mapa de delimitação da área de preservação do Plano Diretor de João Pessoa (1976)	74
Mapa 5: Perímetro da área tombada destacando a delimitação do IPHAEP e da Comissão do Centro Histórico de João Pessoa.....	80
Mapa 6: Área de preservação de João Pessoa	83
Mapa 7: Planta da cidade de João Pessoa - 1953	105
Mapa 8: Atlas do Império do Brasil (1868)	111
Mapa 9: Mapa de uso e ocupação da Rua da Areia.....	130
Mapa 10: Mapa de referências visuais da Rua da Areia	132
Mapa 11: Mapa de características arquitetônicas	136
Mapa 12: Mapa de classificação de águas.....	144
Mapa 13: Mapa de tipologias de coberturas.....	145
Mapa 14: Poligonal de Tombamento do IPHAEP	149
Mapa 15: Roteiro.....	180

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Relação entre gênero x faixa etária da amostra.....	169
Gráfico 2: Relação do tempo que os participantes residem em João Pessoa	170
Gráfico 3: Nível de conhecimento sobre a Rua da Areia	172

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Evolução populacional da cidade de João Pessoa e um comparativo com o Centro e o Varadouro (1872 - 2010)	24
Quadro 2: Lista dos bens tombados (IPHAN)	73
Quadro 3: Manifestações encontradas	141

SUMÁRIO

UM PERCURSO PESSOAL	17
INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1 – A HISTÓRIA URBANA: A CIDADE COMO UM ARTEFATO SOCIAL E ARTÍSTICO.....	36
1.1 Olhares para e sobre a Cidade: lendo a cidade em diversas perspectivas	37
1.2 A cidade brasileira como campos de reflexões	47
1.3 As permanências e rupturas na Cidade de João Pessoa: Da dualidade à dialética do espaço urbano.	52
1.4 A relação do processo de urbanização das cidades, os Marcos Normativos e o patrimônio cultural	68
CAPÍTULO 2: UMA RUA DA VELHA PARAHYBA E DA ATUAL JOÃO PESSOA.....	85
2.1 De pequeno aglomerado urbano a região metropolitana	85
2.2 A Rua da Areia nos primórdios da cidade.	108
2.3 Reconfigurações de uma Rua	128
2.3.1 As formas e as vivências de uma rua.....	133
CAPÍTULO 3: DILEMAS EM TORNO DE UMA RUA: OS DESAFIOS DA RUA DA AREIA NA DINÂMICA URBANA DE JOÃO PESSOA.....	147
3.1 Os impasses das políticas de preservação, das atividades econômicas e da moradia.	
3.2 As perspectivas de preservação e os diferentes olhares	169
3.3 Subsídios de um estudo do meio para uma educação patrimonial: tecendo relações entre territórios e identidades na Rua da Areia e adjacências	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	206

REFERÊNCIAS	209
APÊNDICES	216
ANEXOS	222

UM PERCURSO PESSOAL

Minha trajetória acadêmica iniciou-se no ano de 2015 no curso de Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário de João Pessoa (Unipê), pois gostava da área e acreditei que iria me identificar.

Durante o passar dos semestres, comecei a me afeiçoar às disciplinas teóricas, mas teve uma em especial que me fez entender o propósito de estar ali: Revitalização e Restauro, que era ministrada pelas docentes Lizia Agra e Fernanda Oliveira, as mesmas contribuíram tanto para a minha formação acadêmica como pessoal, pois dava pra ver como elas tratavam do assunto com muita propriedade e defendiam a importância de preservar no nosso patrimônio cultural. Sabe aquela frase “quero ser assim quando crescer”? Era assim que eu pensava, quando estava na aula delas. A partir dali eu tive a certeza da área que eu queria seguir. Tinha despertado um amor imensurável pelo patrimônio. Então, só as aulas já não me deixavam conformada, eu precisava pesquisar mais, ler mais sobre o patrimônio e entender como se dava a relação do mesmo com a cidade de João Pessoa – a qual sou apaixonada.

Em meio às pesquisas, me deparei com a professora Berthilde Moura e suas contribuições riquíssimas, além do seu projeto de extensão – Memória João Pessoa –, vinculado ao departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPB. Não sabia se iria dar certo, mas a procurei e demonstrei meu interesse em participar do seu projeto como colaboradora externa, ela, sempre tão simpática e acessível, me aceitou de portas abertas. Tive experiências únicas voltadas para a importância da Educação Patrimonial, pois levamos oficinas para escolas de ensino fundamental e médio, bem como artigos publicados. Seus ensinamentos foram tão valiosos!

Além disso, fui monitora da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, e posso afirmar que foi uma experiência importante, pois acabei despertando ainda mais o meu interesse pela área acadêmica.

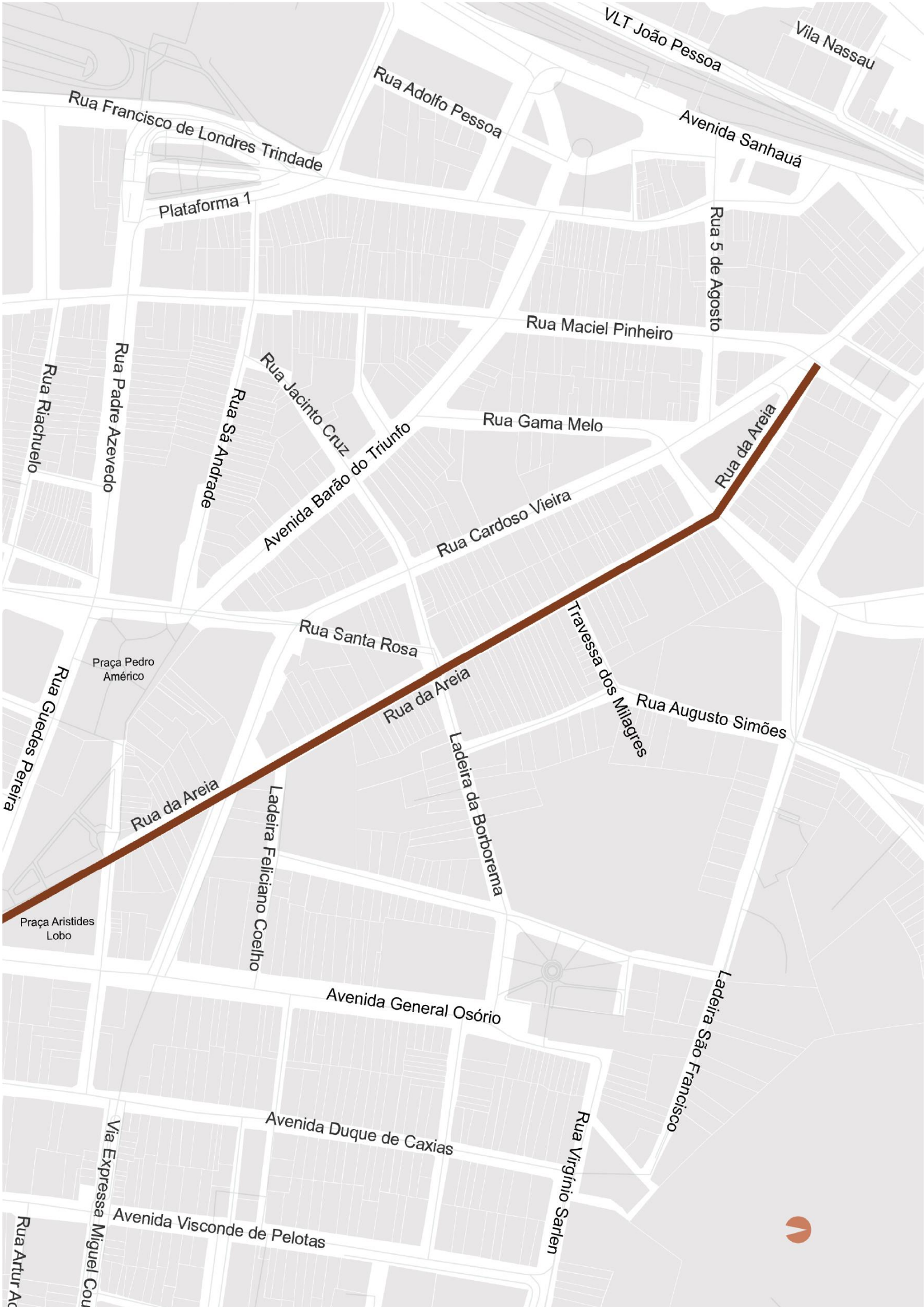
Posteriormente, comecei a estagiar no IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba) e lá expandi os meus conhecimentos junto com uma equipe incrível. Tive muitas visitas técnicas, relatórios e fui uma das responsáveis pelo encaminhamento do projeto de delimitação do Centro Antigo da Cidade de Itabaiana – PB, tendo a oportunidade de conhecer o Município e entender a importância da relação da população com o seu patrimônio cultural, com suas memórias, suas histórias.

É importante ressaltar que as visitas *in loco* das disciplinas de cunho teórico e de restauro (além das visitas técnicas do IPHAEP) eram destinadas ao Centro Antigo da Cidade, e com isso, comecei a criar laços afetivos com o local. Especificamente, na disciplina de Restauração e Revitalização II, tínhamos que escolher uma edificação para fazer um trabalho e optei por uma localizada na Rua da Areia, pois sempre me questioneei o porquê dela ser tão marginalizada pela própria população pessoense, como apontaremos adiante, visto que se encontra nos perímetros de proteção delimitados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP).

Em decorrência disso, decidi pesquisar mais sobre a história daquela rua e notei que foi uma das mais importantes para o crescimento da antiga Cidade de João Pessoa, porém, é lamentável que a boa parte de nossa população não tem o menor conhecimento sobre o valor daquela área para nossa história e reproduz estereótipos degradantes sobre a mesma e sobre as pessoas que ali residem ou frequentam, e foi aí que me dei conta que precisava pesquisar mais sobre a sua história e decidi abordar no meu Trabalho de Conclusão de Curso, que foi denominado “As transformações e permanências na Rua da Areia: memórias, fluxos e signos no espaço urbano do Varadouro”, defendido no dia 4 de Dezembro de 2019 sob orientação da Professora Mirella de Almeida Braga.

Antes mesmo de defender o trabalho final, elaborei o projeto de pesquisa, pois não queria parar de estudar sobre a Rua e me inscrevi para o mestrado na área de História da UFPB. Mas porque História? Porque sempre, em meus trabalhos, gostei de trabalhar com a interdisciplinaridade das áreas acadêmicas, sempre tive a visão que a Arquitetura é uma ciência que abrange os estudos da História, da Antropologia, da Etnografia, Sociologia, Geografia, dentre outros. Além de perceber que eu precisava pesquisar outras vertentes, expandir o meu leque de conhecimentos, pois sempre gostei de sair da zona de conforto. Cito até uma frase da minha querida escritora Clarice Lispector “Não sou relativo. Sou infinito, por isso em cada ser me reflito em cada ser me encontro.”

Dito isso, cá estou. Identificando-me a cada dia e pretendo dar continuidade aos estudos nessa área e me aperfeiçoar mais e mais. Penso até em me aventurar na graduação de História, quem sabe?



VLT João Pessoa

Vila Nassau

Rua Francisco de Londres Trindade

Rua Adolfo Pessoa

Avenida Sanhauá

Plataforma 1

Rua 5 de Agosto

Rua Maciel Pinheiro

Rua Gama Melo

Rua Cardoso Vieira

Rua Jacinto Cruz
Avenida Barão do Triunfo

Rua São Andrade

Rua Padre Azevedo

Rua Riachuelo

Rua da Areia

Rua Santa Rosa

Rua da Areia

Travesa dos Milagres

Rua Augusto Simões

Ladeira da Borborema

Ladeira Feliciano Coelho

Rua da Areia

Praça Pedro Américo

Praça Aristides Lobo

Avenida General Osório

Avenida Duque de Caxias

Avenida Visconde de Pelotas

Rua Virgínio Sarlen

Via Expressa Miguel Cou

Rua Artur Ad



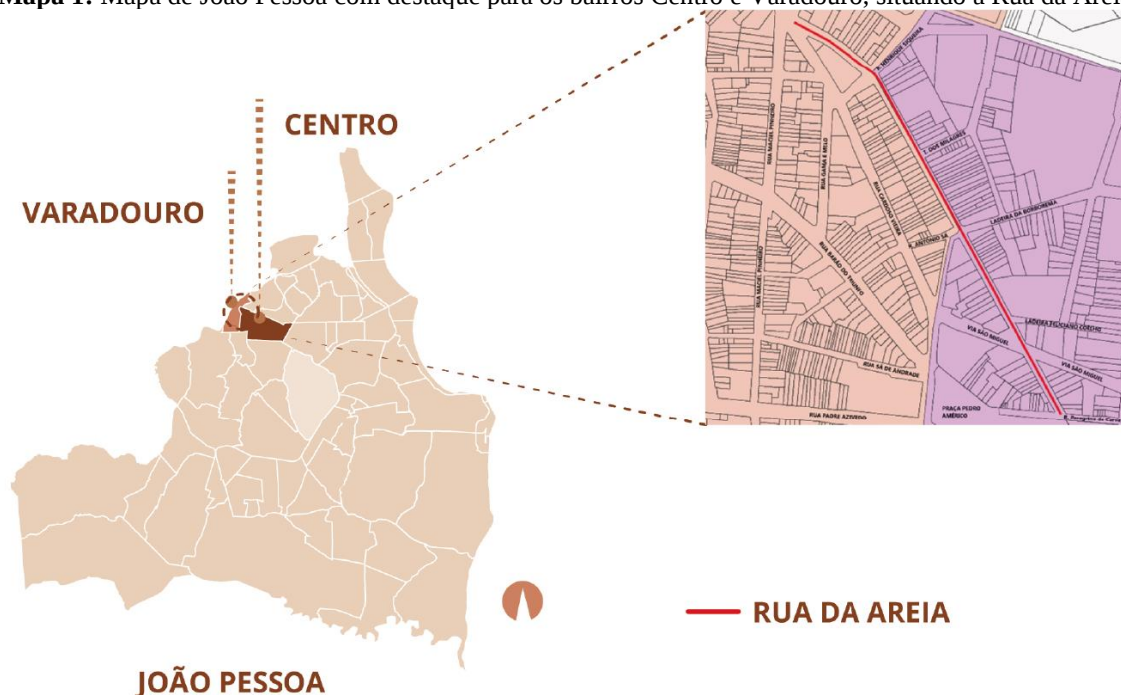
INTRODUÇÃO

A sucessão de lembranças, mesmo as mais pessoais, sempre se explica pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos ambientes coletivos, ou seja, em definitivo, pelas transformações desses ambientes, cada um tomado em separado, e em seu conjunto.

A Memória Coletiva.
Maurice Halbwachs (1990, p. 69)

O tema do presente estudo diz respeito às histórias de uma artéria urbana – A Rua da Areia – localizada na região central da cidade de João Pessoa¹ entre os Bairros do Centro e Varadouro, e suas relações com a cidade, a qual está sendo apresentada no mapa abaixo:

Mapa 1: Mapa de João Pessoa com destaque para os bairros Centro e Varadouro, situando a Rua da Areia



Fonte: Acervo da autora, (2020) com a base de dados da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

¹Desde já, informamos que em nossa pesquisa, verifica-se a mudança do nome da atual cidade de João Pessoa em distintos momentos, recebendo na sua fundação, em fins do século XVI, o nome de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, tendo sido mudado para Frederica durante a ocupação holandesa (1634 a 1654), retomando Filipeia, que, no entanto, foi suplantado pelo de uso mais popular – Parahyba –, até 1930, quando assumiu a atual denominação em homenagem ao Presidente do Estado, morto naquele ano. Para efeito prático, usaremos sempre o nome João Pessoa quando nos referirmos à cidade em qualquer época, usando outro nome quando alguma fonte textualmente o mencionar.

A escolha desse tema visou proporcionar um debate acerca das dinâmicas existentes e experimentadas nos espaços centrais da antiga malha urbana e atreladas aos processos de transformações urbanas a partir do núcleo inicial da capital paraibana e à luz das lógicas dos debates patrimoniais (sejam arquitetônicos formais e/ou culturais) e as suas transformações, que muitas vezes, são associadas a um declínio social.

Dito isso, o Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais (BRASIL, 2008) explana que as áreas centrais, na maioria das cidades brasileiras, são formadas pela parte mais antiga da cidade, denominado “Centro Histórico”² que são bairros ou conjuntos de bairros consolidados, articulados ou não, associados a uma predominância de atividades e relações afetivas, acervos edificados, equipamentos públicos e serviços.

O mesmo afirma que essas áreas centrais estão relacionadas à origem do núcleo urbano e à simbologia do passado do local, que foi o elemento inicial da formação do espaço urbano associado a um forte apelo simbólico e identitário em relação aos seus habitantes e frequentadores, e que, segundo Gutierrez (1989), adquire uma dimensão ampla valorizando não apenas os acontecimentos do passado, mas o testemunho de uma formação cultural que se enriquece através do tempo.

Entretanto, desde meados dos anos 1950, em muitos casos, em meio à acelerada expansão da urbanização de muitas cidades e ao surgimento de bairros afastados das áreas centrais (de moradias de grupos sociais abastados ou de trabalhadores), as mesmas acabaram por sofrer processos de degradação socioeconômica e ambiental, com perdas significativas para diversos grupos sociais, em função de processos de especulação imobiliária, empobrecimento de populações/áreas, projetos de revitalização que não raro levam à *gentrificação*³ entre outros.

Florida (2007) retrata que esse fenômeno é conhecido como “*donut-cities*”⁴ que são derivadas do rendimento privado da incorporação imobiliária que sobressai sobre

²Desde já, é imprescindível informar que nessa pesquisa optamos por não utilizar o termo “Centro Histórico” para se referir ao núcleo inicial da cidade, pois seguimos os conceitos fundamentados por Giulio Carlo Argan (1989, p. 79), o qual se refere como um termo “teoricamente absurdo porque, se quer conservar a cidade como instituição, não se pode admitir que ela conste de uma parte histórica com um valor qualitativo e de uma parte não-histórica, com caráter puramente quantitativo. Fique bem claro que o que tem e deve ter não apenas organização, mas substância histórica é a cidade em seu conjunto, antiga e moderna”.

³Mais que um conceito, a palavra “gentrificação” expressa um processo social, econômico e espacial que vai muito além da saída de moradores ocasionada pelas forças do capital, ou ainda da reforma de espaços físicos na cidade

⁴Cidades-Roscas. Usa-se a metáfora do “donut” para relacionar ao processo que vai expandindo e formando um buraco no meio, gerando assim os vazios urbanos.

áreas novas e periféricas devido aos investimentos em campos estruturados, uma vez que, no capitalismo, a inovação é mais rentável que a tradição e acaba desorganizando o funcionamento racional e estrutural da cidade.

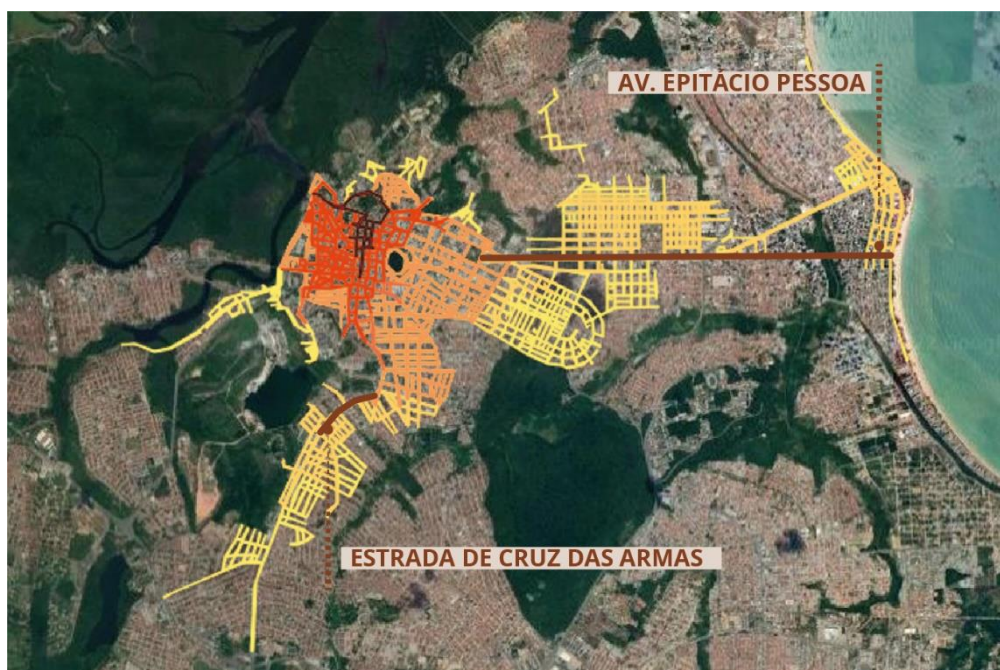
O autor afirma que esse conceito está relacionado à crise urbana entre 1960 a 1970, que é relacionada ao desaparecimento do centro do “donut” – que consiste no esvaziamento ou desaparecimento dos bairros mais importantes de outrora.

A nova crise urbana é diferente da crise urbana anterior[...] sua característica foi um esvaziamento do centro da cidade, um fenômeno que os teóricos urbanos e os políticos nomearam de o buraco do *donut*. À medida em que as cidades perderam suas indústrias centrais, elas se tornaram locais decrescente e persistente pobreza: suas habitações deterioraram; crime e violência aumentaram; e problemas sociais, [...] aumentaram (FLORIDA, 2017, p. 353, TRADUÇÃO NOSSA)⁵

Então, no primeiro instante, e ressalvadas as peculiaridades locais, que analisaremos em momento oportuno, pode-se associar que a cidade de João Pessoa é um exemplo desse processo, onde a expansão urbana está correlacionada à emigração de grande parte da sua população para a zona leste(bairros praianos, de perfil socioeconômico mais elevado) e para o eixo sul (bairros de população predominantemente trabalhadora), podendo citar as Avenidas Epitácio Pessoa (antiga Estrada de Tambaú) e Avenida Cruz das Armas (antiga Estrada de Cruz das Almas), que desde épocas mais afastadas haviam sido regiões remotas, de características rurais, do antigo Município da Paraíba, como eixos importantes desse processo, exemplificando, assim, através do Mapa Filipeia da Prefeitura Municipal de João Pessoa, com o intuito de destacar as artérias citadas e a sua importância no crescimento urbano.

⁵The New Urban Crisis is different from the older urban crisis [...] its hall mark was a hollowing out of the city centre, a phenomenon that urban theorists and policy makers labelled the hole-in-the-donut. As cities lost their core industries, They became sites of growing and persistent poverty: their housing decayed; crime and violence increased; and social problems [...] escalated (FLORIDA, 2017, p. 353).

Figura 1: Expansão Urbana de João Pessoa (1647-1946)



Fonte: Filipeia, Prefeitura Municipal de João Pessoa, (2022).

Sua expansão espacial segue em direção leste e norte pela Avenida Epitácio Pessoa, impulsionando a dinâmica urbana nas faixas litorâneas do Cabo Branco, Tambaú, chegando até o Bessa. Noutro sentido, tendo a antiga estrada para Recife como eixo (Cruz das Almas), a Avenida Cruz das Armas abriu os eixos de ocupação nas direções sul e oeste do município (os dois eixos predominantemente em amarelo e laranja). O antigo Centro limita-se hoje a uma região situada grosso modo a Noroeste (predominantemente em vermelho), ligada ao Rio Sanhauá, hoje afastada da malha urbana mais dinâmica do município. Poder público, agentes privados e outros agentes sociais discutem o que fazer com essa área, havendo pouco consenso nesse sentido.

Diante disto, trazendo João Pessoa em sua concretude para sedimentar o conceito de cidade *donut*, através dos dados obtidos no IBGE, observa-se a evolução populacional da capital paraibana no período entre 1872 a 2010, porém, em contrapartida, observou-se que os bairros Centro e Varadouro passaram por um processo de alterações de seus usos e funções iniciais, sendo, muitas vezes, incompatíveis com os valores arquitetônicos e históricos das edificações, que fazem parte de um registro que caracteriza as raízes históricas da cidade, onde foi observado o decréscimo da sua população comparada à da cidade como um todo (Quadro 1).

Quadro 1: Evolução populacional da cidade de João Pessoa e um comparativo com o Centro e o Varadouro (1872 - 2010)

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO CENTRO (PORCENT)	POPULAÇÃO VARADOURO (PORCENT)
1872	24.714		
1890 ⁶	18.645		
1900	28.793		
1920	52.990		
1940	94.333		
1950	119.326		
1960	153.175		
1970	221.546		
1980	329.942		
1991	496.979		
1996	549.363		
2000	597.934	4.998(0,83%)	4.121(0,68%)
2010	723.515	3.644(0,50%)	3.720(0,51%)

Fonte: Elaborado pela autora, (2021) com dados obtidos pelo IBGE, (2004).

Os dados populacionais do IBGE referentes a bairros só passaram a ser registrados a partir do ano 2000, mas se considerarmos as inúmeras referências bem como o avanço da mancha urbana, não resta dúvida que os bairros do Centro e do Varadouro tiveram uma expressiva população residente em relação ao conjunto da cidade – não apenas em termos relativos, mas também absolutos – até à década de 1970, momento no qual esse processo de relativo “esvaziamento” da região mais antiga da cidade ganhou impulso, através da rápida abertura de novos bairros e deslocamento de muitas famílias das regiões centrais, conforme se poderá inferir das análises das plantas urbanas associadas aos dados populacionais. Também se pode acompanhar esse processo pelo desaparecimento de diversos equipamentos de lazer, tais como os diversos cinemas situados no Centro até os anos 1980 e que fecharam suas portas, estando limitados atualmente aos Shopping Centers, ou outros negócios que migraram da região central e que estavam diretamente associados à presença de uma população

residente substancial. Os dados das duas últimas décadas confirmam essa tendência em números relativos e absolutos.

Em suma, percebe-se que o Centro vai perdendo a sua “centralidade” com a abertura e expansão de novos bairros e começamos a perceber de fato, o efeito *donut* da cidade de João Pessoa, formando um “buraco no meio”⁶, gerando a emigração populacional e de diversas atividades econômicas dos bairros do Centro e do Varadouro, com algumas edificações que acabaram ficando em desuso e atualmente, estão em estado de deterioração.

Em consequência disto, percebe-se uma reconfiguração econômica do Centro, com uma perda relativa do seu papel enquanto espaço de moradia, polo administrativo, de serviços e comercial, devido à expansão de novas centralidades, acarretando transformações no local e, conseqüentemente, dando novos usos e funções ao território (ANDRADE, 2007 *apud* SILVA, 2016).

Dito isso, é importante destacar que esse processo de cidade *donut* e a evolução urbana de João Pessoa serão melhor debatidos no capítulo 1. Além disso, apresentaremos algumas questões em volta da “emigração” do centro, mostrando alguns dos serviços que antes eram ofertados na área e foram transferidos para novos bairros “centralizados” da cidade de João Pessoa. Como por exemplo: a emigração dos Cinemas, que nas imediações da Rua da Areia, três foram desativados no início dos anos 90: Rex, Plaza e Municipal. Essas questões ainda podem ser adensadas em futuras análises, mas permitem entrever uma efetiva migração do Centro para os novos bairros e a configuração que a área urbana mais antiga da cidade vai ganhando no bojo dessas transformações. Mesmo a maior parte dos órgãos da administração municipal emigraram do antigo Centro, se situando atualmente no Centro Administrativo da Prefeitura, situado no bairro da Água Fria, na Zona Sul-Leste, um dos diversos surgidos após os anos 1980.

Em relação à visão urbanística, este processo de emigração vem propiciando o “abandono” e perdas das potencialidades urbanas da área central da cidade de João Pessoa, convergindo com sua paisagem urbana inicial, além da infraestrutura instalada e subutilizada, muitas vezes correlacionada com o conceito de “vazio urbano” e as vulnerabilidades sociais dos agentes locais. Outrossim, alguns projetos para a área,

⁶Importante atentar que esse “buraco no meio” não indica que o antigo Centro esteja efetivamente no meio do território do Município, estando, nesse sentido, mais numa atual posição Noroeste, consideramos esse “meio” em função de sua centralidade histórica e antiguidade da ocupação urbana.

muitas vezes carecem do devido diálogo com as populações residentes e esbarram nas justas reivindicações que esses agentes sociais devem ser ouvidos no planejamento de iniciativas para a área, que não culminem nos conhecidos processos de gentrificação que se verificaram em outros espaços urbanos.

Sobre essas potencialidades urbanas do antigo Centro, temos a frisar que dada a sua ocupação por maior tempo, o mesmo acabou sendo dotado de toda uma rede de infra-estrutura (iluminação, abastecimento de água, rede de saneamento, ruas calçadas, dentre outros), vasta presença de residências e outras construções, que junto ao expressivo patrimônio edificado (parte tombada pelos órgãos patrimoniais), pode conferir potencialidades de moradia, atividades culturais, administrativas, turísticas e outras.

Desses projetos acima mencionados, o mais polêmico, que tem levado a um presente enfrentamento político bastante acirrado na cidade é o da pretensa criação de um Parque Ecológico e Turístico no Porto do Capim, área ribeirinha situada na região onde surgiu um núcleo urbano original da cidade (bastante próximo à área de cota altimétrica mais baixa da Rua da Areia), que prevê a remoção de diversas comunidades tradicionais da área, que têm resistido através de uma ativa luta comunitária. O resultado somado de todos esses processos é a contínua formação dos aludidos “vazios urbanos”, que são marcantes na referida área e que são agravados por projetos estribados apenas num turismo e outros negócios, que em larga medida não interagem com a população residente, mas que, pelo contrário, pressupõem a sua segregação ou expulsão.

Ao correlacionar as consequências desses espaços com a dinâmica das cidades, Brito (2008, p. 245) afirma que:

O estudo a respeito dos vazios urbanos se dará vinculado à questão da produção social do espaço, uma vez que a maioria dos problemas sociais existentes é produto da forma de apropriação do espaço, considerando que a análise não pode se desvincular do contexto geográfico e histórico (BRITO, 2008, p. 245).

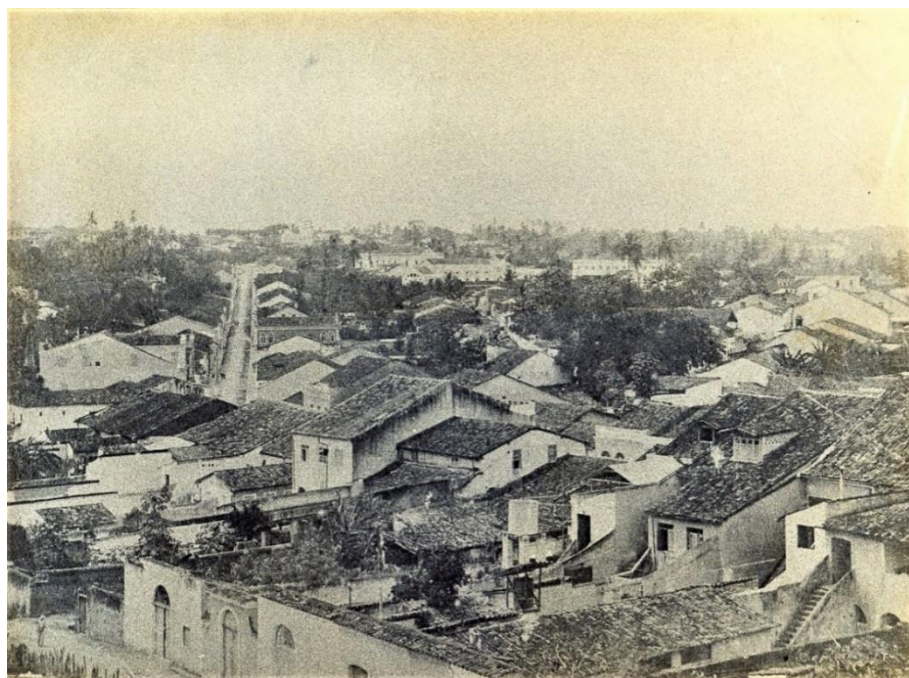
A partir dessa informação do autor, surge uma indagação: haveria casos de vazios urbanos no Centro de João Pessoa, especificamente, na Rua da Areia? E mais, o que seriam esses vazios? As populações empobrecidas que habitam essas áreas não seriam tornadas invisíveis pela ideia do vazio? Essas perguntas serão respondidas dentro do capítulo 2.

Com isso, procuramos demonstrar a situação da Rua da Areia e o seu processo de patrimonialização (ou despatrimonialização), englobando as categorias patrimoniais e seus respectivos significados, que acompanham as dinâmicas de virtualização e de desmaterialização, caracterizando uma série de processos sociais e econômicos subjacentes sob diversas formas, além de estarem interligados às configurações de poderes hegemônicos. Pois de acordo com Peixoto (2017) as mesmas participam de um processo de visibilização muitas vezes exacerbada de uma imaterialidade que dissimula as lógicas materiais em que repousam as formas de poder, enfatizando a dimensão política dos processos de patrimonialização.

A questão de fato, envolve contextualização e a inserção desse patrimônio que passou de um bem ativo (visto pela sua dimensão mais estritamente econômica) para outras possibilidades, despertando diferentes sentimentos nos seus agentes locais, como elemento atuante na cidade, uma vez que o espaço urbano se encontra em constante mutação, e é direito desse passado percebido por bens culturais tangíveis e intangíveis atuar e acompanhar transformações do tempo como parte da cidade, em seu movimento e vivência.

Considerando esse aspecto, identifica-se um espaço de singular importância na cidade de João Pessoa, que é a Rua da Areia, uma das mais antigas vias estabelecidas desde os seus primórdios coloniais, a partir de finais do século XVI, tendo se tornado uma das mais importantes vias de acesso entre as cidades Baixa e Alta (atualmente o Varadouro e o Centro) e assumido papel de grande relevo econômico e social entre meados de 1858 a 1940, mas ingressado num processo de perda de status após esse período, sendo presentemente identificada como um “espaço marginalizado” na cidade e carregando em torno de si uma fama nada edificante. No entanto, como lugar de vivências e memórias, a rua continua a ser um espaço de grande relevo, questão que se pretende discutir ao longo deste trabalho.

Figura 2: Perspectiva da Rua da Areia com destaque para o papel de aclave entre a região portuária e a parte alta da cidade de João Pessoa (1905)



Fonte: Acervo de Petrônio Souto, (2017).

Partindo desse pressuposto, as experiências compartilhadas pelos agentes locais da Rua da Areia— considerando aqui esses agentes tanto residentes quanto frequentadores habituais por relações de trabalho ou outras de caráter de certa permanência —constituem-se por sua vez, em elementos fundamentais para a construção das lembranças relativas a esse lugar como relatos, e compreende-se também acerca do posicionamento da sociedade diante das influências e dos fenômenos sociológicos que em que nela se viveu ao longo do tempo – algo de grande importância e percepção da cidade e sua configuração espacial. Afirma-se, então, que processos sociais e seus agentes são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento.

Para isso, é importante apresentar ao leitor, brevemente, um pouco sobre a Rua da Areia e a sua configuração colonial, imperial até chegar aos dias de hoje.

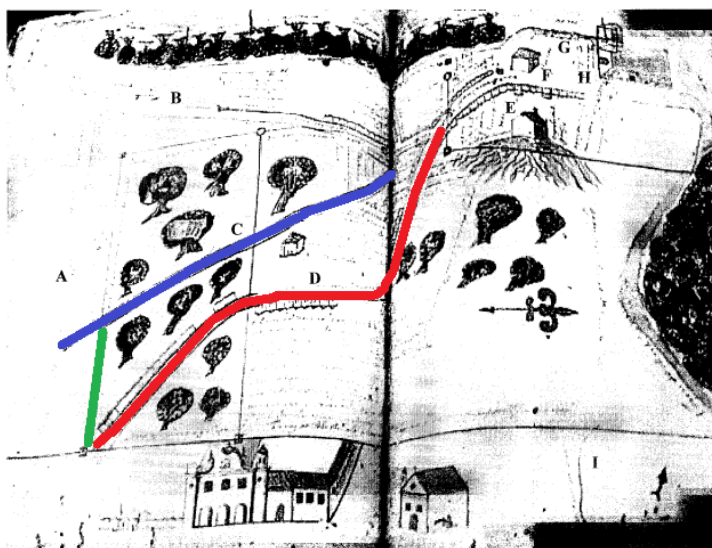
De acordo com diversos relatos existentes, o nome “Rua da Areia” se deu por conta do seu declive, devido “as enxurradas dos tempos chuvosos (...) que juntavam no sopé vasto lençol da areia” (AGUIAR; MELO, 1985). Em 1870, seu nome havia sido modificado para “Barão da Passagem”, em homenagem a um chefe de esquadra na Guerra do Paraguai (1864-1870), chamado Delfim Carlos de Carvalho, porém não permaneceu por muito tempo, retornando a chamar-se Rua da Areia (COUTINHO, 2001). A denominação de Barão da Passagem foi transferida para outra via, no

emergente bairro da Torrelândia, na década de 1930, dada a persistência do hábito da denominação Rua da Areia em relação à sua denominação oficial.

Diante dos estudos de Berthilde Moura Filha (2010), pode-se observar o importante papel da Rua da Areia como ligação entre a cidade baixa e alta a partir de finais do século XVII, através da planta executada pelo Capitão Manuel Francisco Grangeiro, e que a mesma seria a única via possível (ou a mais viável) de trafegarem carros movidos à tração animal, dado o seu aclave mais suave que as íngremes ladeiras que ligavam os dois níveis topográficos da cidade.

Com isso, através do Mapa 2, foi possível identificar a Rua da Areia (em vermelho), a qual foi classificada como “Rua do Varadouro para a Cidade”. Também apontamos essa relevância no que tange à Planta de Alfredo de Barros e Vasconcelos, quase dois séculos posterior à de Grangeiro. Pelo seu ângulo em relação ao aclave da elevação que se eleva para a cidade alta, tem elevação bem mais suave em linha diagonal NO-SE, tendo seu aclave final na Ladeira do Rosário identificada com a cor verde), permitindo um acesso mais com mais comodidade que outras vias que demandavam a cidade alta. Dessa forma, a topografia condicionou a forma de ocupação do espaço.

Mapa 2:Planta executada pelo Capitão Manuel Francisco Grangeiro, em 1692



LEGENDA:

- RUA DA AREIA ("Rua do Varadouro para a Cidade")
- LADEIRA DO ROSÁRIO ("Esta estrada vai das cacimbas até a porta da Igreja do Rosário dos Pretos")
- BARÃO DO TRIUNFO ("Estrada ou caminho do carro para a cidade, e da cidade para o Varadouro")

Fonte: Berthilde Moura Filha, (2010), adaptado pela autora, (2022).

A partir desse momento, a melhoria dos caminhos hoje correspondentes às atuais avenidas Barão do Triunfo e Guedes Pereira (identificadas, em sequência, com a cor azul)⁷, com aclive ainda mais suave, sendo essa última a Rua do Rosário, por terminar em frente à antiga Igreja, hoje demolida, serviram como alternativa para essa ligação, tanto que no século XIX a denominação de Rua do Carro havia passado para essa atual Barão do Triunfo, o que será discutido amiúde no prosseguimento de presente trabalho. Importante observar que a dobra da página na qual a Planta de Grangeiro está reproduzida, cria um efeito de distorção que altera o traçado das ruas. De todo modo, e considerada a carência de fontes, os diversos autores destacam o papel de crescente importância dessa via, o que a leva a tornar-se a terceira em número de edificações em meados do século XIX. Ponto que será retratado e discutido no capítulo 1.

Indo mais adiante, iremos nos debruçar acerca da configuração dialética da Rua da Areia e as suas travessas, para isso, inicialmente utilizaremos o estudo de Vicente Gomes Jardim (1910 e 1911)⁸, intitulado “*Monographia da Cidade da Parahyba do Norte*” que nos dá uma visão da denominação das ruas da Cidade alta e baixa⁹, possibilitando assim, um olhar apurado para as características da ocupação da área juntamente com a sua população predominante, que indicava ter ligações com as atividades de pescas, portuárias, dentre outras, que acabavam por interagir com as moradias de algumas famílias mais abastadas e casas de comércio ou construções destinadas a outras finalidades. Posteriormente, em outro momento iremos incorporar o Relatório de 1858 do Presidente da Província Henrique de Beaurepaire-Rohan (1857-1859) que nos traz elementos importantes, especialmente no alargamento do trecho final da atual Guedes Pereira (Rosário), que correspondia também à confluência com o final da Rua da Areia.

Assim, para além dos grandes processos urbanos, pretendemos nos aproximar das vivências concretas das pessoas que habitam o e circulam nesse espaço. Por esse motivo, Guimarães Neto (2006, p.149) associa os relatos de memória às novas

⁷No mapa de Grangeiro, a Rua Barão do Triunfo está identificada como Estrada ou caminho do carro para a cidade, e da cidade para o Varadouro. Essa rua menos íngreme, dava acesso a cidade alta por um leve aclive encontrado no relevo. Ao seu fim se localizava o antigo Campo do Diogo, atual Praça Pedro Américo, ladeada pelas antigas Ruas do Fogo e do Rosário (atual Guedes Pereira), identificadas no mapa como Estrada que vai das cacimbas até a porta da Igreja do Rosário dos Pretos.

⁸Que publicou o seu trabalho inicialmente em 1889, no jornal Gazeta da Parahyba. O mesmo foi republicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), dividido em duas partes: a primeira, na revista de 1910, com a descrição da parte da cidade conhecida como ‘Cidade Baixa’, e a outra, na edição de 1911, com a parte da cidade denominada de ‘Cidade Alta’.

⁹A denominação das Ruas, becos e travessas – até mesmo a sua desativação - nos contam muito sobre a configuração da área e as pessoas que residiam ali.

perspectivas no que se tange aos saberes históricos, pois, acredita-se que, partindo disso “são apreendidos acontecimentos cotidianos esmiuçados, verdadeiras bricolagens de histórias ocorridas no passado, coexistindo com histórias presentes, compondo um vasto conjunto de narrativas”. Dito isso, nos estabeleceremos nesse diálogo entre os processos urbanos e as subjetividades dos moradores da Rua da Areia e a “dimensão objetiva” de suas vidas.

Nesse contexto, o interesse inicial era realizar essa pesquisa relacionada com “A Teia do Viver e do Fazer” atrelada à memória, à identidade e às transformações urbanas, esta expressão está baseada no conceito do antropólogo Clifford Geertz (1978) que acredita que o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu, pois compreender o homem e a cultura é interpretar essa teia de significados. Os indivíduos sentem, percebem, raciocinam, julgam e agem sob a direção destes símbolos. A experiência humana é assim, uma sensação significativa, interpretada e aprendida.

Entretanto, as vicissitudes da pesquisa no contexto pandêmico e as dificuldades para o trabalho com oralidade, deslocaram um pouco os rumos da pesquisa e dissertação, que se modificou para as transformações e memórias, e recebeu o título Pedra, Cal e Pessoas: as memórias e transformações na Rua da Areia em João Pessoa - PB. A intenção inicial não foi totalmente suprimida no texto final, mas teve de sofrer um rebalanceamento e dialogar com outras possibilidades abertas no processo de investigação e redação.

A Rua estudada, antes considerada uma das principais na cidade em termos econômicos e sociais, que se expressavam através da paisagem urbana e das características das edificações presentes, a partir de meados do século XX sofreu migração dos moradores de poder aquisitivo elevado que lá residiam e pessoas de maior destaque na sociedade paraibana (AGUIAR; MELLO, 1985), sendo que os mesmos passaram a ocupar às novas áreas de expansão¹⁰, perdendo o local de moradia qualificada – ponto que será discutido posteriormente – para ser vista como um local de “exclusão” e “marginalização” da cidade.

O objeto de estudo foi, então, delimitado a partir dos seguintes questionamentos: Como se deu a relação do presente com o passado, no sentido de como essa população que habita, trabalha ou circula se relaciona com o patrimônio herdado de gerações

¹⁰Entende-se nesse período como novas áreas de expansão o que hoje temos como os bairros da Praia do Cabo Branco, Tambaú, Manaíra e Bessa, no sentido leste. Ou, ainda, uma série de bairros de características mais de moradias de trabalhadores, orientados mais no sentido sul do Município.

anteriores? O que restou? Quais as políticas de preservação que foram/são aplicadas aos moradores?

A justificativa para a escolha deste tema também foi baseada na observação da Rua que se encontra atualmente carente de atenções por parte da gestão pública no que consiste à sua preservação, pois a importância foi deslocada para outros focos mesmo estando uma área inserida na poligonal de tombamento do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e do IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba), e sendo de grande memória afetiva para muitos paraibanos.

Com isso, aqui serão discutidos e debatidos diversos pontos a fim de avançar nas questões teóricas e práticas, legais e factíveis, de compreensão da real e contemporânea situação de uma área de grande importância histórica para a cidade de João Pessoa invisibilizada pelo interesse da especulação imobiliária, agravada pelo descaso dos poderes públicos constituídos, que, juntamente com os técnicos patrimoniais, devem estabelecer uma relação de pleno diálogo com os agentes locais, de forma a se encontrar em maneiras democráticas e socialmente justas de aliar a preservação do patrimônio edificado à promoção de melhores condições sociais.

Por meio da análise de legislações pertinentes¹¹ e literatura técnica, o objetivo geral da pesquisa é abranger a real e contemporânea situação da Rua da Areia, entendendo-a no conjunto do processo de urbanização da cidade de João Pessoa e o seu processo de patrimonialização¹² trazendo a ideia de preservação de uma paisagem proveniente com uma arquitetura singular e de grande valor para a comunidade, bem como das vivências a elas vinculadas, com elevada relevância histórica, pois Santos (2014) retrata que a mesma se modifica ao longo do tempo e pode ser considerada como um conjunto de adições e subtrações sucessivas agregadas às formas heterogêneas, possuindo diversas configurações de construção do espaço, além de ser pensada juntamente com as questões políticas, econômicas e culturais.

Além disso, justifica-se a temática a fim de propor a valorização da história local, através do seu processo de identidade e memória social presentes no cotidiano dos diversos grupos sociais, compreendendo como se sustentam e se modificam, por meio de relações de poder e sociabilidades presentes na Rua.

¹¹Constituição Federal art. 216; Legislações do IPHAN e IPHAEP.

¹²Noutro sentido, em certa medida, pressupõe uma “despatrimonialização”

É possível, então, perceber que, os espaços urbanos nos seus traçados bem como a arquitetura formam lugares simbólicos, que utilizando o conceito de Milton Santos (2014, p. 78) são conjuntos de objetos e as suas relações com os mesmos, de forma a concretizá-los. Ou seja, “é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais”.

Com isso, percebem-se na Rua da Areia as diversas tessituras dessas redes, agenciamentos e acontecimentos como situações sociais, a partir disso, pode-se abstrair de um modo mais amplo uma vasta gama de relações de poder e estruturas sociais presentes nos contextos abordados na pesquisa (GLUCKMAN, 1958).

É imprescindível abordar que a dissertação está inserida na área de concentração “História e Cultura Histórica” do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal da Paraíba, na linha de pesquisa “Ensino de História e Saberes Históricos”, estando correlacionada à leitura histórica da paisagem, como se lê historicamente, incluindo as suas transformações formais, um estudo que leva em conta a circulação das formas protagonizado pela população e as suas memórias atrelado ao contexto da pesquisa que está voltado para a cidade de João Pessoa.

O trabalho ainda perpassa diante da importância de abordar a educação patrimonial como uma prática dos exercícios do olhar a partir da vivência e visitas in campo atrelados ao patrimônio cultural e as suas experiências afetivas.

Dito isso, Pessoa (2016, p.140) afirma que;

Num primeiro momento, nos cabe considerar que a educação patrimonial surge com base na constatação de que as diversas políticas de preservação de bens do patrimônio cultural (em suas diversas modalidades, sejam materiais ou imateriais) não podem se limitar à atuação dos diversos organismos de proteção, às Universidades ou às iniciativas vinculadas às políticas do setor de turismo. Dessa forma, percebe-se que a educação (e a escola básica nesse bojo) aparece como um vetor fundamental nessa questão e que as problemáticas de preservação envolvem atores os mais diversos no conjunto da sociedade (PESSOA, 2016, p. 140).

Pois, a mesma está relacionada aos lugares, vivências e práticas de memória, temporalizando o presente a partir da articulação com outras pertinências temporais. Trata-se, então, de uma teia emaranhada com a memória e a identidade, associada a instrumentos de preservação, patrimonialização, direitos e de melhores condições de moradia.

As afinidades entre a educação patrimonial e a cultura histórica estão submersas às ações públicas e direcionadas à problematização incessante dos sentidos do passado

que são acionados nas práticas históricas diariamente pela sociedade. Ou seja, ambas giram em torno da mesma articulação e tensão, pois para Agra do Ó (2014, p. 99) “tanto a cultura histórica como a educação patrimonial devem ser pensadas como territórios nos quais o historiador se sente à vontade, mas nos quais ele não é o único senhor”.

Assim, percebe-se a importância da interdisciplinaridade dentro dos estudos da História com as áreas de Arquitetura e Urbanismo, Antropologia, Sociologia, Geografia e Turismo, a fim de contribuir para o resultado na produção de novos conhecimentos, no tocante à preservação das áreas de relevante interesse para a vivência nas cidades em consonância com os direitos fundamentais das populações locais, como por exemplo, ao estudar o bairro do Varadouro, que traz consigo o pertencimento dos moradores com a área, suas relações afetivas e comportamentos, juntamente com o espaço urbano, além de possuir áreas provenientes de valores culturais e artísticos.

Pois segundo Bloch (2001, p.50);

Toda ciência, tomada isoladamente, não significa senão um fragmento do universal movimento rumo ao conhecimento [...] para melhor entender e apreciar seus procedimentos de investigação, mesmo aparentemente os mais específicos, seria indispensável [saber] associa-los [com uma característica perfeitamente segura,] ao conjunto das tendências que se manifestam, no mesmo momento, nas outras ordens de disciplina (BLOCH, 2001, p.50).

Vistas as explanações acima, a pesquisa será dividida em três capítulos. Apresentando o primeiro capítulo intitulado “A História Urbana: a cidade como um artefato social e artístico”, abordando a evolução da história das cidades, seus conceitos, como se deu processo de urbanização brasileira e os marcos normativos propiciando uma análise atrelada à cidade e sua relação com os sujeitos atuantes e as instituições constitutivas de urbanização.

Além disso, apresenta o subtópico com a temática voltada para a relação com o patrimônio cultural e as transformações e rupturas da cidade de João Pessoa que se deu através do seu núcleo urbano inicial e se expandiu para as áreas litorâneas, mostrando assim, como era a vida urbana na capital Paraibana e inserindo o objeto de estudo – a Rua da Areia – nesse cenário. Em relação ao aporte teórico desse capítulo, apresenta Murillo Marx (1980), Bresciani (1992), Menezes (1985) e Reis Filho (1968). Em relação à bibliografia mais local, destacamos Batista (1951) e Menezes (1985).

Já o segundo capítulo denominado “Uma Rua da Velha Parahyba e da atual João Pessoa” apresenta o contexto social e econômico da antiga artéria e suas características

arquitetônicas. Com relação a isso, utilizam-se autores voltados para a historiografia pessoense e sua história urbana, como Aguiar (1985), Almeida (1915) e Medeiros (1994), Gonçalves (2016), Scocuglia (1999 e 2004), Moura Filha (2010), Tinem (2006), Sousa e Vidal (2010), Batista (1951), que trazem nas suas obras o surgimento da cidade de João Pessoa, a relação entre o núcleo central, a sua evolução e urbanização da cidade, que foram imprescindíveis para levantar a discussão sobre o processo de ocupação, o seu crescimento urbano e apropriação do solo pela população, levando em consideração, principalmente, as características dadas para a Rua da Areia na época. Nesse capítulo serão adensadas as discussões sobre a referida via e sua relação com o processo maior de urbanização da cidade, bem como a referência à formação de seu patrimônio arquitetural, que levou à sua incorporação ao perímetro tombado do Centro “Histórico”.

Posteriormente, o terceiro capítulo “Dilemas em torno de uma rua: os desafios da Rua da Areia na dinâmica urbana de João Pessoa”, trata sobre a dinâmica atual da Rua da Areia atrelada às políticas públicas, patrimonialização da área e instrumentos de preservação atrelados ao olhar da população da cidade pessoense e dos moradores locais. Também propõe elementos para a formulação de uma posterior produção relacionada à educação patrimonial, que reputamos essencial no âmbito das estratégias de preservação de espaços como a Rua da Areia, importante bem patrimonial de nossa cidade.

CAPÍTULO 1—A HISTÓRIA URBANA: A CIDADE COMO UM ARTEFATO SOCIAL E ARTÍSTICO

Para tratarmos sobre a história urbana da Cidade de João Pessoa e de uma de suas Vias, a Rua da Areia, passaremos a discutir, num primeiro momento, alguns caminhos interpretativos possíveis, de tal modo a lastrear nossa pesquisa e apresentar os seus resultados. Procuramos estabelecer um diálogo com autores provindos das áreas da História, da Arquitetura, do Urbanismo, da Sociologia e da Geografia, de forma a indicar os principais conceitos e problemáticas que serão discutidos ao longo do texto dissertativo.

A escrita sobre cidades ou sobre a história de cidades é uma atividade bastante antiga. Podemos recuar séculos em busca de crônicas, memórias e outros escritos que dão conta do viver em cidades. Sem recuar demasiado, podemos destacar na literatura, clássicos como “Notre-Dame de Paris” (1831) e “Os Miseráveis” (1862), do grande escritor Victor Hugo, que através das aventuras do sineiro corcunda da Catedral da cidade ou de pobres urbanos buscou reconstituir parte do passado da cidade em séculos pregressos.

No caso brasileiro, autores do porte de Machado de Assis (1839-1908), Lima Barreto (1881-1922) ou João do Rio (1881-1921) em suas crônicas, romances e outros escritos trouxeram importantes elementos para iluminar a vida no Rio de Janeiro entre finais do século XIX e início do XX, tendo se constituído em fontes importantes para seu estudo, além de trabalhos como os de Nicolau Sevcenko sobre o Rio e São Paulo – Literatura como missão (1983) e Orfeu extático na metrópole (1992) e também através ser da poesia de Carlos Drummond de Andrade (Itabira. 1902 – Rio de Janeiro, 1987), que, na fase inicial de sua vasta obra, reflete uma imersão na vida urbana da época.

Também diversos historiadores e memorialistas registraram a vida em cidade ou contaram, de maneira cronológica ou sistemática, importantes elementos hoje úteis aos estudiosos da história urbana. A partir de finais do século XIX e longo do XX, o estudo das cidades foi deixando de ser espaço exclusivo das memórias, da literatura ou da crônica e foi ganhando contornos científicos.

Nesse sentido, temos dois conjuntos de autores: aqueles que tratam da história urbana e dos temas do urbanismo de maneira bastante ampla e normalmente pensados a partir do plano europeu ou estadunidense e aqueles que discutem a história urbana no âmbito da história do Brasil. Certamente, não existe uma clivagem entre esses autores e obras e ricos diálogos se estabelecem de lado a lado (e não apenas numa recepção passiva no caso brasileiro), mas, para efeito de organização do presente texto, faremos essa separação por motivos estritos de exposição.

1.1 Olhares para e sobre a Cidade: lendo a cidade em diversas perspectivas

É perceptível que a história das cidades há tempos é retratada nas obras de autores clássicos, onde os mesmos se debruçam com a escrita da história e de memória. Além disso, podemos observar a presença na produção artística. Isso se dá devido à cidade moderna que se aflora no século XIX com a burguesia, podendo ser vista a partir de alguns literatos no período que mostram um misto de ânimo e perplexidade ante às mudanças aceleradas nos maiores espaços urbanos. Através disso, podemos observar um novo modo de vida atrelado aos grandes centros urbanos e suas novas funcionalidades que são retratados na literatura através dos sons, relações, edificações, ou seja, a fim de mostrar a nova percepção desta cidade.

Estas novas experiências nas cidades modernas fizeram com que o âmbito literário acompanhasse tais mudanças mostrando o estudo dessa nova visão, dessa nova sensibilidade produzida nos meios urbanos. Para isso, percebemos tais mudanças, principalmente nas principais capitais da Europa, que traziam a arte das cidades cosmopolitas, que revelavam a tensão da vida moderna e as suas conjunturas, podendo perceber através das suas relações em cafeterias, revistas, galerias de arte, bares destinando as novas formas de fruição do urbano, que eram muito mais do que lugares de encontros casuais e conversas, eram ambientes carregados e geradores de novas artes, conflitos e tensões intelectuais. Do lado menos luminoso, a expansão de bairros de trabalhadores, muitos dos quais despidos de quaisquer confortos modernos e marcados pela miséria, trazia elementos contraditórios para ver o urbano.

Ressalta-se que o surgimento dessa literatura a partir de meados do século XIX é tipicamente citadina. Isso já começa a ser percebido com o romance romântico que, por se deter no modelo de vida burguês, tende a se concentrar mais nos espaços urbanos,

mas sem perder de vista a concepção de que o campo é o lugar ideal, que concentra uma forma idílica de suposta pureza original.

Com isso, podemos associar uma ligação íntima da literatura com a história das cidades, que aparecem, muitas vezes, como metáfora. Pra exemplificar, podemos associar os diários de viajantes, crônicas e outros escritos em épocas recuadas, tendo assim, uma prática de escrever sobre a “história das cidades” na Europa e no Brasil ao longo do século XIX.

Diante disso, é pertinente destacar alguns escritores que foram sensíveis às questões da vida urbana, ainda em finais do século XIX e início do XX como Edgar Allan Poe (1809-1849), poeta e crítico literário estadunidense; o já mencionado Victor Hugo (1802-1885), romancista, poeta e ativista francês; Charles Dickens (1812-1870), afamado escritor inglês; além do caso de Charles Baudelaire (1821-1867), que foi estudado por Walter Benjamin (1892-1940), todos com um olhar voltado para os fenômenos urbanos e com o desafio de desvendar o enigma das cidades. Abaixo iremos brevemente apresentar ao leitor o contexto social que cada um estava vivenciando para compreendermos as suas contribuições através do olhar para a cidade.

Entre os anos de 1830 a 1850, a Europa vivenciou a chamada “Era das Ferrovias”, trazendo como ponto primordial a expansão da economia industrial e dos recursos. O historiador inglês Eric Hobsbawm não deixou de destacar isso:

Nenhuma outra inovação da revolução industrial incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia, como testemunha o fato de ter sido o único produto da industrialização do século XIX totalmente absorvido pela imagística da poesia erudita e popular (HOBBSAWM, 1996, p. 61).

Correlacionando-se a isto, temos Victor Hugo que perpassa por todo o século XIX, se envolvendo diretamente com os conflitos desta época, como os impactos pós-revolução francesa, as guerras napoleônicas, as revoluções de 1830 e de 1848 e posteriormente, a revolução de 1870. Hugo vivenciou a consolidação do romantismo literário emergido no pós revolução francesa, onde o respectivo estilo se liberta do puro racionalismo classicista e passa a criticar os aspectos econômicos, políticos e sociais, concedendo ao autor maior liberdade e autonomia para se aproximar da realidade.

O autor, atento às mudanças da apreensão do espaço urbano e das novas regras de convivência, transcorre para suas obras essa sensibilidade urbana, na qual constrói o

ideário de Paris em sua obra “Os Miseráveis” (1862)¹³ com a representação do bem e do mal e suas respectivas contradições.

O mesmo descreve as percepções dialéticas da cidade, retratando Paris, sendo a própria cidade vista como um sujeito violento e responsável pelas “mazelas” sociais, tais como desemprego, epidemias, falta de higiene, dentre outros, devido à miragem do seu progresso modernista. Ou seja, enquanto a cidade é vista como palco da universalidade e cultura, acolhedora e aberta para todos os tipos de públicos, por outro lado, a cidade destrói as relações sociais e a forma de ver o outro, pois, a partir do ponto de vista do autor, que demonstra a sua criticidade perante a cidade industrial, a mesma era um lugar que abrigava todos os tipos de sujeitos, descrevendo a mudança na estética arquitetônica, esclarecendo sua atribuição ao “poder” corretivo do progresso.

Em “Os Miseráveis”, considerando que o romance passou a ser acessível para um público leitor bastante amplo, podemos perceber que Hugo utiliza a literatura como uma forma de denúncia do pretense progresso urbano, através da construção estética da cidade, e dos conflitos nela existentes, retratando o cenário de pobreza, miséria e injustiça social presente, afirmando que “enquanto houver lugares onde seja possível a asfixia social; em outras palavras, e de um ponto de vista mais amplo ainda, enquanto sobre a terra houver ignorância e miséria, livros como este não serão inúteis” (HUGO, 1862, p. 37)

Charles Dickens, outrossim, em obras como “Tempos Díficeis” (1854), mostra a dura vida da classe trabalhadora inglesa numa cidade industrial, submetida a penosas condições de trabalho e moradia e a um ambiente urbano geralmente inóspito e brutal. Considerando outro espaço e outras circunstâncias, Lima Barreto passou a crivo a vida urbana do Rio de Janeiro, destacando seus gritantes contrastes entre os bairros elegantes e os subúrbios marcados pela pobreza, pela insegurança, pela falta de uma infraestrutura que garantisse o mínimo de conforto urbano.

Ressalvando as devidas proporções e distâncias temporais, podemos trazer essa contribuição para a relação dialética urbana na cidade de João Pessoa e o processo de evolução da cidade, através de elementos modernizadores, políticas higienistas e a

¹³Os Miseráveis (romance, drama sociale histórico) retrata de forma crítica a miséria, a pobreza, o sofrimento e os antagonismos políticos do período, bem como narra episódios das revoluções civis e sua repercussão na sociedade ressaltando assim, ora o dado histórico, ora o ficcional

história da população invisibilizada que serão debruçadas mais adiante. Veremos mais algumas dessas leituras antes de voltarmos para a capital paraibana.

A partir do século XIX, as reformas urbanas, tendo como modelo a Paris de *Haussmann*¹⁴ e copiadas em maior ou menor escala em outras cidades – buscaram priorizar uma cidade associada aos ritmos industriais, à velocidade, à circulação de massas populacionais, ao controle social do espaço urbano, levando à supressão de antigas configurações urbanas e a grandes obras de readequação do espaço das maiores cidades a essas novas finalidades.

Essas mudanças propiciaram uma caminhada livre pela cidade despertando as perspectivas e descrições literárias. Ressalta-se que, nesse período, a imprensa contribuiu diretamente para essa nova função, com crônicas voltadas para o desenrolar da vida urbana e dos seus cotidianos, ganhando destaque nas páginas de jornais. Percebe-se então uma segregação das edificações em relação ao ambiente urbano, fazendo com que assim, a arte e a vida não estejam mais interligadas, pois, a distinção dos espaços públicos e privados vão se distanciando cada vez mais.

E diante deste contexto, Baudelaire sugeria que o verdadeiro artista moderno deveria “casar com a multidão”¹⁵, trazendo como parâmetro para o observador, o *flâneur*, que está associado ao olhar da passante multidão e o detém, por alguns instantes, mas ao perde-lo, apreende que a Paris do século XIX, é um conjunto de luzes, movimentos e solidão, pois a bela passante é esquecida e lembrada a cada momento.

E é o próprio Baudelaire quem funda uma poesia voltada para a cidade e oriunda dela, escrevendo sobre a Paris do Segundo Império, uma cidade grandiosa, planejada, urbanizada, centro da produção intelectual e cultural.

Na leitura que Walter Benjamin faz do escritor, tem-se a ideia de que a arte pode ser associada a um ato de resistência, sendo um protesto contra a sociedade. Baudelaire acabou criando um novo modelo de cidade moderna, que corresponde justamente à imagem da cidade, intitulada de *além do bem e do mal*, tal como podemos observar em Carl Schorske (1988), na sua obra *Viena fin-de-siècle*, política e cultura que estuda a cidade de Viena ao final do século XIX, e reúne a literatura, artes cênicas, fotografias,

¹⁴Georges-Eugène Haussmann (1809-1891). Prefeito de Paris entre 1853 e 1870, que elaborou e dirigiu um amplo plano de reformas urbanas. O plano incluía uma grande alteração no traçado e na arquitetura urbana, trazendo a demolição de cerca de dezenove mil prédios históricos e a construção de outros trinta e quatro mil novos, aproximadamente. As antigas ruas foram substituídas por amplas vias, de arquitetura eclética e neoclássica, em tons pastel, alinhados e dentro de proporções uniformizadas.

¹⁵*Épouser la foule*.

música, artes plásticas, pensamento social e música, tecendo uma rede atrelada à realidade da cidade e dos períodos aludidos.

O autor Schorske parte de uma preocupação com a cultura histórica novecentista, criando-se, portanto, uma matriz de cidade moderna. Na sua poesia, apresentava metáforas sobre a morte, destruição, para poder retratar de maneira apropriada os acontecimentos no corpo da cidade, através de elementos figurativos, com um caráter alegórico.

Diante dessa concepção, Bresciani (1985) utiliza como metáfora o termo de “monstros mecânicos” para representar a cidade moderna industrial do século XIX na qual faz alusão aos temores e medos, da população, da máquina, da ordem social – que traz à tona à ideia de um lugar perigoso, repulsivo ao mesmo tempo em que desperta admiração, fascínio e atração através da comoção do sublime. Desta forma, a literatura possibilita eternizar a caracterização do espaço físico, das relações sociais, dos hábitos, da linguagem e do modo de pensar da época. O autor, como expectador privilegiado, realiza uma leitura do urbano, do cenário, das ruas e dos personagens que singularizam a cidade.

No campo das artes plásticas, apontamos o pintor alemão George Grosz (1893-1959)¹⁶, que foi um expressionista que se propôs a retratar o submundo da cidade moderna, sendo guiada através da relação da urbe e dos protagonistas da modernidade, retratando as transformações que modificaram a paisagem urbana, satirizando os tipos sociais, desenhando metrópoles semelhantes tanto na pintura quanto na literatura.

O artista, descrevia a cidade moderna como um interior de um organismo vivo, que “engole” os indivíduos, pode-se perceber isso na sua obra de 1916/1917, no qual observa-se um aglomerado de massa humana no interior da paisagem urbana, podendo ser confundidas com os níveis da topografia das ruas da cidade (Figura 3).

Além disso, nessa tela o autor retrata Berlim nos anos da I Guerra Mundial, destacando a pulsação frenética da cidade, com um olhar apocalíptico e bastante crítico da vida urbana em plena ordem capitalista. Na vertigem desse ritmo, o autor aponta aspectos de insanidade e autodestruição sob a aparência de uma vida animada e dinâmica.

¹⁶O pintor pertenceu a movimentos de vanguarda artística no início do século XX e emigrou da Alemanha após a ascensão do regime nazista.

Figura 3:Metropolis - George Grosz, 1916/17 [Thyssen-Bornemisza Museum, Madrid].



Fonte: Wiki Art – Enciclopédia de Artes Visuais, (2022).

Além disso, a predominância nos tons em vermelho, traz a ideia de caos e sanguinária, ou seja, aborda o conceito da falta de espaço urbano que proporciona uma continuidade tátil, onde tudo se toca e perde a transparência, ou seja, tudo está imerso em um cenário obscuro e mórbido vermelho.

Em relação a Berlim, Behr (2000) traz as palavras de Grosz descrevendo bem as periferias em vias de modernização, afirmando que as mesmas “se expandiam como um polvo (...) aquelas bizarras paisagens urbanas, nas quais trens bafejavam sobre pontes, montes de lixo atulhavam terrenos demarcados, e misturadores de concreto estavam prontos para novas ruas abertas” (BEHR, 2000, p. 48).

Já em relação ao território da América do Norte, especificamente nos Estados Unidos, entre os anos de 1828 a 1848, temos a mudança da paisagem social e econômica em detrimento da hegemonia dos democratas *jacksonianos*¹⁷, surgindo

¹⁷ Foi um movimento político que defendia mais democracia para o chamado homem comum, idealizado pelo ex-presidente dos Estados Unidos Andrew Jackson e seus apoiadores. Devemos frisar que esse homem comum não contemplava a população escrava, apenas os homens brancos.

assim, as primeiras cidades populosas, com aproximadamente 100 mil habitantes, com a instalação das estradas de ferro e a unificação do mercado nacional. E foi nesse cenário, em meados do século XIX, que temos as contribuições valiosas de Edgar Allan Poe, descrevendo um novo espaço urbano que surgia, podendo afirmar que esse aparecimento de grandes cidades, pode ser considerado uma experiência social insólita, perpetuando até o início do século XIX.

Segundo Silva (2002) só na metade século XX que começam as primeiras articulações voltadas para uma área de conhecimento específico que seria a história urbana e se originaram na Grã-Bretanha e Estados Unidos, que possuíam um maior acúmulo da produção historiográfica nesse sentido e ocupavam boa parte das preocupações dos pesquisadores em ciências sociais¹⁸.

Diante desse contexto, em relação a essa “imagem da cidade”, embora possa ser tratada de forma genérica a princípio, cada uma delas tem particularidades, assim como em cada época se concebe uma noção de cidade.

Segundo Kevin Lynch (1918-1984) na sua obra “A imagem da Cidade” tendo a primeira publicação em 1960, a mesma possui uma “imagem pública” que se forma pela sobreposição das imagens criadas por vários indivíduos e cada um deles tem uma imagem própria e única da cidade, sendo;

Cada imagem individual é única e possui algum conteúdo que nunca ou raramente é comunicado, mas ainda assim ela se aproxima da imagem pública que, em ambientes diferentes, é mais ou menos impositiva, mais ou menos abrangente (LYNCH, 1960, p.51).

Dito isso, ressaltam-se alguns pontos de Lynch (1960) voltados para a inserção da cidade nos métodos de percepção e como a mesma se relaciona com a memória a fim de desenvolver imagens, associando então o conceito de imaginabilidade¹⁹, o qual o autor retrata que da mesma forma que um objeto só pode ser “imaginado” se estiver

¹⁸Na verdade, o principal marco da constituição da história urbana como campo de conhecimento autônomo foi a criação do Grupo de História Urbana na Universidade de Leicester (Inglaterra), liderado por Dyos, que em 1962 iniciou a publicação periódica de *Urbanhistory newsletter*, um boletim bibliográfico. Em 1966 acontece o *International Round-table Conference* e posteriormente, em 1968, a publicação do *The study of urban history*. Essa obra constitui a principal referência desse campo de conhecimento, não apenas pelo conteúdo das formulações apresentadas, mas também pela difusão de uma certa visão de história urbana (SILVA, 2001).

¹⁹Para o autor, qualquer objeto é dotado de imaginabilidade quando favorece ou provoca, na mente de quem o percebe, imagens mentais. A imaginabilidade da cidade, quando existente, torna-a presente aos sentidos, convidando seu habitante a uma observação e participação mais intensas (LYNCH, 1960).

presente na memória de cada um, as cidades seguem o mesmo raciocínio, pois as mesmas são dotadas de imagens geradas de identidade própria de cada ser humano, partindo das suas relações e vivências pessoais.

A partir da visão do autor— e trazendo para o nosso objeto —, é imprescindível considerar a interpretação e participação de cada indivíduo acerca da Rua da Areia e a sua importância para a construção do seu espaço, norteando assim todas as questões voltadas para o contexto urbano e auxiliando para as discussões adiantes que serão retratadas no capítulo 2, pois;

Se temos o objetivo de construir cidades para o desfrute de um imenso número de pessoas de formação e experiências extremamente diversas — e cidades que também sejam adaptáveis a objetivos futuros —, devemos também ter a sabedoria de nos concentrar na clareza física da imagem e permitir que o significado se desenvolva sem nossa orientação direta (LYNCH, 1997, p. 10).

Partindo desse pressuposto, trazendo a discussão para o meio artístico, Argan (1995) propõe uma apropriação da imagem pela cidade, pois a mesma não só favorece a arte, e sim, é uma grande obra de arte que se constitui de forma coletiva, afirmando que;

Liga-se a este problema outro, extremamente semelhante, dos valores artísticos, não apenas por serem dependentes da participação, que deveria ser direta e total, dos artistas visuais na construção e na gestão do ambiente urbano (ARGAN, 1995, p. 220)

O autor traz três conceitos importantes: **cidade**, **objeto** e **arte**, afirmando que a obra de arte está interligada e define um espaço urbano, pois “o que a produz é a necessidade, para quem vive e opera no espaço, de representar para si de uma forma autêntica ou distorcida a situação espacial em que opera” (ARGAN, p. 74, 1984). Sendo assim, o espaço urbano é considerado parte de um todo, que abrange desde um dormitório até à zona rural.

Para enriquecer a discussão, Aldo Rossi, assim como Argan, traz questões importantes acerca dos espaços urbanos na sua obra “*A Arquitetura da Cidade*”, a qual apresenta pontos voltados para os fatos urbanos e os seus problemas históricos que fazem parte das cidades e do seu cotidiano.

Diante disso, através dos autores acima, é possível traçar oportunos paralelos, especificamente acerca da problemática tratada por Argan (1996, p. 18) em relação à obra de arte como determinante de um espaço urbano, a qual Rossi denomina como

fatos artísticos, pois para o autor “na natureza dos fatos urbanos há algo que o torna muito semelhante, e não só metaforicamente, à obra de arte”.

Portanto, Argan e Rossi afirmam, de formas particulares, que a cidade é produzida pela própria sociedade, pelas suas vivências individuais, memórias, valores e, portanto, são consideradas objetos e fatos artísticos, pois a mesma deixa de ser apenas um local de abrigo e torna-se aparato de comunicação no sentido de deslocamento, de relação e de determinados conteúdos urbanos.

É imprescindível destacar que ambos os autores e seus conceitos explanados acima, contribuirão diretamente no capítulo 2, especificamente, ao tratar sobre as características arquitetônicas da Rua da Areia, traçando esse oportuno paralelo.

Além disso, é necessário abordarmos o conceito de paisagem urbana para entendermos como o mesmo deverá ser aplicado na análise da Rua da Areia mais adiante. Nesse sentido, iremos trazer para contribuir o arquiteto e urbanista inglês Gordon Cullen²⁰ (1989) que afirma que a mesma pode ser considerada a arte de tornar organizados os elementos que consistem o ambiente urbano, sendo as ruas, espaços e as edificações, que atualmente exercem influência nos urbanistas por propiciarem análises sequenciais e dinâmicas da paisagem, relacionando aos elementos e jogos urbanos que impactam diretamente a ordem emocional.

Fato este que pode ser associado à Rua da Areia, a mesma tem fundamentos ligados aos conceitos de paisagem urbana, por ser um ambiente urbano que promove a dinâmica local através dos agentes locais em conjunto às características arquitetônicas e estilísticas, principalmente, nas transformações das suas fachadas, em alguns casos que se encontram em estado de degradação pois, muitas vezes, as suas próteses nos contam muito sobre a história.

Porém, Cullen propõe que precisamos nos atentar para três aspectos fundamentais voltados ao conceito de paisagem urbana sendo: a **ótica**, formada por percepções sequenciais do espaço urbano; o **local**: relacionado às relações dos sujeitos com a posição no espaço e o **conteúdo**, que se relaciona com a construção da cidade, suas cores, texturas, escalas, estilos, natureza, personalidade que estão ligadas diretamente à sua caracterização na malha urbana;

²⁰Gordon Cullen (1914-1994) foi um importante arquiteto e urbanista inglês, cuja obra foi marcada pela formulação do conceito de paisagem urbana.

Apresentando na sua morfologia provas dos diferentes períodos de construção patentes nos diferentes estilos *arquitectónicos* e nas irregularidades do traçado, é natural que evidenciem uma amálgama de materiais, de estilos e escalas (CULLEN, 1989, p. 13).

Entendemos que sua definição de paisagem urbana se constituiu de elementos conformadores, tais como: o sítio natural (traçado enquanto caminho, quadras, lotes e Ruas); Usos e Ocupação (as tipologias edilícias, arborizações, veículos, pedestres) e as apropriações (a presença humana no espaço urbano). Ou seja, a definição não é lida apenas com a materialidade, então é imprescindível propor uma análise do nosso objeto de estudo, a Rua da Areia, a partir desses três aspectos através de mapas temáticos e levantamentos *in campo* que serão debruçados no capítulo 2.

Diante dessa discussão, pode-se afirmar que a o processo de formação das cidades, ao longo do tempo, especificamente, associando ao nosso objeto de estudo, não se estabeleceu sem intencionalidade, pois está atrelado às temporalidades e espaços adentrando as histórias e memórias, pois não se pode pensá-las como uma característica apenas do passado, e sim, como uma experiência urbana, um artefato social entrelaçada de simbolismo, intencionalidades e temporalidades que propiciam narrativas de memória, relações de poder e espaços urbanos envoltos de redes de sociabilidades e sentimentos de pertencimento.

Partindo desse pressuposto, ressalta-se a relação das constituições das cidades atreladas às intervenções no espaço, a partir dos seus agentes locais e/ou frequentadores, que trocam experiências com o meio vivido, pois os mesmos não só podem agir em função dos espaços, como também podem ser impedidos de fazê-lo devido a condições e narrativas inibidoras de ação constitutivas do urbano. Este conceito, poderemos observar mais afundo no capítulo 2 ao analisar a relação dos agentes sociais da Rua da Areia e as suas funcionalidades.

Diante do exposto, propomos aqui uma análise da história urbana atrelada à cidade, sua relação com os sujeitos atuantes e as instituições constitutivas, pensando na dinâmica social que constitui o espaço urbano e compreendendo a mesma como discurso e patrimônio tangível e intangível, pois está associada a diversas visões de mundo, temporalidades perceptíveis, entre passado, presente e futuro, além das narrativas de memória e construções de histórias singulares e dos aspectos materiais da cultura que constituem a construção da cidade e são imprescindíveis para o

entendimento do urbano, ou seja, a mesma não deve ser vista apenas como uma presentificação²¹ e sim, como artefato social.

Além disso, pensa-se em como as cidades podem ser vistas de formas diferentes através das novas expressões estéticas e a sua relação com os fatos artísticos nos mais diversos contextos, buscando refletir como a história da arte correlacionada à cidade possibilita discutir as relações entre arte e constituição dos sujeitos.

1.2 A cidade brasileira como campos de reflexões

Para pensar a cidade brasileira numa perspectiva histórica é necessário fazer um retrospecto às suas origens e ao processo de urbanização. A sua concepção enquanto realização humana nos remete a pensá-la como fruto de seu trabalho que teria seu surgimento diretamente ligado ao processo de modernização.

Para isso, podemos observar uma relação intrínseca entre a Literatura e as concepções urbanas, sendo potencializada nas transformações da Revolução Industrial. Percebemos no ponto anterior que isso esteve intimamente ligado à história das cidades no que diz respeito à Europa, com a cidade de Paris com Baudelaire e Victor Hugo e os Estados Unidos, associando a Edgar Allan Poe. Tal fato, também pode ser percebido nas obras de Machado de Assis (1839 – 1908) e Lima Barreto (1881 – 1922), que retratam em suas obras e poemas, especificamente, sobre a cidade do Rio de Janeiro, apresentando o seu perfil urbano com o intuito de apresentar não apenas um cenário, e sim, a relação dos personagens com grandes narrativas em torno destes. Ressalta-se que ambos vivenciaram a época de modernização que fez com o que o Rio se tornasse uma metrópole no século XX, a chamada “Cidade Moderna”, muito embora as marcas de seu longo passado escravista estivessem bastante visíveis no cenário urbano.

É imprescindível falar que, apesar dos dois autores haverem partilhado a vivência de uma mesma época, embora de gerações distintas, ambos tiveram visões diferenciadas ao retratarem acerca das mudanças urbanas ocorridas no Rio de Janeiro. Machado, quatro décadas mais velho, viveu com intensidade os anos do Império e da plena vigência da escravidão, bem como o ocaso da Monarquia e a supressão legal da escravidão. Lima Barreto, bastante mais jovem que Machado, pode vivenciar a

²¹Termo da área de Filosofia que significa o ato pelo qual um objeto se torna presente sob a forma de imagem.

consolidação da República e viu de forma mais plena esse processo de grandes reformas urbanas, que Machado apenas entreviu em seus últimos anos de vida.

A partir disso, é necessário afirmar que em meados do final do século XIX ao início do século XX, houve um período de transformações que impactaram diretamente os hábitos da sociedade e as suas práticas discursivas. Diante dessa perspectiva, é importante destacar acerca do papel e a construção da literatura sobre as representações e “histórias” das cidades, considerando não só a paisagem urbana, e sim, os dados culturais, os costumes, as tipologias, se interligando com o imaginário, fictício, a história e a memória da cidade.

Mediante a isto, inicialmente, abordamos bastante sucintamente as formulações clássicas de Sérgio Buarque de Holanda, nos anos 1930, sobre o que ele via como a total falta de planejamento das cidades surgidas no Brasil colonial, nas quais em vez do traçado planejador aos moldes espanhóis (que ele denominava “ladrilhador”), se verificava um processo espontâneo, sem qualquer rigor urbanístico e seguindo as linhas de força sociais dos grupos mais abastados dominando os espaços privilegiados e os demais grupos buscando se organizar espacialmente de acordo com suas possibilidades (que Holanda designava como um urbanismo “semeador”).

Isso redundaria em cidades sem planejamento, constituídas no jogo das pressões sociais, ao sabor das disputas por espaço. Essa tese tem sido questionada em tempos mais recentes, conforme nos mostram Delson (1979) e, no caso de João Pessoa, Moura Filha (2004). Essas questões serão retomadas em relação à discussão do próprio traçado da Rua da Areia e as populações nela residentes ou nas suas imediações, conforme veremos adiante.

Já Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos* (1936), busca entender o urbanismo no Brasil no século XIX como uma espécie de firme resistência de uma sociedade rural que tenta manter seus princípios organizativos num mundo que começa a se urbanizar mais significativamente. Nesse sentido, o sobrado seria a forma desse patriarcado rural buscar sobreviver no meio urbano, tendo como sua contraface o mucambo, habitação das populações pobres e marginalizadas nos espaços mais precários das cidades. Sobrados e mucambos seriam a face e contraface de um país que deixava a vida predominantemente rural e patriarcal para ingressar numa vida mais citadina.

No caso de João Pessoa, o escritor Juarez da Gama Batista lançou uma obra, “Caminhos, Sombras e Ladeiras” (1951), na qual buscou trazer os postulados de Freyre

ao urbanismo de João Pessoa durante o Império, momento em que a própria Rua da Areia avultava como uma das principais da cidade. O autor reflete a recorrência de uma postura na qual estão em lados opostos, como a “cidade pequena” e a “grande cidade moderna”.

Assim como Holanda, Freyre também teve vários de seus postulados questionados – apesar de ser acorde que ambos contribuíram ao seu tempo para os estudos das cidades e algumas de suas formulações ainda poderem ser consideradas para efeitos atuais – e novas formulações se afirmaram nas décadas seguintes.

Três outros autores, dois provindos da Arquitetura e um da História, trouxeram contribuições relevantes para o estudo da história urbana no Brasil, como Nestor Goulart Reis Filho, Murillo Marx, Ulpiano Menezes. Que iremos adentrar abaixo.

O arquiteto e sociólogo Nestor Goulart Reis Filho, atuante desde a década de 1960, trabalha com a perspectiva de uma história globalizante. Na sua obra *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil*, o autor baseia-se no conceito de urbanização formulado pelo sociólogo Max Weber, e ressalta que o processo urbano no Brasil está atrelado aos mecanismos de subordinação que caracterizavam a relação colônia-metrópole. Com a história e a sociologia presentes nos seus estudos e se articulando em um sistema de interpretação global ancorado, o autor afirma que o processo de urbanização ocorre;

[...] quando em uma sociedade existe uma divisão social do trabalho, em caráter permanente, de sorte que uma parcela ponderável da população deixa de se dedicar à produção de alimentos e passa a depender, para a sua subsistência, dos produtos do trabalho de outra parcela, aos quais tem acesso por meio de troca ou por apropriação direta. A urbanização se dá com o aparecimento de uma “economia urbana” como define Weber; portanto, com o estabelecimento do mercado urbano (REIS FILHO, 1968, p. 20).

Nestor Goulart Reis Filho (1968, p. 197) discorda em relação aos apontamentos de Sérgio Buarque e Gilberto Freyre também se fundamentou numa análise sobre a atuação da Metrópole Portuguesa. Nestor Goulart procurou demonstrar como o desenvolvimento de nossas formações urbanas foi determinado pelas características do processo de colonização em seu esforço para controlar o povoamento e as atividades econômicas sobre o território: “(...) a organização da vida urbana, dos núcleos e dos principais aspectos destes, é o produto, em cada época, das condições históricas precedentes e da atuação dos agentes do processo de colonização e urbanização”.

O arquiteto Murillo Marx, em “Cidade Brasileira” (1980) buscou dialogar com as formulações de Holanda e de autores clássicos sobre a história urbana no Brasil, mas matizando e refinando diversos de seus aspectos acerca dessa pretensa espontaneidade nas nossas formações urbanas, através da consideração de elementos ligados ao planejamento, bem como na análise dos “vazios” (ruas, praças, jardins) e das “construções” (prédios públicos, militares, religiosos e casario). Em obras posteriores, “Nosso chão: do sagrado ao profano” (1989) e “Cidade no Brasil: terra de quem?” (1991), aprofundou essas perspectivas.

Já no campo da historiografia, Ulpiano Menezes trouxe importantes contribuições para a discussão das cidades, inclusive problematizando as questões relativas à memória do urbano, procurando circunscrever questões sobre o espaço e as leituras do espaço. Falando sobre a cidade como forma, *artefato* – portanto, construtor físico – também nos chama atenção para a cidade como *imagem da cidade*, ou seja, como construto cultural mais amplo e que pressupõe camadas distintas de leitura (MENEZES, 1985).

Só a partir de 1980, que no Brasil, se adensa um novo momento nos estudos acerca das histórias da cidade e do urbano, com o intuito de compreender os antecedentes históricos da crise de moradia que vinha se agravando e também em detrimento da ação do Estado, para a qual se buscavam alternativas. Dessa forma, estudos de cientistas sociais e urbanistas acerca de questões como violência urbana, moradia, mercado de trabalho, transportes, serviços públicos, movimentos sociais urbanos, entre outros, começaram a se tornar mais numerosos e se espalhar por amplas temáticas em torno das problemáticas inerentes ao urbano.

Mediante essa problemática, começam a surgir propostas de renovação das faculdades de arquitetura, porém nesse primeiro momento, não estavam preocupados com a formação das cidades, e sim com a questão social que acontecia no momento, explicitando o caráter de politização.

Ressalta-se que nesse sentido, a questão social foi o principal ponto que marcou os estudos da História da Cidade, explicitando o caráter de politização da discussão naquele momento, apesar das faculdades de arquitetura apresentarem um espaço privilegiado para o desenvolvimento desse estudo. Os encontros da ANPUR – Associação Nacional e Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e

Regional²², tiveram a sua primeira edição em 1983, e foram o marco inicial onde desenvolveram uma bifurcação, ainda incipiente, acerca da forma da cidade, imagem e sua preservação e que;

Reconhecia como legítimas as diferentes formas de abordagem da questão urbana e regional, como também a necessidade de abrir a Associação a toda e qualquer instituição que estivesse voltada para temas e discussões, globais ou particulares, dessa questão. Desse modo, o novo Estatuto, então aprovado, ao mesmo tempo em que reiterava a natureza institucional das filiações, flexibilizava o processo de inserção de novos membros, na medida em que se abria para programas e entidades que desenvolvem atividades de ensino e/ou pesquisa no campo dos estudos urbanos e regionais, dentro ou fora da universidade (FERNANDES; LACERDA; PONTUAL, 2015, p. 34).

As mudanças no campo da produção científica e historiográfica que ocorreram com a expansão do processo de globalização, a crise do quadro nacional pela formação de blocos econômicos e da formação de redes físicas e virtuais entre regiões e cidades, propiciaram a pensar o local, o território e as micropolíticas dentro do global. Nesse sentido, as mudanças tanto na esfera da epistemologia do conhecimento histórico, quanto nas dinâmicas socioeconômicas e políticas, estimularam a multiplicação das pesquisas sobre a História Urbana.

Diante das mudanças ocorridas e as novas contribuições para debates acerca das cidades brasileiras, podemos citar a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik (1956), que atua diretamente nas questões voltadas para política habitacional, planejamento e história urbana, definindo a cidade como um espaço de confluência de dinâmicas econômicas, políticas, sociais, demográficas, culturais e simbólicas. Nesse sentido, a mesma guarda marcas de vários tempos e processos sociais no espaço urbano construído, materializando sua própria história como uma espécie de escrita no espaço e os diferentes sujeitos e grupos sociais se apropriam deste, o experienciam e produzem representações (memórias e um imaginário) sobre ele.

Dito este conceito, observando o nosso objeto de estudo, a Rua da Areia, podemos refletir que a mesma pode ser comparada a um texto redigido por milhares de mãos, unindo as letras, números, pontuações, cores, porém, nunca com um ponto final, pois o mesmo é periodicamente rabiscado e modificado. Ou seja, é como se o espaço urbano nascesse dentro de um labirinto que corresponde às vivências e subjetividades de

²²É uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, agregando programas universitários de pós-graduação e entidades brasileiras que desenvolvem atividades de ensino e/ou pesquisa no campo dos estudos urbanos e regionais na área de planejamento urbano e regional

cada pessoa ou momento, e apesar de ser um texto coletivo, cada parágrafo é constituído através do olhar individual para a Rua. Ponto que será melhor trabalhado através do mapa de referências visuais no capítulo 2.

Ou seja, podemos considerar, observando o nosso objeto, que “é evidente o paralelismo que existe entre a possibilidade de empilhar tijolos, definindo formas geométricas e agrupar letras, formando palavras para representar sons e ideias” (ROLNIK, 1988, p. 16).

1.3 As permanências e rupturas na Cidade de João Pessoa: Da dualidade à dialética do espaço urbano.

No que tange à cidade de João Pessoa, observamos uma produção diversa sobre sua história e processo de urbanização, que abrange desde relatos escritos no período colonial, passando por memórias e crônicas, até à produção mais recente, em boa medida resultante da expansão dos cursos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Geografia, História e outras áreas afins.

Inicialmente, situamos uma série de escritos produzidos nos primeiros séculos da cidade, parte dos quais trechos de obras de História, relatos de viajantes, relatórios governamentais ou outros, que se tornaram fontes essenciais para quem se debruça sobre a investigação dos primeiros séculos.

Um livro importante que trata da história da Paraíba é o de Frei Vicente do Salvador, datado em 1627 e intitulado “*História do Brasil*”. Segundo dedicatória do autor, o livro foi escrito por solicitação de um erudito padre português a Frei Vicente, no sentido de o mesmo escrever “...um tratado das coisas do Brasil...” (SALVADOR, 2010, p.53).

Os capítulos que se referem à História da Paraíba são o terceiro e o quarto e são fundamentados nos primeiros escritos sobre a Paraíba de acordo com os Jesuítas que estavam juntos ao Martim Leitão, correlacionando outros eventos que envolviam o Brasil e a Península Ibérica.

Já, entre os anos de 1634 e 1654, período que a Paraíba esteve sob o domínio holandês e que fora administrada por cinco diretores, destacamos o Elias Herckmans, que durante esse período teve a oportunidade de conhecer a Paraíba, e acredita que a Companhia das Índias Orientais tenha lhe solicitado a elaboração um relatório com informações sobre a capitania, que ficou oculto por cerca de 240 anos, sendo apenas

publicado em 1879, em holandês com o título de “*Beschrijvinge van de Capitanie Paraiba*” (MAIOR, 1982), sendo traduzido para o português em 1884 e publicado em 1887 na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, sendo intitulado de “Descrição Geral da Capitania da Parahyba”, tendo uma grande contribuição para a história colonial da Paraíba.

É importante destacar também, Henry Koster, que na sua obra “Viagens ao Nordeste do Brasil” relata as suas aventuras na visão de um viajante filho de ingleses nascido em Portugal, e que por motivos de saúde, residiu em Pernambuco por volta de 1809, conhecendo a partir daí as capitanias do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. O seu livro, relata, minuciosamente as suas viagens, descrevendo de forma livre e sem preconceitos as cidades por onde passavam, as paisagens, as pessoas que via, os animais, a pecuária, dentre outros (KOSTER, 1978).

Focando na Paraíba, Koster escreveu cerca de três páginas narrando o que viu nos poucos dias que esteve nessa terra e descreveu brevemente a cidade, através da sua população, dos seus prédios, conventos, ruas, avaliando que no passado a cidade fora mais importante que naquele momento em que ali estava, principalmente, em relação as ruas, que relatou estarem mal conservadas e algumas casas possuíam vidro na janela.

Já em meados do século XIX, vários Relatórios de Presidentes de Província da Paraíba destacaram a necessidade de obras de vulto na Capital, especialmente a ampliação do porto, para fazer face à necessidade de expansão da economia, bem como de outras intervenções visando dotar a cidade de uma maior pujança. Temos de pensar no de Beaurepaire-Rohan (1857-1859), que alerta sobre a precária urbanização da cidade e propõe uma série de medidas de alinhamento e nivelamento de ruas e terrenos, calçamento, dentre outros.

Ressalta-se então que o Tenente Coronel Henrique de Beaurepaire Rohan, foi nomeado presidente da província e o mesmo foi de grande importância para a evolução urbana da Parahyba.²³ Ele apresentou para a Assembleia Legislativa, um extenso relatório destinado ao Governo Imperial, onde se percebe o seu interesse em um plano urbano compatível com o desenvolvimento da capital, se referindo ao “embelezamento da capital” através das aberturas de novas artérias;

Os arruamentos n'esta cidade nunca forão, nem ainda estão sujeitos a plano algum, quer em relação aos alinhamentos, quer em relação ao nivelamento.

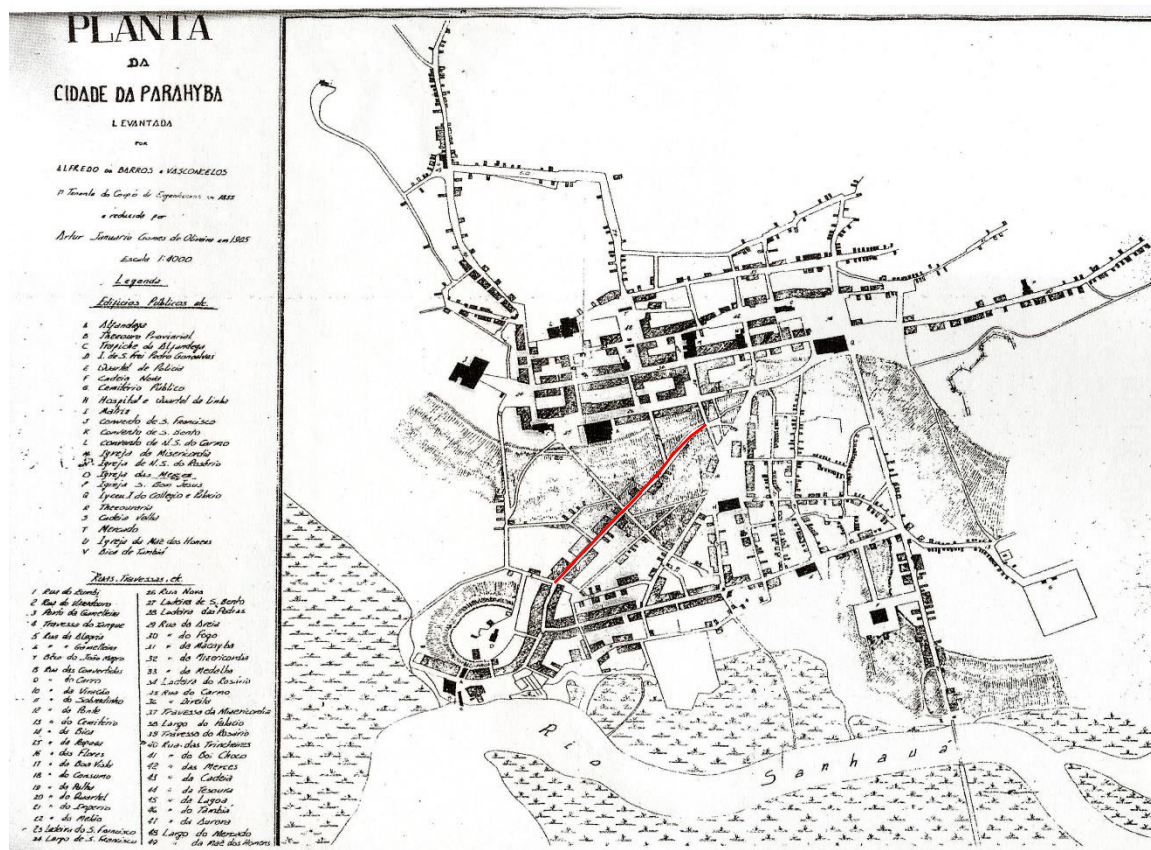
²³Ele assume a província no período de 1857 a 1859.

Cada um edifica à sua guisa, e d'ahy resulta esse labirinto, em que se vai sensivelmente convertendo a cidade. Verdade é que a construção de qualquer prédio é sempre precedida de uma cerimonia, a que chamão *cordeação* á qual comparecem os fiscaes da câmara municipal; mas essa intervenção official, longe de produzir um bem, nenhum outro resultado apresenta, senão o de sancionar a vontade do edificador, e legalizar os defeitos dos alinhamentos (BEAUREPAIRE ROHAN À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DAPROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE, EM 20 DE SETEMBRO DE 1858, p. 21)²⁴

Por determinação desse governante, o Engenheiro militar Alfredo de Barros e Vasconcelos elaborou uma Planta da cidade (1858), que consiste numa fonte essencial para o estudo urbano e que analisaremos adiante. Nesse documento, que assinala o desenho urbano de boa parte da cidade de meados do século XIX (pelo menos a considerada mais digna de registro pelo cartógrafo), podemos ver a relevância da Rua da Areia (marcada de vermelho no mapa) na ligação entre o Varadouro e a Cidade Alta, subindo diagonalmente a encosta, além de podermos realizar diversas outras análises em momentos posteriores desse trabalho.

Mapa 3:Planta da Cidade da Parahyba, pelo Engenheiro Alfredo de Barros e Vasconcelos (1858) com destaque em vermelho para a Rua da Areia

²⁴Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte em 1858. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/585/000002.html>>



Fonte: Acervo digital do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, (1905)

Baseando-se nas transformações da cidade do Rio de Janeiro com o desenvolvimento das ideias da civilização europeia, a elite paraibana passou a reivindicar a necessidade de transformar os cenários da cidade, participando assim de um mundo que se pretendia civilizado, modificando as práticas higiênicas, demolindo as casas de palha, os casarões antigos para dar lugar à modernidade com as ruas largas e iluminadas. Com isso, o presidente Henrique de Beaurepaire Rohan, iniciou um processo de nivelamento, buscando organizar o sistema de esgoto sanitário e demolições de prédios antigos;

As queixas com relação ao abastecimento d'água eram frequentes na imprensa do período, uma vez que, no final do século XIX, a cidade da Parahyba do Norte vivenciou o início dos protestos, por parte da elite local, com vista à construção de novos cenários para a cidade. O modelo de desenvolvimento, com base na ideia de civilização européia, pressupunha não apenas a busca da iluminação e abastecimento de água como também se defendia a necessidade de se calçar as ruas e de se fazer um tratamento para o lixo (ARAÚJO, 2001, p. 13).

Assim, o presidente da província solicitou a construção de novas edificações com padrões exigidos, como, por exemplo, o Thesouro Provincial, Paço da Assembleia e reformas da Ponte Sanhauá, Cais do Varadouro, Ponte Mandacaru e do Palácio Provincial. Além disso, modificou a largura de algumas calçadas e ruas da cidade baixa, tendo a preocupação com o alinhamento e ordenação das mesmas, e ordenou a desapropriação de alguns prédios.

Posteriormente, em 1859, segundo Mello (1987), o Presidente da Província, Ambrósio Leitão da Cunha, sancionou a Lei nº 26 de 30 de setembro do mesmo ano, que disciplinava a construção das edificações, a qual foi imposta com o intuito de amenizar o quadro urbanístico da cidade que – nos termos de Mello (1987) – podia ser associada a uma metrópole medieval.

A lei tinha como objetivo estipular a altura das fachadas das casas, dos sobrados e de suas janelas, como também a largura, estabelecendo normas para calçadas que deveriam ser padronizadas com pedras lajeadas, além da proibição de degraus com pedras e tijolos no exterior da construção. A maioria das ruas não possuía meio fio e as casas não estavam em alinhamento perfeito, existindo umas mais recuadas e outras mais elevadas, não havendo regularidade em sua largura. Aguiar e Mello (1985, p. 97) ainda mencionam que “várias casas ostentavam em suas janelas de guilhotina ornatos com vidros coloridos e balcões de cantaria lavrados com relativo bom-gosto artístico”.

Diante disso, em 1866 a Lei municipal nº 243 de 8 de outubro²⁵ publicada pelas leis provinciais, a câmara municipal e o próprio poder executivo da província começaram a se preocupar com a cidade, pensando no calçamento, infra-estrutura, saneamento, segurança individual e de propriedades, além do caráter “estético” das edificações obrigando os proprietários de casas e sobrados fazerem fronteiras com as *cornijas*²⁶ e a murar os terrenos dos quintais.

Além disso, o Relatório de Vicente Gomes Jardim, que havia sido elaborado em finais do século XIX (1889) e publicado na Revista do IHGP em 1910, nos dá um cenário da Cidade, subdividindo em Cidade Alta e Cidade Baixa bem no início da República, apresentando a primeira;

²⁵Ver Anexo G

²⁶Na arquitetura, os beirais das casas podem ser chamados de cornijas se estiverem acabamento com moldagem decorativa, tendo a função de libertar a água das chuvas das paredes do edifício, projetando-se as extremidades da empena, beirais do telhado e calhas.

Na cidade alta haviam 28 ruas, 7 travessas, 20 beccos, 10 praças, 2 fontes públicas, 3 conventos, 11 igrejas, 10 edifícios públicos, 2 edifícios particulares, 1 cemitério, 1 jardim publico, 984 prédios entre os quaes 44 são sobrados, 382 casas de palha; tendo mais destas 28 por detraz da rua das Trincheiras (JARDIM, MONOGRAPHIA DA CIDADE DA PARAHYBA PUBLICADO NA REVISTA DO IHGP, 1910, p. 90)

Já em relação a Cidade Baixa, Jardim nos informa que;

Na baixa tem: 31 ruas, 9 travessas, 13 beccos, 10 praças, 2 fontes publicas, 2 igrejas, 13 edifícios públicos, 2 edifícios particulares, 1 cemitério, 1112 predios entre os quaes 50 são sobrados, 361 casas de palha, e destas mais 1 na ladeira atraz de S. Bento. Existem mais de 3 ruas sem denominação, no lugar que se dá o nome de Jardim, contendo 4 predios e 86 casas de palha (JARDIM, MONOGRAPHIA DA CIDADE DA PARAHYBA PUBLICADO NA REVISTA DO IHGP, 1910, p. 90)

Com isso, podemos afirmar que a criação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) foi um marco importante para a cidade, em 1905, quando importantes obras a partir de então produzidas permitiram descortinar pontos importantes de observação. A par da produção de obras mais gerais sobre história da Paraíba, diversos escritos de membros do IHGP buscaram investigar questões ligadas à história de sua capital ou em alguns de seus capítulos apresentaram informações e análises importantes. Apesar da numerosa produção do Instituto, nos deteremos aqui em algumas obras que trouxeram reflexões mais detidas sobre a história urbana da capital.

No âmbito do IHGP, mas em interação com as Universidades surgidas em meados do século XX, situamos as obras de José Octávio de Arruda Mello, Wellington Aguiar, Juarez da Gama Batista que trouxeram um aprofundamento em relação aos estudos anteriores, buscando elementos de análise sociológica e urbanística.

Com isso, ressalta-se que a partir da década de 1950, muitas obras, com distintos enfoques, foram descritas sobre a Paraíba. Em ordem cronológica, começamos pela obra de Batista com “*Caminhos, sombras e ladeiras*” (1951), já comentada antes. Há também a obra “*Roteiro sentimental de uma cidade*”, de Walfredo Rodríguez (1962), escrito através de linguagem saudosista, descrevendo diversos temas relativos à história da cidade, retratando brevemente sobre o processo de conquista e dominação holandesa, seguido do crescimento da cidade a partir da segunda metade do século XIX, abordando também assuntos corriqueiros da capital paraibana.

Apontamos, ainda, Archimedes Cavalcanti, em sua obra *A Cidade da Parahyba na época da Independência (Aspectos sócio-econômicos, culturais e urbanísticos por volta de 1822)*, publicada em 1972, na qual tentou sintetizar elementos que refletissem

sobre a antiga cidade, ainda marcadamente presa à sua feição colonial, quando mal começavam a se esboçar novas formas de sociabilidade e urbanismo.

Situamos também aqui Maurílio de Almeida (1975), na obra *Presença de D. Pedro II na Paraíba*, na qual descreve a cidade à época da referida viagem (1859), no capítulo “Cidade da Paraíba: um pequeno aglomerado urbano”, apresentando a face urbana da cidade quase quatro décadas após o cenário estudado por Archimedes Cavalcanti, relatando que algumas mudanças substanciais ocorreram a partir da Lei n.26, de 30 de setembro de 1859, sancionada pelo presidente da Província Ambrósio Leitão da Cunha, sucessor de Henrique de Beaurepaire Rohan, disciplinando a construção de imóveis, prescrevendo normas das calçadas e proibindo degraus de pedras ou tijolos no lado exterior das edificações, além da retirada de canos de esgoto que despejavam nas ruas dejetos ou líquidos, salvo as águas pluviais.

Além disso, podemos citar o Aécio Villar de Aquino, foi sócio do IHGP, ex-professor da UFPB, historiador, sociólogo, que teve uma obra intitulada “*Filipeia, Frederica, Paraíba: os cem primeiros anos da vida social de uma cidade*”, de 1988, descrevendo sobre os habitantes desta urbe e suas adjacências, nos primeiros cem anos de existência, contemplando um estudo historiográfico mais abrangente e completo das fontes escritas do primeiro século.

Há também as obras de José Octávio de Arruda Melo e Wellington Aguiar com “*Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro*” (1989) e “*A cidade de João Pessoa: a memória e o tempo*”, de Wellington Aguiar, em 1993.

Ressalta-se o fruto de produção de membro do IHGP, mas colocada mais no campo do memorialismo ou da crônica, destacamos Coriolano de Medeiros (1875-1974) e suas célebres *Tambiá da minha infância* (1994) e *Sampaio* (1994), nas quais o historiador, que viveu quase um século, pode rememorar lugares, hábitos e sociabilidades da então cidade da Paraíba em sua infância, em finais do século XIX e os anos 70 do XX e que ressalta que no início do século XIX, a Rua da Areia se configurava uma das artérias mais importantes que fazia a ligação entre a cidade alta e baixa.

Destacamos, também, a “*Contribuição para uma bibliografia paraibana*”, de Horácio de Almeida (1994), advogado e historiador, e embora não seja uma das suas obras mais conhecidas, foi a de maior ambição, buscava, realizar um levantamento a fim de reunir “tudo o quanto já foi publicado na Paraíba ou sobre a Paraíba, inclusive obras de autores paraibanos, lançadas fora da terra natal” (ALMEIDA, 1972, p. 3). Com isso,

dividiu-se a obra em quatro partes, sendo, a primeira, de “Autores e obras catalogadas pelo título”, a segunda, com as “Publicações oficiais, já a terceira com os “Jornais e revistas”, e por último, a “Literatura de cordel”.

Por sua vez, destaca-se a obra “*A velha Parahyba nas páginas dos jornais*”, do jornalista Wellington Aguiar (1999), que relata a Paraíba e as suas dinâmicas urbanas através de páginas de jornais. Como também a obra “*Parahyba: capital em foco*”, de Gilberto Lira Stuckert Filho (2007), que retratava a partir de fotografias, as relações urbanas e transformações do espaço, entre outras obras. Ambas mantêm um forte tom memorialista, embora esbocem análises que tiveram influência sobre os modos de ver e entender a cidade.

De modo geral, os autores dessas obras não possuíam formação acadêmica, especificamente em história, sendo jornalistas, professores de outras áreas, ou até mesmo pessoas que ocupavam cargos em serviços públicos, sendo obras escritas em estilos literários distintos, mas abordando temas diversos sobre a história da Paraíba.

Essa produção ganhou novas características com a expansão do ensino e pesquisa universitários, que trouxeram outras metodologias de trabalho, aportes teóricos, que adensaram os estudos. Também aqui não temos como mapear essa vasta produção, mas vamos apontar algumas que consideramos relevantes para o nosso trabalho.

Antes de prosseguirmos, vamos verificar que parte dela é produzida por professores universitários que ingressaram na vida acadêmica entre os anos 1970 e 1990, cujas pós-graduações foram realizadas fora da Paraíba e que contribuíram, já a partir dos anos 2000, para a abertura de programas de Pós-Graduação locais, como os de Arquitetura e Urbanismo (2008). História (2004), Geografia (2004), entre outros.

O arquiteto alagoano radicado em Pernambuco, José Luiz Mota Menezes (1936-2021), apesar de não ter tido vida universitária diretamente ligada à Paraíba, produziu uma importante síntese da história do urbanismo de João Pessoa, com a obra “*Algumas notas a respeito da evolução urbana de João Pessoa*” (1985) abordando de forma geral, mas centra sua pesquisa na cartografia do século XVII e os traçados urbanos.

Além disso, tem-se a contribuição enriquecedora da Maria Berthilde de Moura Filha, com a sua tese, intitulada “*De Filipéia à Paraíba. Uma cidade na estratégia de colonização do Brasil. Séculos XVI- XVIII*” (2004) que constitui um dos trabalhos mais completos sobre a cidade de João Pessoa, no sentido de compreender a sua morfologia inicial atrelada ao contexto dos procedimentos urbanísticos da época colonial,

juntamente com sua importância como agente colonizador no sentido militar, religioso e econômico-administrativo, ou seja, constitui-se de uma investigação aprofundada sobre a cidade fundamentada, sobretudo, em fontes documentais primárias de arquivos e bibliotecas de Portugal.

Importante citar também a obra *Sete Plantas da Capital Paraibana 1858-1940* de Alberto Sousa e Wyllyna Vidal (2010), que tem como finalidade apresentar a historiografia urbanística da capital paraibana apresentando sete plantas tratando a evolução do traçado da urbe, desde 1858 até 1940, fazendo comentários sobre as características cartográficas atrelando as mudanças urbanísticas, através da referida monografia de Jardim, representando-a graficamente, e, além de publicar a planta e acrescentaram o número de sobrados, prédios térreos de alvenaria e casas de palha descritas no texto.

Figura 4: Planta de distribuição das edificações em 1889



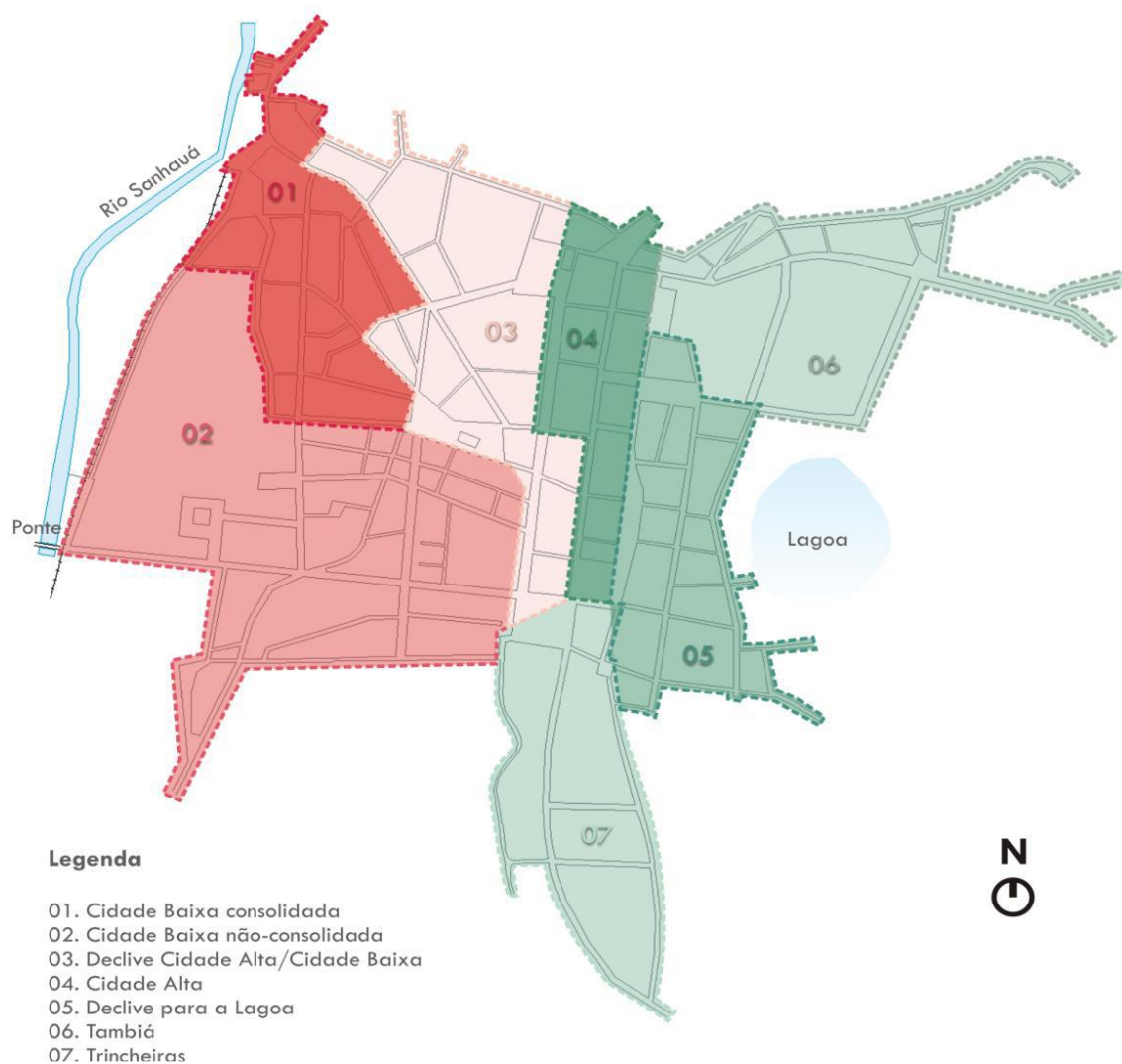
Fonte: Jardim (1910), modificado por Sousa e Vidal (2010).

Ressaltam-se também as obras de Nelci Tinem, que era Professora Permanente do PPGAU/UFPB e professora colaboradora do PPGAU/UFRN com a sua vasta experiência em pesquisa na área de Arquitetura e Historiografia, aferindo diversos

temas que estavam em volta de João Pessoa. Em 2002, sua tese de doutorado transformou-se no livro "O alvo do olhar estrangeiro: o Brasil na historiografia da arquitetura moderna".

A mesma também visualizou o trabalho de Jardim em planta dividindo a cidade em diferentes zonas, como: Cidade Baixa Consolidada, Cidade Baixa não Consolidada, Declive entre a cidade Alta e a Baixa, Cidade Alta Consolidada, Declive para a Lagoa, Tambiá e Trincheiras.

Figura 5:Planta da Cidade da Parahyba²¹ como zonas de ocupação – 1889



Fonte: Tinem (2006).

Em 2006, organizou o livro "Fronteiras, marcos e sinais: leituras das ruas de João Pessoa", o qual nos mostra que a cidade alta x cidade baixa são vias comunicantes, complementares e dialéticas, com interações que vão além da dicotomia alta=rica e baixa=pobre, e não vias de oposições. Rompendo com essa visão cristalizada entre cidade alta e baixa, como apanágio da riqueza e da pobreza mutuamente excludentes e quase estranhas entre si, entendemos que essas se interpenetram de formas muito complexas e a Rua da Areia aparece como um “ponto comunicante” extremamente relevante nesse sentido.

Diante disso, enfatiza-se que diversas pesquisas, a partir dos anos 2000 foram desenvolvidas nas instituições públicas de ensino superior, vinculadas aos programas de pós graduação, nas áreas de Arquitetura, História, Geografia, dentre outras, tendo a Paraíba como o foco das atenções.

Com isso, listamos algumas pesquisas, a nível mestrado, que podem ser citadas por sua vasta contribuição, como:

- *“Paisagem e memória – o patrimônio natural e edificado do centro histórico de João Pessoa – PB”*, de Dayse Luckwü Martins (2003) no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFAL;
- *“Espaço público em João Pessoa (1889 – 1940): formas, usos e nomes”*, de Maria Cecília Fernandes de Almeida (2006) do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo;
- *“As transformações na paisagem do Porto do Capim: leituras de uma paisagem urbana”*, de Vera Lúcia Araújo (2006) do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba.
- *“Entre miasmas e micróbios: a instalação de redes de água e esgoto na cidade da Parahyba do Norte (PB) e outras medidas de salubridade – 1910/1926”*, de Chyara Charlotte Bezerra Advíncula (2009) do Programa de Pós-Graduação em Geociências da UFPE;
- *“Quatro décadas de grandes expansões planejadas na capital paraibana (1913-1953)”*, de Patricia Gigliola de Queiroga Ressa (2012) do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental da UFPB.

- “*O ideário imperial na cidade da Parahyba Uma incursão no patrimônio arquitetônico neoclássico*” de Jessica Soares de Araújo Rabello (2018) do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPB.
- “*Novo Patrimônio Católico: a projeção de uma atuação pastoral para uma cidade em mudança (1894-1953)*” de Lucas Gomes Nóbrega (2020) do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB.

Além disso, não podemos esquecer de pontuar a tese de Doutorado de Waldecir Ferreira Chagas (2004), intitulada “*As singularidades da modernização na Cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930*”. do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pernambuco.

Apresentado em primeiro momento, as obras em geral que contemplam com a produção intelectual acerca da cidade, é importante trazer para o leitor algumas questões em torno das discussões de certos historiadores e urbanistas em como se deu o planejamento urbano da cidade.

É imprescindível destacar que há críticas ao modelo “espontaneísta” que defendem o planejamento urbano na formação das cidades brasileiras, com isso, podemos citar Roberta Marx Delson, que em seus estudos, retrata o planejamento das cidades, sobretudo, no interior do Ceará em meados do século XVIII, a qual ela afirma que o traçado teria sido estabelecido por Portugal.

Moura Filha (2004, p. 5-6) também acompanha esse pensamento ao analisar a construção do espaço urbano da Filipéia afirmando que havia, de fato, ‘uma intencionalidade’ por trás das “ações e das estratégias” adotadas na colonização e povoamento do Brasil, “combatendo a ideia de “acaso” e de “desleixo” apregoada anteriormente, mas sem deixar de lado o caráter pragmático, próprio da cultura portuguesa da época.”

Diante disso, a autora ainda afirma que;

Para tanto cabia identificar em que medida o contexto da colonização brasileira, particularmente nos séculos XVI e XVII, permitiu a aplicação do “conhecimento” científico que os portugueses detinham naquela época sobre a construção de cidades, ou se neste processo teve maior peso uma “prática” de fazer cidades transferida para o Brasil quando da ocupação do território, fosse na escolha dos sítios a serem povoados, ou na própria configuração dos aglomerados urbanos (MOURA FILHA, 2004, p. 6).

Moura Filha (2001) com o intuito de pautar a regularidade do traçado inicial de Filipéia, utiliza as conclusões obtidas nos estudos de Murillo Marx, explanando que;

Enquanto imagem, o resultado desse processo é o reflexo de uma "incipiente ordenação jurídica" materializada em uma "frouxa disposição física inicial repetindo-se a predominante "disposição irregular", com "ruas mal delineadas, tortuosas e inconstantes na largura, de pequenas travessas, de terrenos que parecem escorregar desalinhadamente.

(...)

Talvez por isso, o produto urbano da Filipéia se diferencie, e ao observar o traçado das suas primeiras ruas, logo se percebe que não houve aqui o "significativo abandono" e o "desleixo" que Sérgio Buarque de Holanda apontou ser uma característica das cidades portuguesas construídas no continente americano (MOURA FILHA, 2001, p. 204-205).

Com isso, podemos corroborar com os estudos de Moura Filha (2001, p. 205), afirmando que houve uma intenção de regularidade no traçado urbano da Filipéia, que se “encaminharam de tal maneira que leva a acreditar na possibilidade da existência de um plano pré-definido para a cidade, apesar de não haver qualquer indicativo concreto sobre o mesmo”. Não obstante, podemos apontar um jogo de forças entre a intenção reguladora das autoridades e os processos que extrapolavam as normativas que estavam em torno da abordagem dialética proposta por Tinem (2006), que estabeleciam um traçado mais espontâneo das cidades, principalmente, em relação as suas “ruas de palhas” que eram pouco representadas nas documentações existentes, mas apresentavam indícios de sua presença.

Além disso, indo mais adiante, é importante ressaltar ao processo de urbanização da cidade de João Pessoa sendo necessário refletir através das leituras, como se deram essas transformações e expansões urbanas. No entanto, apesar dessa busca de regularidade no plano mais institucional, a ocupação concreta da área urbana oscilava entre um processo mais planejado e outros mais espontâneos ou fora do controle estrito do Estado.

A leitura destes documentos revela que no decorrer do século XIX há uma preocupação por parte dos governantes com a infraestrutura da capital que discutem a “passagem” de uma cidade mais espontânea a uma mais planejada, que se encontrava em condições inadequadas diante das concepções então vigentes, ferindo os preceitos de higiene e de salubridade pública.

Diante disso, percebe-se que na cidade da Parahyba, assim como outras cidades brasileiras, não havia preocupação com a limpeza nas ruas, nem por parte dos órgãos públicos nem pela própria população. Com as escassas condições sanitárias, as epidemias assolavam a população, se agravando no final do século XIX e que segundo Soares Junior (2011, p. 46) “a insalubridade se alastrava do corpo para as casas, e destas, para a rua”. É importante destacar que durante esse momento, apesar dos discursos civilizadores governamentais, muitas casas de palha existiam como abrigo dos desvalidos ou começaram a ser construídas para amparar as pessoas empobrecidas da cidade e egressas do interior devido às secas recorrentes e à estrutura agrária excludente, predominando pelos becos e vielas.

Ainda no final do século XIX, a situação foi se agravando cada vez mais e se alastrando por toda a região, com isso, a sociedade abastada e os governantes começaram a planejar como poderiam melhorar as condições sanitárias e físicas da cidade, pois devido à condição então presente, era impossível conquistar os padrões de ordem e civilização que circulavam na Europa e já estariam supostamente chegando em muitas cidades brasileiras. Pois, ressalta-se que a tal civilização ficava mais no plano dos discursos, uma vez que para além das “Ruas do Ouvidor” (Rio de Janeiro) havia uma série de vielas e becos escuros, como mostrou Lima Barreto.

No início do século XX, aconteceram algumas transformações e modernizações nas cidades. Na verdade, as intervenções urbanas se constituíram numa realidade em várias cidades brasileiras; o Rio de Janeiro, administrado pelo Prefeito Pereira Passos, foi o maior exemplo disso, visto que, em 1904, seu cenário passou pela primeira intervenção, e foi aformoseado para dar lugar aos novos hábitos, costumes e formas de morar que seguiu o modelo parisiense de urbanização, caracterizado pela abertura das avenidas, a exemplo dos extensos boulevards, com a feição do progresso sonhado pelas elites (TEIXEIRA, 2020).

Não obstante, depoimentos como os de Lima Barreto demonstraram o “outro lado” desse progresso, com as vielas e becos escuros e insalubres, marcas de um passado-presente escravista longamente enraizado e numa cidadania restrita efetivamente a muitos poucos em meio à imensa massa de habitantes do vasto país.

Chagas (2004) afirma que essas transformações na paisagem urbana do Rio de Janeiro foram influenciando aos poucos as outras capitais brasileiras, inclusive, posteriormente, Recife passa a adotar também as medidas de modernizações. Com isso, a elite paraibana, despertou o interesse e o desejo de implementá-las também na cidade

da Parahyba, com a justificativa de melhoramentos na malha urbana, devido à principal atividade econômica na época, que adivinha da cultura algodoeira.

Rabello (2018) retrata que Parahyba e sua reorganização urbanística, inserida no contexto da modernização que caracterizou o Brasil durante as três primeiras décadas do século XX, passaram a representar a preocupação dos governos locais. Aos poucos, os espaços tradicionais de circulação, moradia, trabalho e lazer, foram redefinidos e remodelados.

Nessa jornada, pode-se concluir então que os governos se encarregaram de transformar os logradouros públicos, tornando-os lugares atraentes, higiênicos, arborizados; constituídos de praças e jardins públicos, com novas ruas e avenidas abertas e calçadas, ambientes que elucidavam os paradigmas da modernidade em evidência. Em contrapartida, o propósito real dos governantes era extinguir os becos e vielas, que consideravam como “insalubres” e “enfeavam” a área central da cidade, sem apresentar alternativas para essa população pobre, a quem restavam as áreas mais degradadas do espaço urbano (SÁ, 2009).

Porém, Chagas (2004) afirma que ainda no início do século XX, percebe-se que a malha urbana com as ruas tortuosas e os poucos equipamentos e serviços urbanos, demonstravam os fragmentos urbanos da cidade e que segundo os jornalistas da época ainda eram considerados “feios e insalubres”.

Com isso, devido ao grande número de ocorrências de óbitos, por consequência das moléstias oriundas das más condições de higiene, o governo de João Lopes Machado, em 1909 propôs uma solução imediata, iniciando, assim, o momento das reformas urbanas.

O abastecimento d'água, luz, exgotto e a hygiene publica, são questões que desafiam a atenção do Governo, reclamando uma solução urgente. E' um dever social o melhoramento do estado sanitário das populações e que deve ser cumprido ainda mesmo através de grandes sacrifícios (JOÃO LOPES MACHADO, 1909, p. 16).

O governo, então, se articulou com o discurso médico-higienista, que alertava a sociedade aos novos hábitos de higiene para evitar a disseminação das epidemias e dando destaque a população pobre, que segundo eles, seriam os principais causadores das doenças por viverem nos cortiços e casas de palha (SÁ, 2009).

No ano de 1911, apesar do fato de que o Serviço de Hygiene Pública já ter sido regulamentado desde 1895 pelo Presidente do Estado Dr. Álvaro Lopes Machado, não

era efetivamente implementado. Assim, ele foi regularizado apenas no ano de 1911 através do decreto n. 494, institucionalizando assim, a Repartição de Hygiene Publica do Estado, organizando as diretrizes de maneira pretensamente eficaz no combate as moléstias e as respectivas mortes.

Era incontestável a urgencia de ser adotada a nossa Capital com uma organização sanitária que viesse introduzir novos estímulos e dar serio combate ás antiquadas e prejudiciais idéas existentes entre nós em matéria de hygiene. Neste sentido baixei o decreto n. 494, de junho do corrente anno, que organiza a Repartição de Hygiene, de acordo com o regularmento expedido na mesma data. Attendendo ás condições do nosso meio, procurei o quanto possível, tornar esse regulamento compatível com as condições do campo onde vae ele ter execução (JOÃO LOPES MACHADO, 1911, p. 26-27)²⁷.

Colocando em prática tais medidas, o início do século XX, marcou o começo das transformações mais substantivas da Parahyba do Norte, que segundo Sá (2009) não englobava toda a população que se beneficiara de tal feito, como a luz e bonde elétricos, água encanada, dentre outros.

Chagas (2004, p. 38) afirma que o governador Castro Pinto (1912-1915) encaminhou “as obras de melhoramento das vias públicas e de substituição dos antigos serviços por outros considerados novos e ágeis”, sendo a Rua da República²⁸ a artéria que recebeu maior atenção, com a luz elétrica, calçamento de paralelepípedo, o qual vinha procurando conservar o empedramento das ruas, estendendo-o a outras artérias da Cidade alta que estavam cobrando-o.

Portanto, através de um breve panorama sobre a história urbana acerca da cidade de João Pessoa, vê-se, dessa maneira, que uma ampla produção intelectual se debruça sobre a cidade em momentos distintos e busca demarcar elementos interpretativos que vamos discutir posteriormente.

²⁷Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil?l1=4&l2=18&l3=33>

²⁸Chamou-se, originalmente, Rua da Ponte e, posteriormente, teve denominações distintas: Rua da Ponte, para seu trecho inferior, terminando na Maciel Pinheiro e Rua da Imperatriz, em seu trecho superior, que vai até o oitão do Palácio do Governo. O principal motivo pela elevada importância da Rua da República na consolidação da cidade de João Pessoa, é pelo fato de a mesma ter sido por muitos anos o principal meio de acesso entre as cidades de Bayeux e João Pessoa, bem como por ter ligação direta entre a “cidade baixa” e “cidade alta”.

1.4 A relação do processo de urbanização das cidades, os Marcos Normativos e o patrimônio cultural

Considerando que a Rua da Areia será nosso objeto de estudo, e na perspectiva do entendimento de sua presença no processo de urbanização da cidade de João Pessoa nas últimas décadas, além da reconfiguração do espaço urbano, com a consequente transformação da mesma rua de espaço nitidamente residencial e comercial a “área de preservação do patrimônio”, vamos convidar alguns autores que contribuem com importantes referenciais para a nossa reflexão.

É imprescindível, portanto, compreender e conhecer as políticas de preservação para refletir sobre as discussões referentes a teorias e conceituações dos patrimônios históricos aplicados, especificamente na Rua, pois o reconhecimento da importância dessa nova percepção de valorizar e preservar o patrimônio (tangível e intangível) coloca em tela as possíveis relações entre a memória do país e as representações do imaginário social dos diversos grupos atuantes na área, como os moradores, as prostitutas, comerciantes, estudantes, líderes religiosos e outros, sendo assim, espaços redimensionados, ressignificados, revisitados, se tornando palco para diversas formas de ações e práticas sociais que influenciam o modo de vida cotidiana do local.

Com isso, precisamos trazer alguns aspectos do urbanismo para entender como se deu essa relação, pois o mesmo programou políticas que se constituem em um movimento de edificações transformando e reestruturando os espaços que estão correlacionados diretamente na vivência e nas relações sociais de cada coletividade e que em muitos casos, acabou não acompanhando a necessidade de preservação e proteção patrimonial, gerando embates com a modernidade, ou, por outro lado, desconsiderou a presença de grupos sociais em larga medida desvalidos, que “pagaram a conta” de diversos projetos de revitalização de patrimônios, como se verifica em diversas situações no país.

Podemos, portanto, associar ao caso da Rua da Areia, pois pensar em urbanismo remete a discussões teórico-metodológicas complexas que não apenas modificam os espaços, mas também os indivíduos e o mundo que os rodeiam, em muitos aspectos. Essa perspectiva, segundo os princípios de Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, alinha-se à da história da cultura material, ou seja, é necessário compreender que o espaço urbano não é apenas um elemento decorrente dos fatores socioeconômicos ou

geográficos, mas sim, um complexo de elementos materiais – físicos, simbólicos e ideológicos – com dinâmica própria. Diante dessa afirmação, Gomes (2004) nos diz que;

Merecem assim destaque os estudos sobre as tradições e os modelos de urbanismo aqui construídos e difundidos, os mecanismos de circulação de idéias e ideais de cidade [...]. Articulando, de maneira crescente, história, forma, imagem e preservação (MENEZES *apud* GOMES, 2004, p. 09-10).

Adentrando sobre os aspectos das mudanças da morfologia urbana em detrimento do movimento moderno, de acordo com Oliven (2001) percebe-se então que a urbanização no Brasil, no âmbito da sua evolução e especificidades, obteve influência direta, sendo considerada a mola propulsora das grandes funções dentro do dinamismo da estrutura social. Isto apontou para a influência sincrética do movimento moderno, atrelando-se as caracterizações da formação social, da organização espacial, além de ser carregada de simbolismos culturais e sociais, imprescindíveis para a ideologia das formações das cidades. O autor ainda afirma que;

É provável que o que haja de peculiar à sociedade brasileira seja justamente sua capacidade de deglutir aqueles aspectos da modernidade que lhe interessam, transformando-a em algo adaptado à sua própria realidade em que o moderno se articula com o tradicional, o racional ao afetivo, o individual ao pessoal (OLIVEN, 2001, p. 12).

Observa-se, portanto, que na Cidade de João Pessoa pode-se perceber uma mudança no espaço urbano a partir do século XIX, introduzindo profundas alterações na morfologia urbana, além na vida da população, pois como diz Moura Filha (2010, p. 93) “as cidades são o espaço por excelência da manifestação do movimento da modernidade, onde inicialmente vão ser dar as instalações dos equipamentos modernos (...) que transformou a cidade e anunciou uma vida nova”.

Destarte, em 1938 os modernistas²⁹, através da sua atuação no SPHAN³⁰, iniciaram a obra de construção do patrimônio histórico e artístico nacional. Segundo Sant’Anna (1995) a mesma estava intimamente ligada ao processo de consolidação da

²⁹Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lúcio Costa, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade eram considerados profissionais que eram comprometidos com a ideologia do urbanismo moderno

³⁰O ano de 1937 marcou a proteção do patrimônio como atribuição do Estado através do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN).

arte moderna como a nova arte brasileira, e este fato determinava a ação de construir uma identidade nacional a partir de uma visão artística. Esta prática se referia a “salvaguarda dos vestígios do passado da Nação, e mais especificamente com a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico” (FONSECA, 2009, p. 81). Em relação a isso, Chuva (2012) retrata que o patrimônio, no território brasileiro, foi instituído em torno de uma estética moderna e universal, sendo fundadores das práticas de preservação do patrimônio cultural, não obstante, esse moderno devesse se vincular à valorização de uma estética nacional, ou, segundo a autora: “Ser moderno passou a significar assumir a feição própria do Brasil e dispensar os padrões estéticos estrangeiros” (CHUVA, 2012. p. 70)

Além disso, a escolha para patrimonialização estava correlacionada ao âmbito econômico, pois um possível tombamento de um bem isolado, como se tornou prática, não causaria danos maiores. Portanto, não lhes ocorreria tombar cidades em processo de desenvolvimento, cujas necessidades de reestruturação urbana para adaptação as novas demandas as prejudicariam dentro de uma ótica ligada ao mercado imobiliário e da construção civil. Apenas bens singulares e excepcionais fariam parte desse acervo tombado.

Além das legislações nacionais, ressalta-se que a prática das preservações inicialmente foi pautada através de cartas, recomendações, convenções internacionais a prática da preservação sempre foi influenciada e regulamentada por recomendações, cartas ou convenções de órgãos internacionais³¹, e Sant’anna (1995) afirma que esse conjunto de práticas voltadas para a salvaguarda de conjuntos históricos podem ser consideradas, de início, repetitivas e até mesmo empobrecedoras no que diz respeito às experiências nacionais de preservação.

Para entender um pouco sobre como se deu esse processo, vamos adentrar sobre as recomendações e cartas patrimoniais para compreender alguns preceitos do urbanismo e das preservações das edificações históricas, abaixo serão demonstradas algumas que foram consideradas importantes e pioneiras associando à delimitação da área tombada da cidade de João Pessoa.

A primeira carta que retrata acerca das questões da visibilidade dos monumentos antigos é a de Atenas (1931), entretanto, foi apenas na década de 1960 que o conceito de patrimônio composto por monumentos edificados reconhecidos por

³¹Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

valores históricos e artísticos passou por uma significativa revisão através da publicação da Carta de Veneza, ressaltando que;

O sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (CARTA DE VENEZA, 1964).

Além disso, há a publicação das Recomendações de Paris (1962 e 1968), e a Norma de Quito (1967), primeira a propor a delimitação de zonas especiais de monumentos, tratando de maneira específica a utilização do zoneamento, propondo então que a legislação de proteção se delimite da seguinte forma: Zona de proteção rigorosa; Zona de proteção ou respeito e Zona de proteção da paisagem urbana.

Motta e Thompson (2012) retratam que em alguns processos de tombamento do IPHAN encontram-se esse tipo de delimitação, considerando a área de entorno como sendo a intermediária possuindo parâmetros urbanísticos menos rigorosos do que as áreas consideradas tombadas.

Partindo desse pressuposto, durante a década de 1960 o núcleo inicial da capital paraibana, continuava sendo conhecido como “a cidade onde tudo acontecia”, devido à predominância do uso comercial, de serviços, moradias e lazer. Porém, com a intensificação da expansão da malha urbana e conseqüentemente, desenvolvimento de novos bairros com polos de comércio e serviço, o mesmo passou a ser chamado de “centro da cidade”, perdendo um pouco a sua “exclusividade” (SILVA, 2014).

Assim, Vargas e Castilho (2009, p. 01) nos fazem refletir acerca dessas transformações que ocorreram em diversas cidades brasileiras, as quais tinham o “centro da cidade” como o “lugar mais dinâmico da vida urbana” sendo marcado pelo uso intenso de pessoas, mercadorias, veículos, que, podemos associar à presença das atividades terciárias. Com isso, a área acabou sendo vista como um referencial simbólico e com isso, acabou sendo um dos parâmetros para a origem do futuro perímetro de tombamento urbano na Cidade de João Pessoa.

Prosseguindo, já em 1975, na Declaração de Amsterdã apresenta a preservação com ordenamento territorial, considerando que a preservação e a conservação do patrimônio, focado no bem arquitetônico, pode ser um dos motivos norteadores no planejamento urbano, conforme descrito abaixo;

O planejamento urbano e ordenamento do território devem integrar objetivos de conservação do patrimônio arquitetônico e não tratar esse patrimônio como um elemento secundário e desligado do conjunto das preocupações, como tem sido feito, frequentemente, num passado recente. É, pois, indispensável favorecer o diálogo permanente entre os técnicos que se ocupam da conservação do patrimônio e os urbanistas. Os urbanistas devem reconhecer que as classes de espaços não são todas iguais e que devem ser tratadas segundo as suas especificidades. Os centros históricos devem possuir objetivos e regras urbanísticas próprias, atendendo aos seus valores estéticos e culturais. As regras gerais do planejamento urbano e de ordenamento do território devem ser coordenadas, e não apenas sobrepostas às regras específicas da proteção do patrimônio arquitetônico (CONGRESSO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO EUROPEU, 1975, p.04).

Porém, Sant'anna (1995, p. 56) afirma que a Carta de Nairóbi (1976) é o documento que maior reconhecimento acerca da especificidade da área urbana enquanto patrimônio e a sua preservação, trazendo questões específicas acerca da salvaguarda dos conjuntos históricos e também “um libelo contra o urbanismo moderno, acusado de uniformização e despersonalização do habitat humano à medida que os conjuntos históricos seguem sendo vistos como fontes de preservação da individualidade e da dimensão cultural dos povos”.

Atrelado a isso, essa prática, teve um progressivo reconhecimento e proteção de amplos tecidos urbanos, que resultou em tombamentos das áreas históricas, especificamente, da Cidade de João Pessoa.

Logo após à criação do IPHAN, uma série de bens de valor excepcional e singulares foram tombados no Centro de João Pessoa, conforme podemos constatar no quadro abaixo:

Quadro 2: Lista dos bens tombados (IPHAN)

Bem Tombado	Região/Bairro	Data	Nº do processo
Capela do Engenho da Graça	Ilha do Bispo (4km do Centro)	30/04/1938	45-T-38
Casa à Praça do Erário	Centro	26/04/1971	828-T-70
Casa da Pólvora - Ruínas	Centro	24/05/1938	155-T-38
Convento e Igreja de Santo Antônio	Centro	16/10/1952	63-T-38
Fábrica de Vinho Tito Silva	Centro	02/08/1984	1.054 -T-82
Fonte do Tambiá	Centro	26/09/1941	127 -T-38
Igreja da Misericórdia	Centro	25/04/1938	103-T-38
Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco	Centro	05/05/1938	42-T-38
Igreja da Ordem Terceira do Carmo	Centro	22/07/1938	043-T-38
Igreja Nossa Senhora dos Navegantes - Ruínas	Cabedelo (Região Metropolitana de João Pessoa)	12/08/1938	041-T-38
Igreja de São Bento	Centro	10/01/1957	063-T-38
Sobrado à Rua Peregrino de Carvalho	Centro	21/06/1938	061-T-38

Fonte: IPHAN, (1994).

No quadro podemos observar que a maioria das obras tombadas estão localizadas na região do Centro Antigo, sobretudo nas proximidades da Rua da Areia, e que foram datadas entre os anos de 1938 a 1971, confirmando a importância desta área para a história pessoense.

Em continuidade, a Prefeitura Municipal de João Pessoa publicou no Diário Oficial do dia 03 de Abril de 1976 a lei nº 2.102 de dezembro de 1975 com o Código de Urbanismo que faz parte do Plano Diretor da Cidade ³², o qual vislumbrou a Área de Interesse Histórico e Artístico de João Pessoa, demonstrando preceitos abordados na Carta de Nairobi (1976) que afirma que as zonas devem ser protegidas de acordo com as condições e restrições de cada área. Percebe-se que o perímetro apresenta limitação dos usos de acordo com o zoneamento proposto presentes no Art. 264. ³³

³²Ressalta-se que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba foi criado em 1971, no entanto os primeiros tombamentos estaduais ocorreram a partir de 1979 (após o decreto e delimitação sugerida pelo 1º Plano Diretor).

³³Ver Anexo H

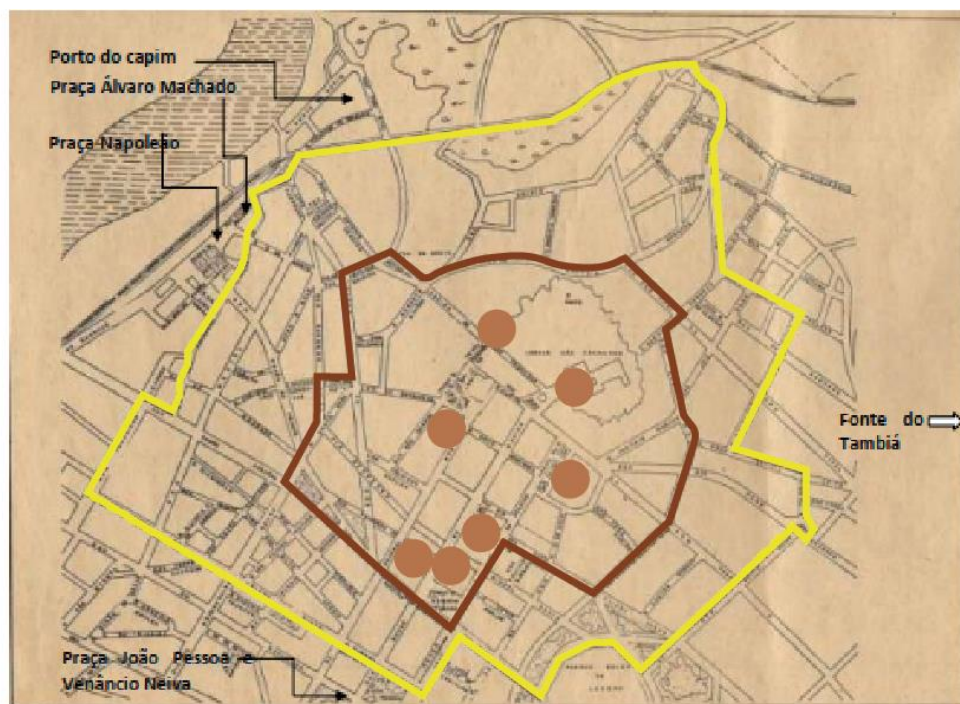
Diante disso, Costa (2017) explana acerca desta área delimitada, e que podemos perceber que a área de preservação rigorosa não compreende o Largo de São Frei Pedro Gonçalves (no Varadouro) e as Praças Venâncio Neiva e João Pessoa (na Cidade Alta). Já o Parque Solon de Lucena, atual Parque da Lagoa, foi inserido parcialmente na área de preservação ambiental (Mapa 4).

Se compararmos essas mesmas praças com a Planta de Alfredo de Barros e Vasconcelos, vamos constatar que a São Pedro Gonçalves não tinha maior pujança em meados do século XIX, uma vez que estava atrelada à presença do porto e à moradia de uma população predominantemente trabalhadora em seus arredores, só ganhando maior relevo arquitetônico mais no final desse século. Outrossim, a Venâncio Neiva e a João Pessoa eram largos ou terreiros fronteiros e laterais ao Palácio do Governo Provincial (antigo Convento dos Jesuítas) e que eram área muito próximas ao extremo sul da então zona urbana, no começo da região conhecida como Trincheiras, que veio a se tornar uma área de maior vulto arquitetônico já adentrado o século XX. Já a Lagoa, sequer cartografada por Vasconcelos, só recebeu urbanização a partir da década de 1920.

Como se vê, a delimitação de 1975 quase que se acoplou à Planta elaborada 120 anos antes, o que denota que essa delimitação praticamente havia se definido em termos do traçado herdado do período colonial, que pouco havia sido ampliado na primeira metade do século XIX.

No Mapa abaixo, a linha tracejada em amarelo representa a área de preservação ambiental, já a linha vermelha significa a área de preservação rigorosa e os cubos em vermelho os bens tombados pelo IPHAN.

Mapa 4: Mapa de delimitação da área de preservação do Plano Diretor de João Pessoa (1976)



Fonte: Costa, (2017) a partir dos dados obtidos na PMJP, (1976)

Porém, é necessário analisar alguns conceitos presentes, no Art. 269, que diz;

Art. 269 – As obras de restauração exterior – consistem na restauração da volumetria e fachadas originais sendo permitidas as modificações internas que não se reflitam no exterior compreendendo

I – Restauração da primitiva fenestração

II – Substituição de esquadrias, balaústres, revestimentos inautênticos por elementos de desenho, material e cor compatíveis com a época do prédio

III- Recomposição de telhados primitivos no que se refere ao material, disposição e detalhes, com eliminação de qualquer apêndice inautêntico (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, Art. 269, 1975).

Nota-se que os mesmos divergem dos preceitos recomendados pela Carta de Veneza (1964), pois aqui poderia restaurar através de bens compatíveis, gerando um “falso histórico”, remetendo ainda os conceitos do teórico Viollet-Le-Duc.

É importante frisar, que o IPHAEP foi criado no ano de 1971, através do Decreto-Lei nº 5.255, assinado pelo Governador Ernani Sátiro, e em 1978, através do decreto 7.819 que “Dispõe sobre o cadastramento e tombamento dos bens culturais, artísticos e históricos do estado da Paraíba, e dá outras providências”, tem o respaldo de buscar, legalmente, a salvaguarda do patrimônio estadual paraibano, dando também ao referido órgão o papel de “agente sacralizador do patrimônio histórico paraibano”, permitindo a criação de Zonas de Preservação Ambiental e sugerindo o tombamento

gradativo de bens móveis e imóveis, para garantir a proteção em detrimento da utilização indiscriminada do direito de propriedade sobre a função social de determinado bem(OLIVEIRA,2010).

Nesse contexto, Oliveira (2010) afirma que os primeiros tombamentos da Cidade de João Pessoa privilegiavam os membros da elite econômica, política e intelectual, através da preservação de lugares relacionados a acontecimentos ímpares de uma única classe social que, produzia uma memória que legitima uma história oficial, ocorrida sem disputas e “construída de cima para baixo”. É possível perceber aqui, que o IPHAEP se baseia em torno de edificações construídas até o início do século XIX em uma visão de cidade-monumento, a despeito de toda evolução do conceito de patrimônio e de visibilidade e ambiência.

Outro convênio, firmado com a Prefeitura de João Pessoa obrigava a este órgão a consultar o parecer IPHAEP em caso de projetos de alterações, reformas ou demolições de imóveis que constassem na Zona de Preservação Rigorosa (atual Área de Preservação Rigorosa). A partir disso, a arquitetura passou a ser o foco do Conselho Consultivo do IPHAEP e que foi verificado em 2002, nas Atas de Reunião, que 90% das solicitações que a Prefeitura de João Pessoa ao IPHAEP eram sobre alterações de piso, telhados ou muros; modificações internas nas edificações, fechamento ou abertura de esquadrias nas fachadas, dentre outras (OLIVEIRA,2010):

E era realmente essa preocupação: a arquitetura. Essa preocupação criou problemas e espécies de protestos, não aceitação. Porque “o cara” não queria aceitar que o prédio dele tivesse um valor arquitetônico, dentro de certas características históricas ou do próprio estilo, eles não queriam aceitar isso. É exatamente isso, eram os imóveis que o Conselho se deslocava para o prédio quando solicitado pelo proprietário. A gente ia, quase que cada um com seu meio de transporte próprio, e ia se estudar. Realmente, era um estudo na base da arquitetura, do estilo, da área, do valor histórico da coisa, e isso era feito, depois relatado, discutido, aprovado ou não, a permanência daquele prédio, e enviava ao proprietário a resolução da coisa, o processo era esse. (ENTREVISTA LINDUARTE NORONHA *apud* OLIVEIRA, 2010).

De acordo com o professor Linduarte, embora o IPHAEP tivesse uma ampla gama de atuação e os seus primeiros anos tenham sido mais abrangentes com relação aos tipos de patrimônio, posteriormente, houve uma “escolha” por privilegiar as ações na arquitetura que se deu exatamente pelo fato de que a cidade de João Pessoa, uma das mais antigas do Brasil, estava sendo destruída:

Exatamente porque a cidade de João Pessoa, capital, sendo a 3ª surgida no Brasil, uma das mais antigas, estava sendo destruída, como ainda está hoje – não se iluda com isso, não! Mas aí começou, o Conselho, a gente começou a ver, começou a analisar a distribuição dos prédios que mereciam realmente uma conservação. Principalmente, o Varadouro lá de baixo, que a arquitetura e a turma especialista no assunto chamavam de artérias esclerosadas de uma cidade. Aquele mundo ali embaixo da cidade baixa lá no Varadouro, tudo fechado, ninguém queria mais saber de nada. Mas lá era exatamente pela indiferença dos proprietários. Ninguém queria colocar um prego na parede, nada. “Não há dinheiro, o governo é que deve fazer isto” (OLIVEIRA,2010).

Mesmo com a homologação do Decreto 7819/78, o IPHAEP só começa a tombear os imóveis a partir do ano de 1980, sendo homologados 45 Decretos de tombamento de imóveis e de conjuntos de imóveis. Dentre eles, nove são de propriedade do Governo do Estado, cinco de propriedade do município, 06 de propriedade da União e o restante (25 imóveis) são de propriedade privada.

Dentre esses imóveis estão o antigo Hotel Globo, o Palácio Episcopal, a Academia Paraibana de Letras, o prédio do IPHAEP, o Quartel da Polícia Militar, o comando da Polícia Militar, a Biblioteca Pública do Estado, o Tribunal de Justiça, a Academia Paraibana de Letras, alguns coretos de praças, a Lagoa, a Loja Maçônica, a Faculdade de Direito, a Associação Comercial da Paraíba, o Correios e Telégrafos e ainda, 15 residências, todas de propriedade particular (sendo que uma já foi tombada em arruinamento, que é o casarão nº 81 da Avenida João da Mata), o que ressalta a visão monumental do patrimônio material e arquitetônico como suposta síntese da memória indenitária da nação.

Diante disso, uma ressalva para os integrantes da comissão do IPHAEP durante este período, sendo eles: Lauro Pires Xavier (Ecólogo e conhecedor da flora); Antonio Sergio Tavares (Geógrafo); José Paiva de Moraes (Engenheiro Agrônomo) e Claudino Alves da Nóbrega (Arquiteto), porém, apenas em 1982 publica-se oficialmente a delimitação do perímetro tombado inicial de João Pessoa, que se denomina como “Centro Histórico”, esta área é um pouco mais ampla que a anterior e não havia divisão entre área rigorosa e ambiental.

Porém, apenas em 1982, o IPHAEP define a área do Centro Histórico de João Pessoa através do Decreto Estadual n. 9.484 de 1982, que delimita o perímetro da área a ser tombada definindo o Centro Antigo da Cidade de João Pessoa. Este decreto, assinado pelo Governador Tarcisio Burity, estabelecia o perímetro sobre a jurisdição do IPHAEP, o qual foi adotado pelo Plano Diretor de 1992.

Esta delimitação ampliava o polígono do Plano Diretor de 1976 e considerava como objetos de proteção outras áreas além da parte “monumental” considerada anteriormente. A nova delimitação tinha limite à margem do Rio Sanhauá e abrangia parte dos bairros Varadouro e Centro, compreendendo os núcleos Cidade Alta e Baixa que se formaram no século XVI e, incluindo ainda, o Parque Sólon de Lucena (Lagoa) e o Parque Arruda Câmara (Bica) e os bairros Tambiá, Rua João da Mata, Rua das Trincheiras e parte do bairro Jaguaribe, que tiveram sua ocupação concluída no século XX, além da antiga Fábrica Matarazzo, entre outros espaços desconsiderados na primeira delimitação

Essa delimitação, foi adotada no Plano Diretor de 1992 que ficou em vigência até 2004, quando obteve-se a aprovação do Decreto 138/2004 que denotava uma tentativa (intencional ou não) de alinhamento com o período denominado como “cidade documento”³⁴, onde o patrimônio passava a ter valor enquanto acontecimento histórico, configurando uma fonte de informações acerca da produção do espaço arquitetônico, urbano e social, para além do valor artístico do bem (SANT’ANNA, 1995). É importante frisar, que iremos retomar essa discussão de forma mais adensada no Capítulo 3.

Além do mais, embora o IPHAEP tivesse conseguido o papel de agente sacralizador do patrimônio paraibano, o mesmo apresentava uma estrutura frágil financeiramente, e não tinha autonomia suficiente para tomar decisões, perdendo a sua visibilidade para o Convênio Brasil Espanha com a Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, que veremos abaixo.

Em 09 de abril de 1987, foi celebrado um convênio de Cooperação Brasil/Espanha, que inseria o Centro Histórico de João Pessoa no Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Ibero-América, mantido pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI), formado era formado entre o governo do Brasil através do Ministério da Cultura - cujo ministro era o paraibano Celso Furtado - e do IPHAN; o governo da Espanha, através da AECI; o governo do Estado da Paraíba através do IPHAEP e a Prefeitura Municipal de João Pessoa

³⁴A cidade concebida como documento consistiam em propiciar de conhecimento sobre a história, a partir da leitura da morfologia urbana, ou seja, se apresenta como uma nova perspectiva de entendimento dos sítios urbanos históricos. A forma de ver a cidade não está vinculada somente a sua forma urbana, mas também se encontra na sua história bem como em sua natureza paisagística, na sua “estrutura natural” (FRANCO, 1984, p. 12).

Através desse convênio, no dia 24 de novembro do ano de 1987, surgiu a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa (CPDCH-JP), através do Decreto-Estadual 12.239. Tendo como finalidade implantar e monitorar o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa– PRCH (1987-2002) que tinha a missão de recuperar as raízes culturais em comum entre o Brasil e a Espanha³⁵; restaurar e valorizar o patrimônio natural e construído brasileiro e obter a formação de mão de obra qualificada e especializada em distintos níveis, inclusive na revalorização de ofícios artesanais (CPDCH-JP,2000).

Ressalta-se, inclusive que a área de atuação da CPDCH-JP não correspondia à mesma poligonal do Centro Histórico delimitada pelo IPHAEP em 1982. Segundo Costa (2009) a poligonal da Comissão abrangia a área de ocupação urbana até a segunda metade do século XIX aproximadamente, enquanto o IPHAEP trabalhava com um espaço físico mais amplo, bem como um período de expansão histórica até a primeira metade do século XX. Não se sabe ao certo se essa área de proteção do IPHAEP que seguia o Decreto Nº 9484/1982, estava ligada ao contexto de “cidade-documento” ou se essa foi uma delimitação aleatória, sem contexto.

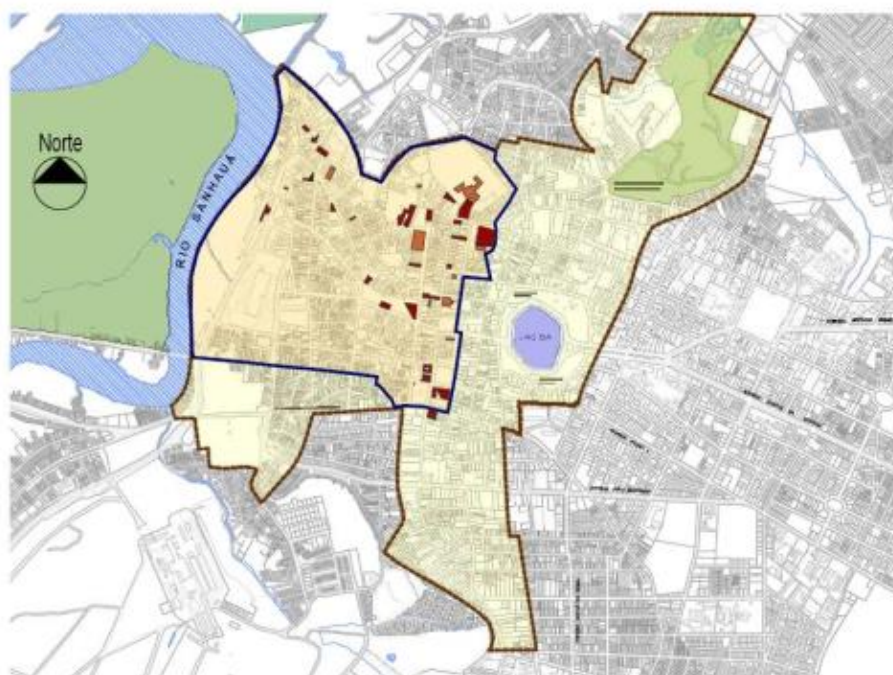
Diante desse fator, Marcelo Silva, arquiteto membro da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico, em entrevista concedida a Gonçalves (2014) afirma que a delimitação feita pelo IPHAEP em 1982, estava interligada apenas a critérios visuais, enquanto a da CPDCH-JP estava baseada em “critérios mais técnicos”.

Em 1982, quando foi delimitado o Centro Histórico pelo IPHAEP, ele foi delimitado basicamente por uma questão visual. Onde é que de fato está a arquitetura antiga da cidade? Onde é que ela tá concentrada? Basicamente isso. Sem pesquisa, sem inventário, sem nada, então foi, se imagina, basicamente uma percepção visual. Em [19]87 com o projeto, era preciso selecionar uma área. E aí o recorte ele foi feito tomando como base o registro da cidade no século XIX, que é uma planta da cidade de 1855, dentro do que tá hoje, definiu-se mais ou menos esse perímetro, como um perímetro de trabalho inicial. E é claro com o objetivo de que ele chegasse a ser estendido para o restante da área. Mas no primeiro momento era o que de fato era possível ser realizado. Isso foi feito. (MARCELO SILVA, EM ENTREVISTA REALIZADA NA SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NA PARAÍBA, EM JOÃO PESSOA, NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2013, *apud* GONÇALVES, 2014).

³⁵Por haver sido fundada em 1585, durante a vigência da União Ibérica, o governo espanhol considerou que João Pessoa reunia um acervo que permitiria reconhecer a presença hispânica no processo colonizador no Brasil.

Prosseguindo, apenas em 1987 surge uma terceira poligonal proposta pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa tendo uma certa independência administrativa, por causa da adoção orçamentária, estabelecendo uma área intermediária entre a proposta pelo Plano Diretor e do IPHAEP, fazendo com que ambos os órgãos trabalhassem em conjunto e de acordo para determinar o perímetro tombado.³⁶

Mapa 5: Perímetro da área tombada destacando a delimitação do IPHAEP e da Comissão do Centro Histórico de João Pessoa



Fonte: Acervo do IPHAN, (2006), com modificações feitas pela autora, (2021).

Segundo Moura Filha; Filho; Silva (2016, p. 198) durante a década de 1980, o Centro Antigo da capital paraibana vivenciava o seu ápice com o setor comercial e serviço, o qual era bastante procurado e considerado pela população como sendo “um dos melhores espaços de compra da cidade e lugar de encontro da sociedade”. Mas, posteriormente, devido às transformações urbanas e expansões acarretando o desenvolvimento e surgimento de outros centros comerciais inseridos nos novos bairros, “perdendo esta característica e passando a atender uma população de menor poder aquisitivo”.

³⁶Porém, a revisão só aconteceu no ano de 2004, com a publicação do decreto 25.138.

Em contrapartida, a nível nacional, Vargas; Castilho (2009) afirmam que os órgãos responsáveis pela conservação do patrimônio começavam a debater e desenvolver as possíveis estratégias para barrar a deterioração das áreas centrais, com o intuito de buscar alternativas para a manutenção física e simbólica destas, devido às mudanças de uso e funcionalidade, utilizando assim os preceitos das cartas patrimoniais e recomendações.

A partir dessas informações, percebe-se que, a nível nacional, apesar de ratificar e considerar algumas informações presentes nessas cartas e em outros documentos de cunho internacional, a aplicação dos conceitos se deu de forma parcial, como por exemplo, pode-se perceber o aproveitamento econômico do patrimônio para a área do turismo nas ações do Programa de Cidades Históricas (PCH) e as reconceituações no conceito das áreas de entorno que refletiram na delimitação de diversas portarias, apontado pelas autoras Motta e Thompson (2012).³⁷

Somente a partir de 1988 surge a preocupação de tornar a comunidade um agente nas ações de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural, traduzida principalmente na Constituição de 1988 que possui decretos e leis que visam à preservação do patrimônio cultural e de seus bens, como o Artigo 216 da Constituição Federal;

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, que incluem nos quais se incluem:

I - As formas de expressão;

II - Os modos de criar, fazer e viver;

III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 216).

Esta década também foi marcada pela ampliação do acervo de cidades e centros históricos tombados, devido à transformação dos critérios de valoração, pois as principais motivações de preservação não estavam mais ligadas às qualidades estéticas ou a homogeneidade estilística, mas sim na capacidade que teria esta localidade em testemunhar a história.

³⁷Conforme as Normas de Quito (1967)

É necessário então compreender como se caracteriza o Plano Diretor de João Pessoa, do ano de 1992, que tinha por objetivo completar a legislação urbanística existente na época, que era composta pelo Código de Urbanismo; Obras e Edificações, Posturas e Defesa do Meio Ambiente (SCHUSTER, 2009).

O Plano Diretor de João Pessoa tinha como seu objetivo principal o desenvolvimento integrado das funções sociais da cidade, preconizando o uso justo da propriedade urbana e a preservação dos bens culturais, do meio ambiente e do bem estar da população (art. 2º), enfatizando a preservação do patrimônio histórico cultural e paisagístico da cidade como um dos “objetivos-meios” para assegurar os objetivos principais supracitados (inciso VI). Com relação à área do Centro Antigo de João Pessoa, está definida no Macrozoneamento do Plano Diretor como Zona Adensável Prioritária (artigo 11), que constitui a zona onde a disponibilidade de infraestrutura básica, a rede viária e o meio ambiente permitem a intensificação do Uso e Ocupação do solo.

No entanto, o mesmo plano mapeia o Centro Histórico como uma das áreas das Zonas de Restrições Adicionais, que podem ser caracterizadas como porções do território, localizadas tanto na Área Urbana como na Área Rural, nas quais o interesse social de preservação, manutenção e recuperação impõe normas específicas e diferenciados para o uso e ocupação do solo.

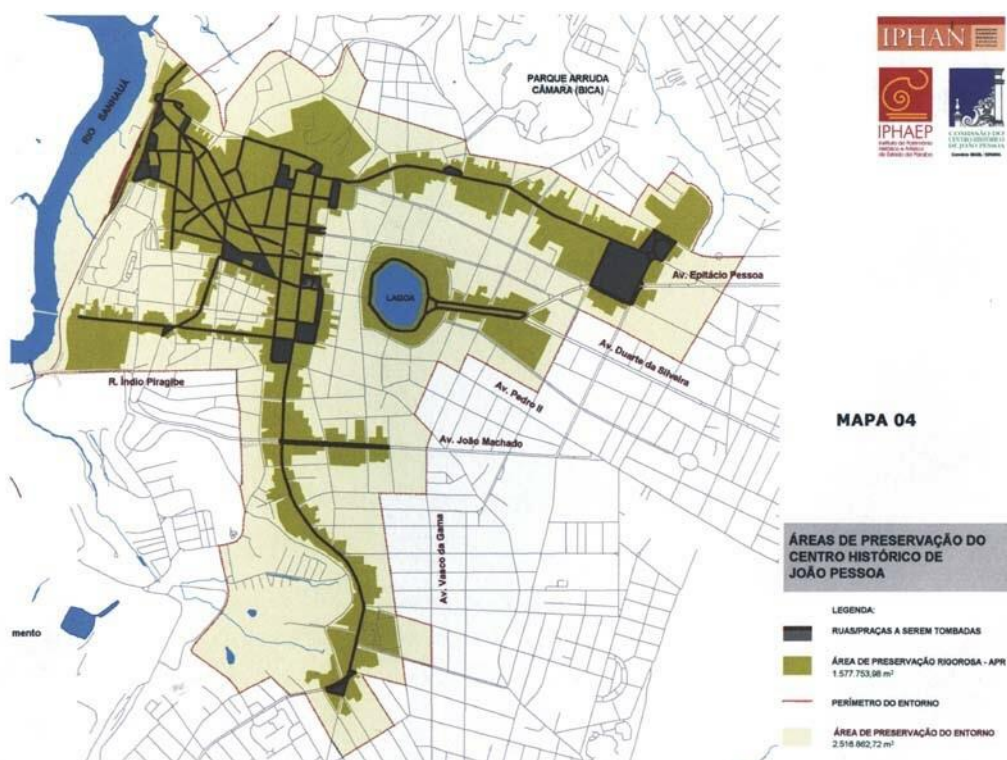
No que diz respeito à Poligonal utilizada pelo Plano Diretor, este adota a mesma Poligonal definida pelo decreto Estadual nº 4984, que está dentro do Centro Antigo caracterizando como Zona Especial de Interesse Social, atribuindo à Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa e ao IPHAEP a análise técnica e a deliberação das intervenções nesta área e, ainda coloca que esta deveria ser objeto de regulamentação específica.

Em 28 de junho de 2004, o governador do Estado da Paraíba homologou, através do decreto Estadual 25/138, a Deliberação 05/2004, que aprovava o tombamento do Centro Antigo Inicial da Cidade de João Pessoa e dava outras providências. Essa deliberação considerava que havia gerado uma poligonal “baseada em critério quantitativo de configuração espacial” e que exigia uma reorientação baseada em critérios qualitativos que tivessem por objetivo, preservar a identidade da cidade através de suas feições arquitetônicas e urbanas.

Com essa nova delimitação da área, definiram-se novos zoneamentos, além da ampliação da área e a atuação sobre o mesmo espaço físico da CPDCHJP e do IPHAEP.

A poligonal ficou dividida em duas zonas: Área de Preservação Rigorosa – APR e a Área de Preservação de Entorno - APE (DECRETO Nº 25.138, 2004). Essa poligonal estende a proteção da Rua das Trincheiras até o final da João da Mata e também ao bairro Tambiá, principalmente na Rua Walfredo Leal e retira o Parque Zoológico Arruda Câmara (Bica).

Mapa 6: Área de preservação de João Pessoa



Fonte: IPHAEP, (2004).

Já a Área de Preservação do Entorno– APE consiste na “porção de território natural ou urbano vinculado pela continuidade espacial evolutiva do traçado urbano e pelos laços históricos, culturais, sociais, econômicos e funcionais à APR, mas que não possua semelhante densidade de bens de significação cultural.” A deliberação coloca que a APE funciona como uma área de transição e manutenção da ambiência entre a APR e a área de expansão da cidade.

Em suma, em meio a esses processos, parte significativa da população fica alijada do acesso a esses espaços mais sofisticados e suas condições e moradia e fruição do espaço urbano se degradam, de forma a que esses sujeitos vivenciam uma situação que se coloca na contraface dos processos de “modernidade urbana”. Assim deseja-se ressaltar que esses sujeitos atuantes têm uma relação com o passado, compreendendo-o dentro da sua realidade, pois, nesse caso, a identidade acaba sendo construída a partir da

convivência dos diversos agentes sociais presentes no território e a dinâmica atual do crescimento urbano atrelada à preservação do patrimônio cultural, traz problemas que ainda representam desafios a serem enfrentados por diversos centros urbanos antigos.

Feitas essas incursões primeiras em torno de nossos pressupostos de trabalho e das linhas gerais do processo de urbanização de João Pessoa, nos achegamos de maneira mais próxima do nosso objeto, que se trata de uma rua secular no traçado da cidade, espaço de muitas histórias e de uma vida ainda bastante pulsante nos dias que correm.

CAPÍTULO 2: UMA RUA DA VELHA PARAHYBA E DA ATUAL JOÃO PESSOA

O mar se transforma em área nobre e a cidade esquece de dar a devida importância ao rio que viu a cidade nascer e permanece hoje solitário como o casario da Rua da Areia.

Fronteiras, Marcos e Sinais.
Nelci Tinem (2006, p. 139)

Antes de ingressarmos propriamente na Rua da Areia, vamos trazer alguns elementos de síntese sobre a história urbana de João Pessoa, visando situar melhor as nossas discussões nas interações entre a rua e a cidade.

2.1 De pequeno aglomerado urbano a região metropolitana

A cidade de João Pessoa, cuja data considerada oficial de fundação é no dia 5 de agosto de 1585, no contexto da expansão colonial lusitana rumo ao norte do atual território brasileiro, no início da sua formação colonial, era demarcada genericamente por duas áreas: a Cidade Alta ou Alto da Colina, que abrigou o núcleo urbano com os conjuntos religiosos, edifícios administrativos e as residências das classes altas, que correspondia a um aglomerado tipicamente colonial, e eram edificadas pelos grandes proprietários da vizinhança para habitarem nos tempos chuvosos (MENEZES, 1985) e a Cidade Baixa, conhecida popularmente como Varadouro, localizada nas margens do Rio Sanhauá e era vista por Aguiar (1985), como um “lugar baixo de pouca água, à beira-mar ou a margem de um rio, onde se varam as embarcações”, expandindo-se principalmente a partir de “ruas tortuosas, becos e ladeiras”. Em formulações mais recentes, essa dicotomia entre cidade Alta e Baixa tem sido questionada, mas vamos adotando essa demarcação de momento.

Menezes (1985) através do relato colonial de Henri Koster, diz que;

A cidade baixa, compõe-se de casinhas e é edificada a borda de uma bacia ou lago mui vasto onde se reúnem tres rios que despejam no mar por um só canal de grande largura. As margens do lago como a de todos os rios d'agua salgada desse paiz, são cobertas de mattos tão apertados e expessos que parecem não ter sahida (MENEZES, 1985, p. 12).

Nos primeiros séculos, essa parte baixa da cidade esteve associada a atividades de cunho comercial e à produção de pequenas olarias, plantio de capim, pescarias e outras vinculadas ao mundo do trabalho. Nessa região se localizava um porto, cujo movimento estava ligado à produção açucareira da Capitania, mas que não teve o vulto e o movimento do Porto de Recife, o mais movimentado da área.

Em relação ao sistema construtivo, Moura Filha (2016, p. 23) afirma que através de uma documentação posterior é possível observar no início do século XVII, que algumas casas existentes na Rua Direita– principal artéria da Cidade Alta –, por exemplo, eram edificadas em alvenaria de pedra, demonstrando a estabilidade e desenvolvimento que a cidade havia obtido algumas décadas após à fundação, sendo assim, consequência do crescimento da produção açucareira da Capitania.

A autora discorre, ainda, sobre a construção de edificações mais sólidas com essa técnica, que pode ser comparada com a observação relatada por Pero de Magalhães Gândavo, em finais do século XVI, quanto ao caráter de durabilidade, afirmando que;

Quanto ás casas em que vivem cada vez se vão fazendo mais custosas e de melhores edificios: porque em principio nam havia outras na terra sinam de taipas e térreas, cobertas somente com palma. E agora há já muitas sobradadas e de pedra e cal, telhadas e forradas como as deste Reino (GÂNDAMO, 1980, p. 93 APUD MOURA FILHA, 2016, p. 23).

A ocupação holandesa e as guerras a ela associadas entre as décadas de 1630 e 1650, desorganizaram profundamente a economia da Capitania e após à expulsão dos holandeses a recuperação econômica foi lenta e difícil. Em termos urbanos, acompanhando o quadro apontado por Moura Filha, a Capital havia ficado com vários edifícios abandonados e em ruínas e a retomada de obras de reconstrução foi lenta e marcada por descontinuidades. As edificações militares permaneciam, em sua maior parte, em precárias condições, as Igrejas e Conventos dos Beneditinos, Jesuítas, Carmelitas e Franciscanos (essa última a mais notável da cidade) tiveram sua reedificação se arrastando por muitas décadas. A maioria dos prédios ligados à

administração pública era de pequeno porte e mal alojados. O porto tinha instalações muito acanhadas e não conseguia se consolidar com um movimento comercial expressivo, colocando-se numa relação de subordinação ao de Pernambuco. No mais, predominavam as modestas moradias de barro e palha, que poucos registros deixaram na fisionomia urbana, apesar de algumas fotografias do final do século XIX e as denominações de algumas vias (Rua da Palha, Rua do Melão, Rua da Sodoma) permitirem entrever brechas dessa presença quase apagada da vida da cidade.

Na virada do século XVII para o XVIII a situação da cidade continuava pouco promissora, que segundo Menezes (1985) havia uma série de evidências relacionadas à crise econômica, política e fiscal que resultaram em motins de soldados e noutros problemas de difícil solução. Além disso, durante esse período, ocorreram longas secas, predominâncias de gafanhotos e enchentes. Prosseguindo, na metade do século XVIII, o comércio estava em crise, especialmente na área açucareira, que acabou resultando na anexação da Paraíba a Pernambuco, de 1755 a 1799.

Já na virada do século XVIII para o XIX, em decorrência da política pombalina de modernização do estado português, que incluía novos instrumentos de controle por parte da administração régia, passou-se a dispor de algumas informações sistematizadas, especialmente no âmbito da demografia e economia (GONÇALVES, 2016). No final do século XVIII a Capitania da Paraíba recobrou a autonomia que havia perdido em detrimento de Pernambuco ao longo de quatro décadas.

Ainda sobre isso, no século XIX, a produção de algodão atrelada ao aumento do seu preço no mercado mundial, expandiu o comércio, surgindo novas indústrias e maior dinamismo, propiciando um crescimento da arrecadação da província, surgindo as mansões dos fazendeiros na cidade alta (MENEZES, 1985). Concomitantemente, assiste-se uma intensificação da urbanização na parte baixa, até então mais ligada à presença de moradias precárias de trabalhadores de ocupações como pesca, olarias e outras relacionadas às atividades ribeirinhas, devido à expansão do comércio do Varadouro, além do funcionamento do Porto, para o qual usualmente se demandavam reivindicações de ampliação, tal como está indicado na *Memória sobre os Melhoramentos que precisa a Província da Parahyba* (1877), do Engenheiro Francisco Soares Retumba, que insistia no seu porte tímido e que isso denotava um aspecto de atraso econômico para a Província.

Maia (2014) ressalta que o conjunto de transformações econômicas e sociais estava associado à criação das normas e nas intervenções urbanísticas, já que

encontramos dados alusivos nos documentos oficiais da Província da Paraíba, bem como nos relatórios dos presidentes, e, posteriormente, na implantação das Posturas Municipais a serem utilizadas nas edificações das casas, tendo recuos necessários. Documentos, estes, que iremos nos debruçar a seguir.

Em decorrência, na década de 1820, através de um ofício do Governador da Província Alexandre Francisco de Seixas Machado (governo de 1824 a 1827) ordenando a remoção das urupembas³⁸ na cidade da Paraíba – percebe-se uma preocupação acerca do disciplinamento urbano, mas ainda não de maneira sistematizada, como ocorreram nas décadas seguintes. As tais determinações estão correlacionadas à preocupação da insalubridade pública e à difusão de costumes pretensamente civilizados, com o intuito de proporcionar as mudanças no comportamento da população e qualidade dos espaços públicos.³⁹

Devendo huma vez acabar com o antigo e impolitico uso das urupembas nas portas, e janelas nas ruas ainda as principais desta Cidade, o que só podia admitido nos princípios rusticos da primeira fundação; Vossas senhorias passarão ordem para no termo de cincoenta dias contados da publicação desta ordem serem tiradas as ditas urupembas, e substituírem com algum outro reparo que quizerem como gelozias ou vidraças (inelegível) as ruas da compreensão desta cidade, sem excepção de lugar algum della (DOCUMENTO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA ALEXANDRE FRANCISCO DE SEIXAS MACHADO, EM 26 DE OUTUBRO DE 1825. Acervo da Câmara Municipal de João Pessoa).

Seguindo adiante, ao longo do século XIX, em meados de 1850, com o aumento das atividades urbanas, verificou-se certo deslocamento do centro da gravidade da organização social do patriarcado agrário para as cidades, que, segundo Batista, em muito modificaram os seus certos valores psicológicos dos sobrados, pois os mesmos deixaram de ser considerados apenas como “*residências de inverno*” e começaram a ser utilizados, com seus dois ou três andares, compondo a residência, armazém e casa de cômodos (BATISTA, 1951).

³⁸Paulo César Garcez Marins (2001) retrata que as urupembas, de origem tupi, significam uma peneira com talas de madeiras utilizada para peneirar mandioca, milho e afins. Nesse contexto, foram uma espécie de treliças inseridas nas janelas e portas com o intuito de sombrear as áreas internas, mantendo ventilação natural, além de “isolar” o espaço interno das casas do olhar das pessoas que transitavam pela rua.

³⁹Ver Anexo A

Os comerciantes, estabelecidos no porto do capim, não queriam os seus **caixeiros**⁴⁰ morando distante do armazém, preferiam tê-los no segundo andar, dar-lhes comida e dormida a ficar esperando que chegassem para abrir as suas portas depois de quatro horas da manhã, mesmo os mais lordes, que moravam na Rua da Areia ou na Rua Direita, deixavam o seu primeiro andar na Visconde de Inhaúma ou nas Convertidas para os caixeiros, que foram no Brasil do patriarcado urbano, uma espécie de moleques ricardos da bagaceiras dos sobrados de armazéns. Bagaceiras nem sempre mais higiênicas ou nobres que a dos engenhos (BATISTA, 1951, p. 68).

Na cidade da Parahyba, o tipo de sobrado predominante nas zonas residenciais foi o de um andar, raramente com dois andares apresentando uma loja em cima. Além disso, a predominância era na Rua Nova ou Direita (Cidade Alta) e quando aparecia em outras artérias, era algo incomum e se notava logo na composição visual. Com isso, o autor afirma que se pode perceber que a Rua da Areia, ao longo do século XIX, veio transformando, os seus “Cinco Sentidos – cinco casinhas iguais e modestas que iniciaram o arruamento na parte sul – em sobrados de azulejo, com muita muraxabiês⁴¹ e fôlhas de rótulas.”. Veremos em mais detalhes os referidos sobrados (e suas ligações quase imperceptíveis, mas dialéticas, com os mucambos), uma vez que eles acabaram conformando a paisagem arquitetônica da Rua da Areia em sua condição de espaço constante da área tombada como patrimônio nos dias que correm.

Reis Filho (2019, p.28) ressalta-se também que em meados do século XIX os principais tipos de habitação brasileiras eram os sobrados e a casa térrea. Suas diferenças fundamentais consistiam no tipo de piso: assoalhado no sobrado e de “chão batido” na casa térrea. Definindo então que habitar o sobrado significava riqueza, já a casa de “chão batido” caracterizava a pobreza. Por essa razão os pavimentos térreos dos sobrados, quando não eram utilizados como lojas, deixavam-se para a acomodação dos escravos e animais ou ficavam quase vazios, mas não eram utilizados pelas famílias dos proprietários.

⁴⁰Os caixeiros representaram uma profissão na Parahyba e foi, um dos “produtos” mais expressivos na concentração de capital dos centros urbanos. Eles podiam ser considerados como sub-produtos dos meirinhos, dos pequenos funcionários, mestres de obras e afins e podiam ser associados também como “super-produto” quando exerciam as atividades das profissões liberais (matadores de porco, porteiros, zeladores de edifícios públicos dentre outros) (BATISTA, Juarez da Gama, 1951, p. 68).

⁴¹É um elemento arquitetônico com origem árabe. É uma espécie de treliça de madeira que serve como fechamento para janelas e balcões, permitindo a ventilação e o “ver sem ser visto” – quem está dentro vê o que está do lado de fora, mas não o contrário. Esse elemento, desde o século XIX está ligado à função de refrescar pessoas e, ao mesmo tempo, preservar sua privacidade enquanto dá liberdade para observar o que se passa do lado de fora.

Nesse contexto, Batista (1951) traz um debate acerca dos sobrados, os quais ele denominou de **sobrado-rua**⁴², correlacionando-os à abolição da escravidão com a sombra do patriarcado urbano, sendo a sombra de uma situação social de menor distância entre o homem, a rua e os problemas urbanos. Podemos observar que o autor busca a sua referência na obra “Sobrados e Mucambos”, de Gilberto Freyre, trazendo um estudo sobre as mudanças urbanas em João Pessoa em torno de meados do século XIX, buscando a relação entre a cidade com traços coloniais e corrobora com a visão mais “espontaneísta”, sendo superada pela cidade mais “racional”.

Ele afirma que,

(...) E morar no sobrado, distante de tudo o que se passasse na rua, resguardado das aventuras imprevisíveis de um contacto mais direto com o exterior – aventuras e perigos a que se sujeitava quem, às vezes, apenas botasse a cabeça na janela de um casa térrea – morar assim, encastelado, veio a tornar sinônimo de importância, de prestígio e riqueza. Viver em sobrado queria dizer, portanto, segurança e posição, garantia e status social (BATISTA, 1951, p. 19).

Diante dessa discussão, vamos buscar alguns elementos em Batista (1951), que procurou caracterizar e denominou a o zoneamento da cidade da Parahyba, a partir de 1850, com uma expansão radial do centro para a periferia, onde o autor traz um mapa com áreas características, sendo elas:

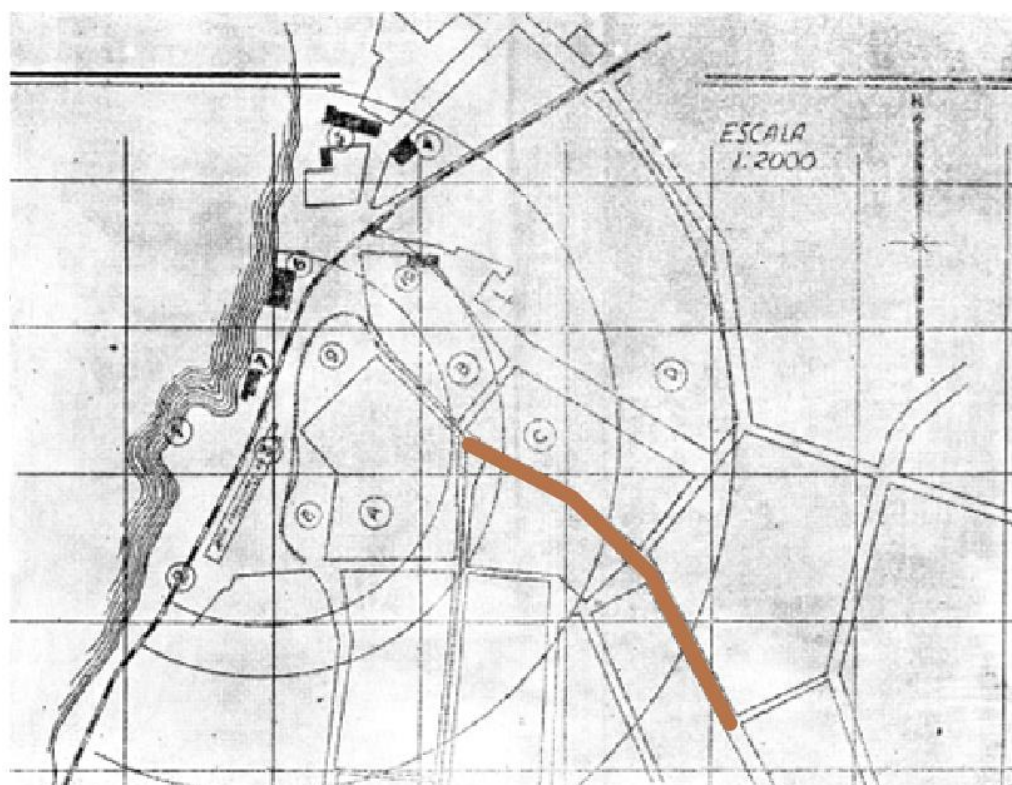
- A) **Loop:** Zona comercial, que se estabeleceram primeiro os proprietários de armazéns com a família e os caixeiros, por ser uma zona próxima do porto. Aqui há o aparecimento de indústrias e novas atividades comerciais; Área de maior mobilidade durante o dia.
- B) **Zona de deteriorização, ou área cativa:** É uma zona dependente e parasitária do Loop. Aqui habitavam as pequenas famílias de operários, com ponto de encontros, como quiosques, lanchonetes e afins. Lá se encontravam também os centros de meretrícios, chamado de “purgatório das almas perdidas”.
- C) **Zona das luzes brilhantes:** Era a área que abrigava o centro da vida social, com ruas bem iluminadas e dos contatos mais íntimos e próximos dos prédios e residências.

⁴²O autor afirma que esses imóveis “puxavam os homens para a rua, para a política mais acirrada, para o convívio mais sincero com os outros, para outro tipo de relações que não fossem as de mera ostentação de poder, as que se acostumaram tão mal os homens da casa-grande (BATISTA, Juarez da Gama, 1951, p. 6)

D) **Área pobre:** Envolvendo a cidade, essa era a zona dos bairros pobres e dos que iam ao Loop todos os dias para trabalhar ou a procura de um emprego.

Assim, identificou-se no mapa estabelecido por Batista a localização da Rua da Areia— objeto de estudo dessa pesquisa – para dialogar com as características dadas pelo autor, onde percebe-se que a artéria engloba no seu início, a Zona B e posteriormente, a Zona C e a D (Figura 4).

Figura 6: Zoneamento da cidade da Parahyba, representando parcialmente a sua expansão radial.



— RUA DA AREIA

Fonte: Batista, (1951), editado pela autora, (2020).

Porém, a planta sugerida por Batista se relaciona apenas a uma parte da cidade, não englobando a “cidade alta”, além das Ruas Nova e Direita, que teriam outra caracterização, por esse motivo, a mesma não será utilizada como análise principal dessa dissertação. Porém, o seu zoneamento nos dá uma visão em relação, especificamente, sobre a Rua da Areia, pois demarcando-a no seu mapa, observamos que a referida rua engloba a **Zona de deteriorização, ou área cativa, Zona das luzes brilhantes** e a **Área pobre** e vai se constituindo num aclave mais gradual entre a cidade

baixa e alta e ganha importância crescente pelo seu movimento. Certamente, as caracterizações de Batista, de meados do século XX, exigem ponderações mais recentes, mas atestam um esforço importante de refletir sobre a urbanização local e apontam um papel de grande relevo para a Rua da Areia, o que chama a atenção cuidadosa de nossa pesquisa.

Outrossim, dadas essas características, de lugar de passagem, suas funções entre residencial e comercial e a convivência entre a rua e os becos e ruelas em seu traçado ganham uma configuração social muito significativa. Até hoje, observando as travessas da Rua da Areia, notadamente em seu traçado mais baixo, percebe-se a presença de habitações modestas, quadro bem distinto dos sobrados ou térreos de maior porte que demarcam essa via.

Figura 7: Travessa dos Milagres, que fica em área contígua à Rua da Areia. Marcas de uma arquitetura modesta, que mostra a vida que existe e existiu “à sombra” dos grandes sobrados.



Fonte: Acervo da autora, (2021).

Pode-se então trazer algumas hipóteses em relação aos usos iniciais da Rua e à sociedade que a abrigava, como por exemplo, a dialética urbana – com a pobreza misturada de forma tensa à riqueza e que provavelmente esse breve “tempo de riqueza” (período da forte expansão algodoeira) se deu em meio a um “longo tempo” de pobreza com a expansão radial do centro para a periferia. Podemos perceber inicialmente, através de notícias na imprensa local um pouco sobre esta dialética.

Ainda no alvorecer do século XIX, em 1801, essa tensa relação entre a cidade de “pedra” e a da “palha”, levou a que as cercanias da Rua da Areia tivessem presenciado um célebre crime, no qual o Frade franciscano José Lopes cometeu bárbaro assassinato de sua amante pobre na Bica dos Milagres, a poucos passos da Rua da Areia, conforme está anotado em uma de nossas principais referências da historiografia paraibana de inícios do século XX (PINTO, 1977. p.219-221).

Em 1896 no Jornal A União na ed. 00797, encontrou um anúncio de uma venda importante na Rua da Areia n. 87, oferecendo “uma cama franceza, um par de botas <russianas>, um silhão e um selim, com todos os arreios e pertences, ambos, sendo tudo magnifico e completamente novo. Vêr pra Crêr! E’ pechincha!”⁴³

Em contrapartida, nas proximidades da referida Rua (como a Travessa dos Milagres, Beco do Tanque e Rua Santa Roza), identificou-se noticiários voltados para o crime, violência e falta de higiene. Como por exemplo, sobre o Beco do Tanque, no Jornal O Norte – PB, em 1908 noticiando que;

Respeitante a nossa local de hontem, sobre um grupo de cangaceiros que se reúne diariamente, no Beco do Tanque, a promover desordena, o comendador Santos Coelho, delegado da capital. mandou hontem uma patrulha de seis soldados, policiar o referido Becco, a fim de evitar o agrupamento dos perniciosos indivíduos (O NORTE – PB, 1908, ed. 00135).⁴⁴

Já em 1913, a notícia com o título “Tiro de Rifle a Esmo” abordou que;

Ante-ontem, cerca de 11 horas do dia, palestrava com dois amigos o sr. Izaias Aranha na calçada do seu estabelecimento comercial, situado na esquina da Rua Barão da Passagem⁴⁵ com o becco do Tanque, quando de súbito vêm esboroar-se sobre os tres vários pedaços de cálice cahidos do alto do sobrado mais próximo. Volvendo ás vistas para ali, o grupo compreendeu o que se passara: uma bala, encravando-se no oitão do mesmo sobrado, estragou o reboco, de que vários fragmentos attingiram os palestrantes (JORNAL O NORTE – PB, 1913, ed. 01505)⁴⁶

Além disso, em 1915 obteve-se outra manchete intitulada “Guarda Modelo” falando que;

O guarda civil nº 53 é um guarda exemplar. Ante hontem, a 1 hora da madrugada approximadamente, estando ele de ponto à rua de Areia, ao

⁴³Anexo B

⁴⁴Anexo C

⁴⁵Como então era denominada a Rua da Areia.

⁴⁶Anexo D

passar apressadamente um vulto suspeito, que surgia do becco do Tanque. O 53 que estava alerta, correu atraz do fugitivo que embarafustou pela rua do Mata Negro (O NORTE – PB, 1915, ed. 02133).

Já os noticiários encontrados relacionados à falta de limpeza pública e o mal cheiro, foi identificado em no ano de 1924 no Jornal PB, um desabafo de uma leitora, residente na Rua da Areia, explanando que;

<Illimo. Sr. Redactor d’ “O Jornal”.

Ainda não fazem muitos dias que esta redacção escreveu algo a respeito do serviço dos esgotos nesta capital, chamando a p’eciosaatensão do sr. dr. Baeta Neves para a morosidade com que está sendo procedido o trabalho, na rua da Areia.

Pois bem, cabe agora implorar as vistas da Prefeitura para a remoção do lixo da mesma rua, cujos moradores, não tendo aonde colloca-lo, depositam-no na **Travessa dos Milagres**, uma vez que a limpeza Publicaahi não passa, o que proporciona aos habitantes da referida travessa uma athmosphera mephitica e doentia (O JORNAL PB, 1924. Ed. 00191. Grifo nosso)⁴⁷

Apesar da reclamação da leitora, em 1953, no Jornal O NORTE, na edição 01046, havia uma manchete que informava “Prá quem gosta de criar porcos, nada como a Rua da Areia, no trecho compreendido entre a Rua Santa Rosa e o bêco do Tanque”.⁴⁸

De certo modo, isso explicaria a presença de discussões de certos historiadores e urbanistas, que retratam essa sociedade abastada presente na área, que representavam grandes senhores. Porém o cenário da Rua da Areia é autentico, dinâmico e ultrapassa esse entendimento.

Retornando as intervenções urbanísticas, especificamente, percebe-se através do relatório do presidente da província, Assis Carvalho que em 1868, ele determina o calçamento das ruas, iniciando pelas principais da cidade alta e posteriormente para a cidade baixa, se estendendo as travessas, ladeiras e becos. Com isso, ele traz a situação da Rua da Areia e o seu calçamento;

Calçamento da Rua da Areia – O calçamento é uma das grandes necessidades de que se resente esta capital, principalmente não havendo n’ella illuminção publica. Quando assumi a administração da província já estavam calçadas as ruas do varadouro, convertidas e carro⁴⁹, e contractado o calçamento da rua da ponte. Julguei conveniente prosseguir n’esse melhoramento. E como que

⁴⁷Anexo E

⁴⁸Anexo F

⁴⁹Para o final do século XVI, Berthilde Moura havia identificado o caminho do carro na Rua da Areia, mas no século XIX essa denominação estava associada à atual Rua Barão do Triunfo, que sofreu intervenções de monta, de forma a viabilizá-la como principal via de acesso entre a cidade baixa a alta. Ponto que já foi discutido anteriormente.

d'elle precisava como mais urgencia, pareceo-me a da Areia, que além de ser espaçosa e contar alguns edifícios, ***era uma continuação da importante rua do varadouro***, ordenei que por ella se fizesse aquelle serviço, de cuja a administração encarreguei o capitão do porto, não só por confiar na sua aptidão e actividade, como porque só possuia diligencia poder-se-hia alcançar sufficiente pedra de granita sem dispêndio para os cofres públicos.

Intentou-se o calçamento da dita rua no dia 17 de fevereiro e até o presente [...] estão feitas 236 braças quadradas, nas quaes se tem dispendido a quantia de 6:823.5460 rs., que não me parece exagerada, tendo-se em vista as difficuldades do terreno para cujo trabalho houve necessidade de se fazerem cortes e aterros, trabalhos estes que ordiariamente custosos.

Já está concluído no meio da dita rua, o boeiro destinado ao esgoto das águas pluviais de grande parte da cidade que paralli correm. O custo d'esse boeiro está incluído a'aquella quantia (ASSIS CARVALHO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE, EM 29 DE JULHO DE 1868, p. 17).⁵⁰

Na metade do século XIX, a cidade de João Pessoa encontrava-se em desenvolvimento, porém, mesmo as ruas mais importantes, ainda não estavam inteiramente edificadas. As mais construídas eram a das Convertidas (atual Maciel Pinheiro, na cidade baixa) com 129 casas, seguiam-se a Rua Direita (atual Duque de Caxias, na cidade alta), com 123 casas, e logo em seguida, a Rua da Areia com 84. A cidade compunha de 1.084 casas, inclusive 39 sobrados, onde 2 se localizavam na Rua da Areia (AGUIAR; MELLO, 1985).

Aguiar e Mello (1985) citam que as casas residenciais seguiam a arquitetura típica da época: baixas, com beiral voltado para a calçada, onde a água era escoada pelo telhado em dias de chuva, que consequentemente, geravam o aumento dos agentes erosivos que acabavam dificultando o trânsito, impulsionando a população procurar abrigo junto às paredes.

Segundo Nirvana Sá (2009), sobre o higienismo urbanista na Paraíba, a referida cidade ainda tinha pouca expressividade urbana e limitava-se apenas a algumas ruas de tamanho relativamente pequenas, sendo comum as casas de palha sendo distribuídas entre as ruas, becos e vielas.

Além disso, não possuía iluminação pública, apenas alguns pontos com lâmpada de óleo de mamona⁵¹ ou azeite com horários estabelecidos para o seu funcionamento. Já

⁵⁰Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte em 1868. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=53&s=0&cv=16&r=0&xywh=-985%2C1%2C3712%2C2619>

⁵¹A mamona é conhecida no Brasil por diversas denominações, como: rícino, carrapateira, bafureira, бага e palma-criste. A mamoneira é caracterizada como xerófila (planta adaptada às condições secas) e heliófila (planta que necessita de muita luz), tendo como provável origem a Ásia e encontrando condições

em relação ao abastecimento de águas, era remoto, e que segundo Rodriguez (1994) provinha de fontes, bicas e cacimbas para servir os moradores.

Conforme Castro (2006), a cidade edificada em pedra era reduto dos grandes senhores, sobretudo, na região do Varadouro. É compreensível que no século XIX, devido à legislação do Governo Brasileiro, que trazia a higiene como ponto fundamental para a urbanização espacial, com a existência de diversos documentos que expressam ordens a respeito da saúde e da higiene públicas, deixaram marcas truçulentas para a população nacional⁵².

Em contrapartida, na mesma época, a cidade da Parahyba ainda mantinha, na sua imagem a permanência de hábitos e costumes rurais, o que a distanciava da possibilidade de vir a ser cidade moderna, que conforme Menezes (p. 16);

Não havia a ocupação das fraldas da colina, isto vem se dar, inicialmente ao longo das ladeiras, sinuosas já referidas e de forma irregular, dando a impressão de uma cidade barroca, impressão falsa decorrente da manutenção de uma forma de desenho urbano arcaizante e mantido ainda no século XIX. (MENEZES, p. 16).

É importante destacar, que optamos dividir esse cenário em dois processos, que foram citados por Ressa (2012): as cirurgias urbanas que são os redesenhamentos da área central e as expansões urbanas, ambos são articulados e dialéticos, mas para melhor entendimento do leitor, iremos expor de maneira separada (apesar de muitas vezes serem concomitantes).

Dando início às cirurgias urbanas, o processo de modernização da Cidade da Parahyba, à medida que transformou o cotidiano urbano, principalmente na área central, a população pobre acabou sendo alvo principal, pois, a partir de 1920, além de uma série de demolições de antigas edificações e alargamento de várias vias de circulação de veículos, proibiram a construção de casas de palha, casebres e cortiços, pois eram vistas como moradias insalubres e atrapalhavam o aspecto “deslumbrante” da cidade, que a elite gostaria, além de promover o afastamento dessa população da área central, como uma forma de “higienização”. Com isso, percebe-se a necessidade de reter os pobres e

naturais favoráveis no Nordeste brasileiro. Foi introduzida no Brasil durante a colonização portuguesa por ocasião da vinda dos escravos africanos.

⁵²Para tal fato podemos mencionar Sidney Chalhoub quando analisa criticamente a ideia de que, “O aperfeiçoamento e progresso da higiene pública em qualquer país simboliza o aperfeiçoamento moral e material do povo, que o habita; é o espelho, onde se refletem as conquistas, que tem ele alcançado no caminho da civilização”, conforme escritos catalogados no Códice 44-2-7, Habitações coletivas, estalagens ou “cortiços” ..., AGCRJ, fls 9 e 9v In: Chalhoub, 1999, p. 34.

controlar seus costumes, resultando na elaboração de várias leis, códigos e na fundação de instituições de caridade e auxílio voltados para vigiar, afastar estes excluídos (CHAGAS, 2004)⁵³.

Além disso, ressalta-se que o urbanismo colonial se focou no Rio Paraíba como via líquida de ligação com outras paragens. Com a desativação do Porto Sanhauá, nos anos 1920, e as aberturas de vias que se afastavam do Centro, além das BR's 230 e 101 nas décadas seguintes, o eixo do transporte urbano mudou substancialmente, reconfigurando toda a circulação intra e extra urbana, impactando as vias inseridas no perímetro central da capital paraibana.

Dito isso, podemos observar através da Figura 8, a presença dos trilhos dos bondes em direção a Cruz das Armas, que permitiam um deslocamento mais rápido da população rumo ao Centro da cidade.

Figura 8: Avenida Cruz das Armas em processo de urbanização em 1936.



Fonte: Acervo do Espaço Cultural

Outrossim, há todo um outro plano de expansões ligado ao surgimento de bairros de perfil mais ligado à classe trabalhadora, especialmente a partir dos anos 1960, que

⁵³As classes pobres foram associadas pelos médicos como elementos danosos a sociedade, portanto deveriam ser recolhidos as instituições de caridade.

deram origem a bairros como Castelo Branco, Costa e Silva, Geisel, Bancários, Funcionários II.

Destarte, a partir de 1963 até meados de 1978, dois vetores de crescimento se esboçam: um na direção Centro-Orla, via a Av. Epitácio Pessoa, levando a população de maior renda e melhor infraestrutura e serviços, a residirem nos bairros com melhor padrão de construção (Centro, Tambiá, Expedicionários, Bairro dos Estados, Miramar, dentre outros); em relação à Orla Marítima entre o Cabo Branco e Manaíra (áreas hoje amplamente valorizadas e habitadas por segmentos expressivos da população de mais alta renda), a partir de meados dos anos 1970, a realização de vultuosas obras de infraestrutura (drenagem, saneamento, iluminação, pavimentação etc.), através do Projeto CURA (Comunidade Urbana para Renovação Acelerada), criou o estímulo que faltava para as famílias de mais alta renda se deslocarem para essas áreas (VASCONCELOS FILHO, 2003).

Outro vetor de expansão na direção Centro - Av. Cruz da Armas, na ligação com a cidade de Recife, caracterizado por atividades comerciais e apoio rodoviário, ocupado por residências modestas da população de baixa renda (Cordão Encarnado, Varadouro, Cruz das Armas, dentre outros). A abertura do anel viário da BR-230, contornando a Mata do Buraquinho pelo eixo leste-sul, abriu uma série de antigas áreas rurais para novos bairros que foram se localizando para além desse eixo e que hoje compõem parte substantiva da população de João Pessoa.

Posteriormente, de 1978 aos anos 80 a cidade explode em direção as zonas Sul e Sudeste à revelia de planejamento e implantação de infraestrutura básica. A ênfase na construção de conjuntos populares na cidade de João Pessoa resultou da estratégia política do período ditatorial (aliado aos interesses da construção civil em barrar os conflitos sociais ligados aos movimentos populares pela moradia).

Nesse período, a expansão dos conjuntos habitacionais dobra em relação à década anterior e reafirma a tendência de crescimento da região Sudeste da cidade (ampliação do Castelo Branco e instalação dos conjuntos Ernani Sátiro, José Américo, Ernesto Geisel e José Vieira Diniz – Distrito Industrial). A magnitude desse crescimento urbano em João Pessoa, durante duas décadas – fez saltar o número de domicílios. Datado neste período a publicação do Código de Urbanismo (1976) com redimensionamento do sistema viário de João Pessoa.

Já nos anos 90 houve uma rápida expansão da malha urbana, valorização imobiliária de áreas nobres, proliferação de edificações comerciais, de lazer e serviços,

tanto no Centro como nos bairros residenciais. João Pessoa desenvolve seu potencial turístico com a expansão da rede hoteleira na região da orla marítima, ao lado do crescimento da ocupação residencial de alto padrão, com tendência à verticalização (LAVIERI; LAVIERI, 1992).

Diante da discussão acima, podemos perceber que existe um processo que vai se aprofundando ao longo do século XX, tendo como ponto de partida o Rio de Janeiro e as maiores cidades, de normatização da vida urbana (e de consolidação da ação do Estado perante a sociedade). Esse processo é “descontínuo”, cheio de idas e vindas, de marchas e contramarchas. No Relatório de Rohan, ele elogia alguns proprietários que ajudam o governo, mas se queixa de outros que resistem à ação governamental. Pensando “freyrianamente”, é a disputa entre o Sobrado (e o Mucambo à sua sombra) e a Rua (sendo reticulada, alinhada e nivelada pelo Estado). Além disso, há um adensamento de construções, uma supressão de casas de palha (ou o expurgo das populações pobres para áreas “fora das vistas” e a entrada de edificações de maior porte), inclusive do “neoclássico”.

Partindo agora para as expansões urbanas, em 1926 o governador do Estado assinou um contrato com o engenheiro Júlio Paes Lemos, a fim de que a empresa desse profissional se encarregasse de administrar as obras de abertura e construção, na antiga estrada de Tambaú (a qual ligaria o centro da Capital à praia), a nova avenida Eptácio Pessoa.

Figura 9:Obras em torno da abertura da Avenida Eptácio Pessoa



Fonte: Acervo IHGP (Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba), 1926.

Figura 10: Obra concluída da Avenida Eptácio Pessoa



Fonte: Acervo do Espaço Cultural

Para assegurar a pretendida modernidade entre os paraibanos, o Código de Postura, datado em 1929, fora aplicado, acentuando a divisão entre pobres e ricos, sendo a área central vista como o espaço ideal das elites, pois assegurou às classes dominantes a condição de pertencimento à urbe e em contrapartida, causou “estranhamento” à classe pobre, fazendo muitos moradores abandonarem as suas casas, logo que foram demolidas pelas autoridades, por não estarem compatíveis com o Código de Postura.

Chagas (2004) nos diz que;

A estrutura das casas deveria ser de tijolos e cobertas de telhas, com janelas frontais e laterais indispensáveis à circulação do ar e entrada dos raios solares. Segundo os médicos sanitaristas, essas condições deixavam o ambiente sempre arejado e livre da contaminação de qualquer patologia contraída pelo ar. As residências ainda deveriam ser alinhadas umas às outras em relação ao limite da rua, e o proprietário ficava obrigado a fazer a manutenção das condições básicas de higiene, a exemplo de pintar a fachada externa pelo menos duas vezes ao ano, manter a frente e as laterais sempre limpas e não jogar o lixo na rua, mas armazená-lo em depósito adequado, de forma que pudesse ser recolhido posteriormente (CHAGAS, 2004, p. 165).

Destarte, observa-se que entre as décadas 1920 a 1930 houve alguns impasses em relação à urbanização da cidade, pois apesar de todos os melhoramentos urbanos, ainda haviam sobrados e casarões fora dos alinhamentos exigidos pelas ruas mais largas

visando o trânsito de automóveis, mas não foi um empecilho para o desenvolvimento do processo de modernização da cidade, pois houve a implementação das medidas e apesar de alguns comerciantes serem contra a demolição dos imóveis – para o alargamento das ruas, pois a cidade pediu passagem para os aspectos modernizadores –, foi apenas para defender os seus bens, e não a cidade colonial em si.

A prioridade da Revolução de 1930 para a integração do mercado nacional em relação a reorganização econômica, tinha como finalidade a ampliação dos sistemas viários e urbanos. Nesse sentido, na Era Vargas institucionalizaram-se no Brasil, o urbanismo e o planejamento por intermédio da geração de uma burocracia técnica para atuar na estrutura governamental. Entende-se que em decorrência dos fatores impostos pelos regimes liberal-democrático (1934-1937) e autoritário (Estado Novo), a legitimação dos campos profissionais pôde se dar pelo afastamento das políticas das atividades de gestão (REZENDE, 2013).

Com isso, na Era Vargas obteve-se a política nacional para as cidades quando o governo incorporou a questão urbana, que foi realizada devido à pressão populacional, seja por necessidade de estabelecimento das melhorias exigidas pela industrialização. Essa política vinculava-se ao sistema técnico de administração, à legislação, à habitação, ao conhecimento do território, à criação de novas cidades e aos planos diretores.

Outrossim, segundo Rezende (2013, p. 10) “é nesse sentido, portanto, que nos parece ser possível trabalhar, para o período em tela, com a ampliação da ideia de planejamento como função de governo”, sendo a cidade, pode ser considerada o objeto estratégico de atuação e o urbanismo, uma prática em prol do interesse público ancorada na despolitização e na atuação profissional buscando conciliações entre o capital e o trabalho.

Assim, as transformações implementadas na Cidade da Parahyba se limitaram às artérias onde os comerciantes e os profissionais liberais construíram suas residências, haja vista eles terem contribuído financeiramente com esse processo. Foram então incorporadas a Travessa São Pedro Gonçalves, as ruas Barão da Passagem (antiga e atual Rua da Areia), Maciel Pinheiro, Almeida Barreto, Duque de Caxias, Padre Antônio Pereira e Padre Azevedo. A modernização se estendeu até o fim da primeira República, e seu propósito era tornar a Cidade da Parahyba à vitrine do Estado.

No entanto, nos “desvãos” dos espaços modernos, convivia uma população “invisível”, como se pode ver na região chamada de “Mandchúria”, que se constituiu numa área marginalizada do Centro, durante décadas ao longo do século XX.

Podemos observar nos jornais locais, algumas notícias sobre a área, como no Jornal O NORTE (1952), na ed. 00571, por exemplo, tem-se a seguinte manchete “pedimos ao dr. Abel Cavalcanti um policiamento noturno na praça Aristides Lôbo, e Pedro Americo e diurno, na Maciel Pinheiro e Mandchuria”.

Prosseguindo, há várias notícias sobre essa área, relatando problemas de saneamento e infraestrutura, afirmando que “os serviços de canalização das águas pluviais da Rua Irineu Pinto, numa extensão de quasi duzentos metros, já estão quasi concluídos restando, apenas, os serviços de aterro e a construção da caixa côleitora, ficando assim resolvido o alagamento periódico da zona chamada “mandchuria” (O NORTE, 1952, ed. 00606).

Nota-se também, que os jornais relatavam ser uma zona considerada “perigosa”, afirmando que “na mandchuria, no bairro do meretrício, na rua Silva Jardim, ontem, pela madrugada, houve um serio conflito, conflagrando a zona, onde se dispararam varios tiros e apareceram quatro ou cinco feridos, dois dos quais gravemente” (O NORTE, 1952, ed. 00610).

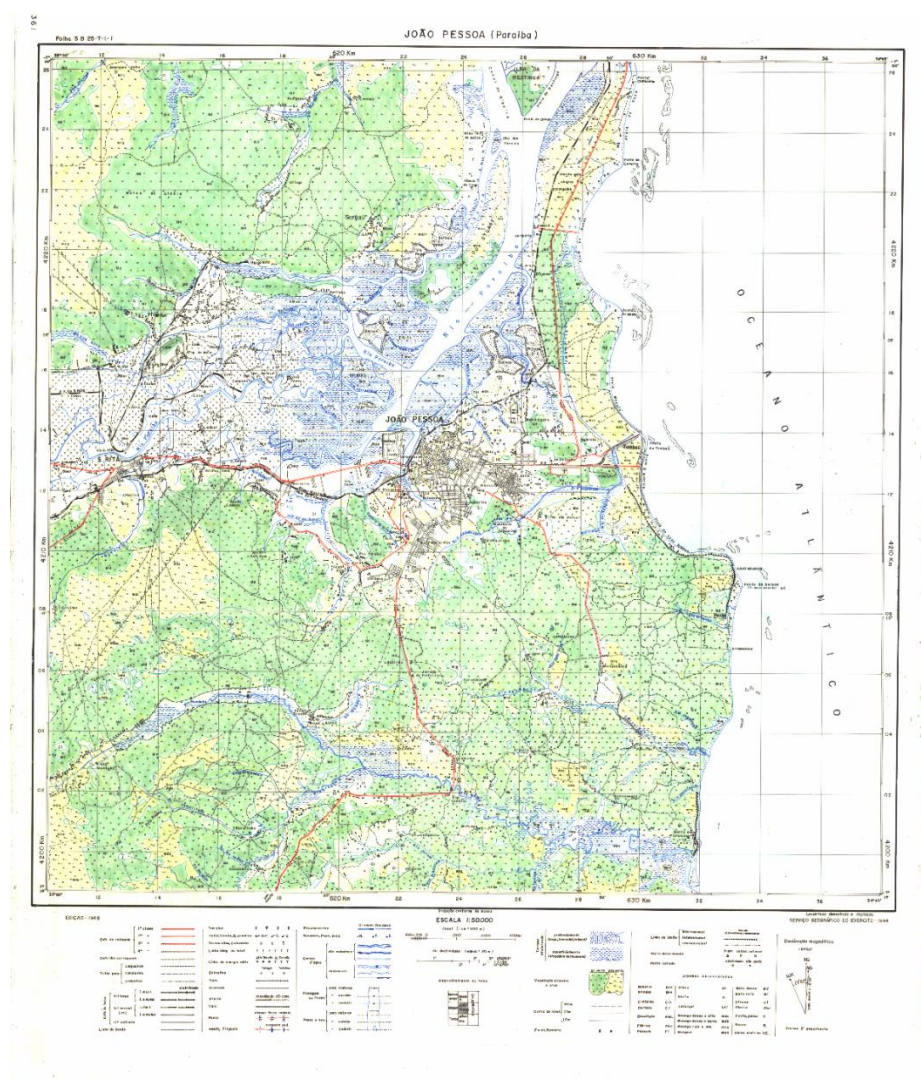
Além disso, podemos confirmar o “esvaziamento urbano” para fins de expansão urbana, através dessa matéria:

Afim de melhorar o aspecto urbanístico e resolvermos velha questão, baixamos os decretos na. 65, 66 e 67, de Janeiro e pelos quais foram considerados de utilidade pública, para efeito de desapropriação, trinta e seis prédios, situados nas ruas da República, Visconde de Itaparica, Eugenio Toscano e Tenente Retumba, sendo as duas últimas ruas da chamada zona da Mandcuria, onde pretendemos reservar para zona comercial e industrial, sendo do nosso propósito ali situar a fábrica “Coremas”, de propriedade do sr. Antonio Gama, afim de como essa medida, ser continuada a Avenida Eptácio Pessoa a qual, passando pelo centro da Praça da Independência, antigira a Avenida Getúlio Vargas, defronte do Colégio Estadual (O NORTE, 1952, ed. 00623)

Apenas em 1932, houve algumas manifestações de líderes religiosos católicos que recebiam subvenções do Estado, defendendo as construções de casas para a população pobre com o intuito de retirá-los da rua, sobretudo os retirantes fugidos da seca e aglomerados nas ruas da Capital, que viviam a esmolarem a sua sobrevivência. Em torno dos recentes bairros de Jaguaribe e da Torrelândia, surgidos e consolidados entre os anos 1920 e 1940, houve intenso investimento do Estado, da Igreja e de particulares abastados em construir instituições de finalidades caritativas para atender a essa população crescente e desvalida (NÓBREGA, 2020).

Em décadas subsequentes, a mudança de Campus, em 1970 da Universidade Federal da Paraíba para o bairro da Zona Sul, pois, as mesmas, anteriormente, se concentravam no centro da cidade e que propicia transformações espaciais e demográficas e o desenvolvimento cultural da região, bem como a abertura de novos eixos viários que, por sua vez, facilitaram o surgimento de novos bairros em direção ao leste e ao sul ainda predominantemente rurais, mas que ganharam feições urbanas em poucas décadas, como podemos observar no Mapa abaixo.

Figura 11: João Pessoa em 1944



Fonte: Setor de Geoprocessamento da Prefeitura Municipal, (2022).

Diante disto, retomando o conceito de cidade *donut* associado a João Pessoa, *citado* anteriormente, atrela-se a esse fator os planos de expansões urbanas da capital paraibana, que ocasionaram em aberturas de principais vias e surgimentos de novos

bairros e conjuntos habitacionais, que contribuíram diretamente para o esvaziamento populacional da área central da cidade, conforme já indicamos em linhas gerais. Para demonstrar, optamos por desenvolver uma linha do tempo para demonstrar, em ordem cronológica, os planos de expansões da cidade de João Pessoa durante o período de 1913 a 1953.

Figura 12: Planos de expansões da cidade de João Pessoa (1913 a 1953)



Fonte: Elaborado pela autora, (2021) a partir de dados obtidos em Ressa, (2012).

Correlacionando a linha do tempo acima, para melhor situar o leitor, através da planta de 1953 apresentada na dissertação de Ressa (2012) podemos identificar as áreas que foram modificadas de acordo com cada plano de expansão no sentido leste-norte, sendo demarcadas no mapa abaixo.

Mapa 7: Planta da cidade de João Pessoa - 1953



- | | |
|---|--|
| 1 Ampliação de Guedes Pereira (1920) | 4 Loteamento Jardim Tambauzinho(1950-1952) |
| 2 Veado-sobradinho (1923-1930) | 5 Loteamento Tambaú (1938-1950) |
| 3 Loteamento Santa Júlia - Macacos (1938) | 6 Expansão de Manaíra (1953) |

Fonte: Ressa, (2012) através dos dados da PMJP, modificado pela autora, (2021).

Ressalta-se então que os planos das expansões da cidade contribuíram diretamente para emigração da área central, para outros bairros, gerando novos polos de comércio. Destaca-se através do mapa acima que a abertura da Epitácio Pessoa e dos planos de expansões dos Loteamentos, contribuiriam diretamente para esse processo.

Com isso, pode-se correlacionar também a um estímulo do “marketing” imobiliário, pois no final da década de 1960, segundo Lavieri; Lavieri (1992) ocorreu a ação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), propondo mudanças de estruturação na cidade, voltadas para a construção de empreendimentos habitacionais de pequeno e médio porte, estimulando uma relativa expansão horizontal e a construção de novas áreas habitacionais gerando assim migração em direção às áreas litorâneas, sobretudo, das famílias tradicionais que ocupavam o centro antigo da cidade.

Atrelado a isto, Tinem *et ali* (2006) nos mostram que a cidade alta x cidade baixa são vias comunicantes, complementares e dialéticas, com interações que vão além da dicotomia alta=rica e baixa=pobre, e não vias de oposições. Rompendo com essa visão cristalizada entre cidade alta e baixa, como apanágio da riqueza e da pobreza mutuamente excludentes e quase estranhas entre si, entendemos que essas se interpenetram de formas muito complexas e a Rua da Areia aparece como um “ponto comunicante” extremamente relevante nesse sentido.

Indo mais adiante e trazendo as consequências das transformações urbanas para o nosso objeto de estudo, percebe-se que a precarização da Rua da Areia aprofundou-se a partir do momento em que se estabeleceu uma obra viária que agilizaria a ligação entre as cidades baixa e alta. Tinem (2006) argumenta que, o Viaduto Dorgival Terceiro Neto (anos 70), substituiu a sua utilidade urbana, a qual era vista como a principal ligação entre as duas cidades (alta e baixa), ainda praticamente seccionando a Rua da Areia e devido a isso, a mesma foi perdendo interesse por parte da população e atualmente, nota-se escasso movimento de pedestres ou veículos, além das antigas edificações estarem em processo de deteriorização, apresentando estado de ruína ou até mesmo demolição, além da subutilização, como moradias, comércios ou serviços, transformando as características arquitetônicas e urbanas do local (Figuras 13 e 14).

Figura 13: Vista área do Viaduto Dorgival Terceiro Neto passando pela Rua da Areia



Fonte: Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, (2004).

Figura 14: Vista de baixo da Rua da Areia com a interferência visual do Viaduto Dorgival Terceiro Neto



Fonte: Acervo pessoal da autora, (2022).

Como resultado dessas transformações, intensificou-se o processo de despovoamento da área central como espaço de moradia, notadamente a partir da

década de 1980. Por meio da expansão urbana, da intensificação do uso do automóvel e do contexto contemporâneo, as camadas de alta renda transferiram-se para outras regiões mais atrativas da cidade e próximas ao litoral, bem como bairros de um perfil mais ligado às classes trabalhadoras foram implantados em outras regiões da cidade. Na antiga área central permaneceram moradores pertencentes a uma classe de baixa renda e que viviam diante de uma qualidade de vida bastante precária.⁵⁴ Na área tombada, por exemplo, o uso residencial praticamente desapareceu (DIAGNÓSTICO PUBLICADO NO MEMORIAL GERAL DO PRCH-JP, 1987 *APUD* SCOCUGLIA, 2004)

Inserida nesse contexto, a Rua da Areia consiste num dos principais espaços patrimoniais edificados, uma vez que se trata de uma das artérias antigas e representativas na evolução e crescimento de João Pessoa, pois apresenta vastas memórias urbanas e identidades sociais, além das edificações presentes que datam o período imperial e a República.

2.2A Rua da Areia nos primórdios da cidade.

De acordo com os relatos existentes, o nome “Rua da Areia” se deu por conta do seu declive e devido ao depósito de areia no seu leito, como dito por, Domingos José Rodrigues ao enviar uma carta destinada ao presidente da província em 27 de novembro de 1874, foi citada por Vianna e Maia (2004);

Em cumprimento ao despacho de V. Ex.^a n.º 2182 de 24 do corrente mes, lançado no requerimento junto de diversos proprietarios e moradores na rua “Barão da Passagem” d’ esta Capital, devo informar a V. Ex.^a que de fato como disem os supplicantes e como alli existe é por demais insufficiente para esgoto das aguas pluviaes que vão a elle ter, o que reconheci logo que aqui cheguei em 1868, sendo isso devido a mui poca capacidadde do dito cano, capacidade que não foi acertadamente determinada por quem o fes construir. (CARTA DESTINADA AO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, ESCRITA EM 27 DE NOVENBRO DE 1874).

⁵⁴Pode perceber através das configurações e denominações das ruas, como a Rua da Palha, da Sodoma, do Cemitério, do Emboca, do Zumbi dentre tantas outras que Coriolano de Medeiros e Juarez Batista trazem nas suas obras, retratando que os sobrados são “meia história”, a outra está mais ocultada por trás das paredes e nas entrelinhas.

Podemos perceber a ladeira íngreme presente na Rua a partir da Figura 13 e alguns detalhes que são imprescindíveis para compreendermos a dinamicidade da mesma, como, por exemplo, a presença do aguadeiro e a senhora no portão. É importante destacar que as discussões sobre as imagens que povoam as ruas e as construções se desenvolveram nas etapas mais recentes da nossa pesquisa.

Figura 15: Rua Barão da Passagem, atual Rua da Areia em 1906



Fonte: Acervo histórico do Espaço Cultural, (1906).

A partir da planta de Manoel Francisco Grangeiro, conforme discutiu-se antes, Berthilde Moura Filha destacou o seu importante papel como ligação entre a cidade baixa e alta.

No seu estudo sobre a formação urbana de João Pessoa no período colonial, Moura Filha trouxe elementos significativos para entender esse processo. Ela observa que a referida rua, desde fins do século XVII (confrontando Planta de 1692 e documento de 1697), esteve associada ao trânsito de pessoas e mercadorias entre a região portuária e a cidade alta;

Quanto à “estrada ou caminho do carro”, ligando o Varadouro à cidade alta – hoje Rua da Areia – seu traçado resultava da necessidade de um acesso menos íngreme para a subida dos carros que levavam mercadorias até o alto da encosta. Estradas e ruas definidas a partir da interligação de pontos distintos da cidade – a igreja, as cacimbas, o portinho – entre os quais, os moradores circulavam em seu cotidiano (MOURA FILHA. 2010, p. 321).

Dito isso, a Rua da Areia procurava, ao interceptar as curvas diagonais, ser a ligação mais usual entre a Cidade Alta e o porto à margem do Sanhauá, diante às

íngremes ladeiras que, primordialmente, constituíram-se como ligação entre as duas partes do núcleo inicial da cidade (Figura 16)

Figura 16: Rua da Areia com uma vista de baixo para cima em meados de 1910

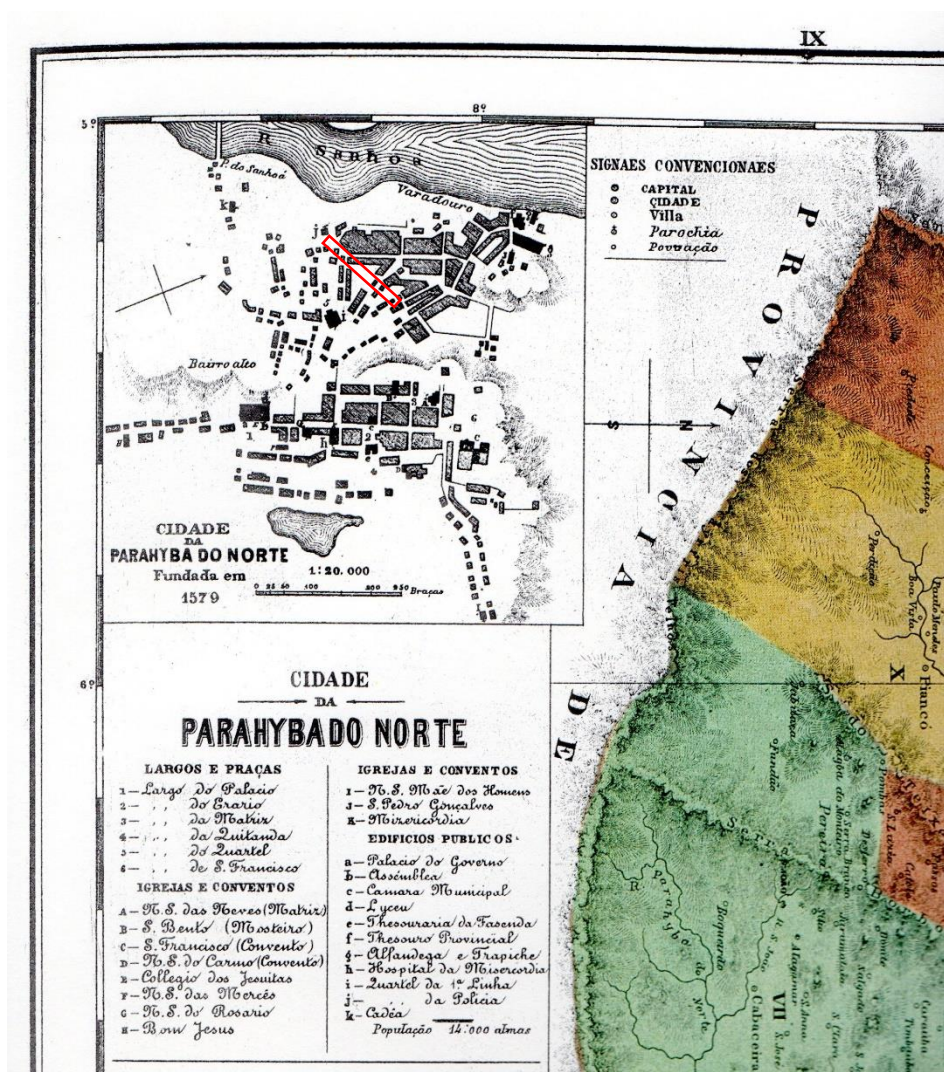


Fonte: Walter Rodrigues, (1910).

Como apontamos na Planta de Barros e Vasconcelos, o fato da Rua da Areia subir a encosta em posição quase que diagonal à mesma, a tornava uma ladeira bastante mais suave que outras, tais como a de São Francisco e da Borborema. Além do mais, a sua ponta de baixo estava a área portuária e na sua cota superior encontrava-se o acesso para a ladeira do Rosário, que permitia ingressar no plano mais alto usando um caminho menos íngreme, o que seria indispensável para o esforço das pessoas e das montarias para fazer esse trânsito.

Numa representação cartográfica da cidade, uma década após a de Vasconcelos, no Atlas do Império do Brasil, de Cândido Mendes de Almeida (1868), pode-se notar esse perfil da Rua da Areia, conforme a área destacada de vermelho abaixo:

Mapa 8: Atlas do Império do Brasil (1868)



Fonte: Atlas do Império do Brasil, de Candido Mendes de Almeida, (1868).

Um instigante trabalho do arquiteto Clóvis Dias (2013), sobre as relações seculares entre a cidade e o rio, detalha de forma bastante bem documentada essas referidas vias, no entanto, o autor traz a designação da Rua do Carro que discrepa da de Berthilde Moura no que tange à sua identificação na Planta de Grangeiro. Dias aponta essa designação para a Rua Barão do Triunfo, seguindo-se a Rua Guedes Pereira (Rua do Fogo⁵⁵) e faz uma atribuição em relação à Planta de Grangeiro afirmando que “no croqui de Grangeiro (1692), está sugerido o percurso registrado como *rua que vae do varadouro para a cidade*” (DIAS. 2013, p. 204). Moura Filha havia designado que na Planta de Grangeiro a Rua do Carro seria a da Areia.

⁵⁵Verifica-se que num dado momento (ou num trecho) denominou-se Rua do Rosário, e outro trecho da Guedes Pereira é Rua do Fogo.

Creemos que tal discrepância de informações deve levar em consideração que a Planta de Grangeiro é do século XVII, separada dois séculos da de Vasconcelos e que o adensamento urbano no Varadouro ainda era incipiente à época da primeira Planta, fazendo com que a Areia fosse preferida para o trânsito dos carros a tração animal, dada sua linha quase reta entre o porto e o ponto menos íngreme de acesso à cidade alta. Já no século XIX, com um adensamento bem maior do Varadouro, o trânsito de veículos passou a se fazer preferencialmente pelo eixo Barão do Triunfo-Guedes Pereira, que apesar de um pouco mais longo, era menos íngreme. De certa forma, podemos dizer que ambas as vias “concorreram” no processo de ligação entre as cidades baixa e alta.

Analisando a fotografia abaixo, de 1920, vemos a Praça Aristides Lobo, exatamente onde confluem as Ruas da Areia e Guedes Pereira em seu ponto mais alto. Vemos duas linhas de bondes e animais circulando em ambas, o que sugere que ambas disputaram o papel de “Rua do Carro” durante bastante tempo.

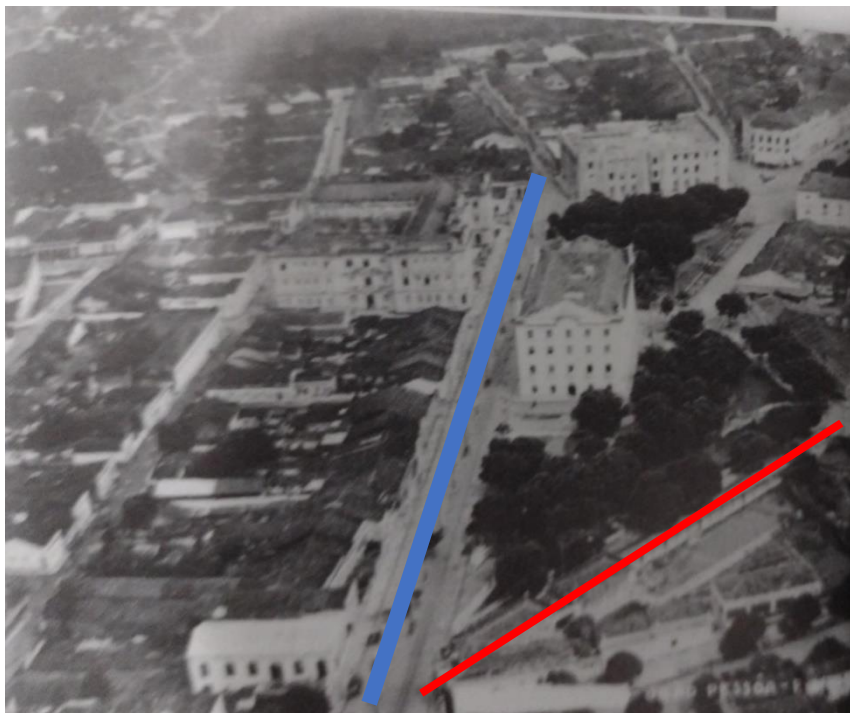
Figura 17: Praça Aristides Lobo confluindo com a Rua da Areia e Guedes Pereira (1920)



Fonte: Acervo de Petrônio Souto, (2017).

No vértice a mesma confluência, tendo a Guedes Pereira no centro (linha azul) e a Areia (linha vermelha) à direita (meio encoberta pelas construções). Esse seria um ponto nodal de ligação de carros de tração animal entre as cidades baixa e alta por séculos.

Figura 18: Vista aérea da confluência da Guedes Pereira e Rua da Areia. A visualização da Rua da Areia está escondida pelos prédios em sua margem.



Fonte: Acervo de Petrônio Souto, (2017).

Aventamos, ainda, que a demolição de um beco denominado “do Londres”, no começo do século XX, exatamente no segmento inicial da Avenida Barão do Triunfo, definitivamente viabilizou esse caminho entre o Varadouro e a cidade alta como o mais viável, uma vez que ligava de maneira muito mais consistente a margem do Rio Sanhauá (e a Estação Ferroviária construída no alinhamento bem abaixo do antigo beco) com a cidade alta. Ou seja, com as obras dos anos 1920, principalmente na gestão do Prefeito Walfredo Guedes Pereira (1920-1924)⁵⁶ que iam na ponta mais baixa com a demolição do Beco do Londres, passando pelo alargamento da Barão do Triunfo e da Rua do Fogo (oportunamente rebatizada como Guedes Pereira) e chegava à demolição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no topo desse caminho, tornando um caminho muito mais fluente para os automóveis que a Rua da Areia.

Demolição do antigo Beco do Londres, que efetivou um caminho muito mais viável para automóveis que a antiga Rua da Areia. Veja-se, ao fundo, o Rio Sanhauá.

⁵⁶Walfredo Guedes Pereira (1882-1954) foi um político paraibano, que assumiu a Prefeitura de João Pessoa em dois mandatos (1920-24 e 1935), tendo se notabilizado por importantes obras de remodelação do centro da cidade, tendo o seu nome atribuído a uma de suas principais artérias.

Figura 19: Demolição do antigo Beco do Londres (1920)



Fonte: Acervo de Petrônio Souto, (2017).

Além disso, Dias (2003) informa que a Rua da Areia teria sido excluída do percurso da primeira linha de bonde a tração animal da cidade devido à sua acentuada declividade, porém, é necessário fazer algumas ressalvas.

A primeira linha implantada do sistema de bonde à tração animal foi pela Companhia Ferro-Carril Parahybana. Inicialmente, a mesma instalou os trilhos que ligavam o Largo da Gameleira na Cidade baixa e a Cidade alta, a interligação era feita através da subida pela Rua Barão da Passagem (denominação que tomou a atual Rua da Areia entre os anos 1870 e meados de 1890, depois retomando o seu antigo nome e a Barão da Passagem nomeada uma outra rua, no bairro da Torre) denominada de Linha Comércio.

Em relação ao declive por esta artéria, Tinem e Carvalho (2005) relatam que a rua era a via que fazia a ligação preferencial entre a Cidade alta e a Cidade baixa, pois apresentava uma inclinação menor em comparação com as ladeiras existentes, permitindo um melhor trânsito, além de ser uma subida sinuosa em relação à declividade. E que segundo Medeiros (1994, p.117) era uma das mais importantes vias onde residiam as famílias de grande parte dos comerciantes da cidade. Era por ela que passavam “os préstitos, as procissões, passeatas e cordões carnavalescos”.

Sobre isso, há diversos noticiários no Jornal O Norte que retratam o Carnaval na Rua da Areia, como a manchete do ano de 1912;

Em um longo percurso, essa rua estava engalanada de festões e bandeiras, correndo ao centro uma linha de focos de luz distribuídos em profusão e bom gosto. Nas tresnoutes consagrada a momo a rua da areia esteve repleta de famílias e cavalheiros, animados nos jogos carnavalescos que foram cheios das mais agradáveis surpresas. A comissão que se encarregou da ornamentação dessa rua, cumpriu a risca a sua missão (O NORTE, ed. 01075, 1912).

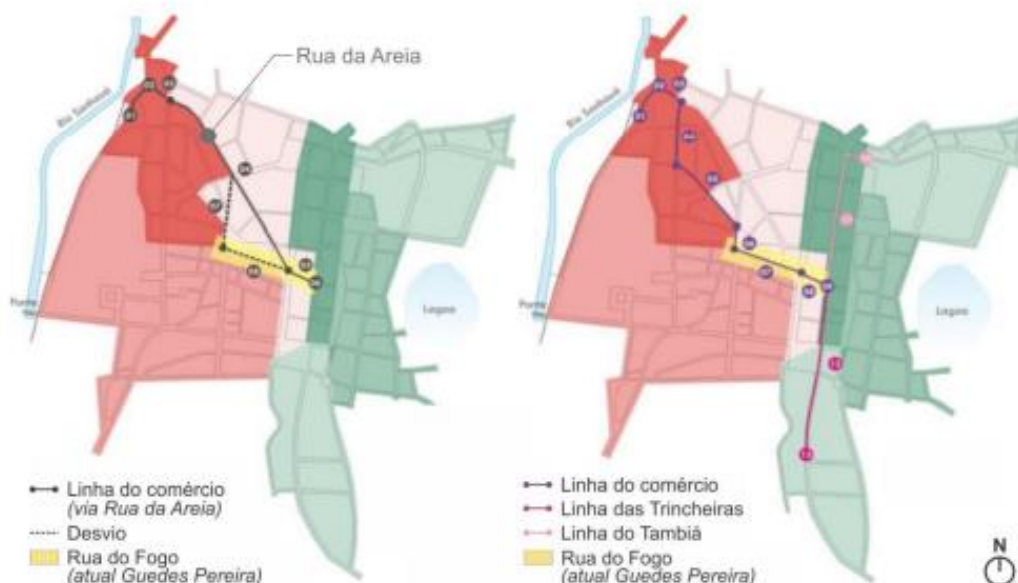
Além disso, no ano de 1913 no Jornal O Norte, encontrou-se uma notícia, a qual, podemos observar que a Rua da Areia tinha uma sede de um clube carnavalesco: “Do club carnavalesco <<*Serradores da Epocha*>>, sessão da directoria às 3 horas da tarde em sua séde à rua da areia” (O NORTE, ed. 01388, 1913).

Prosseguindo, no início do século XX, segundo Andrade e Garcia (1987) algumas modificações foram realizadas no percurso, a primeira foi a mudança do percurso da Linha Comércio, transferindo o trajeto da então Rua Barão da Passagem para a Rua Conde d’Eu (antiga Rua das Convertidas⁵⁷ e, posteriormente, Maciel Pinheiro, constituindo a mais importante via do Varadouro) e a Barão do Triunfo, seguindo pela antiga Rua do Fogo (atual Guedes Pereira), com a justificativa da dificuldade de volta pelo caminho inverso com a subida íngreme da ladeira, fazendo com que os animais tivessem dificuldades de puxarem o bonde com passageiros na subida.

O autor afirma que a companhia Ferro-Carril a distinguiu com seus trilhos e seus bondezinhos arrastados por quatro a seis burros, embora a subida dos carros se fizesse por um desvio pela Rua Santa Rosa, recurvando-se para a rua do Fogo, porém, devido à sua ladeira íngreme, os trilhos foram desviados para a Estrada de Carro, que tinha uma configuração mais suave (...) “E a rua dos abastados foi decaindo e tornou-se triste, e hoje tem aquela feição modorrenta de quem vive a sonhar com a ventura arrebatada pelo progresso” (MEDEIROS, 1994, p. 117).

⁵⁷Vide marcação em cor xxx da Rua das Convertidas na Planta de Alfredo de Barros e Vasconcelos (Mapa 01).

Figura 20: O primeiro percurso do bonde a burro em 1896 (a esquerda) e a direita, as três primeiras linhas, com a alteração na Linha do Comércio



Fonte: Medeiros, (1994).

Diante disto, pode-se fazer algumas ressalvas. Após essa desativação da linha Comércio podemos afirmar, *a priori*, que a Rua da Areia foi considerada a “Estrada de Carro” até meados do século XIX e só a partir do início do século XX que temos essa denominação voltada para a Rua Barão do Triunfo. Importante lembrar que tais denominações muitas vezes denotavam mais um grau de funcionalidade que de oficialidade, portanto, a Rua do Carro era por onde os carros subiam com mais facilidade.

* * *

Agora, voltando à época de aparente fastígio, no século XIX, precisamente em 1859, a Rua da Areia se embandeirou para a passagem de D. Pedro II, onde residiram ilustres famílias e transitaram bondes puxados a burro. O segundo arco foi colocado na artéria, na junção desta com a Rua da Conciliação (atual Rua Santa Rosa), como descreveu Almeida;

Era de estilo gótico, com 3 arcadas sobre pilastras, tendo a do centro 18 palmos de largura e as laterais dez; sendo sua elevação pouco superior a sua total largura. No centro dos remates góticos, que fixavam as arcadas, achavam-se várias inscrições; sobre os quatro lados externos, segundo um jornal da época, foram colocados quatro mastros venezianos com elegantes

bandeiras de seda de diferentes cores. No feixe superior da arcada do meio, veem-se as Armas Imperiais ao natural, sendo a Coroa de metal dourado, bem como os ramos fumo e café do mesmo material pintado; o escudo, com as estrelas representativas das 20 Províncias, de madeira pintada e envernizada, saindo do mesmo centro 2 outros com os Pavilhões Brasileiro, tudo em seda. (ALMEIDA, 1975, p. 60)

Almeida (1975) comenta em sua obra que, à meia altura das pilastras achavam-se colocados os escudos com as Armas Imperiais, tendo de cada lado duas pequenas bandeiras, também em seda, conforme descrição incluída em documento do século passado.

Além disso, através de recortes de jornais, encontrou-se relatos sobre um possível lobisomem que frequentava a Rua da Areia no Jornal O NORTE, que foi publicado dia 23 de setembro de 1909 intitulado-se “O bicho da rua da Areia”:

Anda nestas ultimas noites aparecendo um bicho na rua da areia. Dizem que a abantesma costuma aparecer às 2 horas da madrugada, mettendo medo aos raros noctâmbulos, que encontra. Muita gente tem deixado de dormir para ver de perto o lobishomem... Trata-se naturalmente de algum caso suspeito de *cherches la femme*⁵⁸ (JORNAL O NORTE, 23 DE SETEMBRO DE 1909).

Coriolano de Medeiros (1994) ressalta que no início do século XIX, a Rua da Areia se configurava uma das artérias mais importantes que fazia a ligação entre a cidade alta e baixa.

Em 1985, em depoimento ditado por Wellington Aguiar, de Raul Ferreira de Aguiar, professor universitário aposentado, afirma que no início do século XIX, a Rua da Areia, tinha seu uso inteiramente residencial e já começava a ser habitada por pessoas abastadas da sociedade paraibana, como por exemplo: Nielsen Soares (pai do desembargador Hélio Soares); Walfredo Rodriguez⁵⁹; Artur Paiva (Cônsul português); a família Bugart, a do pintor Santa Rosa Junior e a de Oscar Soares⁶⁰ (AGUIAR, 1985, p.217).

Ainda sobre as atividades residenciais e cotidianas, podemos identificar através de registros fotográficos as que “povoam” a rua e as suas construções, como, por

⁵⁸A expressão é de autoria do escritor francês Alexandre Dumas, em 1857, no seu romance Conde de Monte Cristo que em tradução livre significa “procure a mulher”

⁵⁹Walfredo Rodriguez foi diretor do Teatro Santo Roza. Como pesquisador, escreveu os livros “História do Teatro na Paraíba” e “Roteiro Sentimental de uma Cidade”.

⁶⁰ Era o tio-avô do artista Jô Soares e um dos fundadores do Jornal O Norte em 07 de Maio de 1908. Além disso, Oscar foi deputado pela Paraíba de 1918 até a Revolução de 1930. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/politica/conversa-politica/2022/08/05/jo-soares-tinha-origem-paraibana-e-exaltou-forca-politica-do-estado-em-autobiografia>

exemplo, a Figura 21 que aparentemente nos mostra um pequeno jornaleiro na calçada por volta das 08 horas da manhã.

Figura 21: Rua da Areia e a sua dinâmica cotidiana (1908)



Fonte: Gilberto Stuckert (Acervo do Espaço Cultural), 1908.

Na Figura 22 podemos observar a presença de algumas carroças passando pela rua, as pessoas e crianças nas calçadas, além de lampiões. Importante perceber que as duas fotos mostram a rua por ângulos inversos, mostrando a 20 o declive rumo à cidade baixa e a 22 o aclive em relação à cidade alta.

Figura 22: Rua da Areia (1910)

Fonte: Gilberto Stuckert (Acervo do Espaço Cultural), 1910.

Além disso, as atividades comerciais e produtivas também fizeram parte da vida na Rua da Areia, inclusive porque um dos refrigerantes que mais se bebia na cidade nas primeiras décadas do século XX, era a gasosa, da fábrica Dore (Figura 15), de Sidney Dore, que estava instalada na Rua da Areia, pois segundo ele, a Coca-cola só apareceu depois da segunda guerra mundial. A fábrica, segundo a notícia do jornal O Norte foi inaugurada em 1952, com a manchete intitulada “A inauguração, ontem, das novas instalações da DORE”⁶¹.

A firma Sidney C. Dore & Cia (...) inaugurou ontem às 16 horas com suas novas instalações à rua da areia, 197, a maquinaria recém adquirida na Europa para os serviços diversos de fabrico de Guarana, Agua Tonica e Gasosas. Ao ato que se revestiu de caráter solene estiveram presentes autoridades, figuras de destaque dos círculos economicos e da sociedade, jornalistas e famílias.

(...)

As instalações a que nos referimos são inteiramente automáticas. A lavagem de garrafas dos produtos Dore são feitas sob processo de esterilização á exemplo dos centros mais adiantados.

Percebe-se também através da figura abaixo aos aspectos modernizadores na fachada, este termo foi utilizado por Lima (2001), sendo ligados aos desenhos relacionados à indústria, que propiciaram uma variedade de elementos novos para compor as fachadas, com isso, apesar dos mesmos serem semelhantes, as diferenças são

⁶¹Ver Anexo I

notadas através dos elementos de ornamentação, com a ideia de promover uma fachada “inovadora” e diferente das demais.

Figura 23: Fábrica Guaraná Dore na Rua da Areia (2022 e 1911).



Fonte: Acervo pessoal da autora, (2022) e acervo da empresa Dore, (2019).

Também nessa mesma época, na parte baixa da Rua da Areia, foi instalada a Fábrica de Vinhos de Caju Tito Silva (edificação hoje tombada pelo IPHAN), que atesta a face das atividades produtivas aí desenvolvidas, foi fundada pelo jornalista Tito Henrique da Silva, em 1892 e considerada a maior produtora nacional da bebida, sendo está a mais antiga do Nordeste (CANTARELLI, 2013).

Segundo boletim do IPHAN (1981), a obtenção dessa matéria prima era inicialmente fácil, pois havia cajuais em abundância não só no município de João Pessoa à época, como também nos próprios arredores da fábrica. A chegada do novo maquinário expandiu a produção da bebida a ponto de a fábrica passar a receber pedidos de outros estados, e até mesmo de países europeus, a exemplo da Alemanha.⁶²

⁶²Textos extraídos do artigo que produzi junto com a Berthilde Moura e outros integrantes do projeto de pesquisa Memória João Pessoa, intitulado “FÁBRICA DE VINHO DE CAJU TITO SILVA & CIA.: um

Figura 24: Fábrica de Vinhos Tito e Silva com elementos modernizadores na fachada (2019 e 1985)



Fonte: Acervo da autora, (2019); Acervo Iphaep, (1985)

Além disso, podemos destacar a importância da Fábrica, através dos panfletos divulgados em toda a cidade (Figura 25) e também através dos Jornais, como por exemplo, em 1952, no O Norte, fazendo a divulgação dos vinhos, que eram considerados “Produtos de Alta Classe” (Figura 26).

Figura 25: Panfleto de divulgação dos vinhos



Fonte: Costa, *et al* (2018).

‘saber fazer’ perdido”, publicado pelos Anais do X Fórum Mestres e Conselheiros – Agentes Multiplicadores do Patrimônio que ocorreu na cidade de Belo Horizonte, em 2018. Disponível em <<https://www.even3.com.br/anais/xmestres/105511-FABRICA-DE-VINHO-DE-CAJU-TITO-SILVA--CIA--UM-SABER-FAZER-PERDIDO>>.

Figura 26: Divulgação no Jornal O Norte (1952).

"CELESTE" "LAGRIMA DE OURO" "JABOTICABA" Produtos de Alta Classe	Tito Silva & Cia. ESTABELECIDOS DESDE 1892 PRODUTORES DE VINHOS FINOS RUA DA AREIA, 33 JOÃO PESSOA — PARAÍBA
---	---

FUNDADOR: — O saudoso industrial **TITO ENRIQUE DA SILVA**
CONTINUADORES: — Seus filhos **RAUL SILVA** — diretor da Empresa e dr. **HELIO SILVA**, sócio e grande colaborador da firma.

Estes moços têm dado à firma **TITO SILVA & CIA.** um grande desenvolvimento comercial, estando hoje conhecidos, em todo o Brasil, os seus afamados produtos de frutas do Nordeste. A firma mantém um químico — Dr. Raul F. de Aguiar, especializado em vinhos fermentados! A direção do Escritório está a cargo do contabilista José Castor de Oliveira. A secção de produção está sob a direção do operoso auxiliar Alberto Braziliiano Torres, de grandes merecimentos para a Empresa.

A INDUSTRIA DE VINHOS TITO SILVA mantém um corpo de operários selecionado e todos alfabetizados.

A secção de engarrafamento é localizada em um lindo "Parque" — com todas as suas máquinas elétricas, facilitando bastante o aumento da produção diária, afim de abastecer, com regularidade, os grandes mercados consumidores de todo o **B R A S I L**.

Fonte: O Norte, ed. 659, (1952).

Além disso, na dissertação de Mestrado de Daniel da Silva Firino, denominada "Reconfiguração Religiosa da Paraíba (1911-1950): A presença Adventista", defendida em 2021, apresenta uma informação vinculada a Rua da Areia como o primeiro endereço protestante da Paraíba, explanando que;

A evangelização aconteceu no Teatro Santa Cruz, na capital paraibana, e formou um grupo ligado à Igreja Presbiteriana. Entre 1880 a 1884, as reuniões desse pequeno grupo de protestantes eram realizadas em uma casa na **Rua da Areia, 21**. A igreja foi oficialmente organizada no dia 21 de dezembro de 1884 em uma casa na rua da ponte. Em 1896 o Teatro Santa Cruz foi comprado pela Igreja Presbiteriana, sendo o primeiro culto realizado no dia 12 de abril do mesmo ano (FIRINO, 2021, p. 119. Grifo nosso.)

Diante dessas informações, identificamos na Rua da Areia a edificação de número 21 para compreendermos o local que ocorriam os cultos e, que atualmente o uso é voltado para um serviço de equipamentos de redes, porém não encontramos registros fotográficos da edificação em meados de 1910 (Figura 27).

Figura 27: Local onde os adventistas reuniam-se na Rua da Areia



Fonte: Acervo da autora, (2021)

Um espaço também importante na Rua da Areia foi e continua sendo atualmente, a Casa do Estudante da Paraíba, criada em 1937 e que segundo Paulo Soares (1989) na sua Obra “Nos tempos do Pedro Américo”, este foi o primeiro lugar de apoio para os estudantes que vinham do interior para estudar o ensino médio na capital, normalmente eram pessoas com baixo poder aquisitivo e que ingressavam na casa para estudar e tentar uma vaga no colégio Liceu Paraibano.

Figura 28: Casa do estudante em 2022



Fonte: Acervo pessoal da autora, (2022).

Além disso, ele relata que os estudantes acabavam se envolvendo com as moças da Maciel Pinheiro, e existia uma forte desconfiança em relação à confiabilidade do local, mas davam comidas e bom conforto aos meninos.

Porém, com o passar do tempo, a casa começou a apresentar problemas financeiros e estruturais e estava prestes a fechar, porém, o atual presidente da época Jânio Quadros (1961), prometeu que daria a verba suficiente para continuar a proporcionar o serviço, visto que até os alimentos estavam sendo doados pela própria população. Porém, o presidente renunciou e acabou forçando o fechamento do local, voltando a abrir posteriormente. O autor conta que com o passar do tempo, aquela edificação foi praticamente demolida e construiu-se uma nova, retirando as memórias afetivas daquele local, e com isso, também mudaram a configuração da calçada da rua, que antes era de pedras, e passaram asfalto.

Sobre isso, há relatos no Jornal O Norte sobre o investimento em 1952, intitulada “Campanha pró construção da nova Casa do Estudante, trazendo detalhes da reforma da edificação.

Vem de ter início agora uma das louváveis campanhas de que já temos ouvido falar em nosso Estado: a da construção da nova Casa do Estudante Pobre da Paraíba. Essa idéia que não é nova porque não é essa a primeira tentativa que se faz nesse sentido veio novamente à baila por iniciativa de algumas das representativas figuras de nosso meio social e administrativo.

(...)

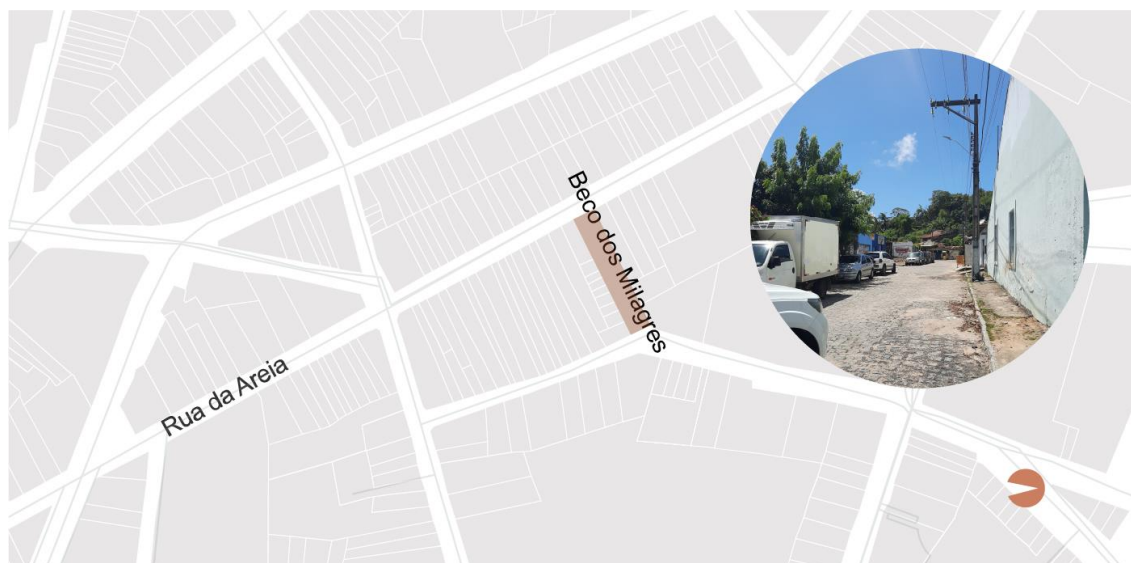
Podemos afirmar mesmo, que ela ressurgiu, para não dizer – ressuscitou por ocasião de uma reportagem publicada em <O NORTE> por um dos nossos colegas, reportagem essa na qual foi narrada com a mais absoluta sinceridade em que se encontra aquela entidade (O NORTE, 1952, ed. 618).

Sobre os bares e prostíbulos, Soares (1989) conta que a Maciel Pinheiro era realmente muito conhecida por apresentar prostíbulos mais “acessíveis” para os estudantes, e os da Rua da Areia ele e seus colegas não tinham o privilégio de frequentar, pois eram muito “refinados” e voltados para a população mais abastada, como médicos, soldados e afins.

Ele fala também dos Becos dos Milagres e do Zumbi, que se encontram nas adjacências da Rua da Areia, relatando que os mesmos já não tinham muitas atrações, mas depois da reforma do prefeito Damásio Franca que passou um *patrol* e derrubou 5 a 6 casas, acabou alargando e transformando na rua Henrique Siqueira, entre a Rua da Areia e praça da SOCIC. Já o do Zumbi acabou ao longo do tempo, pois estava em decadência e não apresentava nenhuma atração, pois as pensões que estavam lá, segundo o autor, eram macabras e estavam fechadas.

Já no Beco dos Milagres a maioria das casas foi desaparecendo com as mortes das inquilinas, voltando a ser o que era antes, “um caminho sem casas e monturos de lixo a rodeá-lo”. Só depois de receber uma loja de material de construção, em suas imediações, ele recebeu um calçamento para que os automóveis dos ricos não quebrassem as cerâmicas e os azulejos que conduziam ao passarem por seus buracos.

Figura 29: Localização do Beco dos Milagres



Fonte: Elaborado pela autora, (2022).

De toda maneira, considerando que a Rua da Areia consistiu num dos principais logradouros da cidade praticamente nos seus quatro primeiros séculos e observando sua relevância no traçado urbano, como ligação entre a área portuária e a cidade alta, podemos constatar que entre os finais do século XIX e primeiras décadas do XX ela consolidou sua feição arquitetônica ao mesmo tempo em que perdeu boa parte de sua relevância urbana, de tal maneira que sua inclusão na área de tombamento do centro de João Pessoa estabeleceu uma certa configuração que encontra-se hoje em pé, a qual analisaremos de forma mais detida no capítulo 3.

Não obstante, esta rua que teve intensa presença na vida residencial e comercial de João Pessoa, notadamente entre meados dos séculos XIX e XX, começou a enfrentar um processo de esvaziamento de suas funções residenciais (para as classes abastadas) e econômicas e foi se configurando como um espaço hoje considerado marginalizado perante a mídia local e parte da opinião pública. A presença de atividades econômicas se dá em torno de ocupações menos pujantes (oficinas mecânicas, gráficas, lojas de

móveis e empresas institucionais) e a vida noturna em torno de bares ou prostíbulos. Também se verifica a existência de espaços em processo de degradação, com edificações ameaçando ruir e uma série de situações de vulnerabilidade social que também discutiremos adiante. Surge disso uma visão estereotipada da rua como um espaço muito singular na trama urbana.

Antes de avançarmos, discutimos aqui a problemática dos chamados **“esvaziamentos urbanos”**, uma vez que esse fenômeno seria notado no centro de João Pessoa, englobando a Rua da Areia e seu entorno.

Inicialmente, vejamos que os bens econômicos muitas vezes vão transitando de sua condição estritamente material para bens de memória e afeto. Dessa maneira, o avanço na tentativa de compreender a sociedade e sua complexidade, através do estudo do espaço, permite uma revisão desta categoria analítica. Assim, o espaço deixa de ser abordado somente pela descrição e análise de sua materialidade, enquanto “palco” de relações políticas, econômicas e culturais, para ser compreendido como consequência e definidor dessas relações.

Pensando nisso e considerando a Rua da Areia, também podemos verificar uma “pequena economia”, composta por bens mais modestos, de uma vida marcada por certa lógica que não se enquadra efetivamente na do capitalismo ou da especulação imobiliária a ele relacionada. O que pode fazer parecer uma pequena casa de taipa ou um cortiço como um “problema urbano” para uns, pode significar a condição de vida e moradia para outros.

Percebe-se que, nessa perspectiva, a Rua da Areia, enquanto espaço de patrimônio edificado, não corresponde ao substrato de materialidade que estão embasados na cultura e na história do lugar, além da perspectiva da construção do espaço e seus bens patrimoniais a partir das relações sociais entre os diversos agentes envolvidos nos processos – consubstanciada na burguesia local, que muitas vezes ocupava parte da Cidade Alta ou os maiores sobrados da área comercial, mas também as populações menos visíveis, os trabalhadores de diversas condições, gerando, assim, uma **dialética do espaço urbano**.

No entanto, esses agentes locais, muitas vezes são pouco percebidos, e os eventuais “vazios urbanos” nos levam a pensar que podem estar associados à relativa “invisibilidade” da história dos pobres. Para isso, será necessário um olhar mais atento para as relações da Rua da Areia com os becos, vielas e travessas, que podemos conceituar como a parte “invisível” da cidade, mas que estava correlacionada à vida

material cotidiana e ao acervo patrimonial, sendo imprescindível analisarmos como se dava essa relação funcional e dialética entre a face pobre e a rica. Ponto que será debruçado adiante.

Diante disso, Lapa (1995)⁶³ nos traz a seguinte afirmação;

Esta cidade de que vos falo não é tão visível, a sua existência é furtiva, pois é incômoda à outra. É produzida a cada dia, sobretudo pelos escravos e pelos pobres (...) os seus cortiços e pardieiros, os seus becos e ruazinhas malcheirosas, as sombras que deslizam em sua noite compõem esse cenário, que a outra cidade – a visível – que eliminar de vez de seu convívio constrangedor (...) o espaço entre ambas as cidades – a visível e a invisível – chega muitas vezes a confundir, pois não é porque a prudência, a resistência ou a defesa dos oprimidos recomendem a camuflagem, a clandestinidade, o silêncio, os movimentos furtivos, que eles não se vejam compelidos a cruzar e agitar-se no espaço bem-composto dos que querem ou precisam ser vistos (LAPA, 1995, p. 124).

Dando prosseguimento, em relação a essa dialética urbana e o processo de patrimonialização, podemos associar o caso de João Pessoa, especificamente, nas áreas tombadas, com o artigo de (2017) intitulado “Tudo o que é sólido se sublima no ar”, de Paulo Peixoto, no qual o autor afirma que o patrimônio vai “desmanchando” à medida em que vai se encontrando na radicalização da diferença, nos fenômenos de escaladas e, sobretudo na cultura do imaterial enquanto totalmente apartado de sua materialidade.

Este está associado às vivências da sociedade, às condições fundamentais da elevação do material (do não monumental) à condição patrimonial e da promoção da diversidade de usos sociais associados àquilo que se chama de patrimônio, afirmando que “tudo o que é material se depura, se magnifica e é inovado através do imaterial” (PEIXOTO, 2017, p. 16).

Nessa medida, podemos afirmar, a partir do autor, que as políticas públicas de gestão do patrimônio nem sempre revelam o contexto político que as envolvem, sendo necessário enfatizar a dimensão política dos processos de patrimonialização.

Em suma, pretendemos aqui debater a ideia de uma Rua que não abrigava apenas a área abastada da cidade, identificando assim a invisibilidade da população pobre, que também residia no local ou em suas imediações e que com ela mantinha

⁶³Na sua obra “A Cidade: os cantos e os antros” publicada em 1995, tendo a sua primeira reimpressão em 2008, apresenta um estudo voltado para a cidade de Campinas entre o século XIX e primeiras décadas de XX, com o intuito de entender como se dá a relação dialética das duas cidades: a visível (face rica) e a invisível (face pobre) e como ambas estão conectadas na formação do tecido urbano e na construção do seu patrimônio edificado.

relações diretas (como, por exemplo, lavadeiras, engomadeiras, trabalhadores de pequenos ofícios ligados ao cotidiano da rua) e que contribuiu diretamente no processo do patrimônio edificado, mostrando de fato como se dava essa relação da dialética urbana, pois segundo Pessoa (2019, p. 30-31);

A visão desmaterializada do Patrimônio estabelece, nesse sentido, o roubo do espírito, da alma daqueles que efetivamente carregaram essas pedras que sustentam os bens tombados que visitamos com tanto encantamento. Se observarmos com calma, seus rastros estão inscritos no desenho da Cidade, seus descendentes circulam aqui acolá, lavando carros, vendendo amendoins, fazendo pequenos serviços e, às vezes, pequenos ou até grandes delitos. Mas eles fazem parte dessa história, e esse Patrimônio desmaterializado e asséptico, disponível como produtos de mercado, não pode simplesmente expulsá-los da paisagem e decretar sua invisibilidade. Essa expulsão simbólica e muitas vezes física, acaba se revertendo na indesejada contrapartida da violência urbana, que só pode ser efetivamente superada com uma política que realmente transforme a cidade em bem de todos (PESSOA, 2019, p. 30-31).

Nesse sentido, tomamos aqui a discussão das reconfigurações que a Rua da Areia sofreu após o seu período considerado de “fastígio” para o processo que se seguiu, de reconfiguração de sua condição e de transformação em lugar que reúne as características do tombamento de bens patrimoniais e entendimento como espaço de marginalização social.

2.3 Reconfigurações de uma Rua

Considerando de maneira mais específica, a Rua da Areia, perdeu o seu “prestígio” de área voltada para a elite local sofrendo alterações nas suas funções e usos iniciais, pois, tinha como característica principal, em tempos mais remotos ser uma ligação privilegiada entre o porto e a cidade alta, haver se convertido em uma área residencial, combinada em certa medida com um comércio abastado e com algumas funcionalidades fabris em sua cota mais baixa, ganhando a presença estudantil a partir dos anos 1930, e acabou ganhando um título de “área de marginalização social” e, atualmente, a Rua possui uma dinâmica ativa e mista, pois, há diversos grupos sociais atuantes, como as prostitutas, estudantes, líderes religiosos, comerciantes e alguns moradores. Como pode se observar através do mapa de uso e ocupação abaixo⁶⁴ que se

⁶⁴O mapa de uso e ocupação foi elaborado através do levantamento in campo juntamente com registros fotográficos para o trabalho final da graduação, defendido no segundo semestre de 2019 e que tinha o

faz importante para a atual pesquisa. Apenas para orientar o leitor, informamos que a parte à esquerda do referido Mapa situa-se no Varadouro (baixa) e a direita no Centro (alta).

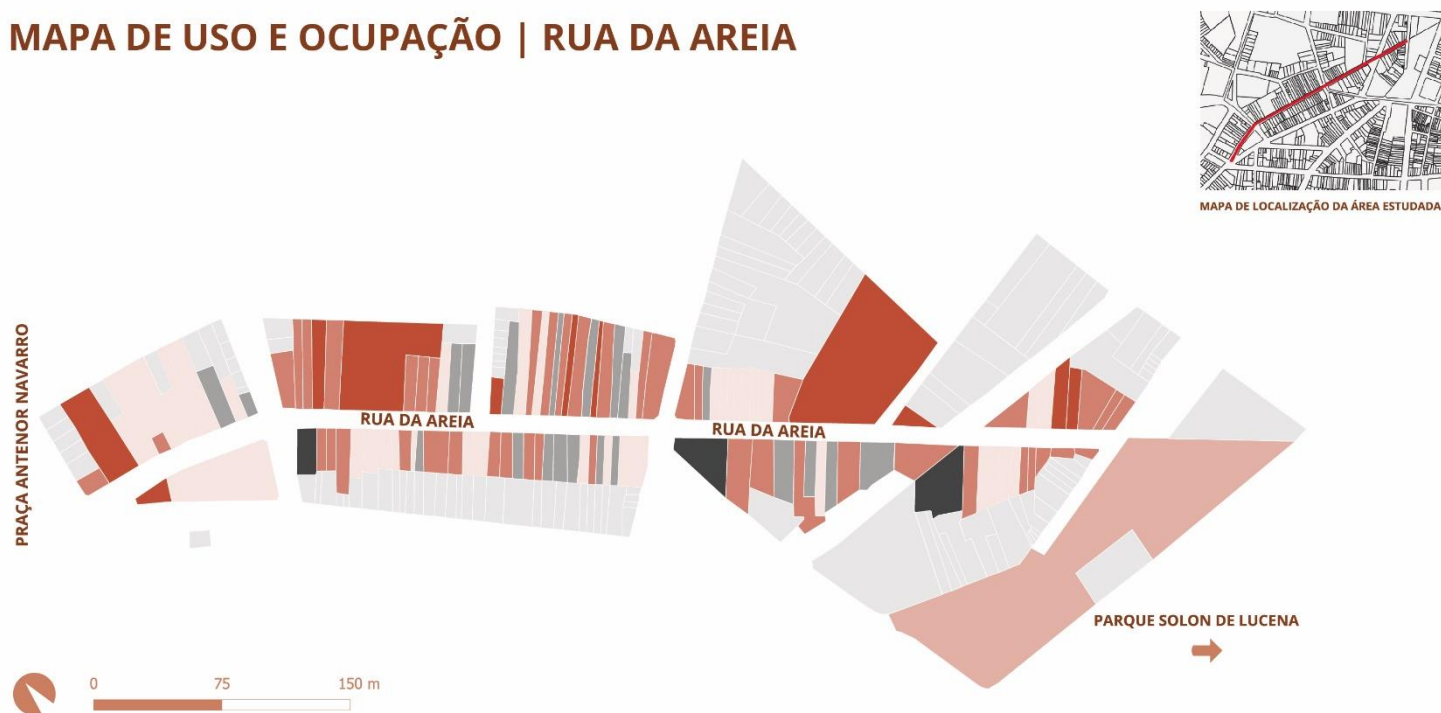
Os imóveis que fazem parte desse conjunto tombado tiveram suas funções alteradas das condições iniciais para os novos usos estabelecidos pelos moradores e usuários do lugar, estabelecendo um cenário substancialmente distinto do que as memórias e a historiografia apontam para seus “tempos áureos”. É sobre essa rua desprestigiada, mas bastante viva que iremos debruçar nosso olhar agora.

Começaremos analisando os seus atuais usos, através do Mapa de Uso e Ocupação produzido diante das visitas in loco e diários de campo. O mesmo tem como finalidade identificar a dinâmica ativa e funcionalidades distintas.

objeto de estudo, a Rua da Areia. Com o quadro pandêmico estabelecido a partir de março de 2020, não conseguimos atualizar esses dados e supomos que alguns negócios possam ter fechado e algumas funcionalidades de imóveis possam ter sido modificadas ou mesmo tenham sido desocupados.

Mapa 9: Mapa de uso e ocupação da Rua da Areia

MAPA DE USO E OCUPAÇÃO | RUA DA AREIA



- 1** A casa noturna "Inbox", voltada para o público LGBTQI+, além dos bares e pontos de encontro, tais como "Bar encontro dos amigos" e "Bar e dormitório sorriso";
- 2** Há dois vazios na Rua, que são utilizados como estacionamentos;
- 3** Observa-se empresas como a Mayday, a Casa do Estudante, Sindicato dos ferroviários, a oficina escola, dentre outros;
- 4** Praças Aristides Lobos e Pedro Américo;
- 5** Há a presença de poucas residências na rua;
- 6** Nota-se que a maioria das edificações estão em estado de abandono e degradação;
- 7** Predominância de oficinas mecânicas, gráficas e lojas de móveis

- Bares/Casas Noturnas¹ (8%)
- Estacionamento² (2%)
- Institucional³ (11%)
- Praça Aristides Lobo/ Pedro Américo⁴
- Residencial⁵ (12%)
- Sem uso⁶ (29%)
- Serviços⁷ (38%)

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A partir do mapa de uso e ocupação pode-se perceber os principais usos, tendo como predominância o de serviços (38%), acompanhado dos imóveis fechados e/ou deteriorados, considerado como “sem uso” (29%) observando também que há uma alta porcentagem de abandono das edificações que favorece a ruína e a demolição, gerando os vazios urbanos e quebra da continuidade da leitura do perfil arquitetônico da rua, além de imóveis que são considerados “estranhos ao entorno”, apresentando um contraste ao estilo predominante da rua.

Em seguida, com apenas 12%, o uso residencial, apresentando poucos exemplares. Além disso, a Rua ainda conta com o uso institucional, como a Oficina Escola na antiga Fábrica de Vinhos Tito e Silva, a Casa do Estudante do Governo da Paraíba, uma empresa telefônica Mayday, além do Alcoólicos Anônimos e o Sindicato dos Ferroviários que correspondem a 11% do uso atual. Posteriormente observa-se o uso dos bares / casas noturnas (8%).

Nesse contexto, observa-se que a Rua possui diversos usos, apresentando assim diversas relações de grupos sociais atuantes, como, por exemplo, o público LGBTQI+, as prostitutas que residem em alguns imóveis da área, os estudantes de moram na Casa do Estudante do Governo do Estado da Paraíba, os comerciantes, além dos líderes religiosos e seu público-alvo através da igreja Assembleia de Deus, mantendo assim, uma dinâmica ativa. Para exemplificar, foi elaborado um mapa de referências visuais⁶⁵ para facilitar as relações desses agentes locais (Mapa 10).

⁶⁵O mapa de referências visuais foi elaborado através do levantamento in campo juntamente com registros fotográficos para o trabalho final da graduação, defendido no segundo semestre de 2019 e que tinha o objeto de estudo, a Rua da Areia.

Mapa 10: Mapa de referências visuais da Rua da Areia



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Diante disso, é possível afirmar, em linhas bastante gerais, que serão melhor detalhadas adiante, que atualmente, na Rua da Areia, encontram-se alguns exemplares das antigas edificações imperiais e dos primeiros tempos da República, grosso modo entre as décadas de 1870 e 1930. Tal configuração implicou numa situação que a enquadrava numa área onde se conjugam interesse como acervo patrimonial, mas, contraditoriamente, vista como espaço degradado. Entender esse processo de contradições será o foco principal deste trabalho.

2.3.1 As formas e as vivências de uma rua

Partindo desse quadro geral, através de mapas temáticos abordaremos como a Rua da Areia se caracteriza do ponto de vista arquitetônico no momento presente, considerando os principais usos, as principais características arquitetônicas presentes na área, bem como o estado de conservação das edificações, pois as edificações tem muito a contar mesmo quando estão deterioradas, mais ainda porque mostram o seu “esqueleto” e suas “próteses”.

A metodologia utilizada foi registros fotográficos e visitas *in campo*, propondo uma discussão acerca de como essa população que frequenta e reside se relaciona com o patrimônio presente na Rua.

Retomando os conceitos de Cullen (1989) debruçados no capítulo 1, que traz três aspectos interligados ao conceito de paisagem urbana, iremos utilizar para fazer a análise dos mapas temáticos abaixo.

A partir do mapa de características arquitetônicas, foi possível analisar, que 52% das edificações presentes na rua sofreram perda de características arquitetônicas, sendo “descaracterizadas⁶⁶”, posteriormente, nota-se que a área é composta por 21% de edificações com estilo eclético e logo em seguida, com imóveis considerados “estranhos” ao entorno, além de possuir 17 edificações em estado de “degradação”.

Com isso, observa-se que os agentes sociais presentes na rua, fazem parte das transformações das fachadas e vivenciam, diariamente, as edificações degradadas com as suas próteses e marcas na história, para isso, é necessário adentrar nos conceitos de paisagem urbana e os três aspectos fundamentais de Cullen.

⁶⁶Está relacionada à perda das características e a sua nomenclatura, não tem à intenção de desqualificar o imóvel, mas sim, mensurar a sua preservação.

Inicialmente, em relação à **ótica**, devemos levar em consideração a visão. Primeiro se avista a Rua da Areia (que aparentemente, é uma Rua comum), mas que carrega consigo um título de área de marginalização social por ser conhecida pelos seus prostíbulos, porém se torna necessário adentrar na Rua, para que assim, cada indivíduo possa desenvolver o seu ponto de vista de acordo com as suas vivências no espaço urbano.

Com isso, ao adentrar na Rua, como um visitante, as primeiras percepções que temos da artéria é que é uma Rua que carrega traços de diversas épocas subsequentes dos séculos XIX e primeira metade do XX, e traços de uma história. Percebe-se através das fachadas que aquela rua foi responsável por diversos acontecimentos históricos na cidade, pelo simples fato, das características arquitetônicas das suas fachadas, porém, ao analisarmos mais a fundo, percebemos que as mesmas também sofrem alterações, para se adequar as funcionalidades pretendidas pelos agentes locais.

Já em relação ao **local**, é necessário levar em consideração as sensações provocadas pelo espaço urbano em cada indivíduo, podemos denominar de sentido de localização, como por exemplo: “Já estou dentro da Rua da Areia e agora tenho essa percepção”. Percepção, esta, que difere das pessoas que frequentam diariamente ou residem no local.

Quando se fala em Rua da Areia nas ruas de João Pessoa, as pessoas associam a sua imagem do passado, com vários bordeis e casas de prostituições. De fato, a Rua ainda carrega esse uso, desde os seus primórdios, porém, a mesma passou por transformações e, hoje, esse uso, com vimos anteriormente no mapa de uso e ocupação, se tornou um dos menores.

O último ponto, refere-se ao **conteúdo** que tem relação direta com os elementos arquitetônicos e as características estilísticas que contribuem para a identidade visual. como texturas, estilos, escalas, que estão em volta da malha urbana, as quais podemos perceber que na Rua da Areia tem uma gama de edificações de distintos estilos arquitetônicos, em estado de ruínas, modificadas, conjuntos homogêneos, edificações com traços do estilo moderno, dentre outros.

A Rua da Areia tem o seu traçado urbano tipicamente e seguindo os moldes dos traçados das Ruas predominantes na área central, inclusive, ela marca um declive, entre o bairro Varadouro e Centro, característica fortemente ligada ao início do século XIX, nos quais eram denominados de cidade baixa e cidade alta, respectivamente e eram

vistos por essa nomenclatura e apesar de estarem no núcleo central da cidade, se desenvolvem de forma distinta, como vimos anteriormente.

Correlacionando-se a isso, o autor afirma que muitas vezes a sociedade não consegue associar os fatos urbanos aos fatos artísticos, pois não valorizam a sua história e atrelam os seus objetos de artes como fragmentos de um passado e fora de um contexto atual, tendo a ideia de que as obras de arte são apenas as que estão expostas em museus. Rossi também prevê isto, talvez de forma menos fatalista, entretanto, para ele os fatos urbanos são fatos artísticos.

A partir do mapa de características arquitetônicas, foi possível analisar, que 52% das edificações presentes na rua sofreram perda de características arquitetônicas, sendo “descaracterizadas”, posteriormente, nota-se que a área é composta por 21% de edificações com estilo eclético e logo em seguida, com imóveis considerados “estranhos” ao entorno, além de possuir 17 edificações em estado de “degradação”.

Mapa 11: Mapa de características arquitetônicas

MAPA DE CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS | RUA DA AREIA



Fonte: Elaborado pela autora, (2022).

Numa aproximação ainda preliminar, seguiremos a análise das características das edificações a partir de Moura Filha (2016), que afirma que as casas térreas deviam ser habitadas por uma população de poucos recursos, mas com o intuito de edificar algo mais sólido, embora de forma simples e modesto. Entre essas casas térreas, haviam alguns sobrados, provavelmente construídos pelos funcionários mais graduados e pelos proprietários de engenhos da zona da mata paraibana, que ocasionalmente visitavam a cidade em dias de festas religiosas, tempos de chuvas ou períodos de negócios. Essa arquitetura, portanto, refletia a permanência de uma espacialidade colonial.

Em relação aos quintais, conforme Reis Filho (1987, p 26) afirma-se que era despejada parte da chuva que caía sobre os telhados, uma vez que as casas sendo geminadas, tinham a cobertura organizada predominantemente em duas águas, com a cumeeira paralela à fachada. Assim, o quintal garantia a absorção, evitando “desse modo, o emprego de calhas ou quaisquer sistemas de captação e condução de águas pluviais, os quais constituíam verdadeira raridade. Além disso, os mesmos, por vezes podia haver uma senzala secreta.

Dito isto, iremos analisar pontualmente um exemplar de edificação na Rua da Areia minuciosamente os seus elementos arquitetônicos externos⁶⁷ para compreendermos como se deram essas transformações urbanas.

A edificação encontra-se localizada na Rua da Areia, número 712 e atualmente funciona como um apoio para vendas de janelas. Posteriormente, a edificação era utilizada para fins de habitação, porém com a transformação ocorrida na rua, a mesma acabou sendo utilizada como um bordel.

⁶⁷Ressalta-se que as fotos foram tiradas com o consentimento do proprietário.

Figura 30: Edificação 712

Fonte: Acervo pessoal da autora, (2022).

Supõe-se que para realizar a mudança, ocorreu uma reforma da casa, pois a característica da época eram edificações compostas por quintais nos fundos e nota-se, atualmente, que a mesma se encontra sem o jardim. Podemos supor que essa adaptação

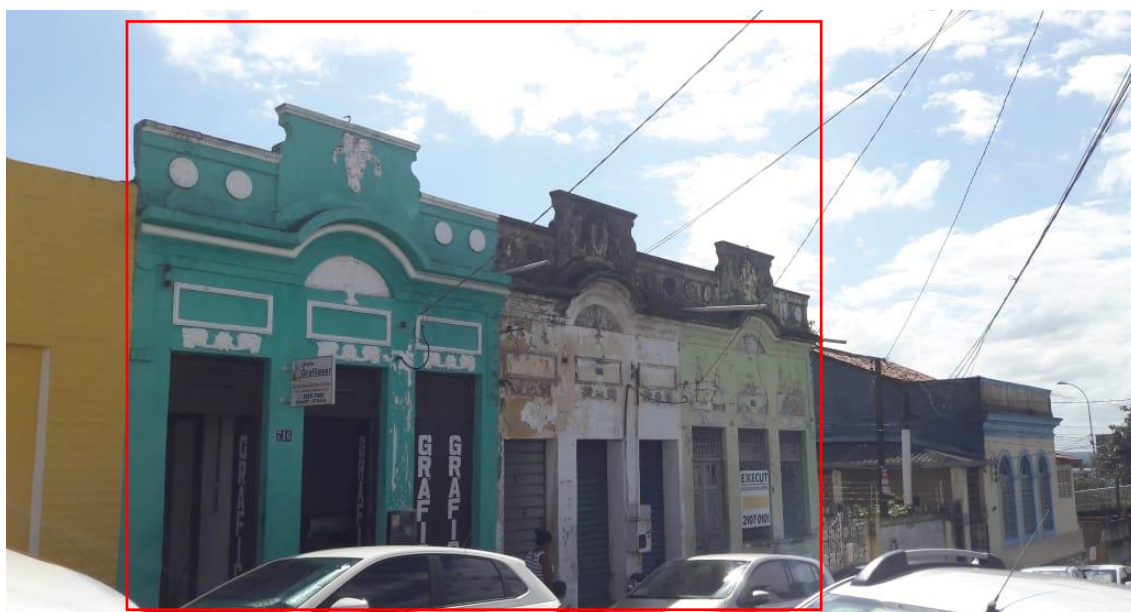
foi realizada para que pudesse construir mais quartos e banheiros para o funcionamento do bordel, anteriormente, instalado no imóvel.

Devido a isso, as características originais da casa foram perdidas, com adições, fazendo com que assim ela ficasse descaracterizada, pois segundo Tinem (2006, p. 48), “as casas coloniais de João Pessoa perderam seus beirais característicos; os que existem atualmente são recomposições”. A mesma faz parte do conjunto formado por três edificações, 708, 712 e 716 reforçado pelo detalhe da platibanda: embora não seja uma composição excepcional, permanece em bom estado de conservação.

Devemos trazer um olhar mais minucioso nessas fachadas, pois Lima (2001, p.57) nos diz que “o caráter mural das fachadas e os volumes dos edifícios” podem ser “constituídos como grande sólidos geométricos”, e que nesse caso da Rua da Areia, podemos identificar um “ritmo compassado das aberturas, o equilíbrio entre cheio e vazio”.

O autor ainda explana acerca da ideia dos conjuntos residenciais, que inicialmente, foram concebidos como grandes palácios e tinham as suas questões em torno do uso administrativo (LIMA, 2001). Abaixo, podemos observar que o modelo presente na Rua da Areia, contempla uma configuração mais modesta, reforçando os cantos e entradas, e mantendo a ideia de um mesmo edifício. Observa-se que atualmente o mesmo sofreu intervenções, descaracterizando-o.

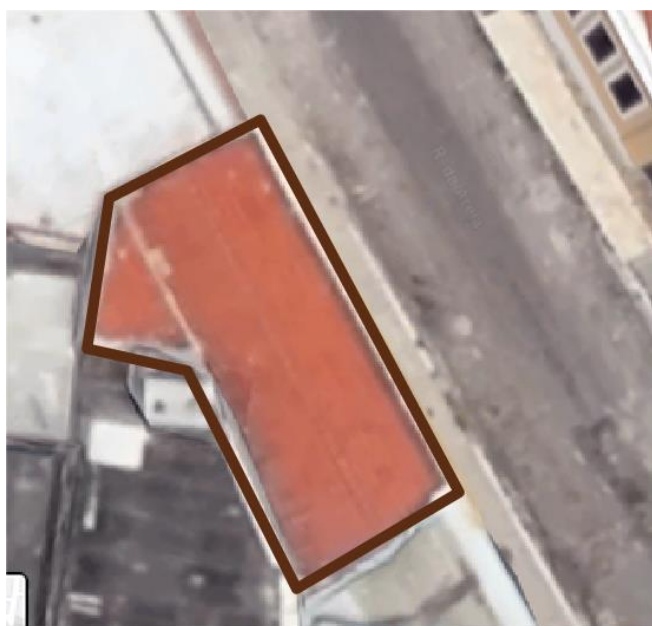
Figura 31: Conjunto homogêneo



Fonte: Acervo pessoal da autora, (2022).

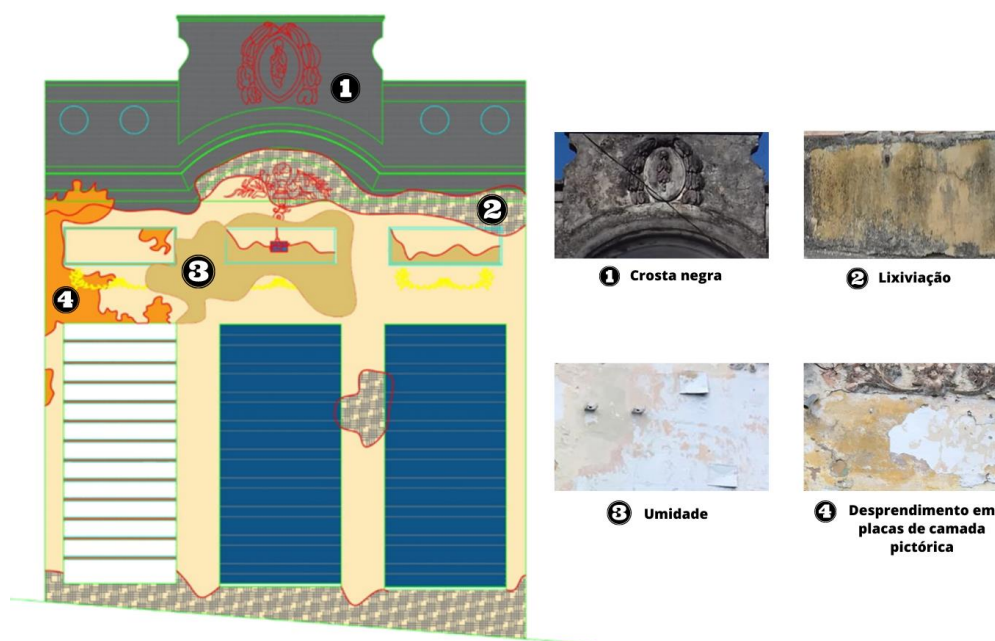
Além disso, constata-se que as mesmas são abrigadas pelo mesmo telhado que possui duas águas de telha canal que se apoiam nas duas laterais e em "mãos" intermediárias; as fachadas são uniformes, com aberturas regularmente ritmadas e emolduradas por vergas retilíneas, também pode-se encontrar resquícios de uma tradição colonial, ou seja, possui quase nenhum embasamento e é desprovida de recuos em relação as vizinhas, sem adornos e com aberturas levemente arqueadas.

Figura 32: Coberta da edificação



Fonte: Google Maps, adaptado pela autora, (2022).

A partir do levantamento fotográfico, pode-se obter uma visão detalhada dos prejuízos identificados na fachada evidenciando as patologias e danos na edificação, que são responsáveis por contar a história do lugar. Nota-se que a mesma apresenta uma diversidade de patologias, sendo observadas com maior predominância as crostas negras, lixiviações, umidade, sujeidade e danos oriundos de intervenções contemporâneas.

Figura 33: Mapa de danos na fachada

Fonte: Acervo pessoal da autora, (2022).

Através da figura acima que identificamos os danos presentes na fachada, é necessário apresentar o leitor um pouco sobre cada manifestação e a sua respectiva causa, como demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 3: Manifestações encontradas

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA	MANIFESTAÇÃO	CAUSA
	Crosta Negra	Proveniente da ação da chuva e falta de manutenção adequada
	Lixiviação	Marca de coloração escura decorrente do contão da água da chuva com a edificação
	Desprendimento em placas da camada pictórica	Pelo ressecamento da cama pictórica devido à ausência da camada e chapisco com superfície da base lisa.
	Umidade	Infiltração da água na camada de revestimento da edificação

Fonte: Acervo pessoal da autora, (2022).

Essas características podem ser vistas em outros exemplares presentes na Rua da Areia, como por exemplo o da Figura 34, o qual podemos observar, que apresenta adornos rebuscados na platibanda e acima das aberturas. O mesmo também apresenta marcas de descaracterização na fachada, e encontra-se atualmente, fechado com a placa de “vende-se”.

Figura 34: Exemplar de conjunto arquitetônico presente na Rua da Areia com a predominância de patologias na fachada



Fonte: Acervo pessoal da autora, (2022).

Além disso, podemos caminhar pela Rua e observar fachadas em estado de degradação, como o exemplar abaixo, o qual, encontra-se fechado e também com a placa de “Vende ou Troca”.

Figura 35: Casa abandonada na Rua da Areia



Fonte: Acervo pessoal da autora, (2022).

Já na edificação abaixo, de nº 191, podemos perceber inspiração no Artdecó, ou seja, os adornos e frisos são simplificados e os rebuscamentos são excluídos partindo-se para ornamentos mais geométricos e para uma composição simétrica da fachada, porém o mesmo também se encontra abandonado.

Figura 36: Fachada em estado de degradação



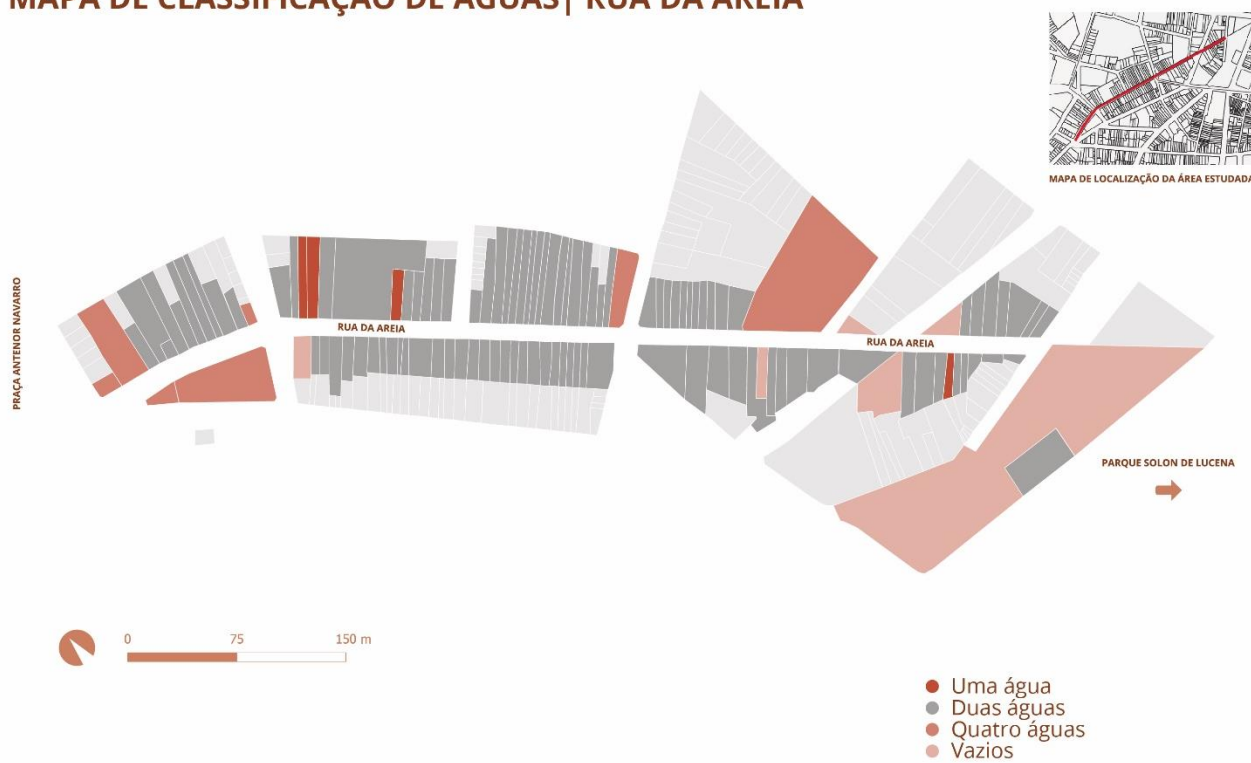
Fonte: Acervo pessoal da autora, (2022).

Já analisando as características das cobertas, Corona e Lemos (1989, p. 75) *apud* Moura Filha (2016) observa-se a utilização das cobertas em duas águas na Rua da Areia, sendo os beirais resolvidos com o emprego de cimalthas, embora também fosse recorrente a solução em beira-sobeira que fora largamente adotada nas edificações do litoral brasileiro pelo fato de ali predominarem as construções de pedra e cal em meados do século XVIII.

Partindo desse pressuposto, foi feita a elaboração de um mapa de cobertura, identificando os tipos de águas existentes e as tipologias dos telhados nas edificações atualmente existentes na Rua. Percebendo assim que predomina a utilização de duas águas, característica proveniente do século citado acima e com a tipologia predominante, telhas cerâmicas, como mostram nos mapas abaixo:

Mapa 12: Mapa de classificação de águas

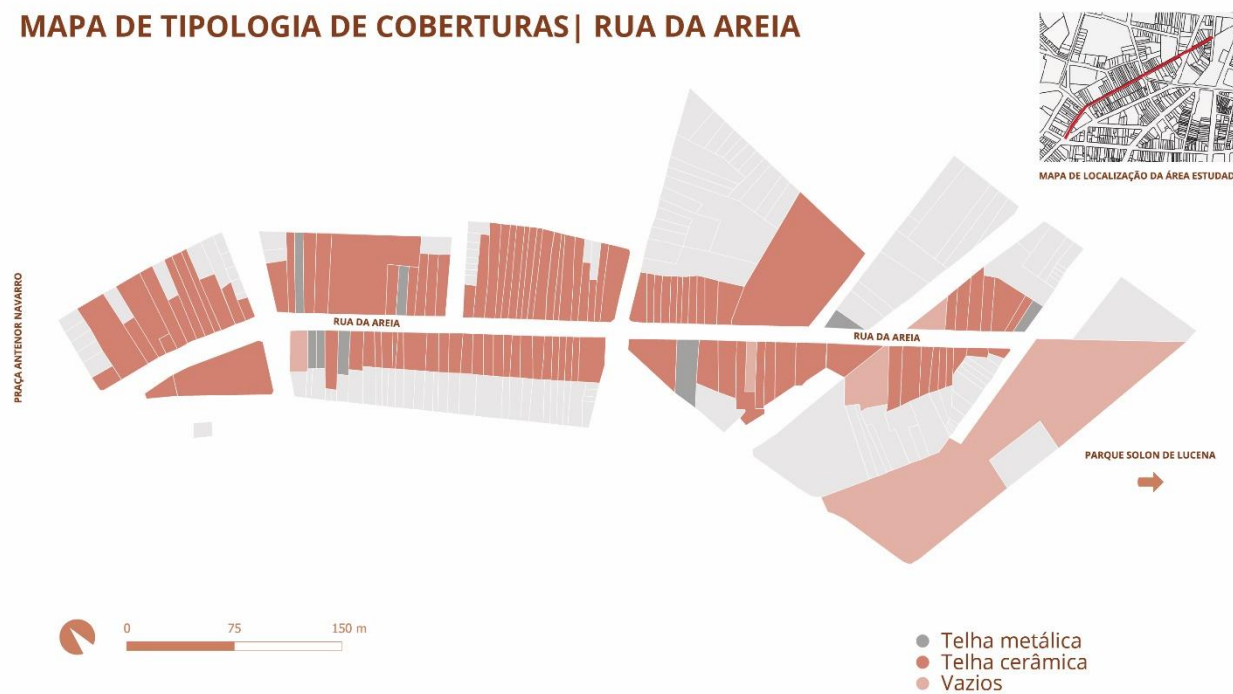
MAPA DE CLASSIFICAÇÃO DE ÁGUAS | RUA DA AREIA



Fonte: Elaborado pela autora, (2022).

Mapa 13: Mapa de tipologias de coberturas

MAPA DE TIPOLOGIA DE COBERTURAS | RUA DA AREIA



Fonte: Elaborado pela autora, (2022).

Diante da apresentação dos dois Mapas de Classificação de Águas e de Tipologia de Coberturas, adentraremos agora, nos dilemas e desafios em torno da Areia nos dias de hoje, estabelecendo uma série de observações na rua enquanto artefato arquitetônico e artístico.

Como mencionamos anteriormente, as questões referentes à preservação de uma área urbana, em particular de uma via pública com as características sociais e arquitetônicas da Rua da Areia, exigem um acervo de estudos que esteja relacionado a um amplo diálogo com a população local e a um processo educativo, sobre os quais nos debruçaremos em seguida.

CAPÍTULO 3: DILEMAS EM TORNO DE UMA RUA: OS DESAFIOS DA RUA DA AREIA NA DINÂMICA URBANA DE JOÃO PESSOA

Guiados e carregados, os animais subiram a rua e levaram presos nos cascos as areias do Rio. Ninguém imaginava que os grãos dessas areias eram impregnados de gostos, de formas de todo tipo, de escrita! Não perceberam que durante a subida, as areias foram desprendendo dos cascos e enquanto, se desprendiam. Escreviam. Deixavam nas margens da rua, grafado, inscrito, registrado, o que tinham apreendido com o rio.

(Roberto Pastana de Lima, 2021).

Chegamos ao ponto da discussão que nos traz ao momento presente, a questão da dinâmica atual da Rua da Areia atrelada às políticas e instrumentos de preservação, colocando as principais problemáticas apontadas pela população pessoense através da pesquisa aplicada de forma *online* pela plataforma do *Google Forms*⁶⁸, além das entrevistas que foram aplicadas *in loco* com os moradores e frequentadores da Rua da Areia⁶⁹ e pelo conjunto de discussões que tem mobilizado a opinião pública através de matérias de jornais, estudos acadêmicos, pareceres técnicos, pronunciamentos políticos.

É importante fazer um adendo em relação às entrevistas que serão apresentadas aqui, pois as mesmas foram realizadas em meados de 2020 e devido ao agravamento da pandemia da Covid-19, se tornou inviável coletar novamente informações e expandir o entendimento dos atores. É importante ressaltar, que a pesquisa foi aprovada e submetida na Plataforma Brasil, sendo norteadada a partir da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamenta a fundamentação da ética em pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil (BRASIL, 2012), com o número do CAAE: 39038320.0.0000.5188 e Parecer: 4.421.805.

Porém, frisamos aqui, que devido às reais situações que o Brasil passou e passa atualmente, sabemos que as políticas públicas estão defasadas, e, acreditamos, que o cenário disposto pelos moradores, possa até mesmo ter se acentuado, pois, durante esse intervalo, nenhum investimento e mudança benéfica foi feita, pelo contrário, vimos o desmonte do IPHAN, das políticas públicas patrimoniais e de uma série de políticas sociais importantes.

Retomando, foram entrevistadas 11 pessoas na Rua da Areia englobando os diversos grupos sociais existentes na área, como estudantes, moradores, comerciantes e

⁶⁸Ver Apêndice A

⁶⁹Ver Apêndice B

prostitutas. Aplicou-se em torno de 8 perguntas abertas, onde o entrevistado tinha a liberdade de responder e relatar diversos acontecimentos que se sentisse à vontade, com o objetivo de apresentar as diferentes visões para compor o estudo acerca da Rua da Areia.

Além da reconstrução de histórias de vida individuais e coletivas, o roteiro procurou se concentrar nos seguintes aspectos avaliados como fundamentais para a presente pesquisa: 1. A relação dos informantes com a Rua da Areia (durante certo tempo Barão da Passagem), informando quanto tempo reside/residiu e/ou trabalha/trabalhou no lugar; 2. Sentidos singulares construídos pelos sujeitos sobre o que é “vivenciar a Rua da Areia” e suas relações com os demais grupos sociais presentes no Centro Antigo, relatando se houve afetividade. 3. A percepção dos informantes em relação ao título de “área de marginalização social” dada a Rua da Areia; 4. Propostas de melhorias e mudanças;

Como dissemos anteriormente, essa via pública ganhou uma conotação muito singular na vida da cidade, com sinais contraditórios entre o aparente fausto e a suposta decadência, entre o patrimônio edificado e as vivências concretas. Quais seriam, afinal, as saídas possíveis para os dilemas que se colocam entre a preservação dos bens arquitetônicos e o respeito às sociabilidades estabelecidas nesse lugar tão singular?

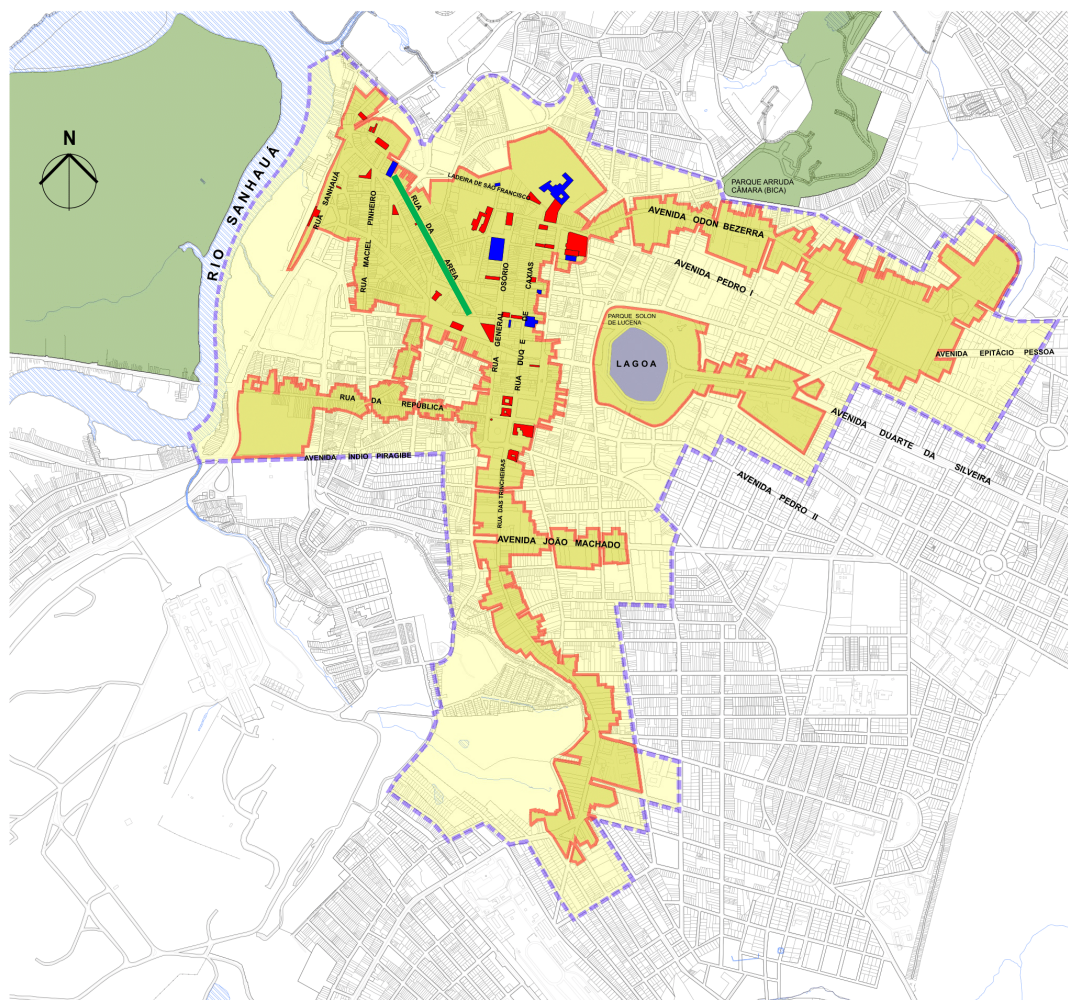
Também é momento de delinearmos os traços pretendidos desde o início dessa dissertação, com a proposta do roteiro com o estudo do meio, a fim de gerar uma reflexão e um subsídio para uma futura produção no campo didático, uma vez que entendemos que a educação patrimonial, em diálogo com a comunidade, é um dos caminhos mais promissores para a efetividade das políticas de preservação patrimonial em um amplo espectro.

3.1 Os impasses das políticas de preservação, das atividades econômicas e da moradia.

Conforme vimos na discussão no capítulo 1, com “A relação do processo de urbanização das cidades, os Marcos Normativos e o patrimônio cultural”, a Rua da Areia foi englobada nas políticas de preservação estabelecidas no âmbito do país, desde a criação do IPHAN, na década de 1930. No seu caso mais específico, a Rua da Areia teve sua área definida na área de preservação e atuação do Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico da Paraíba (IPHAEP), conforme podemos ver no Mapa das Áreas Tombadas do Centro Histórico de João Pessoa, sendo destacada de verde.

Mapa 14: Poligonal de Tombamento do IPHAEP



Legenda

- Poligonal da Área Rigorosa
 Poligonal de Entorno
 Monumentos Federais
 Monumentos Estaduais

Fonte: Acervo IPHAEP, (2004).

A Rua está localizada na Área de Preservação Rigorosa – APR do Centro Antigo Inicial de João Pessoa, delimitado pelo Decreto Estadual N.º 25.138/2004, contendo edificações classificadas na predominância de níveis de intervenção de Conservação Total (CT) e Conservação Parcial (CP).

No bojo das políticas de preservação no Brasil, como já vimos anteriormente e vamos amiudar aqui, o IPHAEP teve com o intuito de fazer parte da estrutura organizacional da Secretaria de Educação e Cultura, tendo a finalidade a preservação dos bens culturais do Estado que não se encontravam sob proteção e guarda do IPHAN. Além disso, os recursos para o seu funcionamento vinham do Fundo Estadual de Cultura, ficando ao encargo do Conselho Estadual de Cultura com um prazo de trinta dias para a elaboração do regulamento para o seu funcionamento.

Porém, através do relatório apresentado no II Encontro de Governadores pela delegação paraibana, sob a coordenação do secretário José Carlos Dias de Freitas, observa-se que o mesmo só teve seu efetivo funcionamento a partir do ano de 1974, como relata Linduarte Noronha em 2002 em uma entrevista para Oliveira (2010);

Isso aí é um negócio quase folclórico, como tudo na Paraíba. Essa noite da cultura, esse desmembramento foi do SPHAN, em pleno regime militar. O governo federal achou de exigir dos Estados a criação dos Institutos Estaduais e foi criado o Nosso IPHAEP. E ficou dormindo durante 03 anos no Diário Oficial, foi publicado.

[...]

Eu exercia aqui uma função dentro de um órgão do Estado, me aborreci, pedi para ser afastado e o José Carlos Dias de Freitas [...] disse: E o que queres fazer rapaz? Vamos fundar o Instituto do Patrimônio, que o governo já criou isso aí, que está dormindo no Diário Oficial, e não faz nada. Fomos ao Governador [...] sem mais delongas, ele me assinou a portaria, me designando para Presidência do Instituto (NORONHA, 2002 *apud* OLIVEIRA, 2010).

Atualmente existem 138 bens tombados pelo IPHAEP. Dentre estes bens, estão diversas residências, fábricas, igrejas e complexos religiosos, como o Franciscano, praças como a Venâncio Neiva, parques, engenhos e fazendas, escolas e até mesmo uma árvore remanescente da mata atlântica existente na parte alta da praia da Penha. Como meio legal para a regulamentação de sua atuação, o órgão utiliza os decretos publicados em Diário Oficial do Estado da Paraíba, onde são especificados desde a área de preservação, até sanções administrativas que podem ser aplicadas aos responsáveis pelos imóveis. A saber, os principais decretos do órgão são:

- Decreto 7.819/1978 - Cadastramento e Tombamento dos Bens Culturais, Artísticos e Históricos no Estado da Paraíba e da outras providências
- Decreto 21.435/2002 – Sanções Administrativas
- Decreto 25.138/2005 – Aprovação do Tombamento do C.H.
- Lei N. 9.040/2009 – Dispõe sobre o IPHAEP

- Decreto 33.816/2013 – Normativas Técnicas para as Áreas de Proteção

Ressalta-se que desse quantitativo de bens tombados, 55 se localizam em João Pessoa, incluindo a Delimitação do Centro Antigo Inicial do Município de João Pessoa de 1982. Um total de 46 foram tombados em João Pessoa de 1979 a 1982, ocorrendo novos tombamentos para a cidade apenas em 1998, quando ocorrem 6. Em 2001, mais dois tombamentos e outro no ano de 2002.

Pode-se considerar que os tombamentos realizados pelo IPHAEP estavam coerentes com o quadro que se estabelecia naquele momento sobre os bens patrimoniais, que já se apresentavam ampliados do conceito de monumento isolado, da restrição ao estilo colonial, da localização no núcleo inicial. Os bens tombados se configuram em patrimônio rural, espaço público urbano, conjuntos arquitetônicos funcionais, além de imóveis residenciais que incluem vários estilos arquitetônicos da república, bem como antes e depois do modernismo do Lyceu Paraibano e edificações educacionais a ele vizinhas, que demarcaram, inclusive, a definição de uma nova área de urbanização da cidade após a década de 1930, já fora dos limites do antigo traçado urbano⁷⁰.

Interligado a essa questão, o prof. Linduarte Noronha que esteve à frente da gestão do IPHAEP dos anos de 1974 ao ano de 1991 relatou a Oliveira (2010) a insatisfação dos proprietários dos imóveis em relação aos tombamentos, afirmando que;

Nunca foi bem visto o tombamento. Geralmente, sempre foi um “fantasma” aqui dentro de João Pessoa, em relação ao proprietário. O proprietário nunca gostava, nunca aceitou bem isto e houve coisas até hilariantes, como comissões de família me procurando. - “Aquele imóvel que vocês tombaram, aquilo é bem de família, foi herança, a gente vive daquilo”. - Mas ninguém vai tomar, rapaz. - “Mas está tombado”. Uma interpretação errônea de que o tombamento era um confisco, que o governo estava tomando os bens, os imóveis, isso deu muito trabalho à gente. Eu dizia: Não, só que, se você quiser fazer qualquer modificação – explicava – aí procura aqui o Instituto, a gente manda o pessoal lá, pra saber, pra te orientar. Mas não era bem aceito, eu tenho impressão de que é da mesma forma ainda. Tombamento não “cheira bem”, não, viu?

(...)

⁷⁰O Lyceu Paraibano e os três prédios educacionais vizinhos compõem o conjunto projetado nos anos 1930 para o Instituto de Educação da Paraíba (IEP), concebido pela D.V.O.P. (Diretoria de Viação e Obras Públicas), englobando hoje os Colégio Olivina Olívia Carneiro da Cunha, Argentina Pereira Gomes e o Instituto de Educação da Paraíba. Para maiores informações vide PINHEIRO (2008), CARDOSO (2010) e PESSOA e NÓBREGA (2020).

Eram prédios particulares, não tinha nada que pertencesse ao governo com raríssimas exceções. Mas os proprietários criavam realmente problemas. Queriam colocar abaixo, queriam modificar. Um negócio incrível era a mutilação da fachada (NORONHA, 1991 *apud* OLIVEIRA, 2010).

Desses bens tombados individualmente, há dois na Rua da Areia, sendo o imóvel 366⁷¹ que segundo o IPHAEP “por ser um testemunho da evolução urbanística da Rua da Areia”, está tombado por meio do decreto nº 8.649, de 26 de Agosto de 1980. Também o Imóvel de nº 265, por meio do decreto nº 8.628, de 26 de agosto de 1980, e que possui proteção estadual e individual.

É importante adentrar brevemente sobre a história dessas edificações e mostrar ao leitor, o atual estado de conservação dos mesmos, apesar de serem considerados imóveis tombados pelo órgão patrimonial.

Em meados de 1922, Aguiar (1993) retrata o sobrado, que foi construído em 1885, como representativo de seu passado de riqueza, onde residiu o Barão da Passagem, veterano da guerra do Paraguai (Figura 37).

Figura 37: Sobrado nº 366 em 1922



Fonte: Aguiar, (1922).

⁷¹Não se tem referências a quem pertenceu em seus primórdios; sabe-se apenas que em 1895, quando o célebre Maestro Carlos Gomes nele esteve hospedado, por ocasião de sua visita à cidade, era a residência do músico paraibano Francisco Lima. Foi adquirido entre os anos de 1917 e 1918 pela Sociedade Italiana Beneficente 20 de Setembro, a qual aí funcionou até o ano de 1942.

Até o final do século XX, o edifício era de propriedade da Sra. Terezinha Almeida Melo, que recebeu como herança do pai, Pedro Augusto de Almeida, e se encontrava em precário estado de conservação, servindo de depósito. Com o declínio econômico da Rua da Areia, o imóvel abrigou outros usos que não propiciaram sua conservação, levando a perda de alguns elementos que lhe davam identidade, a exemplo das bandeiras das portas e janelas que tinham uma peculiar ornamentação em talha de madeira reproduzindo a imagem de um jarro com flores.

Figura 38: Sobrado n° 366 em 2001



Fonte: Acervo Memória João Pessoa, (2022).

E atualmente, a edificação, teve os seus anexos descaracterizados. O anexo do lado esquerdo, hoje, é utilizado como uma oficina mecânica, e o do direito, está em ruínas. A parte central do sobrado, também se encontra em estado de abandono e é possível observar as suas próteses, com algumas características da arquitetura do século XIX e outros de épocas anteriores, possuindo frontão clássico, janelas de arco ogival e outros elementos decorativos na fachada, porém a maioria, bastante modificados.

Figura 39: Sobrado nº366 em 2022



Fonte: Acervo pessoal da autora, (2022).

Quanto ao outro imóvel tombado, não se tem registro da data de sua construção, no entanto, por se tratar de um dos dois únicos edifícios com três pavimentos desta rua, sabe-se que em 1899 ele já existia, pois Walfredo Rodriguez refere-se a este como sendo a representação da França, cujo cônsul era àquela época Aron Cahn, alto negociante no comércio de exportação

Analisando as condições do imóvel, pode-se notar que o estado se encontra parcialmente preservado, quando se comparado com uma foto de 1985 (Figura 40).

Posteriormente, foram acrescentados a platibanda e mais um pavimento de largura inferior a primitiva, recebendo então uma cobertura com a cumeeira perpendicular à rua, ficando o edifício assim com os dois sistemas de cobertura (MEMÓRIA JOÃO PESSOA, 2019).

Quanto a sua configuração atual, acha-se com os três pavimentos da mesma largura, possuindo algumas características do Neoclássico como a verga em arco pleno na porta principal e na do segundo pavimento, e as janelas superiores com a bandeira de vidro.

Figura 40: Imóvel nº 265

Fonte: Acervo pessoal da autora, (2022).

Outro exemplar, que não foi tombado pelo IPHAEP, mas que precisa ser destacado na Rua da Areia, é a edificação de nº 155, chamado por Tinem (2006) de “Casarão de Azulejos Portugueses”⁷², e que pode ser encontrados nos acervos do IPHAN(1986) apresentando em toda a extensão da sua fachada, os azulejos portugueses na cor azul, porém, ao compararmos com uma foto de atualmente, percebe-se que o imóvel se encontra em estado de degradação, restando poucos resquícios do revestimento e as aberturas das janelas, inferiores e da porta de acesso estão vedadas com tijolos e argamassa. Observa-se ainda que a edificação apresenta platibanda composta por ameias e merlões, elementos originalmente criados para fins defensivos nas fortificações, e que, nesse caso, eram usados como decoração.

⁷²Há um exemplar conhecido na cidade de João Pessoa, do século XIX, que está localizado à Rua Conselheiro Henriques, fazendo esquina com a Praça D. Adauto, antigos Beco do Carmo e Campo do Conselheiro Diogo, e foi tombado pelo IPHAEP através do Decreto nº. 8632, de 26 de agosto de 1980.

Figura 41: Imóvel nº 155 em 1986 e em 2022



Fonte: Acervo do IPHAN, (1986) e acervo pessoal da autora, (2022).

Porém, através dos exemplos acima, deve-se questionar se de fato os órgãos públicos patrimoniais pessoenses estão atuando de tal forma a salvaguardar a sua memória. Pois, na teoria, as mesmas devem ter a sua atuação em torno da promoção da salvaguarda, difusão, conservação e gestão desses bens, sendo procedimentos necessários para preservar as histórias e as identidades que o patrimônio expressa, impedindo sua destruição ou descaracterização.

Contudo, as políticas públicas são consideradas conjuntos de atividades materiais e/ou simbólicas geridas por autoridades públicas (BOLÁN, 2006). Ou seja, são ações realizadas através do Estado para atender às necessidades da sociedade e que são direcionadas ao bem comum, e que são implantadas após decisão do governo.

Além do mais, as mesmas são resultantes de atos de governantes e decisões, que são direcionadas à resolução de determinadas problemáticas coletivas para as quais são necessárias a distribuição de bens e recursos. Ressalta-se que o Estado é quem estabelece quais fins públicos são possíveis de serem realizados, assim como os instrumentos e as opções de ação.

Já em relação à gestão patrimonial, cada Estado, por sua vez, normatiza como se deve ser a sua gestão nacional. No Brasil, a participação na política de proteção do

patrimônio encontra-se amparo na Constituição Federal de 1988, como citado anteriormente no capítulo 1.

Destaca-se o artigo 30 dessa mesma constituição que deixa explícito que “compete aos municípios promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora Federal e Estadual”. Com base nesse artigo, o município é o executante da política patrimonial, tendo como parceiros representantes do setor público e privado na elaboração, discussão e decisão com relação ao que deve ser patrimonializado.

Os conselhos da política patrimonial são – ou devem ser quando efetivamente estão implantados e possuem condições para funcionamento e composição representativa de amplos setores da sociedade civil –, instrumentos de gestão democrática, nos quais os representantes da comunidade atuam como conselheiros, numa interface entre o Estado e a sociedade. A gestão ocorre por meio de instrumentos de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação de bens.

Com a emenda constitucional de 1996 foi ampliada ainda mais a possibilidade de efetiva gestão, uma vez que favoreceu a todos os conselhos de patrimônio a terem composição paritária e atuação propositiva e decisória a respeito dos meios de proteção dos bens móveis e imóveis.

No entanto, isso não significou a democratização do acesso para uma gestão mais participativa, pois as escolhas relacionadas ao que será protegido estão em torno de atos políticos que implicam em negociações que fazem parte do jogo democrático, tendo a delimitação partindo dos conselhos compostos por pessoas de “cima”, e deixando de lado a presença dos de “baixo”, como podemos observar no Porto do Capim, por exemplo, ou seja, esse conflito reflete em larga medida em diferentes posições em jogo no plano maior.

Tem-se, então, a possibilidade efetiva da participação da sociedade civil na política patrimonial; no entanto, os entraves para a gestão democrática ainda são muito presentes. Os conselhos podem ter dois caminhos: podem ser meios de se alcançar a democracia participativa e melhoria da gestão pública, ou podem se converter em mecanismos reprodutores de práticas patrimonialistas e clientelistas.

O Estado, por sua vez, tende a converter o patrimônio em abstrações político-culturais, símbolos de uma identidade nacional na qual se diluem as particularidades e os conflitos. Não raro, apesar de algumas intenções de reconhecimento e valorização cultural, o que se obtém é uma visão estanque de patrimônio, que não consegue

expressar a vida presente em diálogo com os vestígios do passado, mas representações congeladas desse mesmo passado.

No que diz respeito às ações, há os que defendem o patrimônio cultural aspirando sua restauração e conservação, já outros tem uma visão integral do patrimônio e aspiram aos usos sociais e à ativação de novos referentes. Uns vêem o patrimônio desde o terreno turístico, com argumentos em favor do desenvolvimento local e ecologicamente sustentável, e argumentam que os locais detentores de atributos culturais e naturais expressivos devem investir na divulgação de suas qualidades, como um meio de atrair visitantes que gerem renda ao local. A atividade turística converte-se, assim, numa oportunidade de divulgar o patrimônio, atrair visitantes, gerar empregos, incrementar rendimentos econômicos, favorecer a comercialização de produtos locais e o intercâmbio de ideias, costumes e estilos de vida.

De fato, o turismo pode contribuir para isso, mas não se pode ignorar que a atividade turística não é inócua. Ela pode produzir efeitos negativos na localidade que o adota em face do incremento do consumo do solo, da mudança da paisagem, do aumento da produção de resíduos, da perda de valores tradicionais e do aumento dos preços que afeta a população local (SANTAMARTA, 1998).

Dito isso, observa-se, portanto, que apesar da Rua da Areia estar inserida na poligonal de tombamento do IPHAEP, e apresentar imóveis tombados individualmente, nota-se que o papel desempenhado pelo órgão patrimonial, no que tange à produção, preservação e conservação de um Patrimônio Histórico e Artístico no Estado da Paraíba, apresenta carência de análise e exiguidade de práticas.

Pois, como foi exemplificado acima, há edificações em estado de degradação e que não apresentam nenhum plano ou respaldo para a sua revitalização, o que nos leva a pensar, que muitas das vezes, o ato de tomba, pode ser atrelado a interesses maiores ou pode carecer de uma sustentação social e cultural mais ampla, podendo levantar questionamentos a respeito da concepção da memória predominante, a qual é determinadora da produção de um patrimônio, principalmente, na forma de condução e gestão do mesmo, quando se leva em consideração o seu papel desenvolvido ao longo do tempo, na tentativa de determinar o que se deve ser considerado patrimônio ou não. Ou seja, não há como considerar as políticas patrimoniais como questões exclusivas de técnicos, mas englobá-las no âmbito maior das políticas públicas, que dizem respeito, entre outras coisas, ao reconhecimento da participação de amplos agentes sociais,

inclusive dos moradores de áreas socialmente vulneráveis, como é o caso de boa parte daqueles que residem nessa via e nas suas imediações.

Além disso, é importante o questionamento acerca da finalidade dessa preservação como fomentadora de uma cidadania e que se deve observar a existência ou não, de uma articulação entre a concepção de memória como algo provido de um sentido social, que visam ao desenvolvimento igualitário e de uma tomada de consciência crítica sobre o passado, e a construção de um patrimônio decorrente dessa concepção, porém, não vamos nos adentrar nesse ponto, que pode ser desenvolvido posterior a dissertação.

Dessa forma, após apresentado um pouco acerca do debate patrimonial com as edificações presentes na Rua da Areia, é importante adentrarmos sobre o olhar dos atores que vivenciam o local e quais as suas relações de afetividade com a Rua. Com isso, quando questionados sobre isso, todos os atores afirmaram ter criado laços, amizades e uma sensação de pertencimento com o local.

É importante destacar a fala de um comerciante de uma loja de móveis na Rua da Areia, que acompanhou o crescimento e desenvolvimento da Rua, pois seu pai em 1978, possuía um comércio na Rua Peregrino de Carvalho, em frente à Praça Aristides Lobo, criando muitas lembranças e afetividade, sendo um dos motivos para posteriormente, montar o seu próprio comércio;

Na verdade, eu cheguei aqui entre 6 anos e 7 anos de idade e a gente costumava brincar na Rua da Areia, a gente era criança e a gente descia com aqueles rolimãs, não sei se você conhece (COMERCIANTE HÁ 12 ANOS NA RUA DA AREIA EM ENTREVISTA A PESQUISADORA, 2020).

Além disso, estudantes relataram;

Com a Rua em si? Sim, criei... até questão de conhecimento, de conhecer as pessoas, de um contato mais próximo, com a Rua e com a estrutura também, passei a conhecer e a admirar um pouco essa arquitetura que a gente tem ali próxima a rua, próxima no centro histórico (EX-MORADOR DA CASA DO ESTUDANTE, 22 ANOS, EM ENTREVISTA A PESQUISADORA, 2020).

Ainda sobre as experiências e percepções na rua, a prostituta entrevistada relembrou o seu relacionamento que começou na Rua da Areia.

Ganhei muito dinheiro aqui, era pra ser muito bem de vida e não era pra tá aqui mais não e ganhei um relacionamento que até hoje a gente tá junto, há 8 anos. Conheci aí no programa e tô até hoje. Ele super aceita. (PROSTITUTA HÁ 21 ANOS NA RUA DA AREIA EM ENTREVISTA A PESQUISADORA, 2020).

Neste sentido e, considerando a supracitada tendência de ampliação da participação social nas políticas públicas, vislumbra-se a possibilidade de se trabalharem ações voltadas à gestão do patrimônio de modo similar, de maneira a sistematizar “as oportunidades ou pontos positivos, bem como as fraquezas ou pontos negativos que, inter-relacionados, levarão à construção das proposições e diretrizes [...]” que atendam aos estudos técnicos, como também às visões da realidade vivida pela população (OLIVEIRA; AMARAL, 2015).

Sob esse aspecto, graças aos meios de comunicação de massa, à produção cultural independente⁷³ ou ao sistema educacional em seus vários graus de ensino, uma diversidade considerável de atores pode intervir no processo de transformação urbana, fazendo com que a população se sinta mais envolvida, à medida que os impactos das ações venham a contribuir para satisfação de suas necessidades básicas e cotidianas.

Em alguns casos, quando determinados artistas, produtores culturais ou educadores exercem liderança junto à comunidade ou desenvolvem ações ligadas à valorização e preservação patrimonial, passam também a ter acesso a informações essenciais sobre os tipos de valores que os bens e estruturas urbanas trazem consigo, tanto no plano material quanto imaterial. Isso, por exemplo, não acontece na Rua da Areia, onde os principais grupos sociais atuantes, muitas vezes não sabem da história do lugar ou a importância da rua no desenvolvimento da cidade. Isso acontece de maneira limitada no que tange à Rua da Areia, uma vez que as ações culturais ali realizadas não costumam a obter um amplo reconhecimento pelas mídias sociais e são marcadas muitas vezes pelo carimbo da marginalização social.

Em relação a isso, na entrevista ao serem questionados sobre conhecer a história da Rua da Areia, apenas um estudante afirmou que através de conversas e histórias das pessoas que residiam lá, durante o tempo que permaneceu na instituição, acreditava que a rua foi morada de pessoas da elite, mas não sabia, de fato, se era verídico, já os demais estudantes, afirmaram que não tinham conhecimento sobre a história do lugar.

⁷³Importante ressaltar que no caso de João Pessoa, existe uma numerosa população residente no Centro, ligada à produção cultural, através de ateliês de artes plásticas, atividades artesanais e teatrais, produção musical, entre outras, que costumam participar ativamente de iniciativas relacionadas ao reconhecimento e valorização do patrimônio do centro urbano.

Em relação aos comerciantes e moradores, constatou que ambos sabem sobre a história do lugar e sua importância para a memória da cidade de João Pessoa, em contrapartida, as prostitutas não conhecem a história do lugar, afirmando afetividade apenas aos barzinhos e pontos de encontro.

Podemos entender, portanto, os espaços específicos da cidade enquanto “territórios de subjetivação” (LEITE, 2007). Tais territórios são encarados como regiões específicas não apenas através de suas demarcações físicas, mas também voltando o olhar para as relações simbólicas que orientam as práticas sociais do local. No caso da Rua da Areia, quando relacionamos essa perspectiva aos processos de formação de pertencimento identitário, os lugares passam a carregar características como movimento, tempo e trajetória, pois podemos observar que cada grupo social apresenta as suas singularidades e as suas relações com a Rua. Tal entendimento de lugar enquanto demarcação física e simbólica do espaço nos ajuda a investigar os conflitos e dissensos presentes entre os usos sociais atuais e os usos desejados pra um futuro próximo.

Assim, fundada nas experiências e sentidos da vida, a memória torna-se fator de identidade e valorização da cultura, pois Diehl (2002, p. 114-116) nos diz que “constitui-se de um saber, formando tradições, caminhos – como canais de comunicação entre dimensões temporais”. Neste sentido, o autor afirma que a celebração do passado deva cumprir também o papel de identificação cultural dos sujeitos já que “o ato de rememorar produz sentido e significação através da ressubjetivação do sujeito e a repoetização do passado, produzindo uma nova estética do passado”.

Assim, surgem os lugares de memória, que podem ser considerados, segundo Andrade (2008, p. 570), “patrimônios culturais, projetados simbolicamente e podem estar atrelados a um passado vivo que ainda marca presença e reforça os traços identitários do lugar”. Estes criam trajetórias, que nos levam a entender a cidade enquanto objeto socialmente construído.

Com isso, observamos em algumas páginas acima, que diversos moradores da Rua da Areia lançam mão de discursos-ações baseados em sentimentos de pertencimento que buscam legitimar as formas de apropriação desse espaço enquanto moradia. É interessante perceber que estes se reorganizam mediante a necessidade da relação com um projeto político de revitalização, que enfatiza o valor de mercadoria dos espaços patrimonializados e a forma como tais projetos podem afetar diretamente as dinâmicas de sociabilidades entre moradores e o lugar: “O modo como essas práticas

sociais criam nexos identitários com lugares sociais colide muitas vezes com as formulações abrangentes das políticas oficiais de cultura” (LEITE, 2007, p. 39).

Fica claro que o valor de uso definido pelos moradores muitas vezes entra em choque com o valor de troca imposto pelos gestores públicos, pois os discursos do poder público ressaltam a importância do turismo para o desenvolvimento econômico da cidade, selecionando alguns espaços enquanto significativos para essa atividade, e acabamos observando a cidade se transformando em coisa a ser vendida, em um contexto de competição.

Por isso, uma das formas de participação das camadas populares no processo de decisão se dá pelo dispositivo político conhecido como Orçamento Participativo (LEAL, 2003). Entretanto, esse tipo de mecanismo, que pode agir com certa eficiência no plano econômico-financeiro, não garante o respeito e a preservação dos valores culturais locais.

Outro aspecto importante a ser levado em conta, na relação entre o poder público e a sociedade civil, é a motivação e o envolvimento das categorias de atores no processo de preservação do patrimônio edificado, que podemos citar, os especialistas e acadêmicos, que diante do risco de descaracterização ou de destruição do patrimônio edificado, esses profissionais, sejam técnicos ou acadêmicos, são particularmente movidos pela consciência dos valores a serem preservados.

No âmbito da sociedade civil, as comunidades que a formam são seduzidas pelo efeito de massa acarretado pelo crescimento urbano e provocado pela perspectiva de progresso e modernidade. De preferência, observa-se que tais comunidades se sensibilizam com a introdução das melhorias que são destinadas a aportar ou acrescentar comodidades, mobilidade e acessibilidade aos serviços urbanos. O problema está quando o acesso a essas melhorias é desigual, minoritário, alijando amplos grupos sociais e colocando-os fora dos benefícios supostamente propagados. Voltemos ao caso mencionado no começo dessa dissertação em relação ao Porto do Capim, região muito próxima à Rua da Areia. Até o presente momento (falamos próximos dos finais de 2022), a querela entre o poder público, os agentes do capital e os moradores ainda não chegou a um termo considerado socialmente justo e culturalmente respeitoso de acordo com a população local, que vive muitas vezes em condição de vulnerabilidade social e ameaças reiteradas de remoção de suas áreas de moradia.

Além disso, há também os empresários da construção civil e do turismo, onde o interesse, muitas vezes, volta-se para as oportunidades de empreendimentos que trazem

a perspectiva de grandes margens de lucros e o retorno rápido do capital investido, pois, nem todos têm a visão clara de que o patrimônio edificado pode representar um ativo para o desenvolvimento: seja porque a conservação urbana integrada, ao assegurar a permanência de valores culturais e ambientais reforça a identidade da população e cria condições para o desenvolvimento sustentável social, político e econômico; seja porque contribui para irradiar uma boa imagem, onde a tradição e a novidade coabitam harmonicamente.

Tem-se também a participação dos projetos governamentais, que na busca de satisfazer as aspirações da população e interesses políticos, desrespeitam os valores ambientais locais e colocam em risco o patrimônio histórico edificado, tendo muitas vezes, as ações modernizadoras, entretanto são excludentes com relação à permanência das antigas estruturas e se contrapõem à ambiência e aos valores culturais locais. Tais ações são notadamente influenciadas pelos grandes empreendedores do setor privado cujo principal argumento é a capacidade de gerar empregos e contribuir para o aumento da arrecadação de impostos, relegando a um plano secundário a conservação do patrimônio cultural e o respeito aos direitos sociais da maioria da população, especialmente os residentes em áreas de vulnerabilidade, como é o de boa parte dos residentes da Rua da Areia e seus arredores.

Podemos observar esse fator nas falas dos moradores que vivem há mais de 60 anos no local, que relataram acerca da configuração da rua, que era voltada para usos residenciais e possuía uma forte relação de vizinhança com reuniões e conversas nas calçadas e como se deu o declínio do status da rua com a saída dos moradores, ocasionando o uso predominante na área comercial, além da inserção das casas de prostituição, dificultando as relações sociais, porém, mesmo com o contexto atual, os entrevistados relataram com nostalgia o quanto a Rua da Areia carrega consigo lembranças e histórias marcantes nas suas vidas;

Chegava dia de domingo, dia de missa, todo mundo colocava aquelas toalhas, cadeira na calçada e ia para a igreja de São Pedro. (...) De bom tinha tudo, porque a gente se reunia, não tinha aquilo de muito carro na rua, no tempo de São João a gente fazia um pavilhão. Aqui em frente era a CR, todo mundo tinha que se alistar aqui, do lado tinha uma quadra de futebol de salão, os soldados cediam e a gente fazia o São João ali. (...) O carnaval, a gente tinha um bloquinho da gente, começou aqui, a gente saía aqui pela calçada e acompanhava. Tudo começou aqui (MORADOR DA RUA DA AREIA, HÁ 69 ANOS EM ENTREVISTA À PESQUISADORA, 2020).

Todo mundo andava para todo canto, ia visitar os vizinhos, todo mundo conversava nas portas. Meu pai sempre colocava a cadeira na porta e ficava conversando com o vizinho até 23h. Não conheço mais a vizinhança porque renovou tudo, foi embora tudinho (...) aqui morava toda minha família (MORADOR DA RUA DA AREIA, HÁ 63 ANOS EM ENTREVISTA À PESQUISADORA, 06/09/2020).

Dessa maneira, evidencia-se o risco de destruição da ambiência e dos valores culturais locais, uma vez que os interesses dos grandes empreendedores urbanos, notadamente voltados para a rentabilização do capital imobiliário, tendem a influenciar a ação do poder público. Para tanto, a fórmula operacional encontrada tem sido uma aliança tácita, em especial com o capital imobiliário e, em menor escala, com o setor turístico.

O resultado deveria ser benéfico a toda a sociedade e, em particular, aos moradores locais, como por exemplo, a participação popular como estratégia de proteção ao patrimônio edificado. No plano político, o poder público raramente procura responder às aspirações dessa parte da população ou só o faz quando premido pela presença de mobilizações sociais. Para tanto, a agenda dos gestores precisa ir além de contemplar projetos relacionados com drenagem, abastecimento d'água, esgotos e habitação, quando se trata das camadas mais desfavorecidas, bem como ações modernizadoras relacionadas com a mobilidade urbana, com determinadas infraestruturas e equipamentos urbanos especializados, assim como com o tratamento paisagístico dos espaços públicos. É necessário considerar os residentes como agentes efetivos e não apenas pacientes dessas políticas, por mais bem intencionadas que elas possam ser ou parecer ser.

Interligado a essa questão, os estudantes afirmaram também que uma das regras da instituição é o controle de entrada e saída, com horários determinados, para todas as faixas etárias e ambos acreditam que o fato está ligado a rua ser vista como uma área de “casas de prostituição e drogas”.

Menores de 18 anos não poderiam sair não, e também por questões de receio, porque a rua tinha aquele ponto... a questão de prostituição, droga e tal e a gente ficava um pouco receoso de sair à noite (EX-MORADOR, DA CASA DO ESTUDANTE, 21 ANOS, EM ENTREVISTA À PESQUISADORA, 2020).

Em relação ao título de “área de marginalização social” dado a Rua da Areia, todos os grupos sociais entrevistados, afirmaram que possuem a percepção que se

estende, até mesmo, pelo interior do Estado da Paraíba atrelando-a as casas de prostituição e os bares e o pré-julgamento relacionado à imagem da mulher, além disso, os comerciantes afirmam que as dinâmicas atuais prejudicam as vendas do comércio local, devido à atual imagem da rua.

Se a mulher, por exemplo, ela usa uma roupa curta e ela tá se sentindo à vontade porque é o direito dela, usar da forma que ela quer, enfim, se ela usa determinado estilo de roupa e passa na Rua da Areia, que não seja conhecida dali, seja digamos caras novas, o pessoal imagina logo “eita, mais uma que ali chegou, que vai trabalhar” (EX MORADOR DA CASA DO ESTUDANTE, 22 ANOS, EM ENTREVISTA A PESQUISADORA, 2020).

Tá até mais tranquilo ultimamente, o que incomoda são de verdade são os prostíbulos, os cabarés, realmente incomoda um pouco a imagem da rua, até mesmo a gente que trabalha aqui no comércio as pessoas tem como referência da rua da areia “a rua dos cabarés” (COMERCIANTE HÁ MAIS DE 12 ANOS DA RUA DA AREIA EM ENTREVISTA A PESQUISADORA, 2020).

Em contrapartida, o grupo social das prostitutas, nega a ideia da prostituição se vista com “discriminação” pela sociedade. Uma entrevistada afirma que a prostituição é uma profissão que não é aceita pela população, e devido a isso, muitas vezes o grupo não se sentem à vontade de falar sobre o assunto, relatando que seriam julgadas pela sociedade.

Eu acho que isso é discriminação, até porque a prostituição queira ou não, é uma profissão, e por sinal, uma das mais antigas, mas não é bem aceita, não é bem-vinda. Eu não gosto de dizer, por conta do pessoal, porque eu gosto de fazer faxina, essas coisas. (PROSTITUTA HÁ 21 ANOS NA RUA DA AREIA EM ENTREVISTA A PESQUISADORA, 27/08/2020).

Sim, infelizmente. Assim, a Rua da Areia... as pessoas falavam assim: Rua da Areia? Ah, prostituição. Prostituição, crime, tráfico, drogas e todas aquelas coisas ruins, né? É uma luta grande, a gente vem travando essa luta e não vai ser fácil a gente desassociar isso. Prostituição é trabalho. Não tem que tá associando prostituição com crime, porque prostituição não é crime (REPRESENTANTE DA APROS-PB EM ENTREVISTA A PESQUISADORA, 26/08/2020).

Além disso, a representante da APROS-PB (Associação das Prostitutas da Paraíba) relata sobre a falta de respeito que existe na sociedade com a profissão.

Eu sou cidadã como qualquer outra pessoa, eu pago meus impostos, sustento minha filha e não “tô” cometendo nenhum crime, qualquer lugar onde eu chegar eu digo que sou prostituta. Impacta e choca a sociedade. E aí o pessoal usa, “trabalhadora sexual”, profissional do sexo”, não, prostituta, cara. “ah, mas é muito forte” não, forte é o seu preconceito. A gente tem que colocar essa palavra forte mesmo para as pessoas se chocarem e acordar e ver que a prostituição existe, as pessoas têm que respeitar, a gente não precisa que as pessoas nos aceitem, mas que as pessoas nos respeitem porque isso a gente faz, a gente respeita as outras pessoas (REPRESENTANTE DA APROS-PB EM ENTREVISTA A PESQUISADORA, 26/08/2020).

Percebe-se que quando questionados sobre a Rua da Areia ser um lugar seguro para morar, os estudantes, as prostitutas e os comerciantes afirmaram que é uma área com bastante vulnerabilidade social, carente de segurança pública, associando ao fato de ser considerada a “margem da sociedade”.

Não, para morar não. (...) não merece muita confiança, percebe que tem muita prostituta, as pessoas que frequentam, fica meio esquisito, no horário comercial nunca tivemos problemas, mas eu não considero seguro para viver (COMERCIANTE HÁ 12 ANOS NA RUA DA AREIA EM ENTREVISTA A PESQUISADORA, 27/08/2020).

Há 20 anos atrás era bom, há 20 anos atrás era tranquilo, não tinha essa violência. Hoje em dia faz medo até você ir para o quarto com um homem, sabe nem se volta. É uma vida arriscada. Mas é boa, e tô nela ainda porque gosto (PROSTITUTA HÁ 21 ANOS NA RUA DA AREIA EM ENTREVISTA A PESQUISADORA, 27/08/2020).

Em contrapartida, outros moradores afirmam que é uma área tranquila para morar e nunca foram vítimas de assaltos, porém, relatam que durante o período noturno, a dinâmica se dá através dos cabarés e bares, tornando a área vulnerável, alegando que são as pessoas de outros bairros que são responsáveis pelas violências e assaltos que ocorrem na área.

Se eu tivesse condições, eu já tinha voado daqui, aqui não é bom não, é bom assim... porque nunca aconteceu nada com a gente, mas há morte. De dia é normal, só que a noite... (...) a noite não é seguro por que vem gente de todo tipo de lugar para cá, vem armado, a polícia passa muito pouco (MORADOR HÁ 63 ANOS NA RUA DA AREIA EM ENTREVISTA À PESQUISADORA, 2020).

Sobre um novo uso aos prédios abandonados na Rua, todos os grupos sociais sugeriram um projeto de revitalização, englobando a Rua da Areia a uma área turística, de habitação ou trazendo o investimento comercial atrelado a memória e o patrimônio.

Eu vejo uma carência de imóveis comerciais (...) eu acho uma área linda, os prédios são belíssimos e acho que provavelmente se a gente tivesse uma contrapartida por parte dos poderes públicos, em termo de revitalização da área, um trabalho, e trazer profissionais para cá (...) certamente isso aqui revitalizaria. Eu acredito muito ainda no comercio do centro, mesmo sabendo que a cidade se expandiu, mas centro é centro (COMERCIANTE HÁ 12 ANOS NA RUA DA AREIA EM ENTREVISTA A PESQUISADORA, 27/08/2020).

Abrir o espaço para habitação direta não seria interessante, porque primeiramente seria um impacto muito forte para as pessoas que fossem viver ali, porque não conheceriam o contexto em si e a “galera” de economia criativa, tendo esse aspecto e a prerrogativa de conhecer o espaço, de saber um pouco da história, já seria uma forma de induzir mais o envolvimento deles com o espaço, como aconteceu com a Vila Sanhauá, mas na Rua da Areia, eu acho que teria que ter um estudo mais aprofundado... conversando também com a “galera” dos cabarés para possibilitar uma forma deles terem habitação lá no espaço, porque eles são muito marginalizados (MORADOR DA CASA DO ESTUDANTE, HÁ 6 MESES, EM ENTREVISTA À PESQUISADORA, 2020)

Sobre as melhorias e mudanças na Rua, todos os entrevistados citaram a segurança e revitalização da Rua, onde pudesse dá novos usos aos prédios abandonados e mais visibilidade a área.

Tem que habitar. Aí debaixo do viaduto é um ponto crítico, muita droga. Segurança também, a gente “tá” aqui e muitas vezes “tá” até assustada. Antigamente, as pessoas moravam na Rua da Areia, hoje não, a gente vem só para trabalhar (PROSTITUTA HÁ 21 ANOS NA RUA DA AREIA EM ENTREVISTA A PESQUISADORA, 2020).

Se eu tivesse dinheiro, eu compraria essas casas “todinha”, mandava todo mundo pro inferno e colocaria as famílias de novo aqui (MORADOR HÁ 63 ANOS NA RUA DA AREIA EM ENTREVISTA À PESQUISADORA, 2020).

Fica claro aqui que quando há a construção do Viaduto, que foi citado no capítulo 2, que passa pela Rua da Areia, prejudicou a sua paisagem urbana, levando em consideração, que o mesmo foi idealizado em prol da expansão da urbe, e gerando um certo desconforto dos moradores da área.

Outro ponto que merece destaque era o evento promovido pela APROS-PB na Rua da Areia, conhecido como a “Corrida das Calcinhas”, promovido no dia 2 de junho, considerado o dia internacional das prostitutas e tendo a sua primeira edição no ano de 2007 e tinha parceria da Prefeitura Municipal de João Pessoa e era coordenado pela Secretaria de Políticas Públicas para as mulheres.

O trajeto da corrida, iniciava na Rua da Areia, seguindo pela Praça Antenor Navarro, passando pela Rua Padre Antenor Pereira (Praça da SOCIC), Ladeira São Francisco, Avenida General Osório, Rua Peregrino de Carvalho, tendo a chegada na Rua da Areia. Os três primeiros lugares ganhavam um bode, três galinhas e duas cordas de caranguejo.

Segundo a representante, era um dia importante para dar visibilidade ao movimento, que levava não só a festa em si, mas diversas ações educativas, porém, a partir de 2015 não houve mais o evento por falta de apoio da nova gestão.

De 2015 pra cá a gente não fez mais por falta de apoio, mas as vezes que a gente fez foi muito bom, a gente levava várias ações, fechava a rua, colocava várias tendas, falava de saúde, de direitos humanos e discussões de políticas públicas, audiências, a população acolhia muito bem, e vários parceiros contribuíam, tinha um dia da beleza, com o SESC. É um dia muito importante para nós, tem toda uma história para a gente celebrar hoje (REPRESENTANTE DA APROS-PB EM ENTREVISTA À PESQUISADORA, 2020).

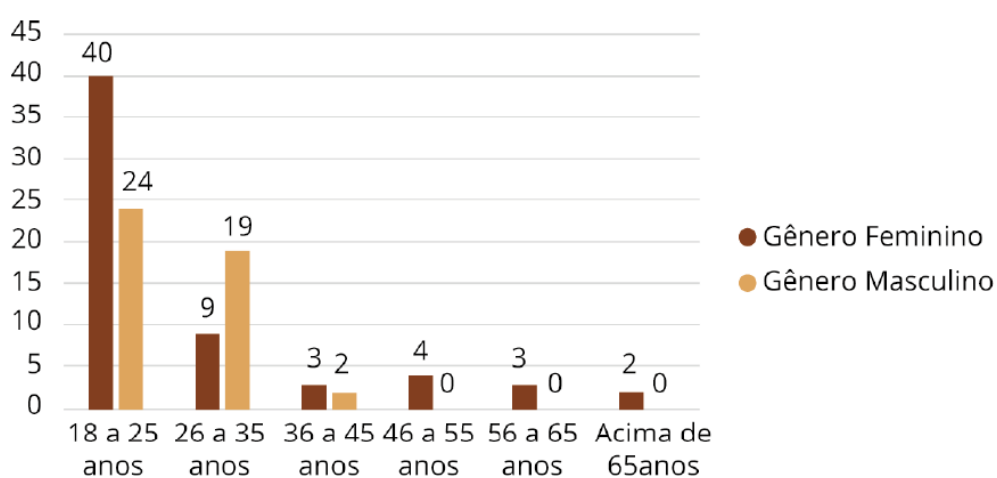
Além do mais, há visitas mensais nas casas de prostituição na Rua da Areia, levando as informações para as prostitutas as informações, seus direitos e campanhas de prevenções e vacinas, divulgando os serviços disponíveis, através das suas parcerias, encaminhando para os PSF's, além do Complexo Hospitalar Clementino Fraga, com o intuito de trazer melhoria na qualidade de vida profissional e pessoal das prostitutas.

Diante do exposto, constata-se que o papel de árbitro e mediador do Estado é primordial para garantir o equilíbrio entre os papéis desempenhados pelos atores envolvidos no processo de transformação do espaço urbano. Portanto, o que permanecerá sempre em discussão são os limites a serem impostos no processo de transformação do espaço urbano, que deverão considerar as normas e os dispositivos legais vigentes, mas também deverão considerar a importância da conservação dos valores paisagísticos, históricos e artísticos locais.

3.2 As perspectivas de preservação e os diferentes olhares

Para confrontar e embasar a visão dos atores locais na Rua da Areia, realizamos, no ano de 2022, uma pesquisa para os moradores da cidade de João Pessoa, a fim de mapearmos os olhares acerca desta artéria. O questionário foi composto por dezesseis perguntas, com questões de múltiplas escolhas e abertas, sendo coletadas 105 respostas no qual 57,5% correspondem ao gênero feminino e 42,5% ao masculino e a faixa etária que predomina entre os sexos é a de 18 a 25 anos.

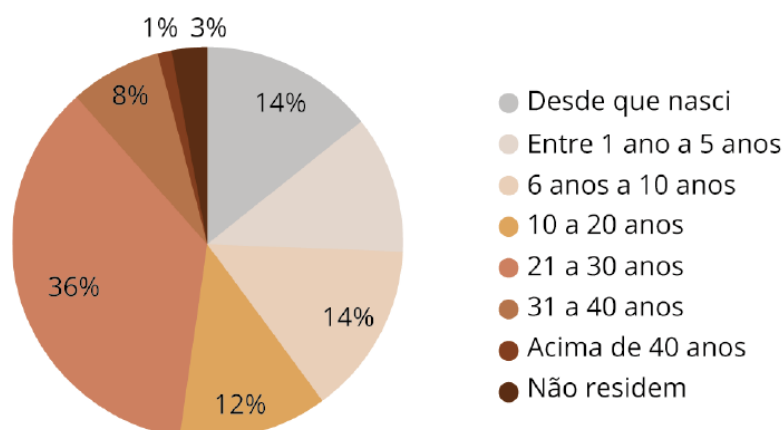
Gráfico 1: Relação entre gênero x faixa etária da amostra



Fonte: Dados da pesquisa, (2022).

Sobre os dados socioeconômicos da amostra, mais de 50% se enquadram como sem renda fixa à menos de um salário mínimo, e, quanto ao grau de escolaridade, 59.3% declararam terminar o ensino superior completo.

Questionou-se aos participantes, há quanto tempo residiam em João Pessoa, apresentando 36% da amostra residindo entre 21 a 30 anos. Destaca-se que 3% declararam não residir em João Pessoa, mas moram na Região Metropolitana (Cabedelo e Bayeux foram citados).

Gráfico 2:Relação do tempo que os participantes residem em João Pessoa

Fonte: Dados da pesquisa, (2022).

Com isso, foi perguntado aos participantes se os mesmos residiam no bairro do Centro/Varadouro e quais eram as suas perspectivas enquanto morador da área, obtendo apenas 3% da amostra que reside lá⁷⁴. Contudo, ao expressar as suas percepções acerca da região, é importante destacar uma fala de um dos participantes, relatando que;

Eu considero um bairro bom de se viver, você tem tudo ao seu alcance, pode sair de casa para resolver qualquer coisa durante o dia. Os lugares que mais frequento são o comércio e as igrejas. As praças e as áreas de lazer são pouco frequentadas devido à grande presença de mendigo/prostituição, você não se sente a vontade, pois é como se eles estabelecessem que ali não é seu lugar, elas conseguem ambientar o local só para eles. Com exceção da lagoa, ambiente de muita interação durante todo o dia e em todos os dias da semana. Um ponto negativo do centro é a noite, tudo é muito hostil e a iluminação é péssima, é comum ter assalto nas paradas de ônibus e saquear lojas. Por outro lado, você vê a movimentação forte em alguns bares e em casas de prostituição, som a noite toda e muita gente reunida. É comum também as pessoas saírem do trabalho e tomarem alguma cerveja enquanto espera o ônibus, ajudando a melhorar a vitalidade noturna, mas essa atitude só é comum nas primeiras horas da noite, de 18hrs até às 20hrs, depois desse horário é perigosíssimo. Durante a noite você só consegue andar com um pouco mais de sensação de segurança, pelas ruas principais, a ex: da Avenida General Osório e a Guedes Pereira. Nunca entrei na rua da areia, pois existe um consenso entre os moradores do centro que ali é muito perigoso (MORADOR DO BAIRRO CENTRO EM RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO APLICADO PELA AUTORA, 2021).

Com isso, nos aspectos do planejamento estratégico, a pobreza é redefinida como problema paisagístico ou ambiental (VAINER, 2000). Talvez esta seja, hoje, uma das ideias mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria

⁷⁴Destaca-se que no questionário, perguntou-se, posteriormente, aos participantes, quais os bairros que residiam, obtendo a maioria das respostas para a Zona Sul da Cidade, tendo como os mais citados: Mangabeira, Bancários e Jardim Cidade Universitária.

a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras também estão à venda. Isto explicaria que o chamado marketing urbano se imponha cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades.

Nesse sentido, a Rua da Areia pode ser considerada um entrave para a valorização do centro antigo enquanto produto turístico, pois as discussões sobre “vitalidade” não levam em consideração a importância e as relações estabelecidas por essa população. E tendo em vista que está localizada em uma área de proteção patrimonial, é dever do IPHAN e do IPHAEP mobilizarem esforços para atender às reivindicações que surgem na esfera da sociedade civil organizada em defesa de suas referências culturais.

Já aos não moradores da área, questionou-se se os mesmos costumavam frequentar os bairros do centro e varadouro e quais seriam os lugares, obtendo 29% frequentando apenas os pontos de comércio, sendo os mais citados o Shopping Terceirão e as lojas nas proximidades do Parque Sólon de Lucena. Em seguida, 27% afirmaram que costumam ir a região central para usufruir dos bares e casas de festas, como a Vila do Porto, Espaço Mundo⁷⁵, General Store e eventos no Hotel Globo.

Além disso, destaca-se que os participantes citaram as praças como a Antenor Navarro, a Rio Branco e o Ponto de Cem Reis, e as igrejas, como Mosteiro de São Bento e São Frei Pedro Gonçalves.

Ademais alguns participantes declararam ir aos bairros do Centro e Varadouro, apenas para visitar os seus pontos turísticos, citando o “centro histórico” com visitas a Igreja São Francisco e o Theatro Santa Rosa

⁷⁵É importante fazer um adendo, que até a aplicação do questionário, o mesmo estava em funcionamento, porém, devido a pandemia, a proprietária, não conseguiu manter o estabelecimento, e o mesmo, atualmente, encontra-se fechado, com a edificação para alugar.

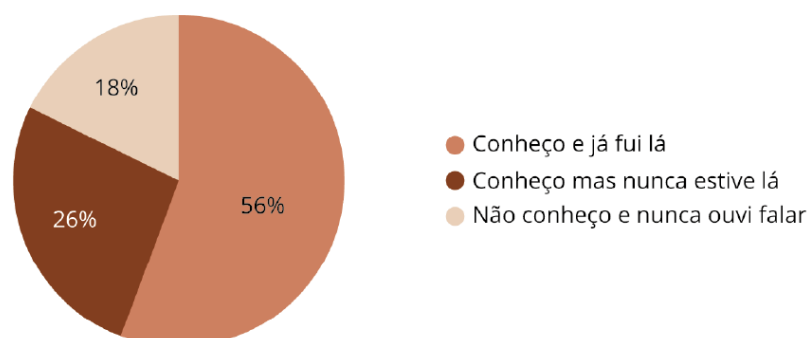
Tabela 1: Locais mais comuns frequentados pelos participantes no Centro/Varadouro

Locais mais comuns dos frequentadores do Centro/Varadouro	
Bares e casas de festas	28
Comércio	30
Praças e Igrejas	17
Pontos turísticos	14
Não frequentam	16
Total	105

Fonte: Dados da pesquisa, (2022).

Após essa breve apresentação dos dados dos participantes acerca do seu perfil socioeconômico e a sua percepção dos bairros Centro e Varadouro, agora iremos adentrar sobre as suas perspectivas em torno da Rua da Areia, o principal objeto de estudo desta pesquisa, a fim de auxiliar e embasar os diversos olhares em torno desta artéria.

Primeiramente, perguntou-se aos participantes se os mesmos conheciam ou se já tinham indo na Rua da Areia, a maioria (56%) declararam que conheciam e já frequentaram. Para essas pessoas, foi questionado como se deu o seu primeiro contato e como haviam tomado conhecimento sobre a Rua, e a maioria citou que foi através de pessoas próximas, trabalhos da faculdade, passou esporadicamente de carro e/ou estacionou.

Gráfico 3: Nível de conhecimento sobre a Rua da Areia

Fonte: Dados da pesquisa, (2022).

Ademais, foi questionado aos participantes, qual a primeira lembrança que surgem ao ouvir falar na Rua da Areia, 69% citaram as Casas de Prostituições e Zona de Meretrício, citando até algumas casas que foram famosas, como “O cabaré Greenlight House e o Scala Show, além de alguns shows de rock que rolaram nos anos 2000 (entre 2000-2010)” e também “Os bares característicos e a fachada do maravilhoso Scala Drinks”. Um dos participantes alegou que “Infelizmente, carrego como primeira recordação as marcas dos apontamentos de quando passava por aquela região e diziam: Ali, é a rua dos cabarés. Ou, Ali é a rua das prostituições”. Além disso, três participantes lembraram da Rua através do Bloco Cafuçu⁷⁶.

Ao serem perguntados se haviam algum conhecimento sobre a Rua da Areia e seus arredores como Patrimônio Cultural da cidade, e quais as informações, a maioria dos participantes, totalizando 53%, afirmam que não sabem nada sobre a Rua, seguido de 36% que dizem ter um conhecimento mediano através de páginas da internet ou alguma reportagem no jornal, e apenas 11%, afirmam saber da história da cidade e da importância da Rua da Areia.

Já adentrando em propostas de melhoria, perguntou-se aos participantes se a Rua da Areia, atualmente, precisaria de alguma mudança ou melhorias, e quais seriam. As pessoas que conheciam a Rua relataram “Revitalização”, “Requalificação” da área e “políticas públicas”, outros acreditam que, é necessário, antes de tudo, “devolver a rua para cidade”, pois na visão do participante, a mesma “só pertence para aqueles que nela vivem”.

Mas algumas falas são importantes destacar para o leitor, como:

A rua, como todo o centro histórico da cidade, carece de políticas públicas que valorizem a história da cidade e de suas edificações, assim como investimentos que proporcionem melhores condições de mobilidade.

(...)

Precisa de atenção pública assim como o centro inteiro, por ser um lugar extremamente marginalizado, gentrificado⁷⁷ e com potencial de ser um polo de desenvolvimento não apenas turístico, mas que melhore a qualidade de vida das pessoas que ali vivem e trabalham.

⁷⁶Bloco famoso no Carnaval em João Pessoa. O seu percurso inicia pelas ruas do Centro da cidade, a partir dos polos de concentração, iniciando pela Visconde de Pelotas, ao lado do Ponto de Cem Reis, passando pela Praça do Bispo, seguindo em direção à catedral Nossa Senhora das Neves, percorrendo parte da Avenida General Osório, passando ao lado do Edifício 18 andares e descendo pela Rua da Areia até se dispersar na Praça Antenor Navarro.

⁷⁷ Observa-se que o depoente misturou “marginalizado e gentrificado”, que são conceitos distintos. Pois um lugar gentrificado, refere-se aos processos de mudança das paisagens urbanas, aos usos e significados de zonas antigas e/ou populares das cidades

(...)

Tem alguns anos que não circulo regularmente por lá. Debaixo do viaduto tinha se tornado um ponto de consumo de drogas, em especial, crack e também ver as condições de vida dos moradores e moradoras.

(...)

Acho que todo o Centro precisa ser melhor cuidado e ter maior atenção do poder público. Acho que João Pessoa não tem uma política sistemática da valorização de seu patrimônio cultural e arquitetônico no sentido de ser melhor integrada à vida orgânica da cidade. Faltam políticas de valorização para seus próprios habitantes, assim como para turistas.

(...)

Sim. Todas as construções e as ruas adjacentes ali deveriam ser revitalizadas com ajuda dos órgãos competentes, em especial do IPHAN. A rua tem um potencial de aproveitamento enorme, principalmente para fins de comércio turismo e mesmo moradia como já ocorre.

(...)

Sim. Por ser uma rua que tem algumas casas de prostituição, as pessoas de lá são vistas de forma marginalizadas, e portanto, são esquecidas. Mas a rua compõe nosso centro histórico. Deveria receber os meus cuidados de restauro (PESQUISA REALIZADA PARA A POPULAÇÃO PESSOENSE, 2021).

Seguindo nessa linha de pensamento, a nível nacional, Fonseca (2009) cita que ao longo do século XX a preservação do patrimônio tornou-se algo de interesse público. O Estado reconheceu que os bens patrimoniais pertenciam à nação, mais do que isso, representavam a história, a identidade e a cultura de um povo. Assim, nada mais justo que preservá-los e valorizá-los, para que fossem, inclusive, utilizados pelas futuras gerações.

Compreende-se que, desde o início, a forte presença do Estado no que diz respeito às ações voltadas para o patrimônio fez-se presente no Brasil. O que mostra a semelhança entre a política desenvolvida nesse país e na França. A diferença estava no quadro relacionado à identidade nacional que, segundo alguns estudiosos, ainda não tinha sido concretizada no Brasil, mas que veio influenciar de forma bastante peculiar as práticas que ocorreram no país durante esse longo e desafiador caminho.

Não é por acaso que intelectuais modernistas se inserem no século XX no campo das políticas que passam a decidir todas as questões ligadas aos bens patrimoniais, como também, a se preocupar com a construção da identidade nacional, que segundo esses sujeitos, necessitava representar o país daí em diante.

Já em relação à opinião das políticas patrimoniais aplicadas na área histórica de João Pessoa, todos da amostra se mostraram insatisfeitos, alegando que deveria ser

melhorada e que são importantes para preservar o bem e a história local, e que muitas vezes, acabam entrando no “esquecimento”, destacando algumas falas, como:

Me parece muito tendenciosa a escolha dos patrimônios, como se fosse priorizado uma suposta estética elitista

(...)

Deixam muito a desejar, deixando muitos dos locais abandonados, sem nem um tipo de segurança ou supervisão onde acabam destruídos, depredados, esquecidos e invadidos por pessoas para utilizar de maneiras indevidas o local.

No mínimo são políticas negligentes. Prédios históricos abandonados, bustos quebrados ou pichados e entre outros.

(...)

Me parece que só funcionam com um jogo de interesses por trás.

(...)

Acho que as políticas são escassas. É necessária uma ação mais forte para que haja o desenvolvimento de um projeto pertinente e que o mesmo seja posto em prática. Assim, garantiria a preservação da cultura local, favorecendo o conhecimento das próximas gerações.

O tombamento trouxe contribuições, sobretudo, para os centros antigos. Várias cidades foram beneficiadas nesse sentido. Até mesmo, gradativamente, a ideia de entorno foi tornando-se importante. Não seria o suficiente se preocupar apenas com os bens patrimoniais que o constituem, sem considerar a sua área de entorno.

Apesar de que, hoje em dia, mesmo sendo tombados, muitos centros antigos vêm enfrentando sérios problemas, no que diz respeito à preservação e utilização dos monumentos; a apropriação dos espaços públicos, compostos por praças e largos; a situação da comunidade local; e a área de entorno dos centros, que na maioria das vezes, é formada por comércio, habitações e ambientes naturais, como é o caso, por exemplo, do Centro Antigo de João Pessoa.

O tombamento ainda enfrenta vários desafios, pois se trata de um trabalho bastante árduo, visto que lida com edificações e objetos de caráter privado, o que compromete o seu funcionamento. Sem falar dos problemas internos que partem da própria entidade responsável pela elaboração e execução das tarefas. Nos próprios municípios outros fatores passaram a interferir na questão do tombamento. Entretanto, mesmo com todos os problemas e dificuldades com os quais se defronta o tombamento, inúmeros bens patrimoniais em todo país foram preservados com essa medida.

Durante muito tempo os chamados centros urbanos, tornaram-se vítimas da degradação e do abandono. Essas áreas dinâmicas que constituíram as primeiras formações das cidades estavam associadas às origens dos núcleos urbanos (VARGAS; CASTILHO, 2009) e abrigaram a princípio não só o comércio, mas todas as relações sociais, culturais, religiosas e políticas, bem como eram habitadas por pessoas da alta sociedade da época.

Já no que diz respeito às ações dos cidadãos contemporâneos, estas foram as grandes responsáveis por provocar as transformações mais acentuadas nos centros antigos, pois sendo estes lugares considerados símbolos do atraso, não eram vistos com bons olhos pelo mundo moderno, que priorizou desde sempre as construções modernas e inusitadas, sem fazer referência alguma ao passado.

Porém, isso vai depender de cada caso. De acordo com Choay (2006), por exemplo, existe aquela modernização, que apesar de trazer fortes traços do novo em suas características, procura algo que também retrate o passado. Isso acontece, quando as modificações são realizadas nos próprios edifícios antigos, que não necessariamente são totalmente destruídos.

Assim, podemos perceber as mudanças, principalmente nas portas, que antes eram de madeira, passaram a ser de vidro; nos tetos, com a substituição de madeiras antigas por outras mais novas; entre outros detalhes. Nessa perspectiva Choay (2006, p. 2017) cita que “modernizar não é, nesse caso, dar a impressão de novo, mas colocar no corpo dos velhos edifícios um implante regenerador”.

Nesse ponto de vista, a tendência foi de a sociedade se adequar a esse novo parâmetro imposto pela ação do próprio homem contemporâneo, partindo do pressuposto de que os resultados do capitalismo e da globalização não estavam presentes apenas nos monumentos, edificações antigas, espaços públicos, mas nos próprios aspectos sociais.

As pessoas eram influenciadas a seguir os princípios do mundo contemporâneo, e o próprio sistema econômico e político se encarregavam dessa tarefa. Todavia, frente às condições em que se encontravam esses centros urbanos com monumentos deteriorados, edificações em ruínas, espaços descaracterizados, entre outros aspectos que transformaram esses ambientes numa imagem bastante negativa – a sociedade passou a questionar e, sobretudo, criticar esse modelo que estava prejudicando não apenas a vida urbana, mas a própria vida social.

O Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) e seus instrumentos mostram também que se deve buscar promover maior articulação entre os diferentes atores envolvidos na construção e manutenção do espaço urbano, consolidando novas formas de compreender e atender às necessidades da complexa gestão urbana-ambiental (FERNANDES; RUGANI, 2001). Ele possui, desta forma, no seu bojo, uma intenção educativa de mudança de mentalidade sobre que tipo de desenvolvimento a sociedade pode alcançar e de que modo ele pode ser alcançado. (BRITO, 2003, p. 1).

Além disso, é pertinente propiciar a construção de um outro modelo de planejamento e gestão, podendo permitir que a preservação seja, de fato, tratada como uma forma de desenvolvimento e não com um antagonismo inexistente entre preservação e desenvolvimento.

É necessário também que a comunidade local esteja envolvida na elaboração do planejamento, para que assim se tenha a oportunidade de chegar a um resultado positivo, proporcionando benefícios comuns a todos. No entanto, como analisa Ribeiro (2005, p. 190), é necessária uma regulamentação para que possa permitir “uma política pública de patrimônio que possibilite a gestão democrática”.

Segundo Pontes e Oliveira (2005), desde o início do processo de restauração/revitalização do Centro Antigo de João Pessoa, a ação pública vem cometendo erros no que se refere à sua gestão. As autoras criticam o fato de a comunidade local não participar das decisões, ficando todas sob responsabilidade dos órgãos superiores. Como afirmam:

A memória utilizada como pano de fundo foi a memória que sempre prevaleceu nos processos de preservação/conservação do nosso patrimônio histórico, uma memória unitário/centralizadora cujo objetivo foi privilegiar (...) a fundação/construção da cidade por uma elite branca/católica/culta sem a participação de mais ninguém (PONTES; OLIVEIRA, 2005, p.4).

Outro aspecto que chama atenção é o fato da própria sociedade pessoense não apresentar um vasto conhecimento a respeito da história da cidade. Apesar do centro antigo, em determinadas épocas do ano (como por exemplo, no aniversário da cidade, dia 05 de agosto) ser mais divulgado e também, o mesmo ser frequentado eventualmente com pessoas que se deslocam de outros municípios ou então de estudantes da capital que vão por meio de visitas técnicas.

É nesse sentido que Pontes e Oliveira (2005, p. 8) comentam que “o despertar para a cultura e memória local é antes de tudo uma valorização da mesma”. Assim,

como a sociedade vai dar valor a uma coisa que não conhece? Com isso, a Educação Patrimonial poderia contribuir no sentido de provocar e ampliar a participação da comunidade na identificação, reconhecimento e preservação de seu patrimônio cultural.

3.3 Subsídios de um estudo do meio para uma educação patrimonial: tecendo relações entre territórios e identidades na Rua da Areia e adjacências

Propõe-se em subsídios um estudo do meio⁷⁸, com um roteiro prévio, pois de acordo com Bittencourt (2011), o estudo do meio é uma prática pedagógica interdisciplinar, e existem inúmeros casos realizados em áreas consideradas históricas, e isso se dá ao fato de explanar a concepção de patrimônio e na constituição dos lugares de memória. Interligado a isso, tem-se a educação patrimonial, sendo necessário desenvolver atividades lúdicas e de ampliação do conhecimento sobre o passado e as relações que a sociedade estabelece.

Outrossim, lembramos com Luc (1981) que a realização de um estudo do meio – um dos formatos mais usuais de uma educação patrimonial – contempla o processo de observação, uma educação do olhar, para além da mera aquisição de informações. Como aponta o autor, parafraseando o escritor francês André Gidé: “o importante está em tua observação, não na coisa observada” (LUC, 1981 p. 120). Isso não implica, no caso, desconsiderar o lócus Rua da Areia como espaço a ser observado, mas considerar que essa observação não se constitui em uma condição passiva de registro de informações, mas de um processo ativo de observação e interação com o meio observado.

Este roteiro inicial é necessário para a compreensão de forma geral da área estudada, para que assim possamos abranger de maneira satisfatória os processos históricos e contextualização da área a fim de propiciar ao aluno um “passeio” pela antiga João Pessoa em diálogo com o presente.

⁷⁸Trata-se da forma que mais se repete no cotidiano dos profissionais da educação e também a mais citada na literatura referencial. Entendemos, desde já, que boa parte da educação patrimonial – muito embora não a ela como um todo – se estabelece através dos estudos do meio e, nesse sentido, aqui as agregaremos sob a primeira designação. É necessário para que os estudos do meio propostos permitam deslocamentos favoráveis ao aprendizado, que as sugestões dos roteiros estejam consonantes com as programações das disciplinas, especialmente nos projetos interdisciplinares (SANTOS; NETO, 2022).

Certamente, como tal proposta contém um caráter elevado de abstração – não especificamos aqui escolaridade, faixa etária, condições concretas de cada escola – isso deve ser ponderado. Trata-se, aqui, de apresentar uma contribuição que pode sofrer alterações em virtude de sua concretização.

Contudo, o Estudo do Meio deverá ponderar a sua realização com estudantes universitários acima de 18 anos de idade, pois considerando as eventuais faixas etárias a visitar juntamente com a problematização inadequada, poderiam gerar conflitos maiores entre os discentes e para o docente, principalmente, no atual cenário que vivemos, por isso, deve-se tratar com delicadeza, mas não podemos ignorar esse “olhar”, visto que esta característica é a mais marcante da rua nos dias atuais. Certamente, como em todo Estudo do Meio, a etapa preliminar de preparação e a posterior de avaliação e relatórios deve buscar problematizar de maneira serena e consequente esses aspectos envolvidos numa eventual atividade de campo na região.

O roteiro terá a seguinte estrutura: terá o seu ponto inicial na Praça Antenor Navarro, seguindo pela Rua da Areia e indo até às Praças Aristides Lobo e Pedro Américo. Certamente não temos condições de ver todas as edificações e teremos de estabelecer seleções, mas buscaremos seguir quarteirão após quarteirão, em sentido ascendente, buscando apontar os potenciais visadas que permitirão a construção de conhecimentos substanciais sobre essa rua, no sentido de uma educação patrimonial consistente.

situamos a Rua da Areia. Um ponto limitador muito provavelmente foi a existência do viaduto sobre a rua, que inviabiliza a passagem de ônibus escolares, mas roteiros a pé poderiam eventualmente cobrir esse espaço, o que traria novos desafios, como veremos adiante. Outrossim, certamente a existência de subsídios sobre a história da rua em suas diversas dimensões temporais seriam necessários, o que justifica aqui a nossa iniciativa.

Também frisamos aqui que nossa intenção inicial, além do texto dissertativo, seria a elaboração de uma “cartilha de educação patrimonial” ou material similar, mas o andamento das pesquisas e as tarefas envolvidas na sua eventual formulação, bem como a necessidade de uma efetiva interação com a educação, implicaram na reformulação de tal objetivo, levando-nos à construção desse subsídio para futuras incursões nesse sentido.

A ampliação na concepção de patrimônio abriu o leque das possibilidades de preservação mediante a nova Constituição de 1988, porém ainda enfrentamos o desafio de estabelecer uma nova política de como preservar. Com isso, já se enfatizou a necessidade de ter mais envolvimento da comunidade na tomada de decisões em relação à preservação do patrimônio cultural, mas também os mecanismos de participação precisam sofrer uma adequação para que a população tenha condições de discutir estas questões. Goodey (2002, p. 93) também afirma que o mais importante e necessário é “trabalhar junto com as comunidades para formar o inventário do que eles valorizam”.

Silveira e Lima Filho (2005, p.44) acrescentam que é necessária “uma abordagem interdisciplinar” propondo uma relação direta do assunto patrimônio com “temas à antropologia, tais como: identidade, cidadania, diversidade cultural, memória e direitos humanos”. Perceber alternativas para que os grupos sociais marginalizados ao longo da história encontrem na valorização de sua cultura o devido reconhecimento como cidadãos da construção da identidade local é um grande desafio para as diversas áreas de conhecimento das Ciências Sociais, principalmente para a História que associada a outras ciências pode ser capaz de “reconstruir e recuperar as relações que se estabeleceram entre os homens organizados na sua atividade social e produtiva em diferentes tempos e espaços” (HORN, 2006, p.83).

Entre as diversas providências no que tange à preservação de bens culturais, além das ações mais estritamente técnicas dos órgãos patrimoniais, as últimas décadas têm trazido à tona a percepção que uma educação patrimonial se reveste de uma profunda significação, não apenas para o aspecto de zelar pela integridade de um conjunto de bens, mas, também, pela possibilidade de expandir os olhares das pessoas

para a cidade à qual elas pertencem, ampliando, por conseguinte, seu senso de cidadania de pertença a um patrimônio público e comum, de ampla fruição comunitária.

Com isso, segundo Horta (1999), publicado em várias edições pelo IPHAN e tornado uma referência de grande relevância, a proposta de Educação Patrimonial surgiu efetivamente e foi organizada em termos conceituais e práticos no Brasil, a partir de 1983, quando no Museu Imperial de Petrópolis, RJ, ocorreu o I Seminário de Educação Patrimonial. Para a autora, a Educação Patrimonial, além de ser uma meta da educação contemporânea e dos órgãos responsáveis pela preservação patrimonial, torna-se;

[...] um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o a compreensão do universo sócio cultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA, 1999, p.6).

Os fundamentos conceituais e práticos da metodologia da Educação Patrimonial objetivam estabelecer uma relação de aproximação do indivíduo com o seu patrimônio, instigando nele, segundo Assunção (2003, p.51) quatro atitudes: a observação e a reflexão sobre o bem cultural; a manifestação das impressões sobre o mesmo; a capacidade de pesquisa e discussão sobre os resultados e a apropriação de um novo significado do bem para cada um que participa da proposta.

Ressalta-se que a visão de Horta se encontra muito focada à educação patrimonial para as edificações e com pouco protagonismo no patrimônio imaterial. Com isso, mais recentemente, a educação patrimonial – bem como as políticas patrimoniais mais gerais – tem avançado para além dos parâmetros preconizados por Horta, abrangendo de forma mais efetiva experiências populares de patrimônio, como Museus comunitários, o saber-fazer, e as relações de afetividade.

Não está no campo de nossas pretensões nem de nossas possibilidades nesse momento propor um amplo programa de educação patrimonial – o que pretendemos adiante, com a produção de elementos para um material nesse sentido, articulado à Rua da Areia – mas a de apontar alguns subsídios para essa futura ação, coadunando, inclusive, com a linha de pesquisa “Ensino de História e Saberes Históricos”. Não constaremos aqui um exaustivo rol de considerações, mas uma série de pontos que deverão ser alvo de desdobramentos futuros.

Assim, justifica-se a presença menos pronunciada de ferramentas para a disseminação da historiografia local e do patrimônio cultural com ênfase histórica no ensino de História, mas se pretende obter um elemento instigador de ações e atividades educativas na cidade de João Pessoa. Tal fator pode ocorrer em muitos casos em detrimento das inúmeras exigências curriculares e por falta de formação em áreas específicas, como por exemplo, a educação patrimonial, ou até mesmo algum material didático que aborde de forma lúdica tais temáticas.

Em contrapartida, ressalta-se que as Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) discorrem sobre a relação da escola, professores e profissionais da educação na criação de parâmetros de aprendizagem com base na vivência local do estudante, para que o mesmo possa obter uma “leitura atenta da realidade local” e que faça parte do Projeto Político Pedagógico (PPP).

Além disso, os parâmetros curriculares nacionais de História do ensino fundamental destacam a valorização do patrimônio sociocultural propondo ao discente a realizar visitas ao patrimônio cultural da cidade como recurso didático a fim de gerar debates acerca da compreensão dos espaços de preservação e memória local.

Correlacionando-se a isto, afirma-se que o dinamismo em volta deste processo engloba referências culturais que podem ser descobertas ou reafirmadas através da educação patrimonial, dando ênfase na convivência e experiência fora da sala de aula com o intuito de potencializar o aprendizado dos alunos através do contato direto com os vestígios materiais e imateriais e a compreensão do presente como “presença”, que Araújo (2002, p. 70) associa ao “instante para o qual constantemente convergem imagens do passado e do futuro. Retenção e propensão. Experiência e expectativa. Nessa acepção o presente é o agora, a simultaneidade das experiências assimétricas de passado e futuro”.

Assim, é um processo de construção ativo de conhecimento do que é Patrimônio Histórico e Cultural pela figura do discente é primordial, para que a partir disso atinja a sua aplicabilidade na educação nos espaços escolares e extra escolares, desmistificando a história eurocêntrica que toma conta dos currículos, como nos diz Bittencourt (2009) que;

[...]o compromisso do setor educacional articula-se a uma educação patrimonial para as atuais e futuras gerações, centradas no pluralismo cultural. Educação que não visa apenas evocar fatos históricos “notáveis”, de consagração de determinados valores de setores sociais privilegiados, mas

também concorrer com a rememoração e preservação daquilo que tem significado para as diversas comunidades locais, regionais e de caráter nacional (BITTENCOURT, 2009, p.178)

Contudo, apesar de existirem estas legislações voltadas para a história local, pode-se observar que na prática, isto muitas vezes não acontece, seja por falta de interesse ou verba das editoras em produzir materiais didáticos com esta temática. Além do mais, como atividades de campo demandam uma complexa organização do espaço escolar ou acadêmico, deslocamento de estudantes (muitas vezes crianças) pelo espaço urbano ou rural, isso cria dificuldades de monta para escolas nas quais muitas vezes faltam os recursos mais básicos de funcionamento. Assim, potenciais experiências ficam tolhidas por limitações estruturais.

Mesmo assim, a presença do patrimônio no ensino e aprendizagem de História estão interligados simultaneamente através da construção, atribuindo o sentido para a trajetória de indivíduos e grupos constituída por identidades com a finalidade de servir como meio de acesso para a percepção de si mesmo enquanto sujeito ativo da história; da desconstrução correlacionada à apreensão da existência de outras formas legítimas em volta da criação cultural, porém nem sempre estão em forma de narrativa história com o mesmo grau de adesão e sentido. E por último, tem-se a reconstrução que se associa a verificação da interseção entre os elementos inseridos ao código cultural que são concebidos a partir do processo dinâmico de criação (VIANNA; MELLO, 2013).

Contextualizado o cenário, agora iremos nos debruçar sobre o roteiro. Inicialmente, se dará através da Praça Antenor Navarro, pois, muitas vezes, quando se fala de centro antigo, a sua imagem é associada com os seus casarios coloridos, cujo estilo arquitetônico predominante é o ArtDecó, embora tenhamos resquícios de outras temporalidades. Além disso, é importante frisar que a mesma está situada na Cidade Baixa e compõe um conjunto arquitetônico mais amplo, englobando a Igreja São Frei Pedro Gonçalves e o seu largo, onde está situado também o Hotel Globo.

Figura 42: Praça Antenor Navarro

Fonte: Acervo da autora, (2022)

Além disso, a Praça Antenor Navarro era palco para diversas manifestações com eventos culturais e de lazer, através das casas noturnas, que propiciavam vitalidade, podemos citar o Espaço Mundo, como uma delas. Porém, com a pandemia do Covid-19, o mesmo precisou fechar devido à falta de investimento.

Posteriormente, após apresentar o conjunto, seguiremos pela Rua da Areia, sempre olhando e comentando sobre as ruas e travessas adjacentes que a compõem, com algumas paradas importantes ao longo do percurso, para apresentar aos alunos a história de algumas edificações ali presentes, de modo a obter um arcabouço pedagógico capaz de desenvolver junto com os alunos com uma outra percepção, em geral, muitas vezes tão distante do cotidiano deles. Na verdade, se estabelece nas escolas uma 'troca de saberes' entre os alunos e o professor atuante. A intenção é que esses jovens, melhor informados, possam discutir e se posicionar frente à atual situação que se encontra o patrimônio de João Pessoa, especificamente a Rua da Areia, bem como entender a problemática relacionada ao tema.

Com isso, a primeira parada se dará na Fábrica de Vinhos Tito e Silva, edificação tombada pelo IPHAN, e que conta um pouco como se davam as dinâmicas urbanas e relações da sociedade paraibana, que consumiam vinhos de caju, e que posteriormente, começaram a exportar para a Europa.

Figura 43: Fábrica de Vinhos Tito e Silva



Fonte: Acervo da autora, (2022).

Observando essa antiga fábrica, os professores e estudantes envolvidos podem relacionar as observações aos conteúdos referentes ao mundo fabril, à revolução industrial, ao consumo recreativo de bebidas, à história das técnicas, que esse espaço oportuniza.

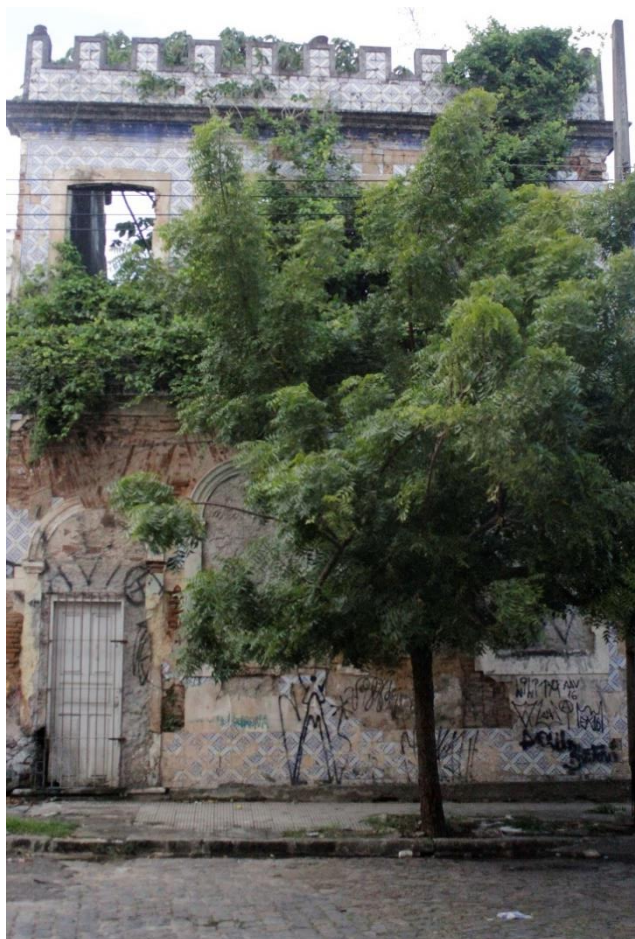
A extinta fábrica produzia outros tipos de vinhos e bebidas, porém, foi o vinho de caju e sua variedade que alcançou maior destaque em sua produção. Com sua receita exata de fabricação mantida em segredo até os dias atuais, a tecnologia de produção do vinho, traduz um ‘saber fazer’, hoje extinto, de uma bebida altamente popular no nordeste brasileiro, em meados do século XX.

Em 1997, a fábrica se encontrava em situação de arruinamento: porções da cobertura estavam deterioradas, e parte do maquinário desaparecido, devido aos frequentes arrombamentos ocorridos no imóvel. Com isso, a Comissão de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa teve a iniciativa de restaurar o edifício, então cedido

para abrigar a sede da Oficina Escola⁸⁰. A obra foi concluída em 2000, pelos próprios alunos da instituição. Atualmente, a mesma ainda abriga a Oficina Escola, porém, o local encontra-se fechado temporariamente.

Prosseguindo, do lado da antiga Fábrica, é importante voltar a atenção para o já mencionado casarão n° 155, que se encontra em estado de degradação e, o mesmo, apresenta os azulejos portugueses na sua fachada, da mesma forma, que o outro exemplar que temos na cidade. É importante adentrar nesse caso, para discutirmos um pouco sobre a gestão das políticas públicas patrimoniais e da sua atuação, que muitas vezes, não são efetivas. Podemos adentrar também sobre as suas características arquitetônicas e refletir como a sua prótese, apresenta marcas de uma resistência e de transformações, nas quais, foram vivenciadas nesta rua.

Figura 44: Casarão n° 155



Fonte: Acervo da autora, (2022).

⁸⁰A Oficina-Escola é uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos, com objetivos culturais e educacionais, que têm o intuito de formar e capacitar jovens de baixa renda para atuar na conservação e restauração do Centro Histórico de João Pessoa. A instituição desenvolve atividades pedagógicas baseadas na formação prática e teórica em obras de restauração do patrimônio histórico e na filosofia do “saber-fazer”, juntamente com a criatividade e diversidade regionais, da cultura material e imaterial

Além disso, é importante destacar também a edificação onde era a sede da Guaraná Dore, possível perceber uma composição de fachada assimétrica, sem frisos ou adornos, além da movimentação dos planos da fachada perceptível no terraço acima da porta térrea de entrada.

Figura 45: Antiga sede da Guaraná Dore na Rua da Areia



Fonte: Acervo da autora, (2022).

Ainda do mesmo lado nesse quarteirão, temos as instalações de uma antiga casa noturna, que marcou por anos uma das atividades. Na esquina com a rua Henrique Siqueira, cota mais baixa da Rua da Areia, temos a casa nº 225, recentemente restaurada para abrigar uma casa de festas, chamada INBOX, que foi inaugurada no ano de 2018, porém, com a pandemia no ano de 2020, as suas atividades foram encerradas devido as dificuldades financeiras.

Figura 46: Casa nº 225 (2019 e meados do séc. XIX)



Fonte: Acervo da autora, (2022) e IPHAEP, (2019).

Além disso, podemos estabelecer um interessante contraste com os processos de degradação de imóveis vizinhos, pois, nesse setor da Rua, esta edificação é a única que encontra restaurada, se destacando quando comparada as demais ao seu lado, que se encontram fechadas, e muitas, em estado de degradação.

Figura 47: Relação de contraste das edificações em comparação com a casa nº 225. À esquerda da fotografia os fundos da antiga Prefeitura Municipal.



Fonte: Acervo da autora, (2022).

Essa área, apesar de estar nas proximidades da Praça Antenor Navarro, que atualmente, dispõe de eventos culturais, não apresenta nenhuma dinâmica urbana, pois as edificações estão sem uso, porém, é importante destacar, que aqui, concentravam-se um alto fluxo de comércio e pessoas.

Figura 48: Vista da Rua da Areia em meados do século XX



Fonte: IPHAEP, (2020).

Ao lado direito de quem sobe a Rua, temos os fundos de dois prédios importantes, o Cartório Toscano de Brito e a antiga sede da Prefeitura Municipal, que estão ligados à presença do registro notarial (importante serviço de arquivamento de informações de interesse privado e público) e da administração pública do município. Eles não compõem exatamente o acervo arquitetônico da Rua da Areia, mas sua presença (ou ausência, no caso da Prefeitura) incidiram sensivelmente na dinâmica de ocupação e usos da área. Pode-se falar sobre a importância do Art-decô em meados do século XX. Ver que ali há vários prédios desse estilo (inclusive o “ferro de engomar”, antiga Secretaria Estadual de Finanças, no quarteirão de cima), o que supõe que houve uma época de intensos investimentos públicos e privados ali, posteriormente abandonados.

Ao deixar o lugar do antigo Paço Municipal para a atual sede, no bairro da Água Fria há pouco mais de duas décadas, o atual prédio ficou sem funções estáveis, tendo se constituído num shopping popular, que não prosperou efetivamente, havendo impasses reiterados quanto aos seus possíveis usos. De toda forma, por ter abrigado a Prefeitura, o prédio merece uma apreciação, para podermos discutir aspectos relacionados à administração pública numa cidade, requisito importante na formação de cidadãos bem informados sobre a gestão da cidade. Com isso, podemos fazer a seguinte indagação: o que fazer com um prédio daquele porte naquela localização? Quais as saídas possíveis? Essas questões são importantes em relação a educação patrimonial.

Mais adiante, teremos a maçonaria Grande Oriente, nº 265, imóvel também tombado pelo IPHAEP e que funciona até os dias de hoje, acompanhando as dinâmicas urbanas e tendo o estado da edificação parcialmente preservado quando se comparado a fotografias de anos anteriores. Nos conteúdos da disciplina História, são possíveis ser abordadas temáticas que envolvam a maçonaria e sua importância em diferentes contextos da vida brasileira e local.

Figura 49: Maçonaria nº 265



Fonte: Acervo da autora, (2022).

A observação dos contrastes entre essa imponente edificação e as suas vizinhas, que abrigam oficinas mecânicas, lojas de serviços gerais, um estacionamento à frente. É uma área na Rua com circulação ativa e dinâmica urbana no período diurno.

Figura 50: Vista da Rua da Areia no trecho que engloba a Maçonaria



Fonte: Acervo da autora, (2022).

Além disso, ao lado, na edificação nº 297, funciona a Diretoria de Saúde e Assistência Social/Policlínica da Polícia Militar – PB, que traz uma edificação com traços modernos e, que, em conjunto com o entorno, se torna um elemento estranho na paisagem urbana da Rua.

Figura 51: Edificação nº 297

Fonte: Acervo da autora, (2022).

No número 326, mesmo quarteirão, temos a Casa Noturna Dubai, que antes de ser apresentada, é importante fazer um adendo para a presença da vida noturna e os estereótipos que se fazem presente na Rua da Areia. A casa noturna foi inaugurada recentemente, em meados de 2020, sendo a edificação reformada e, atualmente, funciona todos os dias a partir de 11h da manhã. Ou seja, podemos observar, que apesar das transformações urbanas, a tradição das casas noturnas, se faz presente no local.

Figura 52: Casa Noturna Dubai

Fonte: Acervo da autora, (2022).

É importante destacar a edificação nº 342, que hoje, é utilizada como oficina mecânica, porém, nos acervos de jornais, encontramos uma notícia com a divulgação da Indústria Vinícola Cabo Branco LTD, que vendia vinhos em geral, podemos até fazer uma ressalva que a mesma funcionava no mesmo período que a Fábrica de Vinhos Tito Silva, também instalada na Rua, porém, como não achamos fontes que confirmem a data de inauguração desta, não temos como afirmar. Porém, podemos observar a presença de investimentos comerciais na área.

Figura 53: Jornal O NORTE (1952) ed. 00568



Fonte: O Norte, (1952)

Figura 54: Edificação nº 342 que atualmente funciona como oficina mecânica



Fonte: Acervo da autora, (2022).

O sobrado nº 366, onde se hospedou o Barão da Passagem, e que foi tombado pelo IPHAEP, mas, atualmente, o mesmo encontra-se fechado e em estado de degradação, como foi apresentado no capítulo 2.

Figura 55: Sobrado nº 366



Fonte: Acervo da autora, (2022).

Há também a presença dos líderes religiosos na Rua da Areia, com a sede da Assembleia de Deus, nº 369, que até os dias de hoje, funciona normalmente, e as celebrações acontecem toda semana.

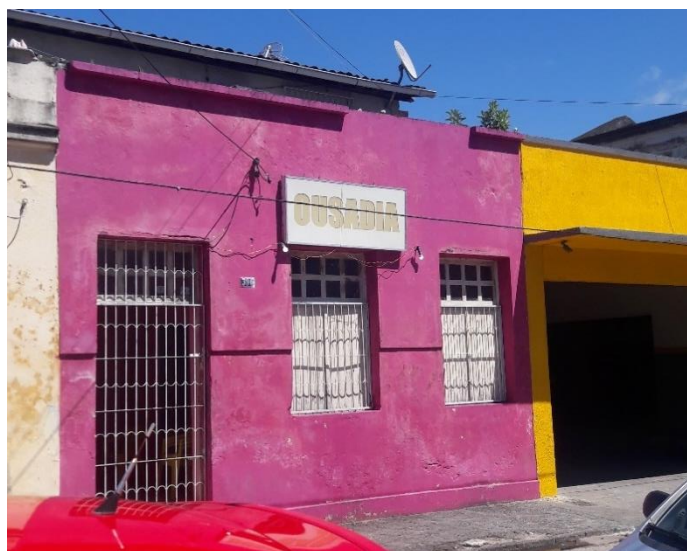
Figura 56: Assembléia de Deus na Rua da Areia



Fonte: Acervo da autora, (2022).

É importante olhar para os lados e perceber que a mesma, encontra-se em um ponto de conflito de interesse, pois na frente da Igreja, há um bordel chamado “Ousadia”, com a sua fachada pintada de Rosa, chama atenção a quem passa pela Rua. Vale salientar, que anteriormente, nesta edificação, funcionava outra casa noturna conhecida como “*Drinks Bar*”. É curioso pensar nessas relações, pois ambas funcionam no mesmo horário.

Figura 57: Casa Noturna Ousadia



Fonte: Acervo da autora, (2022).

A edificação nº 437, se encontra na outra quadra da Rua da Areia, e atualmente, está fechada e em estado de degradação. Pararemos neste imóvel para explicar uma curiosidade contada pelos moradores mais antigos nas entrevistas concedidas. Os mesmos acreditam que esse casario é mal-assombrado e, por conta disso, se encontra abandonado.

Figura 58: Edificação "mal assombrada", segundo os moradores, na Rua da Areia



Fonte: Acervo da autora, (2022).

Prosseguindo, precisamos olhar para os lados e para as ruas adjacentes que compõe esse conjunto. Com isso, observamos a Rua Antônio Sá (continuação da Ladeira da Borborema ao cruzar a Rua da Areia e fazer a ligação com a Cardoso Vieira), a qual na sua extensão, apresenta pouca dinâmica urbana, com edificações fechadas e em estado de degradação.

Figura 59: Rua Antonio Sá e Ladeira da Borborema.



Fonte: Acervo da autora, (2022).

Seguimos nosso roteiro, e agora encontramos a Casa do Estudante, que foi instituída no ano 1937, mas já passou por duas reformas, e apesar da mesma ter elementos modernizadores no seu conjunto arquitetônico e “quebrar” a leitura da paisagem urbana da rua, a mesma foi palco da dinâmica da rua da areia, em meados do século XIX.

Figura 60: Casa do Estudante



Fonte: Acervo da autora, (2022).

É necessário, observamos com mais atenção nessa parte da Rua e as relações sociais presentes, nesse trecho, pois na frente da Casa do Estudante há uma mancha de bares e casas noturnas, acompanhando de edificações em estado de degradação, e há também algumas oficinas mecânicas.

Figura 61: Bares em frente à Casa do Estudante na Rua da Areia



Fonte: Acervo da autora, (2022).

É importante também olhar para as ruas laterais, como a Ladeira Feliciano Coelho, que apresenta a lateral e os fundos da Casa do Estudante, além de alguns exemplares residenciais, e também, algumas casas abandonadas e em estado de degradação. Destaca-se que a mesma, no final da sua extensão, dá acesso a Rua General Osório.

Figura 62: Ladeira Feliciano Coelho



Fonte: Acervo da autora, (2022).

Além disso, é importante destacar no nosso estudo do meio, o viaduto, que foi construído passando em cima da Rua da Areia, este, que veio a prejudicar a paisagem

urbana, desencadeando diversos problemas, tais como: mobilidade urbana, pois não é possível passar ônibus ou caminhões devido à altura. Há relatos dos moradores também, que este local, no período noturno, tem a predominância de usos de drogas e também de assaltos.

Figura 63: Vista do Viaduto passando pela Rua da Areia



Fonte: Acervo da autora, (2022).

O trecho final da Rua da Areia, temos ao lado o Grupo Escolar Thomaz Mindello⁸¹, que foi o primeiro Grupo Escolar da cidade (criado em 1916), desativado de suas funções escolares na década de 1980 e atualmente sede de uma série de grupos e atividades culturais relevantes na cidade, bem tombado pelo IPHAEP em 2004. Também destaca-se a estátua do poeta popular Manuel Caixa d'Água⁸². Nesse último quarteirão, à direita de quem sobre situa-se a Praça Aristides Lobo e no final a Rua da Areia conflui com a Guedes Pereira. Hoje o trecho está fechado ao tráfego de veículos, mas havia circulação por ali e o fechamento demonstra a perda de lugar da Rua da Areia como esse ponto privilegiado de ligação entre as cidades baixa e alta.

⁸¹ Sobre o Grupo Thomaz Mindello vide <http://memoriajoaopessoa.com.br/acervopatrimonial/11.pdf> acesso em 11/11/2022 e PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. Um Roteiro Histórico Educacional na Cidade de João Pessoa: em texto e imagens. João Pessoa: Universitária- UFPB, 2008.

⁸² Manoel José de Lima (s/d – 2006) foi um destacado poeta popular da cidade, entre os anos 1950 e 2000, tendo uma vida longa e sendo muito identificado à vida no Centro da cidade, o que resultou na criação do monumento em sua homenagem.

Figura 64: Grupo Escola Thomaz Mindello. Do lado direito, temos a estátua de Manuel Caixa d'Água e aos fundos, o prédio dos 18 andares.



Fonte: Acervo da autora, (2021).

As já citadas Praças Aristides Lobo e ao lado a Praça Pedro Américo, são consideradas também patrimônio pessoense, e é importante destacar um pouco para falar das suas histórias. Durante muitas décadas tais praças foram importantes espaços de lazer das classes mais abastadas da cidade, com a presença de teatro e cinema em suas imediações, hoje em sua maior parte desativados – exceção feita ao antigo Teatro do século XIX, que persiste em suas funções artísticas –, e ligada ao trânsito de inúmeras linhas de ônibus e ao comércio de extração mais popular.

Figura 65: Vista da Rua da Areia a partir da Praça Aristides Lobo



Fonte: Acervo da autora, (2022).

Descendo um pouco no sentido Oeste, tem-se o Theatro Santa Roza, que também vale apenas destacar, e a frente, temos a edificação dos Correios e Telégrafos,

encerrando o nosso roteiro entre a cidade alta e cidade baixa, interligado pelas duas praças, tendo a artéria principal de conexão, a Rua da Areia.

Figura 66: Vista da Praça Pedro Américo mostrando o Theatro Santa Rosa ao fundo



Fonte: Acervo da autora, (2022).

Diante disso, após a realização do estudo do meio é necessário que a vivência e as informações discutidas *in loco* possam ser aprofundadas posteriormente na sala de aula e, que também, sejam capazes de promover, de certa forma, a disseminação do

conhecimento. Pois, é necessário buscar estratégias voltadas para o ensino que buscam promover o interesse dos estudantes de forma mais ativa.

Como vimos também no capítulo 2, muitos documentos e notícias de jornais – e outras fontes que localizamos – dão conta do cotidiano da rua, que é um material muito rico que pode ser agregado a uma futura produção de cunho didático, adensando o Estudo e permitindo uma discussão mais detida na questão das relações entre as pessoas e os testemunhos urbanos e arquitetônicos presentes na rua. Existe um potencial considerável nesse sentido.

Em suma, atrelando ao nosso objeto de estudo, é imprescindível compreender a história local e adentrar nos elementos de construção da identidade, bem como as simbologias atreladas a tais sociedades, contribuindo diretamente para o fortalecimento e disseminação do patrimônio cultural, fortalecendo os sentimentos de pertencimento e memória coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar os processos de des(patrimonialização) no centro antigo de João Pessoa, sobretudo, na Rua da Areia, enquanto patrimônio e as posturas e metodologias mobilizadas para a sua preservação é se debruçar sobre os caminhos tortuosos das políticas públicas aplicadas na capital pessoense, desde de meados do século XIX, até os dias de hoje. Assim, ao longo da discussão, observamos situações concretas de embates na produção do espaço urbano, e o aprofundamento, permitiu descortinar um contexto mais amplo de debates vividos no seio da construção das posturas e diretrizes próprias do campo da preservação.

Com isso, ressalta-se que consideramos uma contribuição central dessa pesquisa, os processos internos em torno da construção do patrimônio, muitas vezes, com discursos controversos, seus impasses institucionais e suas descontinuidades práticas e políticas. Afinal, a importância da preservação dos bens culturais se encerra em si mesma ou ela objetiva transformações mais amplas no espaço urbano? Acreditamos que a compreensão do patrimônio, vai além de apenas um bem isolado na cidade, e sim, deve conduzir a um ganho à medida que reconhece a impossibilidade de que suas características intrínsecas tenham valor por si mesmas. No entanto, esse entendimento nem sempre implica na mobilização de agendas patrimoniais mais inclusivas e democráticas. Assim, o ponto central das políticas de preservação é a reflexão a respeito da sua destinação e do seu uso.

Diante dessa relação, muitos questionamentos podem ser feitos: quais os valores deveriam ser preservados? Como isso deveria ser feito? Os moradores tinham interesse em permanecer todos em suas casas antes das transformações ocorridas na Rua? Para todas essas perguntas, não há uma resposta uníssona ou simples.

Nesse sentido, através das entrevistas realizadas com esses atores, podemos observar que existem diversas relações com o espaço urbano, pois, o sentimento de pertencimento e afetividade com o lugar, depende de cada perspectiva, de cada olhar, apesar dos mesmos, não conhecerem sobre a história da área.

Para endossar e ampliar a perspectiva acerca da Rua, foi aplicado um questionário de forma online para toda a população pessoense, que obteve 105 participantes ao seu final, a fim de obtermos conhecimento sobre o seu olhar para a área, a qual, é lembrada pelos seus prostíbulos e casas noturnas, fazendo então uma

reflexão sobre o seu título de “área de marginalização social”, sendo imprescindível ampliar o debate sobre a participação popular acerca da suas memórias e relações com um grande acervo arquitetônico, histórico, além da sua importância para o desenvolvimento econômico da cidade, pois há mesma obteve uma grande concentração e investimento comercial, tendo a Fábrica de Vinho Tito e Silva que importava para a Europa, a fábrica da Guaraná Dore, casarões com azulejo português, a presença do estilo arquitetônico ArtDecó, dentre outros aspectos que foram discutidos em toda extensão dessa pesquisa.

Porém, não podemos deixar de citar, que a Rua carrega em si as disputas territoriais, tendo como atores sociais os seus moradores antigos, os comerciantes, as prostitutas, os estudantes vindos do interior, além dos líderes religiosos que se fazem presentes na sede da Igreja Assembleia de Deus, endossando os estereótipos em torno da mesma.

É tácito, que a Rua, apesar de estar situada na poligonal de tombamento de órgãos patrimoniais, encontra-se carente de recursos, como observamos ao longo dessa dissertação, quando ao percorrermos por suas edificações abandonadas e degradadas, percebemos que as mesmas já se tornaram parte da paisagem urbana da Rua, sobretudo, essas “próteses”, contam a história desse lugar, marcado por transformações e intervenções urbanas, como é o caso do Viaduto Dorgival Terceiro Neto, restringindo a altura dos carros que possam trafegar pela área. Ou seja, podemos perceber com isso, que para promoção das transformações demandadas pela nova sociedade e os projetos de modernização, o tecido urbano da cidade foi modificado, levando junto com ele a memória da cidade.

Com isso, promovemos um subsídio para um Estudo do Meio como política pública patrimonial, a fim de propagar e disseminar o conhecimento sobre essa área, através da educação patrimonial, abrangendo toda a área com seus acontecimentos históricos e a sua dinâmica urbana, e memórias interligadas, proporcionando aos alunos, uma atividade de campo pela antiga artéria. Como citamos anteriormente, aqui, não especificamos escolaridade, ou muito menos faixa etária, sendo ponderado em cada instituição de ensino, aqui, nosso maior objetivo está em torno de uma contribuição, que pode vir a sofrer alterações.

Além disso, esse ponto se torna delicado, devido a área apresentar prostíbulos e casas noturnas, se tornando de forma dificultosa a apresentação aos alunos com menos de 18 anos, portanto, é importante que o docente, saiba conduzir da melhor forma, mas

não se pode deixar de citar, pois, isso faz parte da dinâmica urbana da rua e esse grupo social se faz importante nessa contextualização.

Em suma, ressalta-se então, que o desvelamento da complexidade do processo de patrimonialização da Rua da Areia contribuiu para a compreensão do campo do patrimônio cultural enquanto campo de construção, de dissenso e de disputa, por apresentar a multiplicidade de agentes e sentidos, ou seja, por apresentar uma dinâmica urbana e uma diversidade de atores sociais em conjunto com o patrimônio edificado.

REFERÊNCIAS

- AGRA DO Ó, A. Cultura Histórica e Educação Patrimonial. In: OLIVEIRA, C. M. S; MARIANO, S. R. C. (Org). **Cultura Histórica e Ensino de História**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.
- AGUIAR, W. **Cidade de João Pessoa: a memória do tempo**. João Pessoa: Idéia, 1993.
- AGUIAR, W.; MELLO, J. O. **Uma cidade de quatro séculos**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985.
- ALMEIDA, M. de. **Presença de O Pedro II na Paraíba**. Recife: Mousinho Artefatos de Papel, 1915.
- ANDRADE, P. A. F. de. Metamorfose dos centros urbanos: uma análise das transformações na centralidade de João Pessoa-PB, 1970- 2006.
Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana. UFPB/CT, 2007.
- BATISTA, J. G. **Caminhos, sombras e ladeiras: Esboço de perfil de cidade do Nordeste brasileiro**. 2 ed. João Pessoa: A União, 1989 (edição fac-similar da edição de 1951).
- BEHR, S. **Expressionismo**; São Paulo: Cosac e Naify, 2000.
- BENJAMIN, W. **Rua de Mão Única - Obras escolhidas** Volume III. 5ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2011
- BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOLÁN, E. N. **La política cultural: temas, problemas y oportunidades**. Cidade do México: CONACULT, 2006.
- BOURDIEU, P. Espaço social e espaço simbólico. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- BRASIL. Ministério das Cidades. SNPU. **Reabilitação de áreas urbanas centrais**. Brasília: Ministério das Cidades, 2008.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466/2012**. Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 2012.
- BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Seção II, Artigo 216, caput, incisos, parágrafos.

BRESCIANI, M. S. **Permanência e ruptura no estudo das cidades**. In: FERNANDES, A.; GOMES, M. A. F (org). **Cidade&História**. Salvador: UFBA, 1992.

BRITO, A. L. R.; VIDAL, W. C. L. Rua da Areia: a caminho para a cidade alta. In: TINEM, N. (org.). **Fronteiras, marcos e sinais: leituras das ruas de João Pessoa**. João Pessoa: UFPB/ Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2006.

BRITO, M. A. Os vazios urbanos e o processo de redefinição socio espacial em Dourados-MS. In: CALIXTO, M. J. M. S. (Org.). **O espaço em redefinição: cortes e recortes para a análise dos entre meios da cidade**: EdUFGD: Dourados, 2008.

CANTARELLI, R. **Fábrica Tito Silva (João Pessoa, PB)**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife.

CARTA DE NAIRÓBI: Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. Nairóbi, 1976.

CASTRO, A. M. Centro Histórico de João Pessoa: ações, revitalização e habitação, **Dissertação de Mestrado**, PPGEUA/UFPB. João Pessoa, 2006.

CAVALCANTI, A. **A cidade da Parahyba na época da independência**. (Edição comemorativa do sesquicentenário). João Pessoa: Imprensa Universitária, 1972.

CHAGAS, W. F. As singularidades da modernização na Cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930. 2004. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

CHALHOUB, S. **Cidade Febril**. Cortiços e Epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Ed.UNESP, 2001.

CHUVA, M. **Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012

COUTINHO, M. A. F. Evolução urbana e qualidade de vida: o caso da avenida Eptácio Pessoa. **Dissertação de Mestrado**– João Pessoa: PRODEMA/UFPB, 2004.

DEL RIO, V. **Introdução ao Desenho Urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

DELSON, R. M. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII**. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997.

DIEHL, A. A. **Teorias da História**. Cultura historiográfica (memória, identidade e representação). Bauru: EDUSC, 2002.

EISENMANN, P. O Fim do clássico: o fim do começo, o fim do fim. In: **Malhas, Escalas, Rastros e Dobras na Obra de Peter Eisenmann**. São Paulo: Museu de Arte

de São Paulo Assis Chateaubriand, Catálogo da exposição realizada entre maio e junho de 1993.

FERNANDES, A. C.; LACERDA, N.; PONTUAL, V. **Estudos urbanos e regionais no Brasil, 1983 – 2013: a trajetória de um campo disciplinar e de sua associação nacional**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

FIRINO, D. S. Reconfiguração religiosa da Paraíba (1911-150): a presença adventista. **Dissertação** (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

FLORIDA, R. **The New Urban Crisis: how our cities are increasing in equality, deepening segregation, and failing the Middle class—and what we can do about it**. Kindle Edition, 2017.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Global, 2004.

GADDIS, J. L. **Paisagens da História. Como os Historiadores Mapeiam o Passado**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: BIANCO, Bela Feldman (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GUIMARÃES N.R. B. Historiografia e Narrativa: do arquivo ao texto. **Revista Clio**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, n.28. v. 1, 2010.

GUTIERREZ, R. **Arquitetura latino-americana**. Tradução Isa Maria Lando. São Paulo: Nobel, 1989.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

HOBSBAWM, E. J. **A Era das Revoluções (1798-1848)**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

IPHAN. **Para salvar o vinho de caju**. **Boletim do SPHAN/Pró-memória**, Brasília, n. 10, p. 9-10, jan./fev. 1981.

JUCÁ NETO, C. R.; MOURA FILHA, M. B. (orgs.). **Vilas, Cidades e Territórios: O Brasil do século XVIII**. João Pessoa: PPGAU/UFPB, 2012.

KOSTER, H. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução de Câmara Cascudo. V. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

LAPA, T. A. Participação popular como estratégia de proteção ao patrimônio edificado: relação entre poder público e sociedade civil. In: AZEVEDO; CORRÊA (Org.). **Estado e sociedade na preservação do patrimônio**. Coleção Arquimemória, volume II. Salvador/BA: EDUFBA, 2013.

LAVIERI, J.R.; LAVIERI, M.B. **Evolução da estrutura urbana de João Pessoa**. João Pessoa: UFPB/NDHIR, 1992.

LEITE, R. P. A exaustão das Cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 72, v.1, 2010.

LIMA, R. P. T. **Modelos portugueses e arquitetura brasileira**. Cláudio Comunicações Ltda. Campinas, SP: [s.n.], 2001.

LIMA, R.P. T. **A Cidade Racional –Amparo: um projeto urbanístico do “oitocentos”** -Amparo /Campinas: Faculdade de Ciências e Letras Plínio Augusto do Amaral / Centro de Pesquisa em História da Arte e Arqueologia da UNICAMP, 1998.

LUC, Jean-Noël. **La Enseñanza de la Historia del Medio**. Madrid: Cincel, 1981

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MAIA, D. S. A Rua na Cidade da Parahyba (Brasil) no Século XIX: Espaço de controle e expressão do poder normativo sobre a morfologia e da vida urbana. **XIII Colóquio Internacional de Geocrítica El control del espacio y los espacios de control Barcelona**, Universidade de Barcelona, n.1, v.1, 2014.

MARTINS, P. C. G. **Através da rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX**. São Paulo: Humanitas / FFLCH-USP, 2001.

MARX, M. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1980.

MARX, M. **Cidade no Brasil: Terra de Quem?** São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.

MARX, M. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: EDUSP, 1989.

MATOS, J. S.; SENNA, A. K. História Oral como fonte: problemas e métodos. **Historiae**. Rio Grande, v.2, n.1, p. 95-108, 2011.

MEDEIROS, C. de. **Sampaio**. João Pessoa/PB: Teone, 1955.

MENEZES, J. L. M. **Algumas notas a respeito da evolução urbana de João Pessoa**. Recife: Pool, 1985.

MOTTA, L.; THOMPSON, A. L. Entorno de bens tombados: do objeto visível ao contexto cultural. In: GAZZANELO, Luiz M.(Org.) **Patrimônio e paisagem em espaços lusófonos e hispânicos**. Rio de Janeiro, UFRJ/FAU/PROARQ, 2012.

MOURA FILHA, M. B. **De Filipeia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil (Séculos XVI-XVIII)**. João Pessoa: IPHAN, Superintendência na Paraíba, 2010.

NÓBREGA, L. G. O Novo Patrimônio Católico: a projeção de uma atuação pastoral para uma cidade em mudança (1894-1953). **Dissertação** (Mestrado em História). João Pessoa: PPGH-UFPB, 2020.

O.E.A. **Normas de Quito**: Reunião sobre a conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. Quito, 1967. UNESCO.

OLIVEIRA, A. F. B. O que se preservou em João Pessoa ou de quando a arte e a arquitetura definem o Patrimônio Cultural de uma Cidade. **Cordis. Comunicação, Modernidade e Arquitetura**, n. 8, v.1, 2012, pp. 367-396.

OLIVEIRA, F. R.; MOURA FILHA, M. B. Novas práticas de educação patrimonial: do virtual ao real. In. TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

OLIVEN, R. G. Cultura e Modernidade no Brasil. **São Paulo em Perspectiva [online]**, v. 15, n. 2, 2001.

PESSOA, Â.E.da S. (org.e coord.). **Conhecer Campinas numa perspectiva histórica**. Campinas: Secretaria Municipal de Educação; Brasília: FNDE, 2005.

PESSOA, Â. E. da S. Educação Patrimonial, Ensino de História e Cultura Histórica: Algumas experiências e considerações. **SAECULUM- REVISTA DE HISTÓRIA** [35]; João Pessoa, jul./dez. 2016.

PINHEIRO, A. C. F. **Um Roteiro Histórico Educacional na Cidade de João Pessoa: em texto e imagens**. João Pessoa: Universitária- UFPB, 2008.

PONTES, A. M. de L.; OLIVEIRA, C. M. S. Memória e Conflitos: um estudo sobre a ação pública e o patrimônio histórico-cultural em João Pessoa. 2005.

PINTO, I. F. **Datas e Notas para a História da Paraíba (1908)**. Edição Fac-similar. João Pessoa: Ed. UFPB, 1978.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, v.5, n.10, Rio de Janeiro: CP/DOC FGV, 1992.

PROENÇA, M. C. **Ensinar/Aprender História**. Lisboa: Horizonte, 1990.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: **Tempo– Revista de História**. Rio de Janeiro, vol.1, n.2, 1996.

RABELLO, J. S. de A.O ideário imperial na cidade da Parahyba: Uma incursão no patrimônio arquitetônico neoclássico. **Dissertação (Mestrado em Arquitetura)**, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2018.

REIS FILHO, N. G. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968

REIS FILHO, N. G. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 13ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

RESSA, P. G. de Q. Quatro décadas de grandes expansões planejadas na capital paraibana (1913-1953). **Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana)** - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

REZENDE, V. F. Urbanismo na Era Vargas: uma introdução. In: REZENDE, V. F. (org.) **Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras**. Niterói: Ed. da UFF, 2013.

ROLNIK, R. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 2004.

SÁ, N. L. A. R. de. A cidade no despertar da era higiênica: A Cidade da Parahyba e o movimento higienista (1854-1927). **Dissertação de Mestrado em Geografia** – Universidade Federal da Paraíba, 2009.

SANT'ANNA, M. Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil (1937-1990). **Dissertação de Mestrado**, Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), 1995.

SCOCUGLIA, J. B. C. Sociabilidades, espaço público e cultura: usos contemporâneos do patrimônio na cidade de João Pessoa. **Tese de doutorado** - Programa de Pós-Graduação em Sociologia -CFCH/UFPE, Recife, 2003.

SCOCUGLIA, J.B.C. **Revitalização urbana e (re)invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa** – 1987-2002. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

SCOCUGLIA, J. B. C. **Imagens da cidade: patrimonialização, cenários e práticas sociais**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2010.

SCOCUGLIA, J. B. C. **A política habitacional do BNH no Brasil pós-64 e seus reflexos na expansão urbana de João Pessoa**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

SILVA, L. O. Cidade e História: um olhar epistemológico. **Integração**, n. 37, v.10, 2004.

SILVA, L. O. História urbana: uma área de conhecimento. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n.29, v.1, 2001.

SOUSA, A.; VIDAL, W. C.L. **Sete plantas da capital paraibana, 1858 - 1940**. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, 2010

TINEM, N. (org.). **Fronteiras, Marcos e Sinais: Leituras das Ruas de João Pessoa**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2006.

VARGAS, H.C., CASTILHO, A. L. H. de. (org.). **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados.** Barueri, SP: Ed. Manole, 2006.

VIDAL, L. **Tendances récentes de la recherche sur l'histoire du Brésil urbain: éléments pour un bilan.** Histoire Urbaine, v. 12, p. 117-146, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A– QUESTIONÁRIO APLICADO PARA A POPULAÇÃO PESSOENSE

10/11/2022 19:19

O olhar da população pessoense para a Rua da Areia - João Pessoa, PB

O olhar da população pessoense para a Rua da Areia - João Pessoa, PB

Pesquisa realizada com o intuito de analisar a percepção da população pessoense para a Rua da Areia, localizada entre os bairros do Centro e Varadouro na cidade de João Pessoa - PB. Ressalta-se que os dados serão utilizados e aplicados na dissertação de mestrado da aluna Natália Vieira Carneiro da pós graduação em História da Universidade Federal da Paraíba - PB e sob orientação do Prof. Dr. Ângelo Pessoa.

Esse questionário é norteado a partir da Resolução n° 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamenta a fundamentação da ética em pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil (BRASIL, 2012).

* Perguntas obrigatórias

[Faça login no Google](#) para salvar o que você já preencheu. [Saiba mais](#)

*Obrigatório

Gênero *

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Outro:

Faixa etária *

- ☐ 18 a 25 anos
- ☐ 26 a 35 anos
- ☐ 36 a 45 anos
- ☐ 46 a 55 anos
- ☐ 56 a 65 anos
- ☐ Acima de 65 anos

10/11/2022 19:19

O olhar da população pessoense para a Rua da Areia - João Pessoa, PB

Renda individual *

- ☐ Sem renda fixa
- ☐ Menos de um salário mínimo
- ☐ De 1 a 3 salários mínimos
- ☐ De 3 a 5 salários mínimos
- ☐ De 5 a 10 salários mínimos
- ☐ Acima de 10 salários mínimos

Grau de escolaridade *

- ☐ Ensino fundamental incompleto
- ☐ Ensino fundamental completo
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino superior incompleto
- ☐ Ensino superior completo

Você reside em João Pessoa? Se sim, há quanto tempo? *

Sua resposta

E se não reside, qual o seu Município/Estado?

Sua resposta



10/11/2022 19:19

O olhar da população pessoense para a Rua da Areia - João Pessoa, PB

Você reside no bairro do Centro ou Varadouro? *

☐ Sim

☐ Não

Se sim, me fala qual a sua atual percepção e relação com o bairro e quais os lugares você mais gosta de frequentar e porquê?

Sua resposta

Se não reside, em que bairro de João Pessoa você mora? *

Sua resposta

Pra quem reside em outros bairros: Você costuma frequentar os bairros do Centro e Varadouro? Quais os lugares que você mais gosta de ir?

Sua resposta

Você conhece ou já ouviu falar na Rua da Areia? *

☐ Conheço e já fui lá

☐ Conheço mas nunca estive lá

☐ Não conheço, mas já ouvi falar

☐ Não conheço e nunca ouvi falar



10/11/2022 19:19

O olhar da população pessoense para a Rua da Areia - João Pessoa, PB

Pra quem conhece: Como foi o seu primeiro contato com a Rua da Areia e tomou conhecimento através de que meio (pessoas próximas, sites, livros e etc)?

Sua resposta

Qual a primeira lembrança que você associa quando escuta falar sobre a Rua da Areia? *

Sua resposta

Você tem algum conhecimento sobre a Rua da Areia e seus arredores como Patrimônio Cultural da cidade? Se sim, quais as informações que você dispõe? *

Sua resposta

Na sua opinião, a Rua da Areia, atualmente, precisa de alguma mudança ou melhorias? Se sim, quais? e Porquê? *

Sua resposta

Qual a sua opinião em relação as políticas patrimoniais aplicadas na área histórica de João Pessoa? *

As políticas patrimoniais se referem à gestão de "lugares de memória", que guardam em seu acervo bens materiais e/ou imateriais considerados importantes para a história de uma localidade ou a humanidade num quadro mais amplo.

Sua resposta



10/11/2022 19:19

O olhar da população pessoense para a Rua da Areia - João Pessoa, PB

Declaro a veracidade das informações fornecidas nesse questionário e aceito a *
utilização destas para compor os dados da presente pesquisa

☐ Aceito

Enviar

[Limpar formulário](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



**APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA AOS
GRUPOS SOCIAIS ATUANTES NA RUA DA AREIA**

Questão 1: Há Quanto tempo você reside/residiu na Rua da Areia?

Questão 2: Você conhece a história da Rua da Areia?

Questão 3: Você criou alguma relação afetiva com o lugar?

Questão 4: Conta um pouco sobre a tua experiência enquanto morador da Rua (as dinâmicas, percepções)

Questão 5: Você tem a percepção que, atualmente, a Rua da Areia sofre com o título de “área de marginalização social”? O que você pode afirmar sobre isso?

Questão 6: Você considera a Rua da Areia um lugar seguro para morar?

Questão 7: Sobre os prédios vazios e abandonados na Rua, o que você faria a respeito? Pensa em um uso.

Questão 8: Se você pudesse pedir mudanças e melhorias na Rua, o que pediria? E porquê?

ANEXO B – JORNAL A UNIÃO, EDIÇÃO 00797, (1896)

Venda importante
 Vendem-se uma cama franceza,
 um par de botas «russianas», um
 silhão e um selim, com todos os
 arreios e pertences, ambos, sendo
 tudo magnifico e completamente
 novo. Vêr para crêr! E' pechincha!
 A tratar á **rua d'Areia** n. 87.

ANEXO C – O NORTE – PB, EDIÇÃO 00135 (1908)

Respeitante a uma nossa local
 de hontem, sobre um grupo de can-
 gaceiros que se reune diariamente,
 no **Beco do Tanque**, a promover
 desordens, o commendador Santos
 Coelho, delegado da capitul, man-
 dou hontem uma patrulha de seis
 soldados, polieiar o referido Beco,
 afim de evitar o agrupamento dos
 perniciosos individuos.

ANEXO D - JORNAL O NORTE – PB, EDIÇÃO 01505 (1913)

TIRO DE RIFLE A ESMO

Ante-hontem, cerca de 11 horas do dia, palestrava com dois amigos o sr. Izaias Aranha na calçada do seu estabelecimento commercial, situado na esquina da rua Barão da Passagem com o becco do Tanque, quando de subita vêm esbornar-se sobre os tres varios pedaços de calice cahidos do alto do sobrado mais proximo.

Volvendo ás vistas para ali, o grupo comprehendeu o que se passara: uma bala, encravando-se no oitão do mesmo sobrado, estragou o reboco, de que varios fragmentos attingiram os palestrantes.

O sr. Isaias tomou de uma escada e retirou a bala que ainda estava quente e verificou ser de rifle, tendo partido da ladeira de São Francisco, como se póde deduzir pela sua posição na parede.

E' digno este facto da attenção da policia, principalmente tendo em linha de conta que essa imprudencia poderia ser fatal si o pequeno projectil tivesse descido um pouco ou penetrasse nas janellas do sobrado referido.

ANEXO E - JORNAL PB, EDIÇÃO 00191 (1924)

Escreve-nos uma nossa gentil leitora, residente á rua B. da Passagem:

«Ilmo. Sr. Redactor d'«O Jornal».

Ainda não fazem muitos dias que esta redacção escreveu algo a respeito do serviço dos esgotos nesta capital, chamando a preciosa attenção do sr. dr. Bacta Neves para a morosidade com que está sendo procedido o trabalho, na rua da Areia.

Pois bem, cabe agora implorar as vistas da Prefeitura para a remoção do lixo da mesma rua, cujos moradores, não tendo aonde colloca-lo, depositam-no na Travessa dos Milagres, uma vez que a limpeza Publica ahí não passa, o que proporciona aos habitantes da referida travessa uma athmosphera mephitica e doentia.

ANEXO F – O NORTE, EDIÇÃO 01046, (1953)

— Prá quem gosta de criar
porcos, nada como a Rua da A-
reia, no trecho compreendido
entre a Rua Santa Rosa e o
bêco do Tanque.

ANEXO G

LEI N.º 248 (5 DE OUTUBRO DE 1867)

Ms do Arquivo Público da Parahyba

*Cópia de decretos provinciais do ano de 1867*Lei n.º 248 — De 5 de outubro de
1867

Barão de Maraú, official da Imperial Ordem da Rosa, Cavaleir da de Christo e 2.º Vice Presidente da Província da Parahyba: Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial, decretou, e eu sancionei a lei seguinte:

Art.º 1.º — Fica prorrogado por mais três annos o prazo concedido pela lei municipal n.º 243 de 8 de outubro de 1866, aos proprietários para fazerem as fronteiras com cornijas nos terrenos destinados a edificação, ou a muros, sendo taes terrenos comprehendidos no prolongamento dos quintaes.

Art.º 2.º — Os proprietários da rua da ponte, que não tenham sido comprehendidos na supracitada lei de 8 de outubro de 1866, ficão d'ora em diante obrigados a cumprir suas disposições dentro de mesmo prazo.

Art.º 3.º — As disposições do art.º 1º desta lei não são applicáveis ás ruas, que já se achão calçadas e aquellas por onde se estiver effetuando o calçamento.

Mando, por tanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente com nella se contem. O Secretário desta Provincia a faça imprimir publicar e correr.

Palácio do Govêrno da Paraíba do Norte em 5 de outubro de 1867, quadragésimo sexto da Independência e do Imperio — L.S. — Barão de Maraú.

Carta de lei pela qual V.Ex.^a manda publicar o presente decreto da Assembléa Legislativa Provincial, que sanccionou, prorogando por mais trez annos o praso concedido pela lei municipal n. 24^a de 8 de outubro de 1866 e dando outras providências. — Para V.Ex.^a vêr. — Joaquim da Costa Dourado, a fez —

Foi sellada e publicada a presente lei n'esta Secretaria do Govêrno da Parahyba em 5 de outubro de 1867. — Servindo de Secretário. — João Francisco de Meilo Barrêto. —

Fica registrada no livro competente. Secretaria do Govêrno da Parahyba, 5 de outubro de 1867. — Marizao Rodrigues Pinto. —

ANEXO H – 03 DE ABRIL DE 1976 A LEI Nº 2.102 DE DEZEMBRO DE 1975 ART. 264

Art. 264 Na área de preservação rigorosa deverão ser obedecidas as seguintes condições: (119)

I - Não será permitida a execução de reformas que descaracterizem os exemplares dignos de preservação de arquitetura civil e religiosa conforme discriminação a ser estabelecida por decreto do Prefeito.

II - Os volumes das edificações serão mantidos conservando-se as inclinações, alturas e materiais existentes nas cobertas.

III - As construções novas deverão ter suas cobertas constituídas somente de telhas cerâmicas ou concreto armado.

IV - As construções novas deverão obedecer a um gabarito máximo de 8,00m (oito metros) de altura contados a partir da cota média natural do terreno no alinhamento.

V - Não serão permitidos desmembramento e remembramento de terreno salvo permissão Expressa do I.P.H.A.N.

§ 1º A Prefeitura, poderá incentivar a restauração arquitetônica das edificações situadas na área a que se refere o presente artigo. (120)

§ 2º As quadras que contêm o Convento de São Francisco, o Convento do Carmo e o Convento de São Bento, terão sua taxa de ocupação máxima limitada em 20% (vinte por cento). (121)

ANEXO I – O NORTE, EDIÇÃO 00636, (1952)

A inauguração, ontem, das novas instalações da DORE

Significativa manifestação de apreço — Show da Jazz Tabajára

A firma Sidney C. Dore & Cia., estabelecida nesta praça, há longos anos, com os tradicionais produtos refrigerantes DORE, inaugurou, ontem, às 16 horas, com suas novas instalações à rua da Areia, 197, a maquinaria recém adquirida na Europa, para os serviços diversos de fabrico de Guaraná, Aguo Tônica e Gasosas.

Ao ato, que se revestiu de caráter solene, estiveram presentes autoridades, figuras de destaque dos círculos económicos e da sociedade, jornalistas e famílias.

Representando o governador José Américo de Almeida, cortou a fita simbólica o capitão Calixto, Assistente Militar do Chefe do Executivo, tendo a pós, em nome da firma, feito

expressivo discurso o sr. William Dore.

Aberto á visita do público, na tarde ontem, o novo conjunto de maquinaria da DORE despertou a melhor impressão, sobretudo pelos requisitos de higiene que oferece, assegurando a confiança entre os consumidores.

As instalações a que nos referimos são inteiramente automáticas. A lavagem de garrafas dos produtos DORE são feitas sob processo de esterilização, á exemplo dos centros mais adelantados.

Em nossa próxima edição apresentaremos detalhes dos importantes melhoramentos.

**RÁDIOS TELEFUNKEN
CASA VICTOR**